

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JULIANA DOS SANTOS CAMARU

**“COM QUEM FICAM OS NOSSOS FILHOS QUANDO A GENTE SAI
PARA TRABALHAR?”
O CUIDAR E O EDUCAR NA PROGRAMAÇÃO E NAS
PROPOSTAS DE ATENDIMENTO DAS CRECHES DA REDE DIRETA
PAULISTANA (1969 A 1982)**

**GUARULHOS
2019**

JULIANA DOS SANTOS CAMARU

**“COM QUEM FICAM OS NOSSOS FILHOS QUANDO A GENTE SAI
PARA TRABALHAR?”
O CUIDAR E O EDUCAR NA PROGRAMAÇÃO E NAS PROPOSTAS
DE ATENDIMENTO DAS CRECHES DA REDE DIRETA PAULISTANA
(1969 A 1982)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (UNIFESP/EFLCH), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Panizzolo

**GUARULHOS
2019**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO AUTOR

Camaru, Juliana dos Santos

“Com quem ficam os nossos filhos quando a gente sai pra trabalhar?” O Cuidar e o Educar na Programação e nas propostas de Atendimento das Creches da Rede Direta Paulistana (1969 a 1982)/Juliana dos Santos Camaru, 2019.

261 f.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª.Claudia Panizzolo

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2019.

Título em outro idioma: “Who are our children with when we go to work?” Caring for and Educating in the Program and Proposals for São Paulo’s City Daycare Centers Direct network (1969 to 1982).

1. Creches paulistanas. 2. Cuidar e educar. 3. Currículo. 4. Criança.

I. Panizzolo, Claudia . II. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. III. Título.

JULIANA DOS SANTOS CAMARU

**“COM QUEM FICAM OS NOSSOS FILHOS QUANDO A GENTE SAI
PARA TRABALHAR?”
O CUIDAR E O EDUCAR NA PROGRAMAÇÃO E NAS
PROPOSTAS DE ATENDIMENTO DAS CRECHES DA REDE DIRETA
PAULISTANA (1969 A 1982)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (UNIFESP/EFLCH), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Panizzolo.

Aprovado em: 28 de agosto 2019.

Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Junior
Fundação Carlos Chagas
Universidade Católica de Santos

Prof.^a Dr.^a Renata Marcílio Cândido
Universidade Federal de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Elisabete Ferreira Esteves (suplente)
Universidade Metodista de São Paulo

Ao meu pai Francisco e à minha mãe Maria José.

AGRADECIMENTOS

Ao Bom Deus.

À professora Claudia, minha querida orientadora, sem a qual eu jamais conseguiria ter chegado até aqui. Minha gratidão pelo acolhimento, por toda orientação, ajuda, compreensão e generosidade.

Aos professores da banca de qualificação Mirian Jorge Warde, Renata Marcílio, Moysés Kuhlmann Jr. e Elisabete Ferreira, agradeço imensamente pela disponibilidade e pelas valiosíssimas contribuições.

Às supervisoras escolares da rede municipal paulistana: Márcia Colber, Érica Catalani, Cristiana Miranda e Silvonete Goulas por me “socorrerem”, pela generosidade, pelo incentivo, sugestões e diálogos, obrigada.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas “Infância, Cultura e História”, coordenado pela Professora Doutora Claudia Panizzolo, que me proporcionou discussões muito valiosas, as quais foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os colegas e a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, pelos ensinamentos, discussões e trocas ao longo dessa trajetória.

Às equipes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e da Fundação Carlos Chagas São Paulo responsáveis pelos acervos dos arquivos e bibliotecas, pela ajuda na recolha dos dados e na localização de documentos, por toda a dedicação e prontidão em contribuir com esta pesquisa: Silvana (Memória Técnica Documental e Memorial da Educação Municipal- SME), Claudete (SEADS), Ana Maria de Souza (Biblioteca Ana Maria Poppovic).

Aos funcionários e funcionárias das Bibliotecas da Universidade Federal de São Paulo campus Guarulhos, Universidade de São Paulo campus Butantã e Leste pela disponibilidade, atenção e prontidão no atendimento.

Ao secretário acadêmico Erick Dantas e à estagiária Jane Yamaguti, pelos esclarecimentos, orientações e paciência.

Às minhas queridas amigas e companheiras de pesquisa: Alessandra Paulino, Rosana Oliveira, Amanda Topic, Elisméia Dias, Keila Rodrigues, Sandra Aparecida, Soraia Regiane e Gabriel Meneses. Agradeço imensamente pelo apoio, pela amizade, por tantos sorrisos que compartilhamos.

A todos e todas que colaboraram com a realização desta pesquisa.

Ao meu amor, Renato, por tornar a minha vida mais doce e mais leve.

E, finalmente à minha família por acompanhar cada um dos meus passos, por dividir comigo todos os meus sonhos, por me apoiar em todas as minhas decisões. Obrigada por acreditar em mim e por incentivar todos os meus sonhos!

RESUMO

Em 1950, a Prefeitura Municipal de São Paulo firmou os primeiros convênios com entidades beneficentes, para atendimento das crianças pequenas em creches. O atendimento pelo subsistema de creches da rede direta da cidade de São Paulo passou por um amplo processo de expansão quantitativa, ao final da década de 1970. A compreensão dessas mudanças e suas implicações nas propostas e programas de atendimento às crianças na cidade é o que justifica a escolha pelo tema tratado nesta pesquisa. Tem-se, por objetivos, compreender por meio do estudo da programação de atendimento e das propostas curriculares das creches da cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982, a concepção de cuidar e educar adotada e como eram organizados seus currículos, os tempos e espaços, investigar a formação, os critérios para admissão e atribuições dos profissionais que atuaram nessas instituições, no período circunscrito; analisar o espaço escolar na configuração dos programas e propostas apresentados pelos diferentes órgãos vinculados às instituições de atendimento da rede paulistana. Foram utilizados, como fontes documentais os registros, atas, boletins, programas e propostas de atendimento às crianças de 0 a 6 anos e 11 meses, elaboradas pelas Secretarias do Bem-Estar Social vinculadas às instituições de atendimento à criança no período compreendido neste estudo. Como procedimentos metodológicos da pesquisa, foram feitas análises destes documentos legais e normativos do município de São Paulo referentes ao período de 1969 a 1982, disponibilizados no portal da Secretaria Municipal de Educação – Acervo da Memória Técnica Documental e no portal da Fundação Carlos Chagas – Acervo da História da Educação e da Infância. As fontes foram analisadas sob as categorias: cuidar e educar. O estudo realizado aponta que foram muitas as dificuldades para a consolidação do atendimento à criança de 0 a 6 anos pela rede de creches diretas na cidade de São Paulo, como uma política decorrente do direito da criança. A investigação demonstrou a organização, as estruturas, formas de manutenção e propostas de atendimento traçadas nas programações junto às crianças atendidas, prioritariamente de 0 a 3 anos de idade, cujas famílias apresentassem renda de até dois salários mínimos.

Palavras-chave: creches paulistanas, cuidar e educar, currículo, criança.

ABSTRACT

In 1950, São Paulo City Hall signed the first agreements with charities to attend young children in daycare centers. The attendance by the São Paulo's City direct network daycare subsystem went through a wide process of quantitative expansion, at the end of the 1970s. The understanding of these changes and their implications in the proposals and programs for children in the city is what justifies the choice of the theme addressed in this research. The objectives of this study are to understand, through the study of attendance programming and curricular proposals of São Paulo's City Daycare Centers, from 1969 to 1982, the conception of caring and educating adopted and how their curriculums were organized, the times and spaces, to investigate the formation, the criteria for admission and attributions of the professionals that worked in these institutions in the circumscribed period and to analyze the school space in the conformation of the programs and proposals presented by the different agencies linked to the attendance of the São Paulo's City network institutions. The records were used as documentary sources as well as minutes, bulletins, programs and proposals for the attendance of children from 0 to 6 years and 11 months, prepared by the Social Welfare Secretariats linked to childcare institutions in the period covered by this study. As methodological procedures of the research were made analyzes of these São Paulo's City legal and normative documents referring to the period from 1969 to 1982, available in the portal of the Municipal Secretariat of Education - Collection of the Technical Documentary Memory and in the portal of the Carlos Chagas Foundation - Collection of the History of Education and Childhood. The sources were analyzed under the categories: caring and educating. The study shows that there were many difficulties for the attendance of children from 0 to 6 years old to be consolidated through the São Paulo's City direct network daycare centers, as a policy arising from the rights of the child. The research showed the organization, structures, maintenance and attendance proposals outlined in the schedules with the children served: primarily from 0 to 3 years old whose families had an income of up to two minimum wages.

Keywords: São Paulo's City daycare centers, take care and educate, curriculum, child.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — “Acordo entre cavalheiros” DSS e Serviço Social de Menores do Estado de São Paulo	56
Figura 2 — Aplicação dos Recursos.....	57
Figura 3 — Atendimento Alternativo “Segundas Mães”	59
Figura 4 — Fragmento do Regulamento da Divisão de Educação e Recreio	62
Figura 5 — Meta para o Projeto Centros Infantis Integrados para o ano de 1974.	63
Figura 6 — Estruturação da SEBES (1966).....	65
Figura 7 — Carta aos trabalhadores e trabalhadoras	66
Figura 8 — Atuação da SEBES em 1967	67
Figura 9 — Conjunto de imagens da inauguração da Creche Sossego da Mamãe com a presença das autoridades responsáveis, movimento das pastorais e comunidade, localizada no bairro de São Miguel Paulista em 1967	68
Figura 10 — Excerto sobre o histórico da creche de Guaianases	72
Figura 11 — "Será que há esperança?"	77
Figura 12 — Situação das Creches na Rede Indireta e Particular.....	79
Figura 13 — Trecho de Carta enviada ao Prefeito pelo Movimento de Luta por Creches Diretas (1979)	81
Figura 14 — Boletim Movimento de Luta por Creches Parque Bristol e Jardim São Savério	83
Figura 15 — Distribuição da Capacidade de Atendimento da Rede de Creches (1979)	86
Figura 16 — Promessa feita pelo Prefeito ao Movimento de Luta por Creches Diretas	89
Figura 17 — Letra de música para o encontro com o Prefeito da cidade de São Paulo	90
Figura 18 — Movimento de Luta por Creches Diretas - 1980	91
Figura 19 — Localização das Creches da Rede Direta no município de São Paulo por Supervisões Regionais de Serviço Social (SURS) até 1982	93
Figura 20 — Propaganda Eleitoral	94
Figura 21 — Programação do Treinamento da SEBES	100
Figura 22 — Relatório do 1.º Treinamento da SEBES.....	101
Figura 23 — Avaliação do atendimento prestado pela atual rede de creches (1971)	103
Figura 24 — Diagrama do Processo de Desenvolvimento Pleno da Criança	112
Figura 25 — Excerto da Programação Socioeducativa (1973)	115
Figura 26 — Justificativa da programação	121
Figura 27 — Carta aos pais sobre as normas do Centro Infantil Integrado	129
Figura 28 — Roteiro para visita – Programação de Serviço Social (1974).....	130

Figura 29 — Exercícios de Coordenação Motora	133
Figura 30 — Jogo com bola	135
Figura 31 — Jogo Ativo	135
Figura 32 — Jogo Moderado	136
Figura 33 — Jogo de correr	136
Figura 34 — Jogo de Competição de Grupos	137
Figura 35 — Jogo de atividade motora moderna	137
Figura 36 — Excerto da Ficha de Saúde e Controle das Imunizações	146
Figura 37 — Ficha de Observação da Enfermagem	147
Figura 38 — Ficha do Controle Pondo-Estatural	148
Figura 39 — Ficha de Controle Biométrico	149
Figura 40 — Lista das medicações administradas nas creches	151
Figura 41 — Conjunto de Plantas baixas das creches municipais	172
Figura 42 — Conjunto de imagens Áreas Externas e Internas das creches da rede direta paulistana	180
Figura 43 — Excerto do relatório sobre instalações e equipamentos	183
Figura 44 — Conjunto de Imagens inspeção diária para entrada na creche	187
Figura 45 — Conjunto de Imagens higiene pessoal	191
Figura 46 — Ficha de Desenvolvimento – Linguagem Expressiva	203
Figura 47 — Escala do desenvolvimento motor de Shirley	205
Figura 48 — Conjunto de imagens da estimulação infantil	206
Figura 49 — Conjunto de imagens do banho e outros momentos da rotina com os adultos	212
Figura 50 — Conjunto de imagens do maternal, jardim e pré.	221
Figura 51 — Conjunto de Imagens novas experiências do Maternal, Jardim e Pré	228
Figura 52 — Conjunto de imagens sobre reunião realizada com a comunidade	233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Evolução da rede de creches diretas (1969 a 1982).....	92
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Informações Político administrativas sobre o Órgão Público Municipal do Bem-Estar Social no período de 1951 a 1982.....	54
Quadro 2 — Creches e Berçários em empresas/indústrias na cidade de São Paulo (1940-1960)	59
Quadro 3 — Localização das Creches da Rede Paulistana	73
Quadro 4 — Treinamento para Funcionárias das Creches	99
Quadro 5 — Síntese das Metas Previstas e Realizadas – Projeto Centros Infantis para o período de 1971 a 1973	106
Quadro 6 — Desenvolvimento da Linguagem – Centros Infantis Integrados	116
Quadro 7 — Desenvolvimento Intelectual – Centros Infantis Integrados	117
Quadro 8 — Desenvolvimento Motor – Centros Infantis Integrados	118
Quadro 9 — Desenvolvimento Socioemocional – Centros Infantis Integrados	119
Quadro 10 — Área de Comunicação e Expressão – Minigrupo (1 ano e 6 meses a 2 anos e 6 meses) .	123
Quadro 11 — Área de Integração Social. Maternal I (2 anos e 6 meses a 3 anos e 6 meses).....	124
Quadro 12 — Área de Iniciação às Ciências (Maternal II e Jardim)	125
Quadro 13 — Roteiro indicativo do desenvolvimento da criança	127
Quadro 14 — Lista de Materiais necessários para os momentos de jogos e brincadeiras nas creches	139
Quadro 15 - Esquema de Alimentação dos Centros Infantis Integrados do 1.º ao 15.º mês	142
Quadro 16 — Esquema de alimentação dos Centros Infantis Integrados do 1.º mês ao 15.º mês em diante	143
Quadro 17 — Cardápio do Almoço dos Centros Infantis Integrados	144
Quadro 18 — Rotina da Creche – Programação Básica para Creches	158
Quadro 19 — Relação de Pessoal das creches diretas quanto a função, escolaridade e jornada de trabalho (1980)	165
Quadro 20 — Relação de Pessoal das creches diretas quanto a função, escolaridade e jornada de trabalho (1981)	166
Quadros 21 — Módulo de Atendimento de uma creche com capacidade para 120 crianças (1981).....	168
Quadro 22 — Caracterização dos Projetos de creche (1973 a 1982).....	171
Quadro 23 — Rotina de Atividades de crianças de 0 a 7 meses – Berçário Menor	199
Quadro 24 — Rotina de Atividades de crianças de 8 meses a 1 ano e 6 meses – Berçário Maior	200
Quadro 25 — Rotina de Atividades de crianças 1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses – Minigrupo	201

Quadro 26 — Rotina de Atividades de crianças 2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses — Maternal I	216
Quadro 27 — Rotina de Atividades de crianças de 3 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses — Maternal II	217
Quadro 28 — Rotina de Atividades de crianças 4 anos e 7 meses a 5 anos e 11 meses — Jardim	218
Quadro 29 — Rotina de Atividades de crianças de 6 anos a 6 anos e 11 meses — Pré	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAS	Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASMU	Comissão de Assistência Social Municipal
CEI	Comissão Especial de Inquérito
CF	Constituição Federal
CIA	Companhia
COBES	Coordenadoria do Bem-Estar Social
COGEP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
DC	Departamento de Cultura
DSS	Divisão de Serviço Social
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMURB	Empresa Municipal de Urbanismo
FABES	Secretaria da Família e Bem-Estar Social
FCC	Fundação Carlos Chagas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IND	Indústria
INST	Instituição
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MTD	Memória Técnica Documental
OSEM	Orientação Sócio Educativa ao Menor
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PI	Parque Infantil
PT	Partido dos Trabalhadores
PUB	Plano Urbanístico Básico
PUC	Pontifícia Universidade Católica
S/A	Sociedade Anônima
SAS	Secretaria de Assistência Social
SEBES	Secretaria do Bem-Estar Social
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SUBES	Superintendência do Bem-Estar Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SURS	Supervisão Regional de Serviço Social

SURS - BT	Supervisão Regional de Serviço Social – Butantã
SURS - SA	Supervisão Regional de Serviço Social – Santo Amaro
SURS - CL	Supervisão Regional de Serviço Social – Campo Limpo
SURS -VM	Supervisão Regional de Serviço Social – Vila Mariana
SURS - FO	Supervisão Regional de Serviço Social – Freguesia do Ó
SURS-MG	Supervisão Regional de Serviço Social – Vila Maria e Vila Guilherme
SURS - PP	Supervisão Regional de Serviço Social – Perus e Pirituba
SURS - ST	Supervisão Regional de Serviço Social – Santana
SURS - IG	Supervisão Regional de Serviço Social – Itaquera e Guaianazes
SURS-ME	Supervisão Regional de Serviço Social – São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo
SURS - PE	Supervisão Regional de Serviço Social – Penha
SURS - IP	Supervisão Regional de Serviço Social – Ipiranga
SURS -MO	Supervisão Regional de Serviço Social – Mooca
SURS - VP	Supervisão Regional de Serviço Social – Vila Prudente
SURS - SÉ	Supervisão Regional de Serviço Social – Sé
SURS - LA	Supervisão Regional de Serviço Social – Lapa
SURS - PI	Supervisão Regional de Serviço Social – Pinheiros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Caracterização do atendimento à criança	20
Objetivo geral.....	37
Objetivos específicos.....	38
As fontes e os procedimentos da pesquisa	38
A organização dos capítulos	49
CAPÍTULO 1 – INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA NA CIDADE DE SÃO PAULO: DA ORIGEM DO ATENDIMENTO PELA REDE DE CRECHES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO A 1982.....	512
1.1 “Creches: uma necessidade para a cidade que cresce”: as políticas alternativas direcionadas à criança nos anos de 1950 a 1960	53
1.2 “Queremos creche”: a formação da rede de creches na cidade de São Paulo, nos anos de 1960 a 1970	64
1.3 “Com tanto problema será que há esperança”? A luta por creches da rede direta em São Paulo na década de 1970	74
1.4 “Creches, a luta que não acaba”: enfrentamentos e implantação da rede de creches no período de 1980 a 1982.....	88
CAPÍTULO 2 – PROPOSTAS E PROGRAMAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CRECHES DA REDE DIRETA DA CIDADE DE SÃO PAULO	97
2.1 A Proposta de Atendimento da Secretaria do Bem-Estar Social: Projeto Centros Infantis Integrados	98
2.2 Programação Propriamente Dita para o atendimento nas creches	113
2.3 (RE)Programação Básica para Creches da Coordenadoria do Bem-Estar Social....	153
2.4 O ambiente da creche na proposta de atendimento: os espaços.....	169
CAPÍTULO 3 – O CUIDAR E O EDUCAR NA ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS DE ATENDIMENTO DA CRECHE DA REDE DIRETA PAULISTANA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO	185

3.1 O cuidado com a saúde e com o ensino dos hábitos de higiene para crianças	185
3.2 O cotidiano dos bebês na creche: berçário e minigrupo	197
3.3 A rotina das crianças do maternal e jardim.....	214
3.4 Cuidar e educar como direito	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
REFERÊNCIAS	241
ANEXO.....	251
 Anexo A — Relação das creches localizadas no município de São Paulo; relação das Supervisões Regionais de Serviço Social (SURS) dos equipamentos da COBES e entidades conveniadas (atualizado até janeiro de 1983).....	251

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa de Mestrado em Educação, desenvolvida junto à linha de pesquisa “História da Educação: Sujeitos, Objetos e Práticas”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Guarulhos, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas: Infância, Cultura e História (GEPICH), coordenado pela Professora Doutora Claudia Panizzolo.

Como membro do GEPICH e sob a orientação da Professora Doutora Claudia Panizzolo, foi possível desenvolver, entre o período de 2017 a 2019, a pesquisa de Mestrado em Educação com o objetivo de compreender, por meio do estudo da programação de atendimento e das propostas curriculares das creches da rede direta da cidade de São Paulo, a concepção de cuidar e educar adotada, a organização dos seus currículos, os tempos e espaços, investigar a formação, os critérios para admissão e atribuições dos profissionais que atuaram nessas instituições, apresentadas pelos diferentes órgãos da Secretaria do Bem-Estar Social vinculados às instituições de atendimento da rede direta¹ de creches da cidade de São Paulo.

A escolha dos estudos realizados privilegiou a contribuição para o aprofundamento teórico e conceitual necessário para o desenvolvimento desta investigação. Na área da história, realizaram-se leituras e discussões de autores, como Elias (2011) e Foucault (2014) que fundamentaram as discussões sobre o processo civilizador que varia de acordo com o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização, possibilitando a construção desta pesquisa.

Dos oito estudos desenvolvidos pelos integrantes do GEPICH, das pesquisas relacionadas à Educação Infantil, aproximam-se desta investigação a de Lima (2016) que por meio do estudo *A formação continuada de gestores da educação infantil: possibilidades e limites do programa de formação a Rede em Rede – a formação continuada na educação infantil* investigou as apropriações dos gestores sobre os conceitos de gestão pedagógica e compartilhada nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas Municipais de Educação Infantil, na cidade de São Paulo, por meio dos documentos produzidos no âmbito do programa investigado, buscando compreender os princípios que nortearam as ações de formação dos gestores escolares. Em *Paulistinha a creche universitária da UNIFESP: a*

¹ No período compreendido por esta pesquisa, o equipamento para a creche na administração da rede direta era construído, mantido e administrado diretamente pela Prefeitura do Município de São Paulo.

construção identitária de uma história multifacetada (1971 a 1996), Oliveira (2019) analisou a história da creche universitária Paulistinha, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), instituição criada na década de 1970, para atender filhos de funcionárias da Escola de Enfermagem dessa universidade.

O contato com essas pesquisas, por meio da minha participação no GEPICH, a formação em Pedagogia e pelo exercício do cargo de supervisora escolar da rede municipal de São Paulo, possibilitou uma proximidade com as questões da infância e da criança, em uma perspectiva histórica.

Desse modo, assim como os trabalhos elaborados pelas integrantes do GEPICH sobre Educação Infantil, tomo de empréstimo as palavras de Kuhlmann Jr. (2015, p. 8) para tratar sobre o assunto “são pesquisas que desbravaram terrenos inexplorados no campo da história da educação e abriram espaço para estudos posteriores”; por meio dessas investigações, decorreu o interesse desta pesquisa em analisar a história de uma instituição: as creches do subsistema direto da rede paulistana, uma experiência extensa, objeto de discussões dos pesquisadores interessados nas instituições destinadas ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade pelos entes públicos.

Caracterização do Atendimento à criança

Um breve histórico desse atendimento frente às demandas nacionais revela que a necessidade de se atender crianças pequenas em ambientes não familiares se constituiu pela forte presença da pobreza, da marginalidade social, da criança nascida de união considerada ilegítima ou da situação da criança abandonada.

No Brasil, a proteção inicial à criança desamparada foi realizada pelo Estado e pela Igreja até aproximadamente metade do século XIX. A atuação de ambos ocorreu no controle legal, jurídico e por meio de apoios financeiros esporádicos. Com um desempenho mais direto, estava a sociedade civil, que “compadeceu-se e preocupou-se” com a sorte da criança desvalida e sem família (MARCÍLIO, 1998, p. 132).

A proteção e assistência à infância abandonada podem ser percebidas por meio de três fases distintas. Segundo apontam os estudos de Marcílio (1998), a primeira fase, denominada de caritativa, tem sua extensão do Período Colonial até meados do século XIX. A segunda fase, que manteve ainda aspectos e setores da caridade, assumiu também as especificidades da filantropia, presente até a década de 1960. A terceira fase, que compreende as últimas décadas do século XX, emerge com o Estado de Bem-Estar Social, ou Estado Protetor, que assumiria a

assistência social da criança desvalida e desviante². Somente a partir dessa última fase, a criança é considerada, perante a lei, sujeito de Direito e partícipe da cidadania.

A fase de assistência caritativa tem, como característica principal, o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista e sem pretensão de mudanças sociais. Inspirados nas práticas religiosas que valorizavam as ações de caridade e beneficência, os mais ricos procuravam minorar o sofrimento dos desvalidos com oferta de esmolas ou de boas atuações. No entanto, almejavam o reconhecimento e *status* de beneméritos da sociedade. Com essa prática, preservavam ainda a ordem e propagavam comportamentos conformistas. Nessa fase, as crianças expostas eram assistidas pelas municipalidades, que delegavam, por meio de suas Câmaras Municipais, os serviços especiais de proteção à criança exposta a outras instituições. Desse modo, o primeiro sistema de assistência aos pequenos enjeitados foi o das Santas Casas. Já o segundo sistema de proteção formal foi o que instituiu a Roda e a Casa de Expostos. O terceiro sistema de proteção à infância nessa fase foi informal e ficou conhecido como sistema dos filhos de criação em casas de famílias. Nessa estrutura, ocorria o recebimento ou acolhimento temporário de crianças advindas das obrigações do parentesco, ou por desejo particular de alguém.

Como resultado de uma nova época da assistência social, no que diz respeito às políticas públicas sociais voltadas para a infância desvalida, tem-se a fase denominada de filantrópica, particularmente a partir da segunda metade do século XIX. Kuhlmann Jr. (1990, p. 30) aponta que a filantropia “é uma adaptação da antiga caridade, que se preocupava com a diminuição do custo social da reprodução da classe trabalhadora e com o controle da vida dos pobres, de modo a garantir a dominação do capital”.

As primeiras propostas advindas da fase filantrópica em favor da infância desvalida foram as intervenções nos trabalhos desenvolvidos pelas Misericórdias, procurando transformá-las em institutos de proteção à infância abandonada a serviço do poder público. De acordo com Rizzini (2011), os médicos higienistas atacaram a questão da infância abandonada por diversas frentes: combate à mortalidade infantil, cuidados com o corpo (estímulo à educação física, aos esportes, à amamentação e à alimentação corretas), introdução da Pediatria e da Puericultura, campanhas de higiene e saúde pública. Essas medidas conduziram também ao estabelecimento de outros critérios para se conceituar a infância:

² De acordo com Marcílio (1998), em vários Estados da federação surgiram, as Fundações Estaduais para o Bem Estar do Menor ou entidades congêneres após a publicação do Estatuto do Menor em 1979, para abrigo da infância desamparada e com desvios de conduta. Essas instituições incumbiam-se do abrigo dos menores carentes e dos menores infratores.

Até mesmo a designação da infância mudou nessa fase de intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. De um lado, o termo “criança” foi empregado para o filho das famílias bem-postas. “Menor” tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada.

[...] A infância abandonada que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se para os juristas, caso de polícia. (MARCÍLIO, 1998, p. 195)

A filantropia, então, com o intuito de preparar o homem higiênico, o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado, fundou estabelecimentos especializados de atendimento. Essas instituições acabavam por priorizar a função social de tirar a criança da rua e abrigá-la em lugar seguro. Para os delinquentes, por exemplo, foram instituídas colônias agrícolas e escolas de artes e ofícios, institutos correcionais, reformatórios, orfanatos e asilos.

Foi com a aprovação da lei Orçamentária Federal em janeiro de 1921, que se processou a implementação de medidas legais para combater problemas relacionados ao crescimento da pobreza, da criminalidade e do medo, que culminou com a promulgação, em 1927, do Código de Menores, uma legislação destinada ao menor. Para Câmara, a lei publicada representava os interesses e embates travados nas discussões parlamentares e expressava-se pelas ideias republicanas de civilização e progresso, configuradas como expressão das aspirações de médicos, jornalistas e juristas envolvidos com as questões da infância pobre. De acordo com a autora (2010, p. 255), “a lei deveria significar a possibilidade de se preservar a ordem, ao mesmo tempo em que demonstrava o seu caráter de modernidade e de adiantamento das iniciativas, visando içar o país no rol dos países civilizados do mundo”.

Nesse sentido, além dos dispositivos para que houvesse uma prestação de auxílio e proteção legal à criança, foram criados instrumentos capazes de intervir, por meio das medidas preventivas e corretivas, na regeneração das crianças. A esse respeito, Rizzini (2002) aponta que as ações do período se basearam nas seguintes argumentações:

Em nome da manutenção da paz social e do futuro da nação, diversas instâncias de intervenção e controle serão firmadas. Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição.

[...] Com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: ‘salvar a criança’ para transformar o Brasil. (RIZZINI, 2002, p. 38)

Verifica-se, por meio dessa passagem, que o Estado caminhava, à época, em direção à proteção da infância desvalida. Com a criação, em 1940, do Departamento Nacional da Criança (DNCr)³, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, cujas pretensões

³Com a instituição do *Departamento Nacional da Criança* (DNCr), que foi uma instituição de múltiplos objetivos e finalidades, centralizou-se, durante aproximadamente trinta anos, a política de assistência à mãe e à criança no Brasil. Segundo Biccás (2009), em 1940 criou-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr), por meio do Decreto n.º 2024 de 17.02.1940, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Até o ano de 1951, o

eram a de realizar um levantamento das instituições de assistência à infância, privadas ou oficiais, da Capital e de outros Estados e desenvolver estudos sobre a morbidade e mortalidade infantis, “para lembrar aos poderes públicos a necessidade do estabelecimento de medidas urgentes e inadiáveis contra os fatores negativos do nosso progresso e da nossa civilização” (MARCÍLIO, 1998, p. 221), houve, dentre as finalidades do DNCr, um discurso que corroborava com a fala da assistência e do amparo aos menores desvalidos advindos da promulgação do Código de Menores.

No município de São Paulo, enquanto essa modalidade de atendimento atingia uma determinada parcela da população, a guarda e educação de crianças pequenas de 0 a 6 anos, filhos das mulheres das classes trabalhadoras, ficava a cargo dos estabelecimentos denominados como internatos, asilos e creches, sob a responsabilidade das associações de caridade, mantidas em parte por contribuições voluntárias e em parte por verbas oficiais parceladas e desconexas. Outro modelo existente no período, na cidade de São Paulo, foram as creches e os berçários nas indústrias, criados a partir de 1920, para prestar assistência aos filhos das operárias.

De acordo com o Decreto lei n.º 5452, de 1.º de maio de 1943, que regulamentou a legislação trabalhista vigente à época, a *Consolidação das Leis Trabalhistas* (CLT), nas cidades industriais, as fábricas deveriam manter as creches para atender aos filhos das trabalhadoras. O artigo 389, parágrafo 1.º, prescrevia:

Os estabelecimentos em que trabalhassem pelo menos trinta mulheres, com mais de dezesesseis anos de idade, deveriam manter local apropriado, anexo às fábricas, onde fosse permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação (BRASIL, 1943).

Todavia, essa determinação não era cumprida. As indústrias e fábricas habitualmente ludibriavam a legislação trabalhista, furtando-se às suas exigências. Exceções a essa burla da legislação são, de acordo com Rosenberg, Campos e Haddad (1991), as vilas operárias que continham escolas e creches financiadas por algumas indústrias no início do século, responsabilizando-se pelos benefícios oferecidos aos trabalhadores, com o objetivo de garantir serviços necessários à manutenção da força de trabalho. Ainda sobre as vilas, é importante acrescentar, de acordo com Kishimoto (1988), que:

departamento manteve-se integrado ao Ministério da Saúde. Seu objetivo principal, entre outras atividades, era o de estabelecer normas para o funcionamento das creches. O DNCr foi responsável pela publicação de livros e artigos voltados para o atendimento da criança, no país. Kramer (1987) afirma que o DNCr, “objetivava unificar os serviços relativos não só à higiene da maternidade e da infância, como também à assistência social de ambos” (p. 64). O DNCr responsabilizou-se também pela “organização das Campanhas Nacionais pela Alimentação da Infância, com o apoio da sociedade civil, além das “Semanas da Criança”, com fins pedagógicos e para a instrução das mães” (MARCÍLIO, 1998, p. 222).

A construção de vilas operárias constituiu-se, então, em investimento seguro, quer pelo aluguel ou venda de imóvel, quer pela dependência que o inquilino passa a ter do proprietário do imóvel que é também seu empregador. Esse laço cria um constrangimento ao operário morador da vila operária, que se nega a participar de greves com receio de perder a habitação. Assim, as vilas ampliam o poder de pressão sobre o proletariado. O empresário, ao construir uma vila, está ciente dos resultados de seu investimento em relação ao atendimento da produção e sujeição do trabalhador aos interesses do capital.

[...] Os trabalhadores tinham o direito de pôr os filhos na creche [...] essa atitude não pode ser associada ao trabalho caritativo, uma vez que era imposta pela legislação oficial em vigor. (KISHIMOTO, 1988, p. 66).

Dessa forma, a iniciativa de atendimento às crianças das mães trabalhadoras na cidade de São Paulo, de caráter privado, aconteceu por meio dos donos das fábricas que, para contrair mão de obra feminina, mantinham berçários/creches que funcionavam no interior da propriedade industrial, ou em terreno vizinho. Esses espaços tinham como objetivos principais, manter a saúde física e moral dos filhos das mulheres trabalhadoras das indústrias. Eram, em sua maioria, constituídos por salas dormitórios com leitos e com pessoas destinadas para os cuidados com as crianças que eram deixadas ali pelas mães, ao entrarem para o trabalho na fábrica. Esses espaços, contíguos às fábricas, desenvolviam-se principalmente no município de São Paulo, autonomamente, sem nenhuma intervenção da municipalidade. Como não havia um planejamento para instalação destes espaços, em alguns locais, havia sobreposição de atendimento – dos patrões e da municipalidade – e em outros, a permanência de áreas geográficas ou populacionais desatendidas, a exemplo da região dos cortiços no centro da cidade.

Apesar da redução das correntes imigratórias, as correntes migratórias do interior do Estado de São Paulo, de Minas Gerais e de Estados da Região Nordeste, e mesmo de imigrantes nos fins dos anos 30, atraídas pela possibilidade de incorporação ao mercado de trabalho, nas fábricas, ou na construção civil, respondiam por grande parte do aumento da população paulistana: a cidade crescia impulsionada pelo movimento de expansão do setor industrial (SILVA, 2015).

Evidencia-se a partir dos anos de 1930, período de acentuada expansão da industrialização, uma forte movimentação espacial da população, que saiu do campo para as cidades, ou de uma região para outra. Esse deslocamento foi impulsionado pela industrialização. O crescimento também promoveu visível quadro de desigualdade social e a presença de diferentes grupos sociais ocupando as ruas, constituindo distintos bairros e formas de viver. A mulher passou a ocupar lentamente um lugar na sociedade, conquistou direitos e posições até então negados. Com o desenvolvimento industrial dos grandes centros

urbanos, aumenta, no decorrer dos anos, a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente a partir de 1950.

Para Marcílio,

O crescimento demográfico, a urbanização galopante e a construção de indústrias determinaram o lado perverso desse desenvolvimento. A pobreza aumentou e tornou-se ainda mais visível nos centros urbanos. Multiplicaram-se as habitações precárias, as favelas e os cortiços nas grandes cidades. Esses mesmos fatores favoreciam a exploração da mão-de-obra urbana e despreparada, remunerando-a com salários aviltados e, principalmente, explorando o trabalho feminino e o trabalho infantil.

[...] Legiões de crianças maltrapilhas, desamparadas, tornaram-se uma constante nas grandes cidades. (MARCÍLIO, 1998, p. 192)

Nos anos de 1950, a cidade de São Paulo vivenciou essas modificações no plano da sua convivência urbana. As alterações observadas no período trazem certas peculiaridades, porque suscitaram uma série de demandas sociais que surgiram principalmente em consequência do surto do desenvolvimento industrial.

Entre 1961 e 1980, o valor da produção industrial do Brasil é multiplicado por 4,5 – e grande parte dessa expansão se deu na capital da cidade de São Paulo. É o que explica o rápido crescimento da população da cidade, que neste mesmo período é multiplicada por 2,22. Esse ritmo acelerado de expansão é particularmente notável porque se dá numa metrópole que já no início tinha grandes dimensões: 3.825.351 habitantes. Vinte anos depois, eles seriam 8.493.226. (SINGER, 2017, p. 185)

Os centros urbanos nessa nova organização do território que expandiu os limites da cidade passam a adquirir os contornos definitivos de uma grande metrópole. Esta alteração no ritmo da vida urbana, segundo Arruda (2005), fez com que a antiga cidade, moldada na economia cafeeira, apresentasse um novo e renovado *layout*, agora pontilhado pelas chaminés das fábricas.

Esse novo *layout* foi se revelando por meio da horizontalização e da verticalização da cidade na década de 1950. Tais processos foram simultâneos na grande metrópole. De acordo com os dados disponibilizados pelo *Arquivo Histórico Demográfico do Município de São Paulo*, do Departamento da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, a região central fora ocupada pelos arranha-céus, tanto na porção de seu núcleo histórico, a leste do vale do Anhangabaú, conhecida como Centro Velho – abrigando especialmente sedes de bancos e instituições financeiras – como na porção oeste do vale, em direção à Praça da República e conhecida como Centro Novo – onde se instalaram, sobretudo, atividades comerciais e de serviços em ruas, como Barão de Itapetininga, Xavier de Toledo, Conselheiro Crispiniano e Dom José de Barros.

A pesquisa de Gama (1998) indica que nesse período as Avenidas São João e Ipiranga delimitavam a Cinelândia, principal polo de entretenimento e de vida noturna da capital, com

seus muitos cinemas, restaurantes, bares e calçadas iluminadas por enormes letreiros de néon. Some-se o fato de que uma variedade e diversidade cultural, oriunda da convivência entre população local, migrantes e imigrantes compõem um cenário ímpar para a cidade, que teve horizontes culturais e territoriais alargados. Segundo Arruda (2005):

Fundia-se no espaço da Grande São Paulo uma torrente de línguas e dialetos: as variantes italianas, o calabrês, o napolitano e o vêneto; o português falado pela população mestiça e negra, cultivado no espaço urbano; o linguajar caipira chega com os trabalhadores de origem rural, acrescido do falar mineiro e nordestino, preservador do português arcaico dos tempos coloniais bafejados pelos dialetos africanos e pela língua geral, que ambientaram suas expressões típicas, a entonação de suas alocações, o movimento descansado de suas expressões (ARRUDA, 2005, p. 139).

Tal crescimento modifica a demografia paulistana. Ocorre a chamada compactação da área ocupada pela verticalização e pela expansão territorial da zona urbana, em processos do centro e bairros próximos, do centro para bairros mais afastados, com a ocupação de terrenos baldios e dos “vazios” existentes entre loteamentos construídos nas décadas anteriores, estendendo-se para os núcleos suburbanos estabelecidos ao longo das ferrovias e vias de circulação rodoviária, segundo revela De Martino Jannuzzi e Jannuzzi (2002).

Dados do censo do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) de 1950 revelam que a cidade de São Paulo viu sua população aumentar em mais de nove vezes no período de 1900 a 1950, passando de cerca de duzentos e quarenta mil para dois milhões e duzentos mil habitantes. Esse fator demográfico implicou mudanças na paisagem social e econômica da cidade que deixou de ser somente um espaço de dominação política dos cafeicultores e passou a constituir-se como lugar de resistência. Foi preciso que a população construísse estratégias cotidianas para sobreviver nesse espaço marcado por disputas e tensões. Conforme apontado por Arruda (2005), nos anos de 1950, foram fundadas mais da metade de todas as indústrias instaladas na cidade. De acordo com a periodização de Mello (1982), este processo de industrialização na cidade se deu em duas fases: a primeira, a fase da *industrialização restringida* – até 1955 – e a segunda, da *industrialização pesada* – de 1956 a 1964.

A primeira fase, a da *industrialização restringida*, foi assim caracterizada, porque as bases técnicas e financeiras da acumulação de capital não eram suficientes para a implantação do núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que se constitui pela capacidade produtiva de crescer adiante da demanda.

Já a segunda fase, a da *industrialização pesada*, foi marcada pela intensificação da produção de bens de consumo duráveis – como automóveis e eletrodomésticos; bens de

capital – máquinas e equipamentos e bens intermediários – siderúrgicos, químicos, borracha, papel (SINGER, 1983).

O processo de industrialização, concomitante ao adensamento demográfico gerou outros tipos de demandas sociais para a cidade, pois, segundo Maricato (2013, p. 41), “a industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente que era construído”. Decorrente disto, São Paulo apresentou-se como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente, uma vez que o rápido aumento da população provocou, não só o aumento da pobreza, mas trouxe também problemas para as famílias trabalhadoras. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados no setor industrial não tiveram seus salários regulados por suas necessidades. Segundo a mesma autora, “parte dos trabalhadores empregados na indústria automobilística, nos anos 50, morava em favelas” (p. 41).

Os estudos sobre as tendências históricas de crescimento populacional no município de São Paulo, realizados por De Martino Jannuzzi e Jannuzzi (2002), demonstram que as explicações sobre dados demográficos e coeficientes de atratividade residencial dos noventa e seis distritos paulistanos são escolhas baseadas em fatores físico-territoriais, socioespaciais e econômico-urbanos, mostrando como as deseconomias da aglomeração, pauperização, verticalização, avanço do comércio e efeitos decorrentes das obras públicas produzem impactos diferenciados na redistribuição intraurbana da população, potencializando os fluxos de população para determinadas áreas do município. Dos serviços resultantes desses fatores, destacam-se: a disponibilidade de crédito imobiliário, a existência de serviços urbanos, como água, luz e coleta de lixo, a proximidade a equipamentos públicos, como escolas e praças, de serviços de comércios e bancos, do local de trabalho, de locais de maior oferta de empregos, dentre outros.

Os mesmos autores indicam que a dinâmica demográfica paulistana se configurou a partir de um padrão denominado de *radiocêntrico*, seguindo a lógica da concepção urbanística de Prestes Maia – marcada pelas intervenções urbanas e pela exclusão social a que os trabalhadores estavam sujeitos. Ao longo desse período, os custos para aquisição de terrenos e dos aluguéis das áreas já urbanizadas forçavam a ocupação territorial cada vez mais periférica do município em loteamentos irregulares e por meio da autoconstrução. Nas palavras do autor:

Na década de 1960, a região anelar mais periférica da cidade, compreendendo a Zona Leste, Zona Noroeste (Jaraguá e adjacências) e Sul de Santo Amaro, cresceu cerca de 13% ao ano, respondendo por 43% do crescimento demográfico paulistano. As áreas adjacentes a esse anel externo, internas ao município, também cresceram a taxas elevadas de 5,5% ao ano, respondendo por outros 41% do incremento de

população do município. Os bairros centrais, contudo, cresciam a menos de 1% ao ano, indicando um processo de evasão populacional e diminuição da densidade demográfica de população residente (DE MARTINO JANNUZZI e JANNUZZI, 2002, p. 109).

Neste contexto, tem-se, então, no período do fim dos anos de 1960, uma articulação de movimentos sociais e populares, especificamente dos Movimentos de Mulheres e do Movimento Feminista, transformando-se em uma importante bandeira na cidade de São Paulo, que constituiu forças para gerar transformações na política de creches da cidade (FRANCO, 2015).

A reivindicação e luta por creche, praticamente desconhecidas até então, começam a aparecer, seja no Movimento Feminista, seja no Movimento de Mulheres, impulsionada pela demanda crescente por este tipo de atendimento por parte das trabalhadoras. O ponto de convergência dos protestos apontava para criação das creches pela Prefeitura do Município de São Paulo. De acordo com o *Programa de Atendimento à população infantil de 0 a 6 anos*, da cidade de São Paulo (1980c):

Quando o fator baixo nível de renda pressiona a mulher a exercer uma atividade remunerada, nem sempre a falta de creche ou de pessoa adequada para substituí-la no cuidado dos filhos, a impede de atender a uma necessidade objetiva de trabalhar. Assim, milhares de crianças acabam permanecendo em casa, restritas ao espaço de um berço durante várias horas por dia, sob “cuidados” de irmãos pouco mais velhos e sujeitas a toda espécie de riscos. Em contrapartida, quando por falta de creche a mulher se restringe às suas funções domésticas, privando-se de uma possibilidade de remuneração, submete sua família a condições ainda mais precárias de vida. Em qualquer das circunstâncias, a incidência de um conjunto de privações nega à criança, o atendimento de suas necessidades básicas de saúde, educação, amor, compreensão, recreação e segurança. (SÃO PAULO – Município. Programa de Atendimento à população infantil de 0 a 6 anos, 1980c, p. 4).

O *Movimento de Luta* por creches reivindicava fundamentalmente a ampliação da rede de equipamentos construídos e mantidos pela administração municipal, com a participação atuante da comunidade, em sua gestão. Essa expressividade do movimento confirma-se por ser a creche um dos serviços públicos prioritários no conjunto de necessidades da população de baixa renda.

Nos anos de 1970, essas tendências se mantiveram. Por um lado, a continuidade do movimento de ocupação de loteamentos populares e autoconstrução na periferia e, de outro lado, o encorticiamento em direção às áreas centrais.

Seguindo essa lógica histórica de ocupação territorial do município, tem-se que a população de renda mais baixa, que não pode arcar com a valorização dos imóveis e do aluguel na região central da cidade, acabou se deslocando para moradias mais distantes, na periferia, ou inchando as favelas já existentes na capital. Trata-se de um gigantesco

movimento de construção da cidade, necessário para o assentamento da população, bem como de suas necessidades de trabalho, transporte, energia, água e saneamento.

Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições mínimas para se viver nesse espaço. O financiamento imobiliário pelo *Banco Nacional da Habitação* (BNH) integrado ao *Sistema Financeiro da Habitação* (SFH), criado pelo regime militar, ocasionou uma mudança no perfil da Metrópole, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos. De acordo com Maricato (2013, p. 21), “para a maior parte da população que buscava moradia na cidade o mercado não se abriu. O acesso das classes médias e altas foi priorizado”. De outro lado, as iniciativas de promoção pública, como os conjuntos habitacionais populares, foram alternativas para “jogar a população pobre em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores”.

Desse modo, a análise da urbanização e industrialização na cidade de São Paulo demonstra que a concentração territorial homogeneamente pobre revela a ausência de atividades culturais e esportivas, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, ausência de equipamentos da área da saúde, da educação, o que se denomina de segregação espacial. É demanda desde esse período a importância e necessidade de ampliar e melhorar o atendimento nos serviços de saúde – Prontos Socorros, Postos de Saúde, Hospitais, Maternidades, como também dos equipamentos sociais e culturais - creches, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais para práticas esportivas, áreas verdes. Sobre este adensamento populacional na cidade e as demandas geradas por ele, Singer (2017) assim o descreve:

Como o uso dado ao solo urbano gera efeitos externos, positivos e negativos, para os que moram, trabalham ou meramente circulam na vizinhança, as limitações legais ao referido uso têm por finalidade preservar a qualidade de vida em todas as áreas da cidade. Cedo aprendi que a principal preocupação dessas leis é o adensamento populacional nas diversas regiões e sub-regiões da metrópole. Quanto maior a densidade dos que moram ou trabalham em determinado segmento do espaço urbano, tanto maior será o uso das vias públicas e seu congestionamento, a utilização das redes de água, esgoto, energia elétrica e telefone e sua saturação. Para o morador ou o trabalhador, a densidade representa um ônus, à medida que dela decorre maior competição pelo uso de espaço público e de serviços públicos, cuja oferta é sempre limitada.

[...] Os cortiços, muitas vezes localizados em antigas zonas residenciais que dispõem de todos os serviços, demonstram a importância que o adensamento assume para o morador pobre: este se sujeita a habitar em aposentos minúsculos, nos quais famílias inteiras se apinham em condições subumanas, desde que esteja próximo do serviço, da escola das crianças e possa pagar o aluguel (SINGER, 2017, p. 119).

Tecidas estas considerações sobre a ocupação do território, é necessário reconhecer também que houve um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, nas décadas de 1950 a 1970. Dados do estudo realizado pelo *DIEESE Família Assalariada* (1974), sobre a população economicamente ativa na cidade de São Paulo, apontam que, em 1958, na maioria das famílias de mais ou menos cinco pessoas, somente uma trabalhava, enquanto que em 1969 duas pessoas passaram a garantir o sustento da casa.

O documento revela também que a cidade de São Paulo é, em grande parte, reprodução da força de trabalho. A industrialização avançou, a cidade cresceu impulsionada pelo movimento do setor industrial, que criou novos contornos urbanos e abriu espaço para novas classes sociais – o operariado e a classe média. Segundo avaliação contida no documento *A Rede de Creches no Município de São Paulo* (1991, p. 7), “tudo se multiplicava e diversas vilas passaram a conviver com o apito das fábricas”.

Dados do censo no Estado de São Paulo indicam que, no ano de 1970, 14,9% da força de trabalho aplicada na indústria era feminina; os dados do *Departamento Nacional de Mão de Obra* informavam que essa proporção era maior, da ordem de 23,8%.

Outro estudo da mesma época, apresentado pela *Secretaria do Trabalho e Administração do Estado de São Paulo* sobre mão-de-obra feminina empregada nas indústrias da capital em 1970, em que foram pesquisadas quinhentas trabalhadoras – administrativistas, adestradas e braçais – dentre as não solteiras, 72,8% tinham filhos. Dessas, 46,4% costumavam deixá-los com parentes, 21,6% sozinhos e 1% em creches ou instituições equivalentes. A porcentagem das que deixavam crianças pequenas sozinhas era maior no caso das empregadas braçais, justamente a categoria em que se encontrava o maior número de mulheres com filhos.

É, neste contexto socioeconômico da crescente industrialização e da urbanização desordenada, que a forma como as políticas de atendimento à criança em espaços de creches vão se constituindo no Brasil e nos grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo. Um breve histórico deste atendimento se fez necessário para a compreensão do tema principal deste trabalho.

Para as mulheres trabalhadoras que residiam nos bairros populares e que compunham as áreas descobertas de atendimento, a necessidade por creche era urgente. Desse modo, ao mesmo tempo em que essas mulheres participavam das mobilizações e movimentos de luta por creche, também “organizavam, ainda que de modo precário, creches comunitárias nos espaços disponíveis de sociedades amigos de bairro, igrejas, casas, etc.” (PANIZZOLO, 2017, p. 10). Importante acrescentar a esta discussão:

[...] o estudo dos movimentos sociais urbanos dos anos 70, por Singer (1980), Gohn (1985) e Sader (1988) [que] contribuíram para que se entendesse o significado do movimento por creche, uma necessidade das mulheres da periferia que, pelo alto custo de vida, desejavam trabalhar fora de casa para ajudar no provimento doméstico, mas não tinham onde deixar seus filhos. (SCAVONE, 2011, p. 12)

Nesse contexto, é fundamental destacar que a luta pela creche levou o Estado de São Paulo, por meio de ações das Prefeituras Municipais, a expandir a rede de creches públicas.

Na cidade de São Paulo, foi elaborado e executado, a partir de 1980, um plano de instalação de trezentas unidades de creches. Entretanto, esse plano completou-se somente ao final daquela década, quando a demanda já havia se multiplicado várias vezes e a Prefeitura já havia passado por quatro gestões distintas, com políticas também distintas para este atendimento de creches (GOHN, 1995).

A inconstância da política de atendimento à infância na cidade de São Paulo e o consequente prejuízo no atendimento às crianças, confirma a ideia de Reis Filho (1995, p. 07) de que não há filosofia ou procedimento educativo neutro, posto que a educação de um povo é inseparável de seu contexto sociocultural; “ou ela promove e incorpora as forças do desenvolvimento social ou freia e sustenta as forças da estagnação e retrocesso social.” O pesquisador entende que essa sociedade somente será possível se os seus membros forem pessoas de iniciativa, responsáveis, críticas e autônomas.

No que se refere especificamente às produções acadêmicas que tratam da política de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, nas creches da cidade de São Paulo, pelos diferentes órgãos e movimentos que prestaram esse atendimento, a revisão da bibliografia por meio do levantamento de dissertações e teses junto ao banco da CAPES, localizou uma produção de pesquisas bastante diversificada sobre o tema. Assim, pela natureza deste trabalho, os estudos na perspectiva histórica foram os que tiveram atenção na seleção de material a ser investigado. Foram encontrados os que tratam da creche em uma abrangência longitudinal, demonstrando os aspectos das instituições do século passado aos dias atuais. Outras pesquisas exploram temas de um período mais recente da história da creche e outras, ainda, aprofundam determinados temas relacionados a essas instituições, em períodos que abrangem desde o início do século à atualidade.

Sobre as pesquisas com abordagem histórica, merecem destaque as publicações de documentos históricos da Fundação Carlos Chagas, em que o objetivo é o de divulgar resultados de pesquisas sobre infância e sua educação, oferecendo dados e fontes importantes. Esses documentos apresentam-se sob três perspectivas: a perspectiva *político administrativa* da Secretaria do Bem-Estar Social do Município de São Paulo, a perspectiva relacionada aos

movimentos de luta por creches na década de 1970 e a perspectiva dos *movimentos populares*. Campos, Rosenberg, Haddad e Oliveira (1991) discutem a dimensão político-administrativa, compreendendo as décadas de 1951 a 1970; Campos, Rosenberg, Pinto e Cavasin (1984, 1986, 1989, 1991, 1999), a perspectiva da luta por creches na década de 1970 e o movimento feminista; o papel dos movimentos populares é tratado por Campos (1988); Gohn (1985), sob a ótica dos movimentos populares, aborda os movimentos comunitários de luta por creche; Rosenberg (2016) apresenta ainda, em capítulo de livro, o infeliz casamento entre organismos intergovernamentais e o governo militar do Brasil no campo da educação infantil de massa, nos anos 1970.

Há produções, como a de Oliveira e Ferreira (1986), Blay (1992), Franco (2009), Scavone (2011) e Vieira (2006) que apresentam estudos junto à rede pública de creches do município de São Paulo que têm por objetivos a análise do contexto histórico em que ocorria esse atendimento, destacando os fatores nele intervenientes. De acordo com Rosenberg (1989), as creches têm sua origem marcada pelo surto do desenvolvimento industrial nos centros urbanos, uma imperiosa necessidade para resolver a crise suscitada pelo incremento da utilização do trabalho feminino. Kuhlmann Jr. (1990, 2000, 2002, 2015), por meio de seus trabalhos sobre as circulações das ideias referentes à educação das crianças brasileiras, no início do século XX, têm em sucessivos momentos tratado de questões relacionadas à Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência – as instituições de educação infantil, a educação brasileira e as exposições internacionais do final do século XIX e início do século XX e a história da infância e da educação infantil.

No que se refere às políticas públicas voltadas para assegurar atendimento nas creches, Patto (1977, 1981), Barucci (2007), Crepaldi (2002), Franco (2015) e Serrão (2016), investigaram a configuração das políticas de atendimento à infância nas creches do município de São Paulo. Os estudos compreendem as diferentes administrações municipais, desde a proposta pioneira de Mário de Andrade com os Parques Infantis ao início dos anos 1990, período do primeiro governo petista da cidade.

Sob o enfoque da saúde, alimentação e cuidados da população e famílias que frequentaram as creches, as pesquisas de Garcia (2003), Konstantyner (2006) e Zapana (2010), investigaram as questões que fundamentaram as teorias higienistas, com foco em questões de saúde e o ensino da puericultura às meninas.

Kishimoto (1986, 1988), ainda que de modo indireto, ao realizar estudo sobre a pré-escola no estado de São Paulo, da sua origem a 1940, faz um levantamento das instituições que ampararam e atenderam a infância paulista. É o primeiro trabalho a trazer uma

investigação regionalizada da educação infantil e sua história, por centrar-se somente no Estado de São Paulo.

Kramer (1995) discute a concepção de educação compensatória a partir da análise das políticas de atendimento à infância. A crítica a essa concepção nasce com a dissertação da autora, defendida sob o título *História e política da educação pré-escolar no Brasil*, no ano de 1980.

A compreensão desses processos e suas implicações na programação e nas propostas de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, na cidade de São Paulo é o que justifica a escolha pelo tema a ser tratado nesta pesquisa. Embora muitos estudos nessa área tenham sido publicados, devido a sua complexidade e importância é possível que se possa lançar luz sobre questões ainda pouco esclarecidas, a exemplo dos questionamentos referentes ao binômio cuidar e educar.

Pretende-se, por meio do estudo da organização das propostas e dos programas pedagógicos destinados ao atendimento da criança de 0 a 6 anos, compreender os sujeitos envolvidos nesse processo – crianças e adultos, a organização dos espaços, tempos, as rotinas dessas instituições e a política de atendimento das creches diretas na cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982.

A delimitação temporal justifica-se porque, no ano de 1969, ocorreu um desentendimento entre a unidade mantenedora de uma creche conveniada no bairro de Guaianases e a Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES), órgão público municipal responsável pela fiscalização daquele equipamento social; por este motivo, a prefeitura passou a administrá-la diretamente, nascendo assim a primeira creche de administração direta do município de São Paulo. Na administração de Faria Lima (1965 a 1969), iniciou-se a política de atendimento ao menor por meio da rede direta de equipamentos. Entretanto, importante destacar que, nessa administração, a ênfase ainda era dada ao estabelecimento de convênio com entidades particulares de assistência social para o atendimento em creches. Tal afirmativa se assenta no fato de que em 1979, das cento e vinte creches existentes na cidade, noventa e cinco eram conveniadas com entidades particulares, 21 pertenciam à administração indireta e somente quatro pertenciam à rede direta.

No período de 1973 a 1980, as Administrações Municipais não deram ênfase à política de construção de novos equipamentos para atendimento dos bebês e crianças diretamente pela Prefeitura do Município de São Paulo. A política então adotada assentava-se no estabelecimento de convênios com entidades sociais, representativas na comunidade, as quais prestavam o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, mediante concessão, por parte da

Prefeitura, de assistência técnica financeira. Esta política de estabelecimento de convênios favoreceu gradualmente a expansão do atendimento da criança que era realizado pelo Poder Público, por intermédio da participação da sociedade civil, por suas entidades representativas; por esse motivo, é que aumenta o número de creches particulares existentes.

Na cidade de São Paulo, o atendimento em creches se dá em dois tipos de instituições, na perspectiva do financiamento: a rede direta que é caracterizada pela administração direta da Prefeitura de São Paulo, com funcionários contratados pela municipalidade e a rede conveniada, cuja administração se dá por meio de parceria da municipalidade com as Organizações Sociais, mediante repasse financeiro para administração do prédio e dos recursos humanos necessários para o atendimento. Sobre a rede direta de atendimento, Rosenberg (2015) afirma que:

A rede de creches do município de São Paulo apresenta particularidades que a colocam em evidência entre as experiências de educação/atendimento da criança pequena. Destaca-se, inicialmente, sua extensão, que, apesar de insuficiente frente à demanda, é bastante ampla quando comparada à das demais experiências nacionais. [...] Trata-se também de uma rede que comporta um grande número de equipamentos construídos e mantidos pela administração municipal. São as chamadas creches diretas, inteiramente mantidas pelo poder público: a alimentação fornecida, os salários e os benefícios, o vínculo empregatício dos funcionários, os materiais pedagógicos e o equipamento interno, bem como sua manutenção, são financiados mediante de recursos orçamentários da prefeitura, ou a ela repassados por outras esferas públicas (ROSEMBERG, 2015, p. 180).

Assim é que, desde a década de 1970, a rede de creches diretas se propõe a ser uma rede de equipamentos com a prestação de serviços duradouros, e não um aglomerado de creches desconectadas criadas como resposta a emergências. Para tanto, a comunidade apresentou-se e participou do custeio desses serviços, por meio do trabalho voluntário, ou pela cessão de espaços. A implantação e a expansão da rede de creches no Município de São Paulo ocorreram a partir da interação, mais ou menos conflitiva, entre mobilizações da sociedade civil e decisões governamentais. Em resposta às reivindicações do *Movimento de Luta por Creches*, na administração do Prefeito Reynaldo E. de Barros (1979-1982), foram construídos cento e vinte equipamentos para a rede direta. Esta rede direta que possuía quatro equipamentos em 1979, em fins de 1982 passou a contar com cento e vinte e quatro equipamentos, além da oferta de duas creches pertencentes a rede indireta e sessenta e três creches conveniadas, com capacidade para atendimento de quatorze mil, quatrocentas e duas crianças.

Por conseguinte, a investigação aqui proposta se diferencia dos estudos já realizados⁴, uma vez que o tratamento das creches da rede direta paulistana por meio da análise histórica abrangendo o recorte temporal aqui pretendido, de 1969 até 1982, ainda não foi objeto de outras pesquisas. Este é o período que compreende a origem do atendimento à criança de 0 a 6 anos na cidade de São Paulo pelo subsistema de creches da rede direta ao denominado período de expansão quantitativa da rede direta de atendimento a partir da década de 1980, culminando em 1982 com a maior evolução do número de equipamentos colocados em funcionamento por administração municipal no período.

Portanto, este estudo pode apoiar a compreensão do atendimento às crianças em creches na cidade de São Paulo, de acordo com a perspectiva aqui registrada. Os estudos dessa natureza, no campo da historiografia, demandam uma análise complexa, haja vista a multiplicidade de fatores que a envolvem e que devem ser considerados, pois se trata de um estudo também da:

[...] história dos prédios, das políticas públicas, da economia, das propostas pedagógicas, da organização dos ambientes, da formação dos profissionais, da demanda atendida e consequentemente das excluídas, e outras análises que, com o olhar do atento pesquisador, irá percebendo e identificando as pistas que serão relevantes para o estudo (WERLE; BRITO; COLAU, 2007, p. 147).

As questões que impulsionaram esta pesquisa se voltaram para a necessidade de investigar as creches, no mesmo sentido apontado por Veyne (1971, p. 116) de que “explicar da parte de um historiador, quer dizer mostrar o desenvolvimento da intriga, fazer compreendê-la. Tal é a explicação: toda subllunar e nada científica; nós reservar-lhe-emos o nome de compreensão”.

Assim, neste contexto marcado por fatores de ordem estrutural – empobrecimento das camadas populares e necessidade de a mulher trabalhar fora de sua própria casa para completar o orçamento doméstico e conjuntural – movimento feminista e organização de movimentos de luta por creche, nasce o interesse dessa pesquisa: as creches, para os filhos de mães trabalhadoras, “geralmente objeto de menos recursos do que a pré-escola e vista por muito tempo como uma política pobre para os pobres” (ROSEMBERG, 1986, p. 14).

A compreensão da história das creches da rede direta na cidade de São Paulo necessita de um estudo da história da infância, das políticas de assistência e de educação, considerando a pulverização dos programas voltados à infância, disseminados pelas áreas de previdência

⁴ A respeito dos trabalhos consultados, importante destacar o de Scavone (2011), que investigou o papel dos trabalhadores, dos movimentos populares, da Igreja e do Estado na construção da luta por creches, um estudo de como se instituiu a rede pública de creches na cidade de São Paulo nos anos de 1976 a 1984. De acordo com a pesquisadora, as datas marcam o surgimento da reivindicação por creches como anseio coletivo e público e a instalação da Comissão Especial de Inquérito sobre creches na Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

social, saúde, trabalho e educação. Observa-se que o quadro de grande instabilidade nos financiamentos deixou em aberto a questão referente à integração da educação infantil aos sistemas educacionais. No trecho do documento transcrito a seguir, produzido pela Câmara Municipal de São Paulo em 1984, tal instabilidade e preocupação são reveladas:

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) implantada nesta Câmara Municipal com o objetivo de investigar a situação das creches no município de São Paulo considera que Creche é um direito do cidadão e um dever do Estado e da sociedade, constituindo-se uma extensão do direito universal à educação.

A proposta desta Comissão surgiu da necessidade de investigar os fatores que estavam dificultando e até inviabilizando a expansão da rede pública de creches.

Com este objetivo, esta CEI examinou com profundidade todos os aspectos ligados ao funcionamento das creches no município de forma a identificar problemas e apontar soluções para que se garanta uma significativa expansão da rede direta de creches da Prefeitura.

Esta CEI considera que a Prefeitura de São Paulo deve definir com urgência uma política de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade. Esta política deveria ser considerada como prioritária pela administração municipal.

A intenção deste trabalho é que possa servir como subsídio ao poder executivo na definição de uma política para o menor, na faixa de 0 a 6 anos (SÃO PAULO. Município. Relatório CEI. Creches, 1984).

A relevância dessa pesquisa fundou-se, portanto, na compreensão da história das creches da rede direta na cidade de São Paulo e nos pressupostos da própria História da Educação, compreendida como o estudo do processo evolutivo do fenômeno educacional e, segundo Reis Filho (1995, p. 9), “demonstra a irracionalidade dos saudosismos e das pretensões à eternidade de qualquer doutrina pedagógica ou instituição educacional”. Pretende ser um estudo que amplie a compreensão da história das creches da rede paulistana, não limitado ao saudosismo irracional, ou às pretensões de eternas doutrinas pedagógicas.

Essa análise possibilitou o esclarecimento das consequências para a qualidade das instituições, no sentido de verificar quais foram as ações da Prefeitura do Município de São Paulo para não cumprir o princípio legal de incorporar as creches ao sistema educacional, intensificando o lançamento dos chamados *programas alternativos* de atendimento. As formas alternativas de atendimento deram-se por meio do aluguel de imóveis, auxílio financeiro a entidades sociais para construção dos equipamentos, fornecimento de materiais para construção para entidades sociais, mutirão, cessão, em comodato, de área municipal, bem como investigar as propostas de atendimento das crianças das camadas populares e como esse atendimento foi concebido, investigando se, ao se propor a criação de instituições destinadas às camadas populares com menos recursos, pensou-se em uma educação pobre para os pobres.

Tais considerações significam compreender em qual sentido as propostas e programas de atendimento à criança fizeram uso do termo *Assistencialismo*. Assim, caberá a análise de como o termo *assistencialismo* foi concebido nas propostas e programas, se com o sentido de

favor, contrapondo-se a direito, colocando aquele que é assistido em posição de dependência e débito em relação ao que assiste, ou com o sentido de direito.

A análise das pesquisas sobre a temática permitiu delinear a seguinte questão para este trabalho: *como se organizavam as propostas curriculares nos programas das creches na cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982, compreendendo a origem do atendimento à criança de 0 a 6 anos pelo subsistema de creches da rede direta paulistana ao denominado período de expansão quantitativa a partir da década de 80?*

O estudo também procurou responder, as seguintes perguntas:

- a) Quantas e qual a localização das creches da rede direta na cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982? Qual órgão foi responsável pela questão do atendimento à criança de 0 a 6 anos na cidade de São Paulo? Quais foram os critérios de distribuição desses equipamentos pelos bairros da cidade de São Paulo? Qual a relação dos Movimentos de Luta por creche na implantação dessa instituição na cidade de São Paulo?
- b) Quais eram os programas? Quais foram as propostas? Como era a organização curricular? Quais eram os espaços físicos dessas instituições? Quem eram as crianças atendidas? Como era composto o quadro de funcionários das creches? Qual a formação dos profissionais que trabalhavam nessas instituições? Quais eram os critérios admissionais? Como era a organização dos serviços?
- c) De que maneira os tempos e os espaços eram organizados? Quais eram os momentos de higiene, alimentação, cuidados com a saúde, descanso, atividades, brincadeiras? Como se constituíam os ambientes das creches – espaços, mobiliário, cor das paredes, objetos, portas, janelas, área externa, entre outros que pudessem reconfigurar o lugar? De quais recursos dispunham?

Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é investigar as creches da rede direta de atendimento à criança de 0 a 6 anos e 11 meses da cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982, por meio do estudo da programação de atendimento e de suas propostas curriculares.

Objetivos Específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

- compreender por meio do estudo da programação de atendimento e das propostas curriculares das creches da cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982, a concepção de cuidar e educar adotada e como eram organizados seus currículos, os tempos e espaços;
- investigar a formação, os critérios para admissão e atribuições dos profissionais que atuaram nessas instituições, no período circunscrito;
- analisar o espaço escolar na configuração dos programas e propostas apresentados pelos diferentes órgãos vinculados às instituições de atendimento da rede direta de creches da cidade de São Paulo;
- contribuir para a ampliação do conhecimento e do debate a respeito do atendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade na cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1982, pelas creches da rede direta;
- conhecer o trabalho pedagógico realizado com as crianças a partir da análise das rotinas de atendimento das creches diretas da rede paulistana.

As fontes e os procedimentos da pesquisa

Recuperar e contribuir com o estudo das creches diretas da rede municipal de ensino paulistana suscitou uma série de questionamentos. Reordenar essa totalidade, ou seja, este conjunto de conceitos é tentar obter novamente o modo pelo qual este objeto foi constituído, haja vista que a recuperação por meio dos documentos, não é algo que surge do nada, algo que aconteça por artes mágicas. Demonstrar a coexistência de tempos históricos diferenciados e, desse modo, quebrar a noção de linearidade, progresso e evolução implica compreender que esse movimento “traz para a cena histórica agentes sociais antes relegados e valoriza-lhes o saber e a experiência de vida, respondendo a demandas feitas por movimentos sociais de mulheres, de trabalhadores, de pobres e outros” (VIEIRA, PEIXOTO e KHOURY, 2007, p. 11).

Outra consideração importante é a de Leite Filho (2011):

[...] uma concepção fundamentalmente interpretativa, e não factual ou descritiva da história, que entende o fato histórico como resultante de um processo de construção; uma visão não linear nem unidirecional do processo histórico, que é percebido enquanto um movimento marcado por continuidades e descontinuidades, rupturas e permanências; uma compreensão da história da educação que a situa no campo da história cultural e que tenta entendê-la nas suas múltiplas relações de dependências

com os demais campos (econômico, social, político, etc). (LEITE FILHO, 2011, p. 1)

Deste modo, os objetos, signos e iconografia passam, assim, a serem reconhecidos também como fontes de investigação. O olhar sobre os livros, documentos, periódicos renovou-se; a iconografia ganhou novo patamar de reconhecimento, pois as imagens passaram a ser lidas e decifradas também em sua forma de produção, na relação entre os indivíduos retratados e os responsáveis pelo registro. Nesse sentido, Duby (1993) assevera que:

[...] O historiador nunca se encontra tão perto da realidade concreta, dessa verdade que morre por alcançar, e que lhe escapa sempre, como quando tem à sua frente, examinando com os seus próprios olhos estes fragmentos de escritos vindos do final dos tempos, como destroços sobrevividos de um completo naufrágio, estes objetos, cobertos de sinais, que se podem tocar, cheirar, olhar à lupa, a que ele chama, no seu calão, as fontes (p. 26).

Assim, as fontes transformaram-se em fundamentais e importantes para responder, ou não, às perguntas que a elas são apresentadas. Ao utilizar-se dessas fontes, o pesquisador, objetivando extrair dela informações, o faz investigando, como se fosse um detetive à procura de pistas, indícios, em busca dos sinais que o conduzam as suas respostas.

Os intelectuais ligados à revista *Annalles*, criada em 1929, demonstraram que não é o passado que se mostra a quem procura estudá-lo, e sim as problemáticas do presente que provocam as questões que se propõem as fontes analisadas. A dualidade presente-passado tem sido objeto de reflexão como parte inseparável do cotidiano do historiador.

Le Goff (2000, p. 107) demonstra ainda que “a reflexão histórica se aplica hoje também à ausência de documentos, aos silêncios da história”. Abre-se, assim, um leque de possibilidades que proporcionará a essa pesquisa um sentido para além de utilitário ou ativista; por isso ser necessário, então, que sua produção aconteça por meio das indagações do sentido histórico, social e político do contexto no qual está sendo produzida.

Para Peixoto (2011, p. 15), “mais que procurar respostas, trata-se de encontrar nela as perguntas de uma época”. Desse modo, essa pesquisa contribui com as indagações sobre a concepção de cuidar e educar, presentes nas propostas e programas das instituições de atendimento a que as crianças estiveram vinculadas, com o intuito também de analisar a relação política e educacional do período.

O *corpus* documental utilizado é composto por fontes de diversas espécies, organizadas em quatro agrupamentos. No primeiro grupo de fontes, foram selecionadas fotografias referentes às rotinas desenvolvidas nas creches da rede direta paulistana, compreendendo os anos de 1967 a 1982. As imagens escolhidas para a presente pesquisa compõem os arquivos da Memória Técnica Documental (MTD) da Secretaria Municipal de

Educação de São Paulo (SME/SP), um dos setores vinculados ao Núcleo de Documentação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, juntamente com a Biblioteca Pedagógica Municipal Professora Alaíde Bueno Rodrigues e o Memorial do Ensino Municipal. As fotografias fazem parte do acervo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) àquele departamento. A MTD é responsável pela guarda, manutenção, organização e divulgação de documentos técnicos e pedagógicos que foram recuperados, coletados ou disponibilizados para este acervo pela própria SME/SP e seus órgãos regionais ou por pesquisadores, no intuito de preservar e tornar pública a história da educação municipal paulistana. Esse acervo encontra-se catalogado por ano de arquivamento e de edição dos documentos. O material disponibilizado pelo acervo reúne documentos como relatórios, propostas de cursos, boletins informativos, coletâneas de textos, pautas de reuniões e encontros, documentos curriculares, dentre outros.

A pesquisa foi realizada por meio dos arquivos disponíveis para consulta no site da SME/SP. As informações sobre os documentos estão disponíveis nos arquivos *online* da MTD, oferecendo as sinopses dos conteúdos de cada documento arquivado, organizados por categorias e com informações como título, ano de publicação, público envolvido, natureza do documento e resumo do conteúdo. O acesso aos documentos é disponibilizado aos pesquisadores por meio de arquivo digitalizado que, após preenchimento de cadastro do pesquisador, pode ser enviado pela MTD por correio eletrônico, ou pela pesquisa física dos documentos disponíveis realizada no próprio setor da SME/SP.

Com relação à abordagem sobre os procedimentos de análise em que as fotografias são fontes para a História da Educação, Berger (2017) ensina que o registro do que foi visto,

[...] sempre e por sua própria natureza se refere ao que não é visto. Ela isola, preserva e apresenta um momento tirado de um *continuum*.

A fotografia é lida assim como se aprende a ler pegadas ou um exame cardiográfico. A linguagem com a qual lida é a linguagem dos acontecimentos. Todas as suas referências são externas a ela. Daí o *continuum* (BERGER, 2017, p. 39).

Nesse sentido, toda fotografia é um resíduo do passado. Por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos que a ele deram origem (assunto, fotógrafo, tecnologia utilizada), por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço, tempo retratado (KOSSOY, 2001, p. 47).

O exame dessas fotografias foi importante para compreender o cotidiano das crianças nas creches da rede direta paulistana, por meio da observação de elementos, como: atividade desenvolvida pela criança e desempenhada pelo adulto, instalações das instituições de

atendimento à criança, materiais disponíveis para o uso das crianças e dos funcionários, os ambientes representados nas imagens: espaço, cenas das rotinas dessas instituições.

No segundo grupo de fontes, localizam-se os boletins informativos, as pautas, registros de reuniões, regulamentos, dossiês, relatórios elaborados por comissões das Secretarias do Bem-Estar Social.

Esse grupo compõe as seguintes fontes escritas: *Regulamento da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* (1947); *Creches, organização e funcionamento. Coleção do Departamento Nacional da Criança DNCR* (1956); *Boletim informativo da creche (s/d)*; *Creche Parque Bristol e Jardim São Savério* (1979); *Boletim I Comissão de Luta por Creche (s/d)*; *Boletim Informativo da Associação das Donas de Casa* (1978); “*É verdade que no Jardim Capela tem gente que luta para a implantação de creches*”? (1980); *Dossiês dos Movimentos de Lutas por creches: zona leste, zona oeste, zona norte e zona sul* (1973 - 1983); *Creches Organização Popular* (1979c); *Treinamento para Administradoras de creches* (1974); *Relatórios da Comissão de creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo* (1970); *Listagem dos Equipamentos da COBES e Entidades Conveniadas* (1980); *Dossiê elaborado por Rosa Krausz* (1970), *Subsídios para a Ampliação da Rede de Creches no município de São Paulo* (1979d), *Evolução da rede de creches* (1972 a 1983).

São documentos referentes à criação/denominação das Secretarias do Bem-Estar Social que dispõem a respeito das ações governamentais de atendimento à criança, localizações das instituições responsáveis por esse serviço, determinam a capacidade máxima de atendimento, orientam sobre os padrões mínimos para instalações de creches, estabelecem critérios para a criação/extinção de funções do quadro de recursos humanos das instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos, recupera a história da luta por creches na cidade de São Paulo pelas mulheres trabalhadoras e apresentam um desenho da proposta de atendimento às crianças que se configurou no município de São Paulo, no período de 1969 a 1982.

As fontes pesquisadas encontram-se em dois acervos localizados na cidade de São Paulo. O acervo da MTD da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e o acervo da Fundação Carlos Chagas *História da Educação e da Infância*⁵, que tem por objetivo divulgar

⁵ A biblioteca Ana Maria Poppovic, disponibiliza em seu sítio <http://www.fcc.org/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>, por meio da página História da Educação e da Infância, acesso aos documentos digitalizados em formato PDF (*portable document format*). Para a realização da pesquisa, cita-se o documento principal, seguido do documento interno que se deseja referenciar. A página disponibiliza para consulta os seguintes temas e instituições: Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (inaugurada em São Paulo, no final do século XIX), Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (Mantenedora do Asilo dos Expostos, relatórios do início do século XX), Parque Infantil da cidade de São Paulo (vários

documentos históricos (textos e imagens) e resultados de pesquisas sobre a infância e sua educação. Encontram-se organizados por temas e instituições. Para a temática creche localizou-se: Creches no Brasil até os anos de 1960; Creches no Brasil a partir dos anos 1970 com nova Documentação, compreendendo o período de 1973 a 2002; Creches em Portugal e artigos e teses sobre a matéria.

Os documentos desses dois acervos são disponibilizados na íntegra aos pesquisadores interessados e podem ser consultados por meio digital, ou por meio da pesquisa física. São acervos de fácil acesso aos pesquisadores e os documentos estão em bom estado de conservação.

Essas fontes documentais permitiram compreender as formações exigidas aos profissionais para contratação, as discussões apresentadas pelos funcionários que trabalharam nas creches, as reivindicações dos movimentos sociais, das famílias, sobre a necessidade da creche para atendimento das crianças, a avaliação dos equipamentos e o diagnóstico da situação das creches municipais que existiram nos bairros.

No trato dessas fontes documentais, e com o propósito de estabelecer, a exemplo de Faria Filho (1998), uma articulação entre a prática do arquivo e a prática da pesquisa, é necessário compreender que,

[...] boa parte de nossos arquivos guardam (ou não) e “são mandados guardar” informações a partir da lógica e do interesse da administração estatal. Não é raro surpreender-se com políticas de arquivo que estabelecem seus limites e possibilidades, segundo a pergunta: o que interessa a administração pública guardar? O que fazer com o que não é interesse da administração, muitas vezes apenas burocrática, do Estado?
[...] Todos que lidamos com documentos nos/dos arquivos públicos brasileiros sabemos o quanto as práticas de arquivo interferem positiva ou negativamente nas pesquisas. Não apenas a forma como eles estão organizados (ou, na maioria das vezes desorganizados) (FARIA FILHO, 1998, p. 95).

No que diz respeito a essas fontes, que se referem a muitas formas de registro da atividade humana e que se tornam objeto do historiador, faz-se o acontecer histórico. O documento já não fala por si mesmo e necessita de perguntas adequadas. Segundo Vieira, Peixoto e Khoury (2007, p. 15), “o ponto de partida dessa investigação passa do documento para o problema”.

documentos, de 1938 a 1975), Creche no Brasil, até o ano de 1960 (alguns documentos), Creches no Brasil, a partir de 1970 (aproximadamente quatrocentos documentos), Nova Documentação sobre creches (1973 a 2002, com aproximadamente cem documentos), Creche de S. Vicente de Paulo, Porto, Portugal, livro Por amor das criancinhas, comemorativo do seu centenário. Para ter acesso aos textos dos documentos, os interessados precisam efetuar um cadastro. A página coloca a disposição do pesquisador artigos e teses, assim como outros *links* para sítios de interesse.

Certeau (1982) ensina que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, e cada sociedade se pensa “*historicamente*” com os instrumentos (técnica) que a ele são próprios. A história transforma os elementos “*naturais*” em um ambiente cultural (socialização, civilização, colonização da natureza) e faz aceder à simbolização literária as transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com sua natureza (materialização das relações sociais, o trabalho sobre um material). De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das “*neves eternas*”, o historiador constrói história (p. 79).

Revela que ir aos arquivos é uma lei tácita da história. Tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar (recopiar, transcrever, fotografar) em “*documentos*” certos objetos distribuídos de outra maneira. Este gesto consiste em isolar um corpo e formar uma coleção (estabelecimento de fontes). Nesse ponto, a história está por fazer. Farge (2009), alerta para o fato de que:

Depois de lido, o arquivo primeiro é separado, pelo simples gesto de cópia ou de fotocópia. Pode-se separá-lo reunindo o mesmo, coletando ou, ao contrário, isolando, e tudo depende do objeto a ser estudado. Para isso é necessário primeiro extrair de todo documento o que se destaca no seu objeto e isolar aquilo do que necessita. Em plena coleta, não há como dispensar informações, pois o importante é deter o conjunto de dados sobre a questão, naturalmente nos limites cronológicos e especiais previamente estabelecidos. A qualquer projeto que se obedece, o trabalho em arquivos impõe necessariamente operações de triagem, de separação de documentos, a questão é saber o que tirar e o que abandonar (FARGE, 2009, p. 65-71).

A autora desvia-se sabiamente da tentação prescritiva e normativa ao afirmar que “não existe trabalho modelo ou trabalho-a-ser-feito-assim-e-não-de-outra-forma” (p. 64). E oferece ao pesquisador variadas percepções sobre posturas metodológicas na abordagem dos documentos.

Assim, essas fontes propiciaram a investigação objeto deste trabalho, porque foram examinadas, organizadas, categorizadas e, posteriormente, analisadas.

Esse material de análise, as fontes escritas primárias, foi organizado por meio de quadros elaborados a partir da totalidade dos documentos localizados, classificados por nome do documento, tipo, ano de publicação, conteúdo; a seguir, foram selecionados de acordo com o tipo de documento, ano de publicação e de divulgação, concepções e leitores a quem se destinavam. Mais do que organizar dados para análise, os quadros propiciaram um estudo de aproximação e apreensão do que se apresentava num primeiro momento; depois constituíram um registro de um determinado período histórico, uma possibilidade de acesso a que Catani (1997, p. 7) denomina de “fontes ou núcleos informativos para a compreensão de discursos, relações e práticas”.

Os Boletins do Movimento de Luta por Creche, *Boletim Informativo da Associação das Donas de Casa e os Dossiês do Movimento de Luta por creches das zonas leste, oeste, norte e sul* e *Creches Organização Popular* foram publicações nas quais vários aspectos relacionados às creches foram levantados: vantagens e desvantagens na manutenção indireta e direta, contestação à implantação do projeto minicreches, de uso múltiplo, da política de convênios. Apresentou, ainda, notícias relativas ao andamento de reivindicações encaminhadas ao setor competente da Prefeitura Municipal sobre a expansão da rede de creches, nas regiões administrativas da cidade de São Paulo.

No *Dossiê*, elaborado em 1970 por Rosa Krausz, tem-se uma coleta de material sobre creches que teve como objetivo ordenar todas as informações disponíveis sobre o assunto, na Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) naquela data. Procurou-se, também, compor o objeto creche por meio de suas diferentes dimensões, como: o arquitetônico, o social, o econômico, o político, o administrativo, o legal. O próprio documento alertava sobre o fato de que:

Desta forma, embora documentos importantes talvez não tenham sido arrolados, ou por não existirem na COGEP ou por não terem sido encontrados, acredita-se que o conjunto apresentado, entretanto, consiga compor uma visão abrangente da problemática ligada ao atendimento da criança de baixa renda na faixa de 0 a 6 anos e 11 meses, no município de São Paulo. (1970, p. 1)

O *Regulamento da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* (1947) tratou-se de um documento que tinha por incumbência colaborar na obra de preservação e previsão social, mediante a educação, assistência e recreação de crianças, adolescentes e adultos.

O documento *Creches: organização e funcionamento, coleção do Departamento Nacional da Criança* DNCR (1956) foi escrito pelo Doutor Odilon de Andrade filho, médico puericultor do Instituto Fernandes Figueira, que, auxiliado pelo Doutor Sebastião de Barros filho, atendeu à solicitação do Diretor da Divisão de proteção Social, Doutor Flamarion Costa.

O documento foi publicado pelo DNCR com o objetivo de atender a uma das atribuições da Divisão de Proteção Social do Departamento Nacional da Criança: oferecer aos interessados normas para a criação e o funcionamento de creches.

O Relatório do *Treinamento para Administradoras de Creches* (1974) tinha por objetivo propiciar as administradoras das creches, oportunidades para encontros e aprendizado por meio de troca de experiências referentes a seu campo de atuação em três níveis: coordenação geral dos trabalhos, execução direta das rotinas administrativas, supervisão de atividades dos setores de saúde, pedagogia e serviço social.

Os Relatórios da *Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo* (1970) apresentou dados das pesquisas realizadas no estado e no município sobre a questão relacionada à creche.

No documento *Listagem dos Equipamentos da Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES) e Entidades Conveniadas* (1980) foi reunida e compilada, por intermédio da Equipe de Informação e Comunicação da COBES, uma listagem dos equipamentos e das entidades conveniadas que realizavam o atendimento à criança de 0 a 6 anos e 11 meses na cidade de São Paulo. Os dados disponibilizados nesse material foram atualizados até o ano de 1980, a partir de contatos com a Supervisão Geral de Assuntos Administrativos.

Apresentam os dados das creches da rede direta, rede indireta e dos equipamentos de atividades de Orientação Sócio Educativa ao Menor (OSEM), como nome da instituição, entidade mantenedora, endereço, capacidade de atendimento, faixa etária atendida, ponto de referência e telefone das instituições de Assistência à Infância, listadas por Supervisão Regional de Serviço Social (SURS). Nesse período, a SURS compreendiam os seguintes bairros: Butantã, Campo Limpo, Freguesia do Ó, Itaquera-Guaianases, Ipiranga, Lapa, São Miguel-Ermelino Matarazzo, Vila Maria-Vila Guilherme, Mooca, Penha, Pinheiros, Perus-Pirituba, Santo Amaro, Sé, Santana, Vila Mariana e Vila Prudente.

O documento subsídios para a *Ampliação da Rede de Creches no município de São Paulo* (1979d) reuniu dados sobre a história do atendimento da criança na cidade de São Paulo, objetivando a ampliação da rede de creches.

O documento *Evolução da Rede de Creches na cidade de São Paulo* (1972 a 1983) reúne a listagem dos equipamentos da rede de creches diretas e conveniadas. Os dados foram atualizados até o ano de 1983.

No terceiro grupo de fontes, encontram-se os programas e as propostas oficiais das Secretarias do Bem-Estar Social da Prefeitura do Município de São Paulo. A investigação por intermédio das fontes documentais que se encontram sem a data de publicação foi possível devido à indicação da Secretaria do Bem-Estar Social à qual as creches estiveram vinculadas.

Os programas e propostas da Secretaria do Bem-Estar Social que fazem parte do terceiro grupo de fontes reúnem as orientações e normatizações publicadas pela Prefeitura do Município de São Paulo, apresentando as concepções de criança e de professor e as demais atuações das secretarias sobre o desenvolvimento das ações no atendimento da criança.

As fontes pesquisadas encontram-se localizadas nos arquivos da MTD e da FCC.

Os documentos que subsidiaram a análise dessa investigação encontram-se sob os títulos: *Projetos Centros Infantis – Programação de Saúde* (1973a); *Programação*

Socioeducativa (1973b); *Programação de Serviço Social* (1974b); *Programação Psicopedagógica* (1973c, 1974c e 1978a); *Cadernos de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a); *Organização e Funcionamento de Creche* (1975), *Organizando um Berçário* (1977a e 1980a); *Plano de Treinamento do berçário/currículo para bebês/manual de ginástica para o berçário* (1977b); *Programação para Berçário (s/d)*; *Projeto Estimulação Infantil* (1974a); *Creches Programação Básica COBES* (1979a, 1980b e 1981b); *Política de Atuação e Estrutura Organizacional da COBES* (1979b); *Manual de Orientação Técnico – Administrativo* (1974e e 1978c); *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a); *Programa de Atendimento à Criança Carente no Município de São Paulo: Projeto de Atendimento integrado à criança de 0 a 6 anos e 11 meses* (1976b); *Programa de Atendimento à população infantil de 0 a 6 anos e 11 meses através de uma rede de creches no Município de São Paulo – COBES* (1980c) e *Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados* (1974f).

Os programas e as propostas das Secretarias do Bem-Estar Social contêm a Programação Propriamente Dita das creches, estabelecendo os padrões mínimos de funcionamento, matrícula, rotinas de saúde e rotinas pedagógicas, objetivos, ambiente físico, materiais, sugestões de brinquedos, agrupamentos das crianças, população a ser atendida, quadro de funcionários, controle de saúde dos funcionários, gêneros alimentícios, esquema de alimentação, cardápio, ficha de saúde e relatório de enfermagem e proposta para estimulação infantil.

Desta forma, a pedagogia da infância volta-se para a elaboração de contextos que permitam o enriquecimento máximo do cotidiano das crianças, contemplando um rol de necessidades compreendidas como diferenciais para que a criança possa se desenvolver em contextos intencionalmente organizados, de modo a criar contextos propícios à criança e às especificidades da sua infância a partir do planejamento de diferentes dimensões do seu cotidiano. Embora tais dimensões já estejam presentes no cotidiano das instituições, elas raramente são questionadas justamente porque são entendidas como naturais e não como construções históricas baseadas em determinadas concepções e objetivos educacionais.

Desse modo, assume-se como pressuposto a compreensão de que a trajetória de propostas e programas que se sucedem é um meio de difusão de ideias pedagógicas. Cada documento apresenta sua justificativa, tem por referência uma determinada compreensão das questões relacionadas ao cuidar e ao educar das crianças, atingem de forma específica os professores, que por força do ofício, devem tomar conhecimento das diretrizes pedagógicas e

das obrigações e responsabilidades a eles atribuídas, “há no complexo teórico uma modelação do aluno e uma idealização da sociedade” (MAGALHÃES, 2018, p. 303).

Complementarmente à ideia de Magalhães, Gimeno Sacristán (2000) afirma que as propostas presentes em um currículo são:

[...] como a construção social que preenche a escolaridade de conteúdos e orientações dentro de contextos concretos que lhe vão dando forma e conteúdo, antes de passar a ter alguma realidade como experiência de aprendizagem para os alunos [...] o currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar o significado real (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 21).

Para Barbosa (2006), a transposição de uma prática social, denominada de rotinização do cotidiano, para dentro do universo das instituições, assume determinados critérios:

[...] as rotinas não foram adotadas exclusivamente por essas instituições, mas fizeram parte do processo de organização das instituições modernas, como as escolas, as fábricas e outras. Todas elas apresentavam em sua configuração um processo de controle dos sujeitos, de esquadrinhação dos tempos, de distribuição nos espaços, de hierarquização por saberes especializados e de desenvolvimento de processos de homogeneização. (BARBOSA, 2006, p. 89).

Dessa forma, ao analisar os programas e as propostas apresentados foi importante considerá-los como elementos estruturantes e de normatização da organização institucional para as crianças que frequentavam os espaços das creches.

Para analisar essas programações, foram elaborados quadros. Os campos definidos para a composição dos bancos de dados desses quadros foram os seguintes: nome do documento (título), proposta (concepção de criança), conteúdo (concepção de aprendizagem), órgão do Bem-Estar Social responsável pela: elaboração, implantação e avaliação do documento, ano da publicação do documento, número de edições, equipe responsável pela elaboração do documento, quantidade de páginas e indicação de bibliografia.

O quarto grupo de fontes utilizadas para a presente análise foram as plantas baixas⁶ dos equipamentos creche, localizadas no acervo da MTD.

As plantas baixas selecionadas referem-se aos projetos: Creche Padrão A (1973-74), Creche Padrão B (1975-76), Núcleo Comunitário Embrião para uso múltiplo (1979), Núcleo Expandido Térreo (1979-80), Creche Padrão Empresa Municipal de Urbanismo (EMURB) para 0 a 6 anos (1980), Creche Padrão EMURB para 0 a 3 anos (1980), Creche Padrão da Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES) para o ano de 1981, Creche Padrão Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES) para o ano de 1982 e Creche Padrão Minicreche.

⁶ Para facilitar a análise dessa fonte, houve a necessidade de refacção e ampliação das plantas baixas dos equipamentos creche. O trabalho de refacção e ampliação dos documentos foram realizados pela estudante do curso de Arquitetura da Universidade São Judas/SP Marcela dos Santos Lima.

Para Frago e Escolano (2001, p. 62), a escola enquanto instituição ocupa um espaço e um lugar. O espaço não é neutro, daí a necessidade e interesse por sua análise, pois “um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, é um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado”.

Um ambiente é, portanto, um espaço construído que se define pelas relações entre os seres humanos e que estão organizados simbolicamente pelas pessoas responsáveis por seu funcionamento e também por seus usuários.

Nesse sentido, a análise dessas fontes procurou revelar como esses espaços foram pensados: como espaços de “vigilância e controle, para disciplinar os corpos e as mentes” (FOUCAULT, 2014, p. 134), ou o espaço dessas instituições foi constituído para que as crianças pudessem experimentar diversas experiências, estabelecendo relações com o mundo e com as pessoas.

Assim, nesta pesquisa, os dados coletados foram analisados sob a categoria cuidar e educar. Educar e cuidar nessa investigação são categorias orientadas por concepções que compreendem que o processo de aprendizagem é uma construção pessoal intermediada pela relação com o meio sócio-histórico-cultural e em interação de pares, com os adultos e com os elementos da cultura com os quais interage, processo em que reconstrói para si as capacidades presentes nessas interações. Campos e Rosemberg (2009) entendem que a criança é um sujeito atuante, envolvido, interessado, curioso, participante. É a aprendizagem com as experiências vividas que impulsiona o desenvolvimento. Para as autoras, “atingir, concreta e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças” (p. 7) trata-se do objetivo mais urgente nas instituições de atendimento à criança.

Campos (1992) define a creche como:

[...] toda instituição especializada onde a família deixa seus filhos de 0 a 6 anos, em regime de semi-internato, levando e trazendo a criança para casa todos os dias. A creche deve oferecer serviços que incluem os cuidados físicos com a criança – alimentação, higiene e saúde –, cuidados relativos à sua afetividade e socialização e os referentes ao seu desenvolvimento motor e cognitivo. Note-se que excluímos dessa definição aqueles estabelecimentos onde as crianças moram em regime de internato, seja visitando a família nos fins de semana, seja em caráter mais permanente (CAMPOS, 1992, p. 15).

Nesta perspectiva, tem-se então que a creche é uma modalidade de atendimento. Sua constituição revela que durante um período atingiu uma pequena parcela da população de 0 a

6 anos e 11 meses⁷, bem como mobilizou ou destinou poucos recursos financeiros para sua manutenção, sendo que algumas instituições foram mantidas com doações.

A creche define-se como o direito ao atendimento de educação infantil às crianças de zero a três anos somente a partir da Constituição Federal de 1988, e, subsequentemente, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996.

Para este estudo, o termo creche será utilizado para se referir ao atendimento institucional a crianças de 0 a 6 anos e 11 meses em período integral, pertencentes às famílias com renda mensal de até quatro salários mínimos, sendo prioritárias aquelas pertencentes a famílias com renda mensal na faixa zero a dois salários mínimos, tal como se configurou nas creches diretas da rede paulistana no período compreendido nesta pesquisa. Importante ressaltar que as fontes analisadas informam que somente a renda familiar não constituía indicador seguro para seleção dos casos a serem atendidos. Caberia avaliar a situação familiar, em termos de renda *per capita* mensal, pois, muitas vezes, as famílias numerosas e com rendimentos mais elevados apresentavam problemas de maior gravidade.

A organização dos capítulos

Esta pesquisa está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais, sistematizados de modo a contemplar os objetivos e as perguntas que a norteiam.

O primeiro capítulo, intitulado *Instituições de atendimento à criança na cidade de São Paulo*, tem por objetivo estabelecer relações com o contexto histórico, por meio de um exame das composições populacionais da cidade de São Paulo, suas inserções sociais, culturais e políticas. Visa, ainda, a uma análise sobre a expansão da rede direta de creches, na cidade de São Paulo, período denominado de expansão quantitativa, a partir da década de 1980.

As perguntas fundamentais a que esse capítulo procurou responder foram: Quantas e qual a localização das creches da rede direta da cidade de São Paulo no período de 1969 a 1982? Qual órgão foi responsável pela questão do atendimento à criança de 0 a 6 anos na cidade de São Paulo? Quais foram os critérios de distribuição desses equipamentos pelos

⁷ De acordo com o documento Creches Programação Básica (1981b, p. 11), era necessário se proceder à divisão das crianças em grupo segundo a faixa etária e principalmente pelo seu nível de maturidade. Berçário menor: 0 a 7 meses; Berçário Maior: 8 a 18 meses; Minigrupo: 1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses; Maternal I: 2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses; Maternal II: 3 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses; Jardim: 4 anos e 7 meses a 6 anos; Pré-Escola: 6 anos e 1 mês a 6 anos e 11 meses.

bairros da cidade de São Paulo? Qual a relação dos Movimentos de Luta por creche na implantação dessa instituição na cidade de São Paulo?

O segundo capítulo, denominado *Propostas e Programação de Atendimento das creches da rede direta da cidade de São Paulo*, pretende apresentar e analisar a organização e a concepção presentes na programação de atendimento das creches da rede direta da cidade de São Paulo. O capítulo visou responder às seguintes questões: Quais eram os programas? Quais foram as propostas? Como era a organização curricular? Quais eram os espaços físicos dessas instituições? Quem eram as crianças atendidas? Como era composto o quadro de funcionários das creches? Qual a formação dos profissionais que trabalhavam nessas instituições? Quais eram os critérios admissionais? Como era a organização dos serviços?

O terceiro capítulo, intitulado *O cuidar e o educar na organização das rotinas das propostas de atendimento: uma aproximação entre o proposto e o vivido*, analisou e examinou o binômio cuidar e educar presentes nas rotinas das creches diretas da rede paulistana. O presente capítulo pretendeu responder aos seguintes questionamentos: De que maneira os tempos e os espaços eram organizados? Quais eram os momentos de higiene, alimentação, cuidados com a saúde, descanso, atividades, brincadeiras? Como se constituíam os ambientes das creches – espaços, mobiliário, cor das paredes, objetos, portas, janelas, área externa, entre outros objetos que pudessem reconfigurar o lugar? De quais recursos dispunham?

Com as considerações finais, pretende-se contribuir com as discussões advindas da análise dos programas e propostas curriculares de atendimento das crianças de 0 a 6 anos e 11 meses pela rede direta do Município de São Paulo, a partir das aproximações e dos distanciamentos do binômio cuidar e educar presentes em suas propostas. A análise desses programas possibilitou verificar que a creche trouxe, em suas propostas de atendimento, práticas de cuidado e educação. O cuidar era compreendido em uma perspectiva relacionada à promoção da saúde do indivíduo e o educar, tendo em vista uma antecipação à escolarização para o Ensino Fundamental. O cuidado, embora seja muitas vezes efetivado por procedimentos com o corpo e com o ambiente físico, expressa intenções, sentimentos, significados, de acordo com o contexto. O desafio maior do cuidar no educar de bebês e crianças pequenas nessas instituições foi escrito na proposta do documento da Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES) de 1981, que citou a promoção de experiências de ampliação sensorial, expressiva, corporal, cognitiva, linguística, ética, estética, motora, sociocultural mediadas pelos adultos e que possibilitassem a construção da autonomia, da saúde, do bem-

estar, da auto-organização, ou seja, creches que pudessem promover a curiosidade, a exploração e a indagação em relação à natureza e ao mundo físico e social.

CAPÍTULO 1 – INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA NA CIDADE DE SÃO PAULO: DA ORIGEM DO ATENDIMENTO PELA REDE DE CRECHES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO A 1982.

Este capítulo tem por objetivo estabelecer relações entre o contexto histórico e as instituições de atendimento à criança na cidade de São Paulo, por meio de um exame das composições populacionais da cidade de São Paulo, suas inserções sociais, culturais, políticas e históricas. Objetiva, ainda, uma análise sobre a expansão da rede direta de atendimento à criança na cidade de São Paulo, período denominado de expansão quantitativa, a partir da década de 1980.

Na década de 1970, o processo concomitante de desenvolvimento e pauperização da sociedade brasileira determinou o surgimento de vários movimentos sociais reivindicatórios e, entre eles, pode-se destacar aquele relacionado diretamente ao atendimento de bebês e crianças e à necessidade da mulher: o *Movimento de Luta por Creches*, o qual reivindicava, fundamentalmente, a ampliação de uma rede de equipamentos construídos e administrados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, voltados ao menor de 0 a 6 anos, e gerados com a participação atuante da própria comunidade. O *Movimento de Luta por Creches* diretas, públicas e gratuitas ganhou força e expressão, influenciando grandemente aquela política expansionista, quantitativamente, da rede de creches diretas adotadas pela administração do Prefeito Reynaldo Emygdio de Barros. Essa expressividade se confirmou por ser a creche, de um dos serviços públicos prioritários no conjunto das necessidades da população de baixa renda do Município de São Paulo.

De acordo com Scavone (2011),

O movimento por creche na cidade de São Paulo projetou-se em um cenário em que a economia andava bem, mas a população ia mal. Na cidade, o setor de serviços expandia-se em decorrência da industrialização e o poder público respondia às demandas do crescimento econômico. Rasgava a cidade com avenidas, metrô, moradias para os setores médios e segregava os trabalhadores chamados para construí-la. Uma segregação que oprimia e intensificava a pressão por demandas e desejos, fazendo com que as pessoas se organizassem e lutassem por direitos. Lutas identificadas por estudiosos como lutas dos movimentos sociais urbanos (SCAVONE, 2011, p. 12).

Esses movimentos concretizaram-se por uma real necessidade das mulheres trabalhadoras⁸ pela luta por creches, que por anos indagaram aos diferentes e sucessivos

⁸ Rosenberg (1984, p. 77) aponta que no início da luta por creches “já havia em São Paulo, há anos os movimentos isolados”. Mais tarde é organizado na cidade um movimento unitário: o *Movimento de Luta por Creches*. Este movimento conseguiu integrar feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associados

prefeitos: “Onde estão as creches prometidas?”, “Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai para trabalhar?”, “O que será feito para melhorar o atendimento”?

1.1 “Creches: uma necessidade para a cidade que cresce”: as políticas alternativas direcionadas à criança nos anos de 1950 a 1960

Na cidade de São Paulo, foi na década de 1950 que os primeiros convênios foram estabelecidos entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e as entidades beneficentes para atendimento das crianças pequenas em creches.

Rosemberg (2015, p. 171) em seus estudos afirma que “talvez a cidade tenha feito uma longa sesta entre os anos 1940 a 1950. Talvez, deitada na rede – ou no berço esplêndido – tenha estirado os braços dizendo... ai, que preguiça... de criança pequena”, pois somente com a publicação do Decreto n.º 1289, de 07/03/1951 foi criada a Comissão de Assistência Social Municipal (CASMU), órgão que cuidava da assistência a moradores que viviam em condições precárias e que possibilitou a celebração dos primeiros convênios, criando as primeiras creches ligadas ao poder público municipal da cidade de São Paulo.

A legislação sobre a CASMU previa em seu artigo 6.º:

[...] Compete a CASMU: a) propor ao Prefeito medidas de entrosamento e cooperação entre os serviços assistenciais do Município e os mantidos pela União, Estado, entidades autárquicas e instituições privadas de serviço e assistência social; b) encaminhar desajustados deste município às Secretarias Municipais que possam prover medidas para soluções compatíveis, bem como às instituições de assistência social subvencionadas pela municipalidade; c) receber, investigar e encaminhar os pedidos de atestados de pobreza, exceção da parte que disser respeito ao disposto no artigo 4.º, § 1.º e 2.º da Lei Federal n.º 1060, de 5 de fevereiro de 1950; d) opinar sobre pedido de subvenção, dirigido ao Prefeito, em favor de instituições de assistência social (SÃO PAULO - Município, 1951) .

Durante o período em que as creches pertenceram ao Órgão do Bem-Estar Social, ele recebeu diversas denominações, cada uma delas de acordo com as políticas municipais vigentes: Comissão de Assistência Social – CASMU, em 1951; Divisão de Serviço Social – DSS, em 1955; Secretaria do Bem-Estar Social – SEBES, em 1966; Coordenadoria do Bem-Estar Social – COBES, em 1977; Secretaria da Família e Bem-Estar Social – FABES, em 1982⁹, como se pode verificar no quadro 1.

ou não à Igreja Católica, aos diversos partidos políticos (legais ou clandestinos) e grupos independentes. E mais: conseguiu ainda integrar grupos dispersos de moradores, que reivindicavam por creche isoladamente em seus bairros.

⁹ Com a renomeação da FABES em 1986, tem-se a Superintendência do Bem-Estar Social – SUBES; Secretaria do Bem-Estar Social – SEBES em 1987; Secretaria da Família e Bem-Estar Social – FABES em 1993; Secretaria de Assistência Social – SAS em 1999. O ato legal sobre a transferência das creches para a Secretaria Municipal

Quadro 1 — Informações Político administrativas sobre o Órgão Público Municipal do Bem-Estar Social, no período de 1951 a 1982:

Órgão do Bem-Estar Social	Divisão Regional	Prefeito	Mandato	Fatos Administrativos Significativos	Responsável pelo Órgão	Período de atuação
Comissão de Assistência Social do Município (CASMU)		Armando Arruda Pereira Jânio Quadros William Salem Juvenal Lino de Mattos	1951 a 1953 1953 a 1954 1955 1955 a 1956	Criação da DSS em 1955	Leonor Mendes de Barros Geraldo Silveira Bueno Armando R. Pimentel Flávio X. de Toledo José H. Affonseca Mário A. Silva Cel. João R. Bio Ítalo Brasil Portieri	1951 a 1953 1953 1954 1954 1955 1955 1955 1956
Divisão de Serviço Social (DSS)		Wladimir Toledo Piza Ademar de Barros Manuel F. Ferraz Francisco P. Maia	1956 a 1957 1957 a 1961 1961 (2meses) 1961 a 1965	Instalação da DSS em 1956	Hugo G. Malheiros Helena Iracy Junqueira	1956 a 1957 1960 a 1966
Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES)		José Vicente F. Lima Paulo Salim Maluf José C. F. Ferraz Miguel Colassuonno Olavo Egidio Setúbal	4/1965 a 4/1969 4/1969 a 4/1971 4/1971 a 8/1973 8/1973 a 4/1975 4/1975 a 4/1979	Criação da SEBES em 1966 Estruturação da SEBES de 1969 a 1971	Paulo Soares Cintra Eduardo Rosmaninho Brigadeiro Jorge Morais Suzana Frank Leopoldina Saraiva Henrique Gamba Leopoldina Saraiva	1966 a 1967 1967 a 1969 1969 a 1970 1970 a 1971 1971 a 1973 1973 a 1975 1975 a 1977
Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES)	Supervisão Regional de Serviço Social (SURS)	Reynaldo E. de Barros	6/1979 a 7/1982	Transformação de SEBES em COBES em 1977 e descentralização	Luis Felipe Soares Batista Maria V. Correa da Fonseca Terezinha Fran Orlando C. de R. Arnaud Wilson Quintella Filho	1977 a 1978 1978 a 1979 1979 a 1980 1980 1981 a 1982
Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES)	(FABES)	Antônio Salim Curitati	7/1982 a 3/1983	Transformação de COBES em FABES em 1982	Cel. Ávila, da Rocha	1982 a 1983.

Fonte: Dados elaborados pela autora, a partir da coleta de informações na pesquisa *A Rede de Creches no Município de São Paulo* (Rosemberg, Campos e Haddad, 1991, p. 12). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Por meio desse quadro, é possível observar que o atendimento à criança pequena começa a ganhar importância com o passar dos anos. O setor público tem ênfase quanto à responsabilidade desse atendimento, mas a iniciativa particular também era convocada.

Kramer (1995) assim define essa necessidade de o poder público compartilhar tal atendimento assistencial/paternalista às crianças, convocando todas as instâncias para tal:

Pelo quadro [social], percebem-se duas tendências que até os dias de hoje caracterizam o atendimento à criança em idade pré-escolar: o governo proclama(va) a sua importância e mostra(va) a impossibilidade de resolvê-lo dadas as dificuldades financeiras em que se encontra(va), enquanto imprimia uma tendência

de Educação (SME) ocorreu em 28 de dezembro do ano de 2001, por meio do Decreto n.º 41.588; a efetivação do ato em forma de atendimento às crianças se deu no ano de 2002. A este respeito consultar Franco (2009).

assistencialista e paternalista à proteção da infância brasileira, em que o atendimento não se constituía em direito, mas em favor. Ambas as tendências ajudam a esconder que o problema da criança se origina na divisão da sociedade em classes sociais (KRAMER, 1995, p. 61).

Verifica-se, ainda, que diversos órgãos voltados à assistência infantil foram criados, numa espécie de movimentação burocrática e administrativa. A implantação e a expansão da rede de creches municipais administradas diretamente pelo poder público, e não por meio de convênios ou parcerias, desenvolveu-se mediante uma interação conflitiva da sociedade civil e governantes. Uma das decorrências dessa forma de atendimento, segundo Rosemberg (1992, p. 27) “é a imagem de apêndice que se afigura, porque pode ser extirpado sem que o corpo padeça por sua falta”.

Em 1955, a CASMU foi extinta e, em seu lugar, cria-se a Divisão de Serviço Social (DSS), órgão responsável pelo setor de Assistência Social do Município de São Paulo, que tinha como responsabilidade o atendimento aos munícipes necessitados, de baixa renda ou sem renda, a proteção à infância e à maternidade. Nesse período, as creches eram compreendidas como parte da política de proteção à infância. Com a criação da DSS, tem início uma programação em função da problemática do menor na cidade de São Paulo.

Devido a um remanejamento das áreas de atuação do Serviço Social Municipal em São Paulo e do Serviço Social de Menores do Estado, a atuação da Divisão de Serviço Social, no âmbito municipal, passou a atender em regime de semiinternato, razão pela qual a Diretoria de Serviço Social iniciou um trabalho ligado às creches, enquanto o Estado assumiria o internato.

O documento *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a) aponta que a DSS manteve em regime de internato aproximadamente 100 menores, em obras situadas no município. Essas obras recebiam assistência técnica da Divisão. Os serviços da Divisão eram custeados pela Legião Brasileira de Assistência, Serviço de Assistência do Menor, Serviço Social de Menores e pelo Juizado de Menores, conforme demonstrado na figura 1:

Figura 1 — “Acordo entre cavalheiros” DSS e Serviço Social de Menores do Estado de São Paulo.

Esses estudos fundamentaram um “acordo entre cavalheiros” realizado entre a Diretoria de Serviço Social do Município e o Serviço Social de Menores do Estado através do qual foram definidas áreas respectivas de atuação.

Através desse acordo, foi considerado mais próprio ao âmbito municipal a ação através de semi-internatos, razão por que a Diretoria do Serviço Social assumiu a responsabilidade de iniciar um trabalho voltado para o atendimento através de creches, enquanto que o Estado assumiu a responsabilidade dos internatos.

A implementação desse acordo iniciou pelo remanejamento dos menores internados pela Prefeitura, alguns dos quais foram transferidos para responsabilidade do Estado e outros voltaram ao convívio de seus familiares. Ao mesmo tempo, foram iniciados os estudos das creches existentes no sentido de analisar a viabilidade de expansão de sua capacidade de atendimento.

Fonte: *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

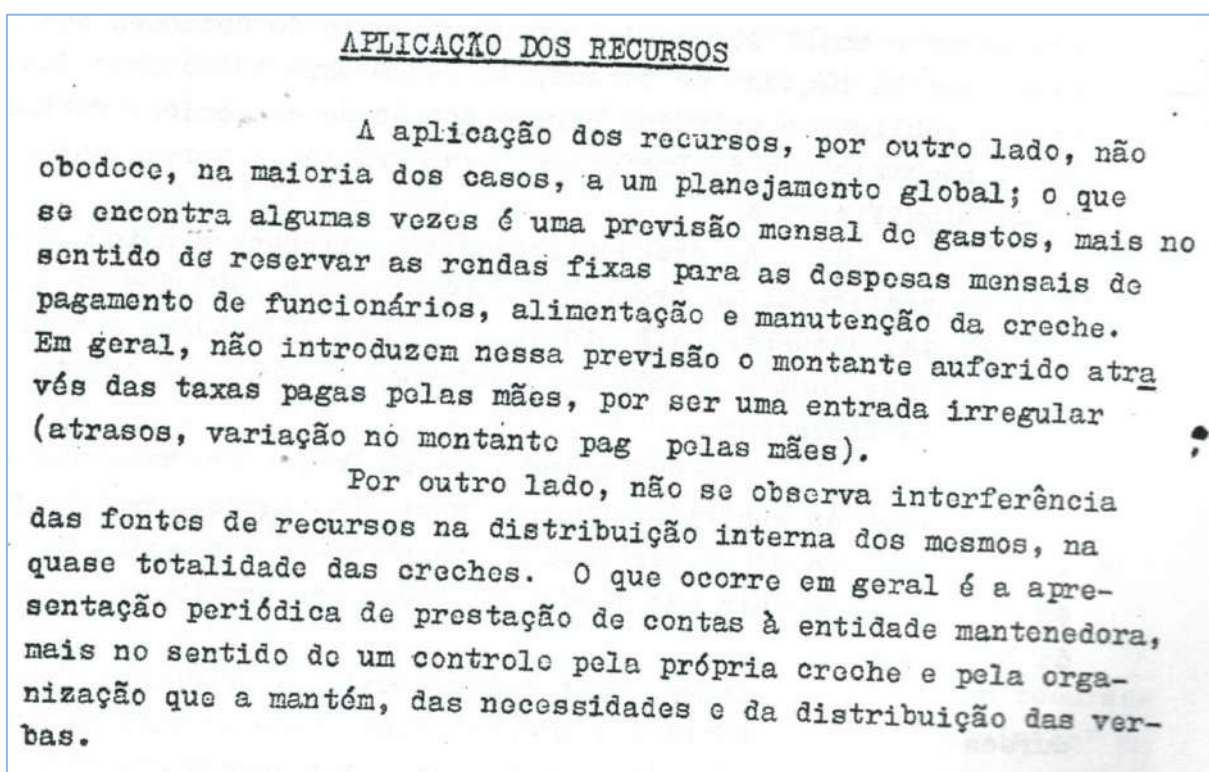
Observa-se, por meio desse documento (figura 1), uma organização, ou sistema de guarda de crianças pequenas de diferentes estruturas e formas de manutenção. Oliveira e Ferreira (1986, p. 44), por exemplo, apontam que a DSS estruturou-se na década de 1950, para organizar as doações feitas a indivíduos carentes e a entidades filantrópicas que já nesta “época, observava-se tanto no nível do Estado quanto do município, que muitas entidades filantrópicas recebiam ajuda governamental para exercer suas atividades”.

A creche conveniada pertencia a uma entidade particular que firmava convênio com uma instituição pública, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹⁰ e as prefeituras, a fim de manter seu funcionamento.

¹⁰ De acordo com Rosenberg (2016, p. 217-218), a LBA foi um órgão federal de assistência social, criada em 1942, associada ao esforço de guerra, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias. “Considerada como

Os dados sobre o projeto, a implantação e avaliação do atendimento nas creches levantado pelo *Dossiê Rosa Krausz* (1970) demonstra que a Prefeitura do Município de São Paulo, em sua origem, prestava atendimento à criança por meio de uma rede indireta de atendimento, isto é, mantinha convênios com entidades particulares que se responsabilizavam pela administração e manutenção das creches (p. 4). Segundo dados desse mesmo relatório, nesse período, a rede de equipamentos existentes para atendimento da faixa etária de 0 a 6 anos no município era precária. Os serviços oferecidos não eram sistematizados e apresentavam resultados numericamente pouco significativos, “pecavam por falta de diretrizes de intervenção, de objetivos definidos e de planejamento global. Os recursos técnicos e financeiros eram reduzidos” (p. 5). Um exemplo disto é a situação descrita no excerto (figura 2) sobre a aplicação dos recursos técnicos e financeiros:

Figura 2 — Aplicação dos Recursos



Fonte: *Dossiê Rosa Krausz* (1970). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

criadora e criatura do serviço social no Brasil”, o discurso da LBA para atuação junto à infância pobre conteve desde sua criação, um forte componente preventivo, adequando seu estilo ao período em questão. Por exemplo, ao final da Segunda Guerra Mundial, a LBA assumiu em seu discurso uma perspectiva eugênica, orientava sua atividade e seus recursos na defesa da raça, “cuidando das mães e das crianças, os homens de amanhã”. Posteriormente, sua ação em face da infância destinava-se a evitar a ociosidade e a mendicância, compreendidas como consequências do abandono infantil e da decadência moral do meio. Por meio do discurso da segurança nacional, pois os pobres poderiam ameaçar a integração nacional, o projeto apresentou no período uma campanha de defesa civil em tempo de paz. “A previdência e a assistência social passaram a ser entendidas como fatores indispensáveis à preservação da Paz Social”.

Devido à ausência de uma programação sistematizada por parte da Divisão, tudo indica que esses primeiros convênios tenham seguido as orientações do documento *Creches Organização e Funcionamento*, coleção do DNCR (1956), pois era esse documento que predominava enquanto diretriz para atendimento da criança por meio das creches. Essas orientações foram objeto de reformulações em sua prática, tendo em vista a busca de novas alternativas de atuação que possibilitassem a expansão do atendimento realizado à criança exclusivamente por meio do sistema creche, mediante o desenvolvimento de uma programação única.

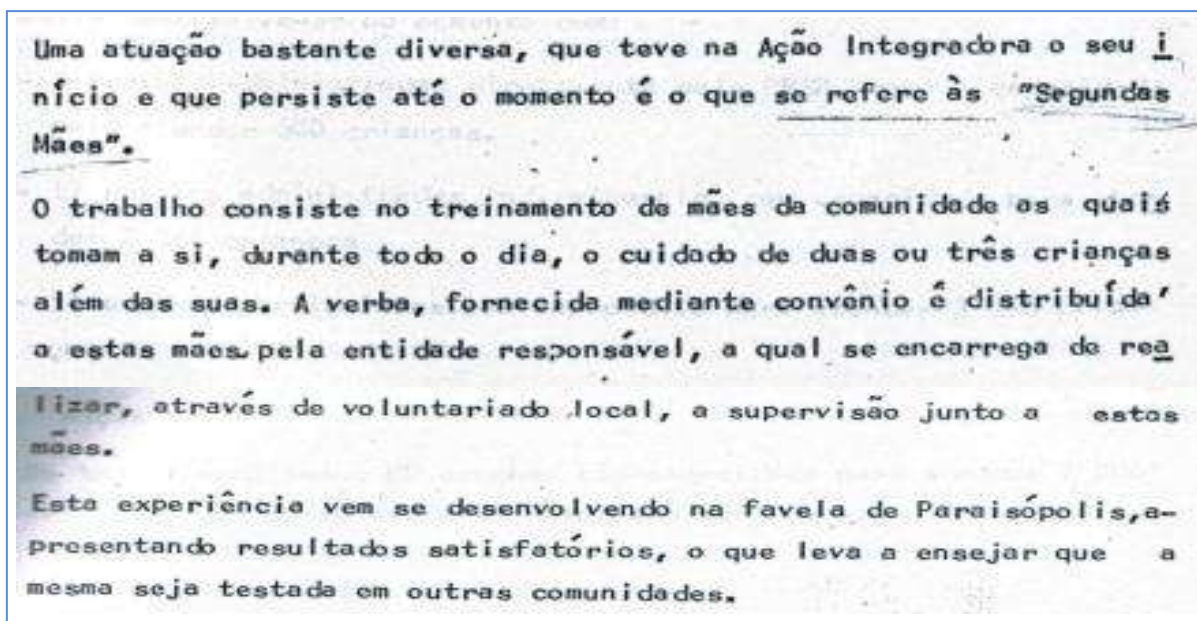
Importante destacar que, no ano de 1975, foi publicado pelo projeto Centros Infantis Integrados à programação *Organização e Funcionamento de Creche* (1975), nas mesmas diretrizes que o documento do DNCR (1956). O documento *Organização e Funcionamento de Creche* (1975, p.1-6) estabelecia orientações para a implantação, administração, instalação, recursos humanos, clientela e agrupamentos a serem atendidos nas creches.

Outro fator que merece ser considerado no período se relaciona à situação das creches nos locais de trabalho¹¹. Com a falta de fiscalização por parte dos órgãos federais competentes e dos sindicatos, a legislação trabalhista em vigor, permanecia quase como letra morta. Poucas empresas continuavam a manter berçários e os convênios permitidos pela legislação após os anos 60 raramente eram utilizados pelas funcionárias.

Enquanto as reivindicações por creches não eram atendidas, as políticas alternativas direcionadas à criança manifestavam-se de diversas maneiras. No documento *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a), há a prescrição no histórico de uma atuação do poder público, para atendimento de crianças na cidade de São Paulo denominado “Segundas Mães” (figura 3), uma ação “bastante diversa” para a população de crianças não atendida pela creche, ou seja, por meio dos programas alternativos, de baixo custo e não formais:

¹¹ Para consulta sobre a situação das creches em local de trabalho, ver Oliveira (2019). A pesquisadora evidenciou e problematizou a questão por meio da pesquisa: *Paulistinha a Creche Universitária da UNIFESP: a construção identitária de uma história multifacetada (1971 a 1996)*.

Figura 3 — Atendimento Alternativo “Segundas Mães”.



Fonte: *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Ainda nesse período, observou-se por meio do levantamento realizado nos *Relatórios da Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo* (1970), os seguintes dados referentes aos berçários/creches mantidos em locais de trabalho, “do Brás ao Tatuapé, da Casa Verde à Lapa e da Pompeia à Barra Funda” (Singer, 2017, p. 190) cuja proposta era de atendimento às funcionárias das empresas/indústrias na cidade de São Paulo, como demonstra o quadro 2.

Quadro 2 — Creches e Berçários em empresas/indústrias na cidade de São Paulo (1940-1960)

Data de Instalação	Empresa/Indústria
1940	Cia. Souza Cruz Ind. Com.
1941	D.F. Vasconcelos S/A
1945	Linhas Correntes (2 unidades)
1946	Cia. Nitro Química Brasileira
1950	Aliança Metalúrgica
1952	Fundação Antônio e Helena Zerrenner (Antártica)
1957	FEPASA
1960	Ind. Têxtil Tabacow

Fonte: Dados coletados por meio do *Relatório da Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo* (1970). Acervo História da Educação e da Infância – Fundação Carlos Chagas.

O documento *Relatórios da Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo* (1970) indica que quase todos os berçários/creches eram montados a partir de uma concepção hospitalar de creche, estavam vinculados ao Departamento Médico da indústria e localizavam-se em espaços muitas vezes dentro do próprio ambulatório. As

pessoas responsáveis pelo atendimento às crianças eram as funcionárias deste setor, muitas delas auxiliares de enfermagem.

O documento *Creches Organização Popular* (1979c) indicou que o atendimento nas creches vinculadas às fábricas não se dava de maneira uniforme; por exemplo, a creche das Linhas Corrente, localizada no bairro do Ipiranga, começou a funcionar em 1945, recebeu 16 crianças e possuía 24 berços. Funcionava das 7h às 17h, e as crianças podiam permanecer até completarem 9 meses. As operárias pagavam Cr\$ 500,00 por mês além dos medicamentos individuais. As funcionárias que trabalhavam no período noturno não podiam utilizar a creche. As mães recebiam gratuitamente medicamentos de uso comum para todas as crianças, alimentação, fraldas lavadas e apenas visitavam as crianças aquelas mães que estivessem amamentando. A maioria não amamentava, alegando falta de leite. O atendimento era feito por uma enfermeira e quatro auxiliares.

A creche da FEPASA, localizada no bairro da Luz, que funcionava desde 1957, em resposta a uma solicitação das funcionárias da Estrada de Ferro Sorocabana era uma dessas distinções, revelando a não uniformidade na maneira de atender as crianças. Recebeu 124 crianças, filhos de funcionárias, na faixa etária de 2 meses a 7 anos incompletos. As crianças eram agrupadas segundo a idade: Berçário I de 0 a 1 ano; Berçário II de 1 a 2 anos (supervisionados por três pajens); Minimaternal de 2 a 3 anos; Maternal de 3 a 4 anos; Jardim de 4 a 5 anos e Pré de 5 a 7 anos. A partir do Minimaternal, cada turma era supervisionada por uma pajem e uma professora especializada. A creche contava ainda com uma médica com jornada de trabalho de meio período e uma auxiliar de enfermagem com jornada de trabalho em período integral.

A empresa fornecia as instalações, alimentação, remuneração dos funcionários. Para as despesas extras, como festejos e compra de brinquedos para ocasiões especiais, eram descontados 2% da folha de pagamento das mães com crianças na creche. Os berçários/creches que funcionavam nas empresas/indústrias mais antigas coincidem com o momento de promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, na década de 1940.

Segundo Biccas (2009, p. 288), a oferta desse atendimento por parte das indústrias ocorreu de modo limitado, configurando-se assim “um prenúncio do que seria a desvalorização desse direito ao longo de quase todo o século XX; a lei só foi cumprida de maneira excepcional e por poucos patrões”.

Essas origens do atendimento em creche pela rede paulistana, contudo, não se limitava às iniciativas particulares, mas alcançou iniciativas do poder público, na forma de política

educacional para a cidade. Esse destaque deve ser dado aos Parques Infantis (PI)¹², considerados como o início da rede oficial de Educação Infantil da cidade de São Paulo.

Segundo Crepaldi (2002), essa instituição tinha por principal característica a proposta de receber no mesmo espaço as crianças de 3 a 12 anos, fora do horário escolar, caracterizando a educação extraescolar. A especificidade pedagógica dos PI é evidenciada pela integração de cuidado e educação, pela forte presença de elementos da cultura e do jogo infantil. Os três primeiros Parques Infantis localizavam-se em bairros operários: Dom Pedro II, Ipiranga e Lapa.

Kuhlmann Jr. (2000, p. 4) aponta que,

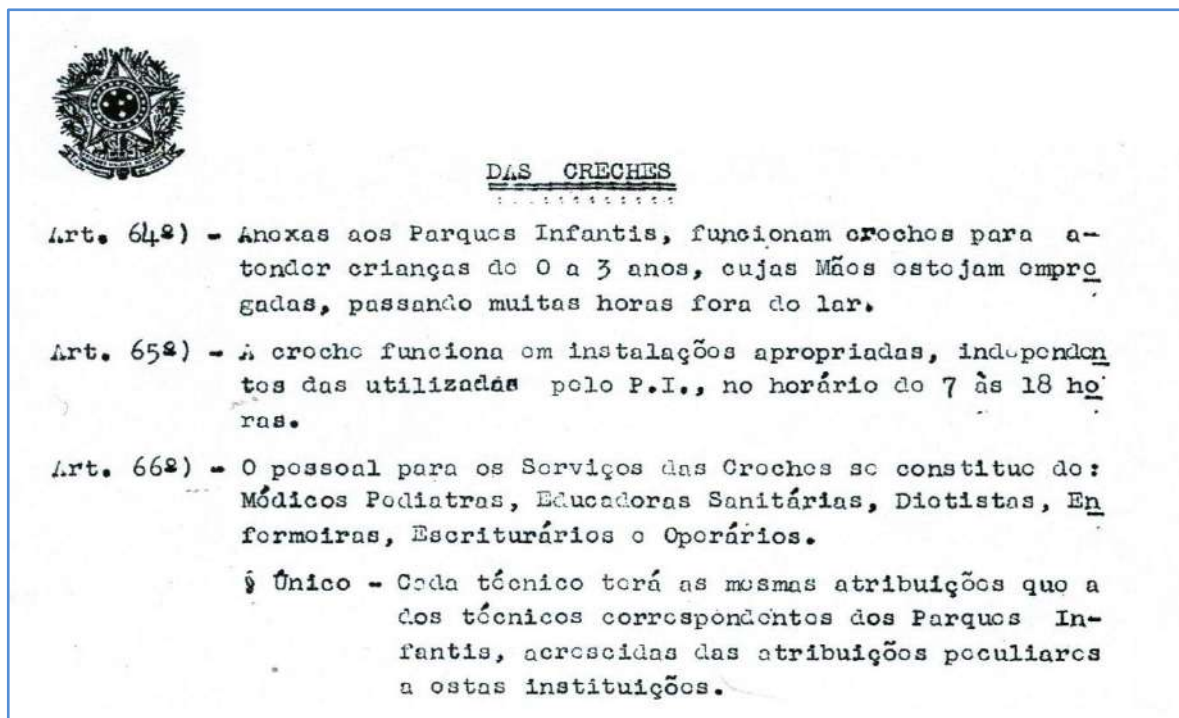
[...] com a criação do DC, o PI é regulamentado e inicia sua expansão, refreada em 1940, na gestão de Prestes Maia. Uma característica distinta da instituição era a sua proposta de receber no mesmo espaço as crianças de 3 ou 4 a 6 anos e as de 7 a 12, fora do horário escolar.

No documento *Regulamento da Divisão de Educação, Assistência e Recreio publicado* em 1947, artigo 64, foi possível localizar o registro sobre o tratamento previsto às crianças de 0 a 3 anos nas creches anexas aos Parques Infantis, no município de São Paulo, conforme demonstrado na figura 4.

A Divisão de Educação e Recreio fazia parte da estrutura do Departamento de Cultura (DC). Além da Divisão de Educação e Recreio, faziam parte do departamento outras quatro divisões: Bibliotecas, Expansão Cultural, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos. Com exceção da Divisão de Turismo, que não chegou a ser totalmente implantada, todas as outras funcionavam ativamente.

¹² Os PI passaram a integrar o serviço público do município de São Paulo em janeiro de 1935, pelo Ato n.º 767, na administração do prefeito Fábio Prado, vinculado ao Departamento de Cultura (DC), em que Mário de Andrade foi nomeado Diretor, nele permanecendo até 1938.

Figura 4 — Fragmento do Regulamento da Divisão de Educação e Recreio.



Fonte: *Regulamento da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, 1947. Acervo da Memória Técnica Documental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

No *Regulamento da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* (1947), foram localizados seis artigos – 64 ao 69 – cuja matéria se destinava à previsão de atendimento para crianças de 0 a 3 anos, em que as mães estivessem empregadas, passando muitas horas fora do lar.

De acordo com o documento, as creches anexas aos PI, deveriam funcionar em instalações apropriadas, independentes das utilizadas pelo PI, no horário das 7h às 18h. O quadro de funcionários deveria ser composto por médicos pediatras, educadoras sanitárias, dentistas, enfermeiras, escriturários e operários. As atribuições de cada um desses técnicos seriam as mesmas atribuições que a dos técnicos dos PI, acrescidas das atribuições peculiares as instituições de atendimento a criança pequena.

O documento previa também um serviço específico de alimentação: uma alimentação artificial que seria preparada no lactário da creche para crianças de 0 a 12 meses de idade, em casos de lactação insuficiente das mães para amamentação natural; a criança enferma afastada da creche continuaria a receber as mamadeiras preparadas no lactário. O documento prescrevia que o serviço social atuasse junto aos empregadores, para que as mães nutrizes fossem dispensadas no horário das mamadas, a fim de que fosse garantida à criança

alimentação natural pelo menos até os seis meses. A alimentação para as crianças de 1 a 3 anos ficava ao encargo da cozinha do PI.

Além da prescrição legal sobre a previsão do funcionamento de creches anexas aos PI, do documento *Regulamento da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* (1947), não houve a citação ou localização, no *corpus* documental utilizado para esta pesquisa, de nenhuma evidência sobre o funcionamento do atendimento por meio de creches nas condições citadas no regulamento, sugerindo assim a existência apenas da normativa. Outro elemento que pode corroborar com essa questão é o fato de que no documento *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a), no item sobre as diretrizes programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados, para o ano de 1974, foram traçadas as seguintes metas, de acordo com o artigo 3.º, demonstrada na figura 5:

Figura 5 — Meta para o Projeto Centros Infantis Integrados para o ano de 1974

3º - Participação do Departamento no programa do COGEG de construção de vinte e um Centros Infantis Integrados (Parque Infantil, Creche e Posto de Saúde), incluindo elaboração do Projeto Arquitetônico Padrão para os mesmos.

Fonte: *Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados* (1974f). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Portanto, ao analisar essa diretriz para o ano de 1974, com relação à programação dos Centros Infantis Integrados, tem-se novamente a previsão do atendimento da criança de 0 a 6 anos em espaços contíguos ao Parque Infantil, em normativa que visava ainda à construção dos Centros Infantis Integrados.

Nesse sentido, verificou-se que o período analisado foi demarcado por um crescimento da pobreza urbana, o que demandou uma organização da sociedade com o intuito de reverter o quadro que, segundo Kishimoto (1986, p. 38), era de “um grande contingente de mulheres e crianças na extrema miséria que aumentavam nos núcleos urbanos pobres, em busca de melhores condições de vida”, transformando essa situação em um desafio para a capacidade de atendimento do poder público.

A política de convênios sempre foi muito incentivada e bem-vinda à cidade, ocasionando uma ampliação da rede de creches conveniadas com maior rapidez do que a rede direta, visto que o custo para o poder público com esse tipo de serviço era, e ainda é, menor e os encargos políticos-administrativos eram, e são mais restritos. Embora os convênios

obedecessem a certas determinações sobre espaço e conforto para as crianças, as instalações desses estabelecimentos eram precárias, conforme análise realizada no próximo item.

1.2 “Queremos creche”: a formação da rede de creches na cidade de São Paulo, nos anos de 1960 a 1970.

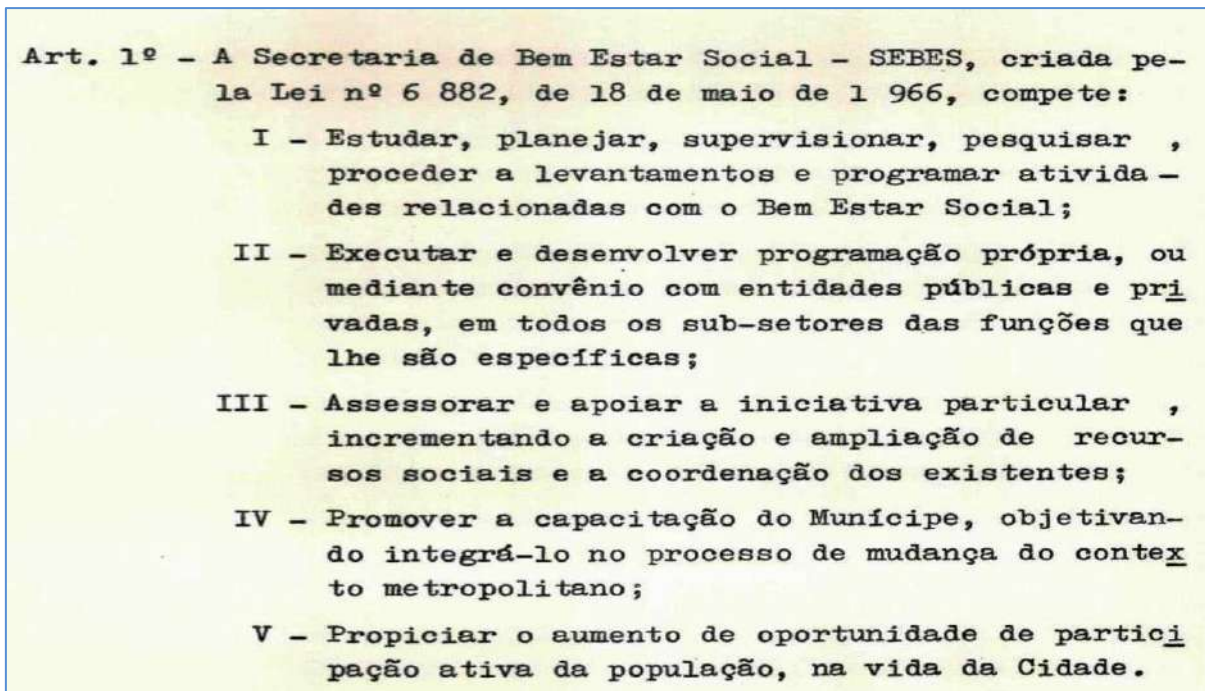
No ano de 1964, o Brasil, sofreu um golpe militar, que instalou um período de longa ditadura, cerceando a liberdade de expressão e de organização da sociedade civil. Rosemberg (1984) assim resume este período:

Partidos políticos, sindicatos e associações de classe foram fechados, ou ficaram sob o arbítrio de interventores, a imprensa esteve sob censura, e opositores ao regime foram presos, torturados, exilados, considerados como pessoas desaparecidas e assassinados (ROSEMBERG, 1984, p. 76).

Na vigência da ditadura militar, o cenário internacional descrito por Rosemberg (1992) revela a existência de um grande contraste no tratamento das questões relacionadas ao atendimento da criança pequena quando comparado ao panorama da cidade de São Paulo, na década de 1960. Enquanto se verifica uma expansão qualificada do atendimento à criança pequena nos países da Europa e Estados Unidos. Essa nova situação deu-se principalmente por movimentos reivindicatórios de mulheres que pautavam questões diretamente relacionadas ao bem-estar das crianças pequenas. Nos chamados países subdesenvolvidos, o atendimento só foi ampliado à custa da redução dos gastos públicos, numa clara opção pela precariedade e desconsideração ao universo dos direitos das mulheres e das crianças.

Com a estruturação da Secretaria do Bem-Estar Social na cidade de São Paulo, e, em face da problemática do menor, a opção adotada pelo município em função da necessidade de atendimento das crianças continuou a ser a política de conveniamento, conforme disposto na legislação apresentada na figura 6:

Figura 6 — Estruturação da SEBES (1966)



Fonte: *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

O documento *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a) e o próprio fragmento da legislação n.º 6882, que estruturou a SEBES apontavam, por intermédio de uma análise sucinta que a programação de assistência à infância, desenvolvida pela Secretaria do Bem-Estar Social, nesse período inicial, foi executada com enfoque promocional e compensatório, voltando-se para a criança, sua família e seu meio, desenvolvendo-se mediante diferentes formas de intervenção ao nível de comunidade, entidade e creche.

Nessa seara e para responder à pressão e demandas advindas dos movimentos sociais em luta por creches, a Secretaria do Bem-Estar Social deu continuidade à política de convênios com entidades sociais, visando ao aumento da oferta de vagas à população usuária, já que a rede pública direta não as oferecia.

Essa situação tornava-se cada vez mais difícil e muitos foram os pedidos para a instalação de creches, um deles sob a forma de uma carta aos trabalhadores e trabalhadoras (figura 7), para pedir a participação em *Movimentos de Mulheres* que começavam a surgir nos bairros, para lutar por creche:

Figura 7 — Carta aos trabalhadores e trabalhadoras

Aos trabalhadores e trabalhadoras:

A vida está cada vez mais difícil. O dinheiro é curto e um salário só não dá para sustentar uma família. É necessário / que várias pessoas trabalhem fora: o homem, a mulher e até mesmo / os filhos mais velhos.

E com quem ficam as crianças menores? Trancadas dentro de casa, sozinhas, sem cuidados, correndo o risco de sofrerem um acidente ...

E por que isto acontece? Não há creches nos bairros e nas fábricas.

Fonte: *Dossiê do Movimento de Luta por Creche (s/d)*. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

A SEBES, conforme consta no documento *Reprogramação da Atividade de Assistência à Infância* (1976a, s/p) iniciou uma programação e celebrou, então, a partir do ano de 1966 convênios com treze creches particulares, que passaram a ser mantidas pela prefeitura com um repasse de valor *per capita* mensal¹³, “objetivando aumentar a capacidade de atendimento de 20 crianças em cada uma das creches, não envolvendo ainda prestação de assistência técnica”, o que possibilitou a ampliação da rede conveniada. Trata-se de uma prática comum da Prefeitura do Município de São Paulo a celebração de convênios com o setor privado, no que tange principalmente aos serviços de assistência à população de baixa renda. No caso da educação, o atendimento à pequena infância acontecia por meio da atuação do subsistema de creches conveniadas, composto pelas creches indiretas e pelas creches particulares.

Definem-se por creches indiretas os equipamentos construídos ou alugados, mantidos pela Prefeitura do Município de São Paulo e administrados por entidade social conveniada que presta atendimento à criança. O prédio da creche indireta pertence (ou é alugado) à prefeitura que o repassa à gestão da instituição privada.

As creches particulares também compõem o subsistema conveniado e deviam dispor de um imóvel próprio ou alugado para estabelecerem o convênio com a prefeitura.

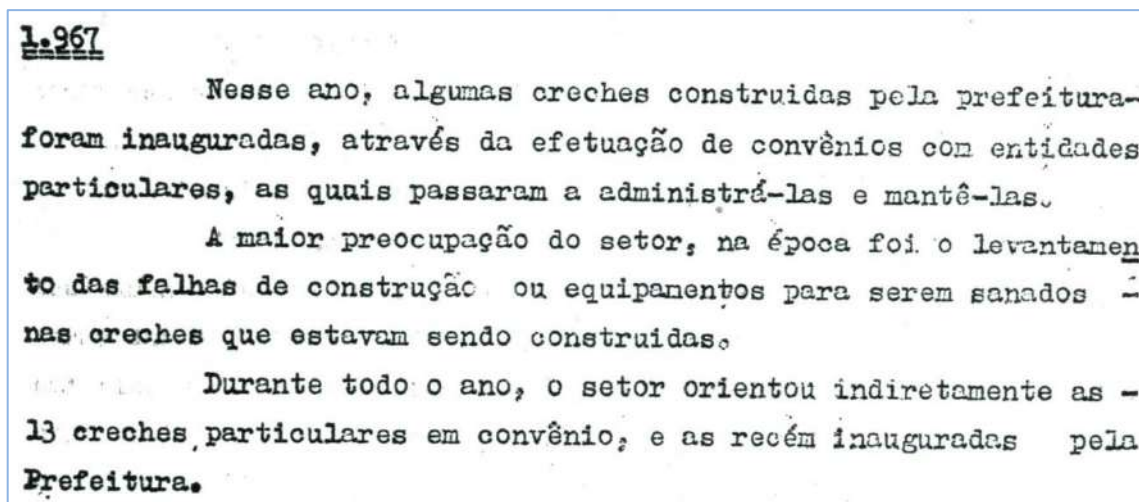
¹³ A verba *per capita* destinava-se à cobertura de despesas com: recursos humanos, alimentação, bens permanentes, material pedagógico, material de limpeza e higiene, material de escritório e manutenção das instalações.

A filosofia de ação e atendimento das entidades que mantinham convênios para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos variava bastante, mas se pautava basicamente por meio do discurso que valorizava a participação da população junto aos equipamentos e a chamada proximidade com a comunidade (ROSEMBERG, 2016, p. 210).

Importante destacar que o documento *Reprogramação da Atividade de Assistência à Infância* (1976a) previa o atendimento à criança de 0 a 3 anos e 11 meses e supletivamente de 4 a 6 anos e 11 meses, provenientes de famílias com limitado acesso a bens e serviços, prioritariamente aquelas de 0 a 2 salários mínimos.

Em 1967, a SEBES inaugurou as primeiras creches municipais, em número de nove, entregues a entidades particulares, reforçando a atuação indireta: Creche Santo Amaro, Creche Jabaquara, Creche do Brooklin, Creche São Miguel, Creche da Bela Vista, Creche da Freguesia do Ó, Creche da Vila Formosa, Creche de Parque Peruche e Creche de Vila Gustavo, de acordo com a figura 8.

Figura 8 — Atuação da SEBES em 1967



Fonte: *Dossiê Rosa Krausz* (1970). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Nesse período, a hipótese de uma ampliação e consolidação para a rede de creches na cidade de São Paulo suscitou algumas indagações por parte do órgão de bem-estar social: Deveria a creche limitar-se a ser um estabelecimento apenas de custódia da criança durante o período de trabalho da mãe ou em um ambiente sadio, com boa alimentação, atenção, carinho? Deveria preencher as funções da escola maternal, jardim de infância ou de curso pré-primário com professores especializados?

De acordo com o *Dossiê Rosa Krausz* (1970), ao admitir a segunda hipótese, o custo de manutenção desse equipamento não permitiria a extensão da rede para atender à maior

parte da população que necessitava desse tipo de serviço. Para justificar a admissão da primeira hipótese, que exigia apenas o custo mínimo de manutenção, o órgão levantou questões consideradas como compensatórias como proposta de atendimento: facilitar as condições para a mulher integrar-se ao mercado de trabalho, com possibilidade de ascensão; propiciar à criança, ambiente favorável a seu desenvolvimento físico, mental, emocional e social, embora não incluindo programa pedagógico especializado. A opção adotada fez-se pelo atendimento de massas em detrimento à opção melhoria de serviços.

Como exemplo da situação descrita, tem-se a inauguração de uma rede de equipamentos. Abaixo foi selecionado um conjunto de imagens referentes ao momento da entrega oficial desse equipamento à entidade mantenedora pela Creche Sossego da Mamãe, atual CEI Vila Pedroso (figura 9), hoje pertencente à rede direta, localizada no bairro de São Miguel Paulista, que havia sido recém-inaugurada pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Figura 9 — Conjunto de imagens da inauguração da Creche Sossego da Mamãe com a presença das autoridades responsáveis, movimento das pastorais e comunidade, localizada no bairro de São Miguel Paulista em 1967.

Entrada da creche



Fonte: Acervo do CEI Vila Pedroso (Creche Sossego da Mamãe), São Paulo, 1967.

Inauguração



Placa de identificação



Fonte: Acervo do CEI Vila Pedroso (Creche Sossego da Mamãe), São Paulo, 1967.

Berçário



Fonte: Acervo do CEI Vila Pedroso (Creche Sossego da Mamãe), São Paulo, 1967.

Padre Aristides e a comunidade



Fonte: Acervo do CEI Vila Pedroso (Creche Sossego da Mamãe), São Paulo, 1967.

O conjunto de imagens apresentado pela figura 9 refere-se a um momento comemorativo público que se fez visível para autoridades, convidados e comunidade local. A inauguração da creche localizada no bairro de São Miguel Paulista, distrito da zona leste da cidade, consistiu em um ato para apresentar ao público de interesse o espaço físico da instituição que entraria em atividade e alguns dos seus recursos, como por exemplo, mobiliário.

Na imagem, foi possível localizar as instalações (área externa, entrada, berçário) e convidados presentes ao ato. A inauguração foi realizada com fita, que para essas ocasiões se indicava o cetim (geralmente eram utilizadas na cor oficial verde e amarelo, ou nas cores da bandeira do município). Essa fita foi afixada na entrada do prédio e era grande o suficiente para atender a todo o espaço escolhido e acomodar as autoridades oficiais, no momento em que foi desatada. Outra cena refere-se à contemplação da placa de inauguração da instituição na porta principal do prédio. Nela se observam as inscrições da pessoa pública municipal responsável pela construção, nome do prefeito, da creche, data de início das obras, período de construção e inauguração.

Nas demais fotografias, tem-se a imagem do Pároco Aristides Pimentel em pose com adultos e crianças; em outra cena, parece ser cumprimentado, ou mesmo recebe agradecimentos pela suposta conquista da creche para a região. Em outra imagem, tem-se uma quantidade de berços que parece ocupar a área de um cômodo. Nota-se a ausência de outras mobílias, decorações e demais recursos.

O *Dossiê Rosa Krausz (1970)* aponta que, durante a construção, essa creche foi prometida à entidade Organização Paulista de Educação e Cultura, para que a administrasse sob a forma de convênio. Essa entidade acompanhou o desempenho da firma construtora e solicitou em 08/02/1967 a administração da mesma, sendo que em 03/04/1967 assinou a celebração do convênio. Em 05/05/1967, a entidade desiste da celebração do convênio antes mesmo de iniciar o trabalho. Em 16/07/1967, foi criada a entidade Comunidade de Ação Social de São Miguel Paulista, com a finalidade de administrar a creche. O convênio foi celebrado em março de 1968, com o Pároco Aristides Pimentel, da Paróquia de São Miguel Arcanjo.

Nos anos seguintes, 1968 e 1969, completou-se a rede municipal prevista, inaugurando-se mais sete creches assim distribuídas: Creche da Vila Leopoldina, Creche da Vila Nova Cachoeirinha, Creche do Alto de Pinheiros, Creche da Penha, Creche do Belém, Creche da Vila Carioca e Creche de Guaianases. Neste mesmo período, deu-se a realização do primeiro treinamento, objetivando orientar tecnicamente as administradoras das creches.

O *Dossiê Rosa Krausz* (1970, p. 102) aponta que a SEBES completou a construção da rede de equipamentos previstos, e o “setor passou a dar ênfase à orientação técnica da área administrativa, visando à melhoria do nível econômico e, conseqüentemente, do atendimento”. Uma das medidas adotadas foi a realização de um treinamento para os administradores das vinte e nove creches. Assim, procurou-se, por meio de aulas práticas e teóricas, “dar um mínimo de conhecimentos necessários para a direção de tal equipamento” (SÃO PAULO, Dossiê Rosa Krausz, 1970, p. 102), que atendia crianças na faixa de 0 a 3 anos, com prioridade de atendimento da criança carente. O atendimento inicial foi conferido aos bebês, por meio dos berçários, sendo que em 1970 se enfatizou a abertura de classes do maternal e a implantação ou o aperfeiçoamento de clubes de mães nas instituições.

A situação básica de carência é determinada pela inexistência de renda, em casos extremos, ou pelo baixo nível salarial da grande parcela da população, sujeita a permanecer em precárias condições de vida: morando em habitação subnormal, (favelas, cortiços, etc.), não usufruindo de infraestrutura social e urbana (saneamento básico, assistência médico-dentária, equipamentos sociais, transporte, comunicação) (SÃO PAULO – Município. Programação de Serviço Social, 1974b, p. 4).

O início do atendimento direto em creches pelo município de São Paulo data de 06/08/1969. Trata-se de uma creche conveniada no bairro de Guaianases que, em decorrência de desentendimentos com a entidade mantenedora, passou a ser administrada diretamente pela Secretaria do Bem-Estar Social, o que denota a ausência de um planejamento político e o início de um atendimento direto determinado pela necessidade dos políticos e não da sociedade.

Localizou-se, no *Dossiê Rosa Krausz* (1970), a descrição da ocorrência que deu causa ao rompimento do pacto entre SEBES e a entidade mantenedora do convênio que culminou com o início da administração de uma rede de creches diretas pela Prefeitura da cidade de São Paulo, conforme figura 10. Com esse desentendimento, ocorreu a passagem da administração da creche de Guaianases para SEBES. Houve na ocasião o “bloqueio de toda a programação da creche” (SÃO PAULO, Dossiê Rosa Krausz, 1970, p. 2).

Figura 10 — Excerto sobre o histórico da creche de Guaianases

HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL

- 1 - Durante a construção foi procurado, pela S.R.I., uma Entidade para administrá-la recaiando a escolha na Associação Comunitária de Guaianases entidade representativa - de várias organizações assist. e religiosas da região. O convênio foi assinado em 12/8/69 e a inauguração se deu a 29/9/69. Este Setor não observou irregularidade alguma no funcionamento da creche durante o período em que esteve administrada pela A.C.G. Em 6/8/69 foi denunciado o Convênio e a Prefeitura assumiu a administração da mesma por intermédio da S.B.E.S.
- 2 - Situação atual - Depois de inúmeras dificuldades com pessoal a ser contratado, treinado e supervisionado, a creche está caminhando mais ou menos bem. A administradora recebe supervisão direta de uma a. s. duas vezes por semana. A parte relativa a trabalho com mães vai indo muito bem sob a responsabilidade de uma estagiária de serviço social.
- Problemas que ainda perduram. A creche não se relaciona - mente com a comunidade.
- 2 - as mães não contribuem.
 - 3 - ainda há soluções pendentes relativas ao pagamento - do pessoal.
 - 4 - há necessidade de mais alguns funcionários.
 - 5 - a prestação de contas e a rotina com a verba é bastante complicada perdendo o setor muito tempo com esse trabalho.
 - 6 - Várias entidades foram consultadas para administrar a creche, não aceitando.

Fonte: *Dossiê Rosa Krauss* (1970). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Ao assumir a administração da creche, a SEBES procurou desenvolver uma programação mais intensa na creche de Guaianases, visando à melhoria do seu padrão de atendimento. Nesse período, planejou e executou um treinamento intensivo para funcionários de todas as creches em funcionamento, inclusive para as administradoras das instituições, de acordo com documento *Dossiê Rosa Krausz* (1970). O treinamento foi composto por aulas teóricas e aulas práticas.

A partir desse fato, verifica-se uma atuação pontual da secretaria com relação à sistematização do funcionamento das creches, tanto em razão da necessidade de ampliação do número de equipamentos para atendimento das crianças, quanto pela urgência em oferecer vagas para as outras faixas etárias, conforme estudo apontado no documento *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a).

Esse documento demonstra que a programação de Assistência à Infância desenvolvida pela Secretaria do Bem-estar Social (p. 3) foi executada com enfoque promocional e compensatório, voltando-se à criança e a seu meio e desenvolveu-se mediante diferentes formas de intervenção no âmbito da comunidade, entidade e creche.

Verifica-se que a intervenção da SEBES nessa área se justificou tendo em vista a própria competência legal desta Secretaria.

Obedecendo a estas determinações legais que especificam as funções de uma Secretaria do Bem-estar Social (criada pela lei n.º 6882 de 18 de maio de 1966), ficaram subordinadas à SEBES, por meio de seu Departamento de Integração Social, as 16 creches da rede municipal construída pela Prefeitura entre 1966 e 1968 e 13 unidades da rede particular, administrada por entidades em convênio com a municipalidade, distribuídas na cidade de São Paulo, de acordo com o quadro 3:

Quadro 3 — Localização das Creches da Rede Paulistana

continua		
<i>Nome da Creche</i>	<i>Administração</i>	<i>Localização</i>
<i>Nossa Senhora do Carmo - Bela Vista</i>	<i>Indireta</i>	<i>Centro</i>
<i>Creche do Brooklin</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Sul</i>
<i>Creche do Parque Peruche</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Norte</i>
<i>Sossego da Mamãe</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Creche Municipal do Jabaquara</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Sul</i>
<i>Creche Nossa Senhora Mãe de Deus – FÓ</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Norte</i>
<i>Creche Irmã Odete – Vila Formosa</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Creche Bereana Vila Gustavo</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Norte</i>
<i>Creche Alto de Pinheiros</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Oeste</i>
<i>Creche Pouso do Amor Cristão Vila Leopoldina</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Oeste</i>
<i>Creche Vila Nova Cachoeirinha</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Norte</i>
<i>Creche Vila Carioca</i>	<i>Indireta</i>	<i>Centro Sul</i>
<i>Creche Belém</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Creche Maria Helena Farinha Lima – Penha</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Creche da Mamãe – Santo Amaro</i>	<i>Indireta</i>	<i>Zona Sul</i>
<i>Creche Guaianazes</i>	<i>Direta</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Catarina de Labouré – Ipiranga</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Sul</i>
<i>Nossa Senhora Aparecida – Mooca</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Nossa Senhora do Bom Conselho – Vila Diva</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Sul</i>
<i>Ninho Jardim Condessa Marina Crespi – Mooca</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Lar da Criança Israelita – Bom Retiro</i>	<i>Particular</i>	<i>Centro</i>

continuação		
<i>Lar Infantil da Associação Santo Agostinho - Consolação</i>	<i>Particular</i>	<i>Centro</i>
<i>Nossa Senhora das Dores – Casa Verde</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Norte</i>
<i>Ação Comunitária Penhense</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó – FÓ</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Norte</i>
<i>Nossa Senhora dos Remédios – Vila Nossa Senhora dos Remédios</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Norte</i>
<i>Santo Alberto</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Leste</i>
<i>Nossa Senhora da Anunciação – Vila Anastácio</i>	<i>Particular</i>	<i>Zona Norte</i>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da coleta de dados no *Dossiê Rosa Krausz* (1970). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

De um modo geral, foi possível observar que não houve uma preocupação com a distribuição dos equipamentos pelos distritos regionais, evidenciando-se distorções na oferta de vagas para o atendimento da demanda. Tem-se ainda que, para os bairros mais populares, privilegiou-se um atendimento e a expansão dos serviços pelo subsistema indireto de atendimento à criança de 0 a 6 anos por meio de soluções de emergência. Rosenberg, Campos e Haddad (1991, p. 3) afirmam que esse tipo de experiência se tratou da oferta “de serviços desconectados, criados como respostas a emergências”.

Esses equipamentos não contavam com uma estrutura administrativa que estabelecesse diretrizes gerais para o funcionamento, sistematização e padronização de um projeto arquitetônico, programação, quadro de funcionários, que definisse prioridades, bem como estabelecesse metas para a expansão dos serviços por meio da rede direta de atendimento.

1.3 “Com tanto problema será que há esperança”? A luta por creches da rede direta em São Paulo na década de 1970.

A década de 1970 inicia-se sob o forte impacto da educação compensatória, e novas posturas de trabalho com a criança pequena começam a ser adotadas: os Parques Infantis passam a ser chamados de Escolas Municipais de Educação Infantil no ano de 1975, com o objetivo de preparação para o primeiro grau, atendendo crianças de 4 a 6 anos em dois períodos diários.

Prevvia-se o atendimento global à criança proveniente de família de baixa renda, nos aspectos psicopedagógico, de saúde, e de nutrição, sob a alegação de que as carências dessa ordem comprometiam todo o desenvolvimento intelectual da criança.

Esta linha norteadora predominou nas propostas de atendimento da programação do Projeto Centros Infantis Integrados, objeto da análise do próximo capítulo, e respondia ao contexto científico que prevaleceu durante o século XX denominado educação compensatória¹⁴. A educação compensatória emerge a partir da necessidade de enfrentamento do fracasso escolar das crianças das camadas populares.

Segundo Kramer (1982, p. 54), tal fracasso “constitui traço marcante do sistema de ensino brasileiro e latino-americano em geral” e origina, a partir dos anos 1970, políticas educacionais que deram “grande destaque à necessidade de oferecer a essas crianças experiências que possibilitasse a compensação de suas ‘deficiências’”.

A partir de então, cresce o interesse pela compensação dessas carências e pela normatização por meio do estabelecimento de diretrizes para o atendimento da criança. Esses documentos preconizavam basicamente que:

O bem-estar do menor resulta do atendimento de suas necessidades básicas, através da utilização e criação dos recursos indispensáveis à sua subsistência, ao desenvolvimento de sua personalidade e à sua integração na vida comunitária.

[...] As necessidades básicas do menor, para cujo atendimento a sociedade deve oferecer as devidas condições, condensam-se em torno destes elementos: saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social (SÃO PAULO – Município. Programação de Serviço Social, 1974b, p. 2).

Outra marca importante dos anos de 1970 é a emergência e expansão dos movimentos populares, principalmente o movimento organizado pelas mulheres que reivindicavam a expansão da rede de creches e de escolas públicas.

De acordo com Gohn (1995):

A origem destes movimentos também é dada por fatores estruturais e conjunturais. No estrutural destacam-se: o empobrecimento das camadas populares e a necessidade das mulheres de trabalhar fora de suas próprias casas, para completar o orçamento doméstico. No conjuntural destacam-se: a organização das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, a influência do Movimento Feminista e do Movimento da Anistia (GOHN, 1995, p. 117).

Deste modo, os anos 1970 foram marcados, dentre outras, pela luta por creche. *O Movimento de Luta por Creches* reuniu representantes dos movimentos que já estavam organizados nos bairros localizados nas zonas norte, oeste, leste e sul da cidade que ainda não

¹⁴Houve, segundo Gehm (2013), uma crescente valorização da ciência natural e, com isso, uma mobilização em transpor métodos desse campo para o estudo do homem. Com isso, a Psicologia valeu-se do paradigma biológico dominante à época – o evolucionismo darwinista – na construção de sua prática, ou seja, a visão presente era a de que o desenvolvimento humano envolveria uma sequência de estágios de padrões de crescimento e cada um desses estágios teria um paralelo com a história evolutiva. Para a autora, por trás dessa concepção de superioridade humana frente a outras espécies havia, na verdade, a fundamentação de interesses políticos presentes em movimentos eugênicos, que foram as atuações científicas da época que serviram para justificar a suposta superioridade de alguns povos. “É provável que não tenha demorado muito para que se descobrisse que a educação da criança poderia contribuir com formas mais eficazes de controle do adulto, ou seja, controlando-se a criança controlava-se também o adulto que ela se tornaria” (GEHM, 2013, p. 8).

havia conseguido vaga em creche e outros que já haviam conquistado uma vaga procuravam trocar experiências, organizando um arquivo unificado para garantir o funcionamento das unidades já instaladas.

Na periferia da Grande São Paulo, os clubes de mães foram os primeiros a discutirem a necessidade de luta por creches. Essas mulheres, premidas pelo agravamento da situação econômica, e com seus maridos desempregados, viram-se forçadas a procurar trabalho e não tinham onde deixar as crianças. Esses grupos ainda atuavam isoladamente em seus bairros, resolvendo seus problemas em nível local e organizavam precariamente escolinhas de meio período, creches comunitárias ou conveniadas.

Em 1970, ocorreram ainda as reivindicações por parte dos operários por melhores condições de trabalho. As mulheres trabalhadoras lutavam por locais onde pudessem deixar seus filhos em horário de trabalho. De acordo com Weinstein (1995, p. 145), os debates da época, sobre as mulheres e o trabalho em São Paulo demonstram que “as mulheres, necessitavam trabalhar fora do lar. No interior da classe operária isso talvez se devesse aos baixos salários dos homens, às frequentes demissões e suspensões, às doenças ou acidentes”.

A partir de 1971 a SEBES, revendo sua atuação junto à rede de equipamento em funcionamento, percebeu a pouca representatividade e inadequação do atendimento prestado à criança, na faixa etária de 0 a 6 anos, pertencente a famílias de baixo nível socioeconômico, que constituía o objeto principal desse tipo de intervenção (SÃO PAULO, Reprogramação da Atividade Assistência à Infância, 1976a, s/p).

Segundo o documento de *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a), tal fato motivou seu propósito de reformular o esquema de atendimento existente, visando tanto à ampliação física da rede, quanto à elevação dos padrões de atendimento, a fim de proporcionar condições satisfatórias para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo junto à criança pré-escolar e às famílias das camadas socioeconômicas mais baixas¹⁵.

Nesse período, foram realizados estudos pela SEBES que demonstraram a importância de um trabalho socioeducativo cientificamente planejado junto à criança carente na faixa etária de 0 a 6 anos, apoiando-o como indispensável para que essa criança viesse a se tornar um adulto integrado na sociedade.

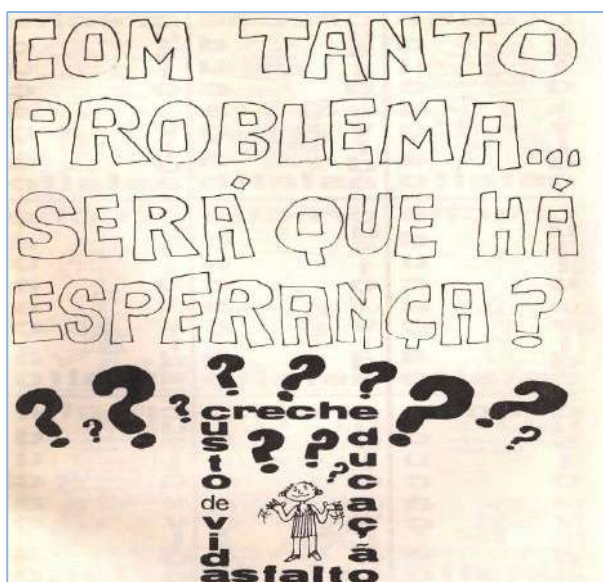
O documento *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a, s/p) aponta que tais carências, provenientes da ausência quase total da estimulação sensório-motora,

¹⁵ Compreendiam as “famílias das camadas socioeconômicas mais baixas” crianças provenientes de famílias com limitado acesso a bens e serviços, prioritariamente aquelas com renda entre 0 a 2 salários mínimos.

afetivo, social e verbal, agravada pelos problemas de subnutrição e saúde eram responsáveis pelos altos índices de desajustamento escolar destas crianças, o que mais tarde se traduziria numa condição de marginalização social do adulto.

Diante dessa demanda e da pressão exercida pelo *Movimento de Luta por Creches*, que publicava uma série de boletins, conforme figura 11, informando a população sobre a situação do atendimento prestado à criança pequena, e denunciando a precariedade dos serviços, a SEBES elaborou e executou uma proposta de intervenção denominada Projeto Centros Infantis Integrados.

Figura 11 — “Será que há esperança?”



Fonte: *Dossiê Movimento de Luta por Creches* (1973 – 1983). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Trata-se de um período em que a distinção entre a criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira torna-se alvo de atenções das políticas da família e da educação. A segunda deveria ser objeto de controle especial, de educação compensatória.

O objetivo geral do Projeto Centros Infantis Integrados era atender às crianças de 0 a 3 anos (e de 3 a 6 anos supletivamente) pertencentes às camadas de baixo nível socioeconômico para suprir suas carências socioculturais e orgânicas, bem como orientar a própria família para uma adaptação da vida urbana. Exemplo desse tipo de orientação foi localizado no documento *Projeto Centros Infantis Integrados Programação de Serviço Social* (1974b, p. 31).

Para alcançar o objetivo proposto, foi prevista a implantação de um sistema de atendimento à infância e à família por meio de uma rede denominada Centros Infantis

Integrados (construído pela Prefeitura do Município de São Paulo e pela iniciativa particular), de acordo com diretrizes e proposições firmadas pelo Plano Urbanístico Básico (PUB).

Defendia-se uma política de expansão mediante a ampliação da matrícula nas creches, com assistência técnica e financeira da SEBES, desenvolvendo-se, ao mesmo tempo, programas comunitários em conjunto com as entidades particulares que atuavam no setor, de modo a: ampliar a capacidade de matrículas; introduzir atividades e programas socioeducativos que atendessem às necessidades bio-psico-sociais da criança; desenvolver funções junto às famílias, no sentido de integrá-los no processo socioeducativo de seus filhos; envolver a comunidade no atendimento à criança carente; implantação de uma proposta programática; adequação e ampliação da capacidade das creches municipais existentes; implantação de novas unidades de rede municipal de centros infantis; ampliação da capacidade da rede particular; reformas para ampliação de instalações e aquisição de equipamentos para as creches municipais já existentes. Nesse ano, também foram criadas equipes multidisciplinares para atuarem nas creches.

Prevvia-se, ainda, controlar custos e operações por intermédio de dois sistemas de administração dos Centros Infantis Integrados: manutenção e administração direta¹⁶ e indireta de Centros Infantis Integrados, mediante concessão de auxílio financeiro *per capita* mensal.

O *Movimento de Luta por Creches* começa a crescer e a se desenvolver na cidade e obtém promessas da Prefeitura do Município: a construção de novos equipamentos para o atendimento da criança. O *Movimento* não só reivindicava, mas também exigia qualidade nos equipamentos construídos, reclamava e denunciava as irregularidades nas construções das creches em funcionamento.

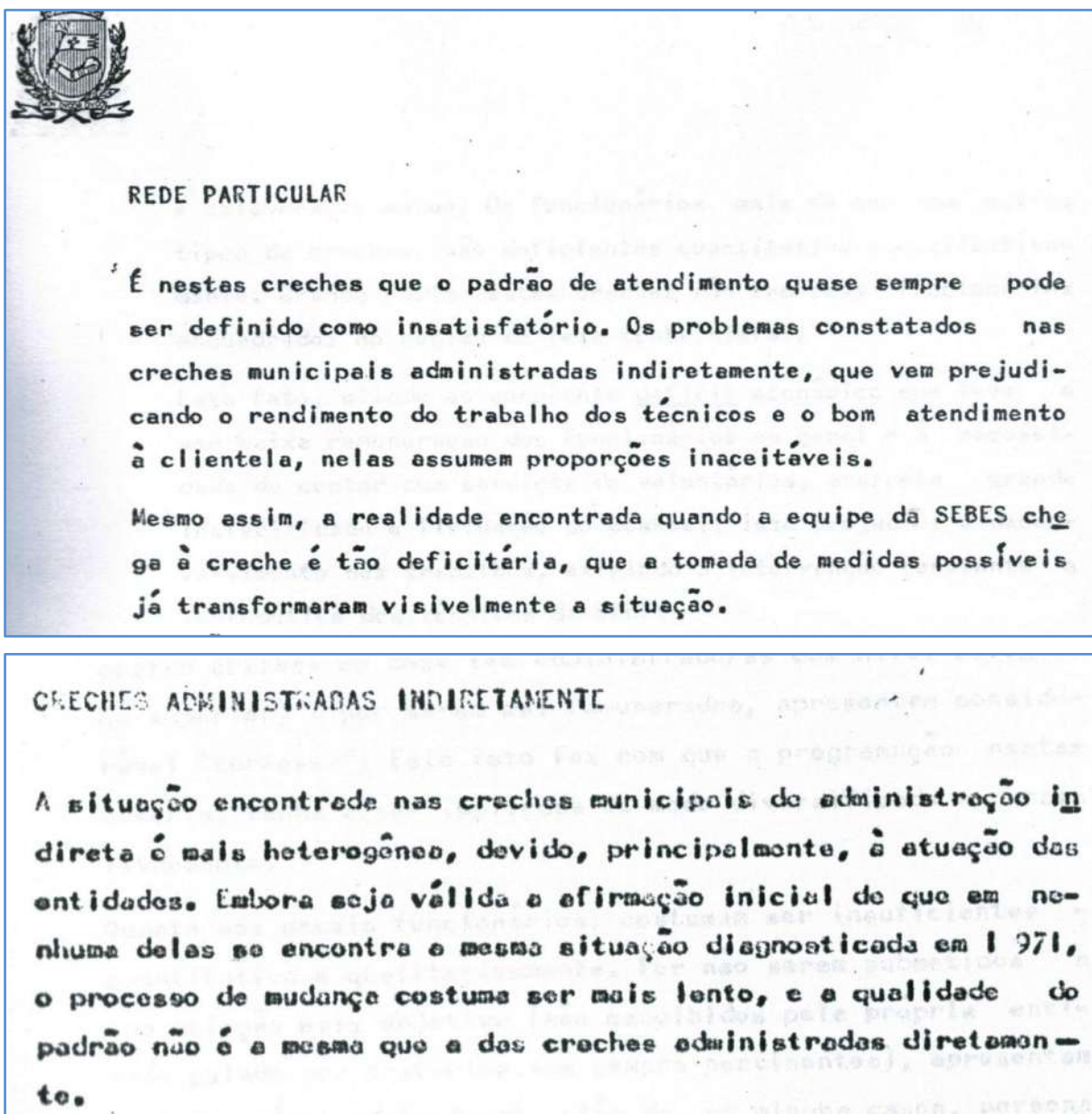
Houve por parte da municipalidade a proposta de aumento no atendimento, objetivando para o ano de 1973 a construção de 8 creches administradas diretamente e 16 creches administradas indiretamente pela Prefeitura do Município de São Paulo. Esse plano de extensão da rede não se concretizou e em 1973 a rede total consistia em 38 creches particulares, 12 creches em administração indireta e apenas 4 em administração direta.

O conteúdo da figura 12 (excerto do documento) exemplifica a descrição da situação encontrada pelos técnicos da SEBES nas creches na rede particular e na rede indireta que

¹⁶ De acordo com o documento Política de Atuação e Estrutura Organizacional de COBES (1979b), existiam três formas de atuação por meio dos quais era dado atendimento ao serviço de creches: creche direta – a Prefeitura Municipal de São Paulo constrói o equipamento e o administra, fornecendo recursos humanos, equipamentos, alimentos e manutenção; creche indireta – é construída e equipada pela Prefeitura Municipal de São Paulo e administrada por entidades Sociais por intermédio de convênio com a PMSP; creche particular – o imóvel é de propriedade da entidade que o administra, mantendo convênio ou subvenção com COBES.

fizeram parte de relatório utilizado pelo órgão para fundamentar a implementação dos Projetos Centros Infantis Integrados, visto que a oferta de poucas vagas e as constantes reformulações na prática de atendimento da demanda não atendiam a necessidade da cidade, não havia a sistematização dessa prática de atendimento, o que impedia a avaliação do trabalho desenvolvido.

Figura 12 — Situação das Creches na Rede Indireta e Particular



Fonte: *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Essa nova promessa de expansão dos equipamentos de creche da rede municipal no ano de 1973, coincidiu com o período em que o órgão de Bem-Estar Social publicou a

primeira edição do documento Projeto Centros Infantis Integrados *Programação Psicopedagógica* (1973c).

Nesse documento, a creche foi definida como “equipamento necessário para a manutenção da saúde das crianças” (p. 03). E o principal objetivo da instituição era o de conscientizar as famílias sobre a necessidade da aplicação de padrões mínimos que seriam oferecidos pela creche, bem como sobre a responsabilidade da família quanto à adequada complementação dessas medidas.

Apesar da apresentação de um documento da Secretaria do Bem-Estar Social com uma concepção de cunho totalmente assistencialista, havia uma intencionalidade na ação educativa praticada no interior da creche, ainda que a programação não fosse sustentada em pressupostos que pouco reconhecesse o indivíduo como cidadão, sujeito social, imerso na cultura e produtor de saber.

Nos anos de 1974 a 1978, com base em programações técnicas de funcionamento de creches e com a transformação da secretaria de SEBES para COBES, no ano de 1976, uma medida que favoreceu a interação dos técnicos com os movimentos sociais dos bairros, contribuindo ainda mais com as reivindicações e lutas por creches que surgiam, e a partir da avaliação do equipamento-creche, foi elaborado novo projeto arquitetônico de menor custo e com possibilidade de ampliação da capacidade de atendimento – creche padrão com capacidade de atendimento para 150 crianças e minicreche para atendimento de até 60 crianças. De acordo com Rosemberg, Campos e Haddad (1991, p. 74), “os projetos de construção das creches diretas preveem capacidade para um grande número de crianças, contrariando padrões internacionais que sugerem construções menores, mais aconchegantes”.

Em 1978, foram implantadas duas minicreches que passaram a ser operadas por meio de convênios com entidades. O projeto minicreche, apresentava metragem inferior à da creche padrão, possibilitava um investimento menor e um menor custo de operação para a entidade.

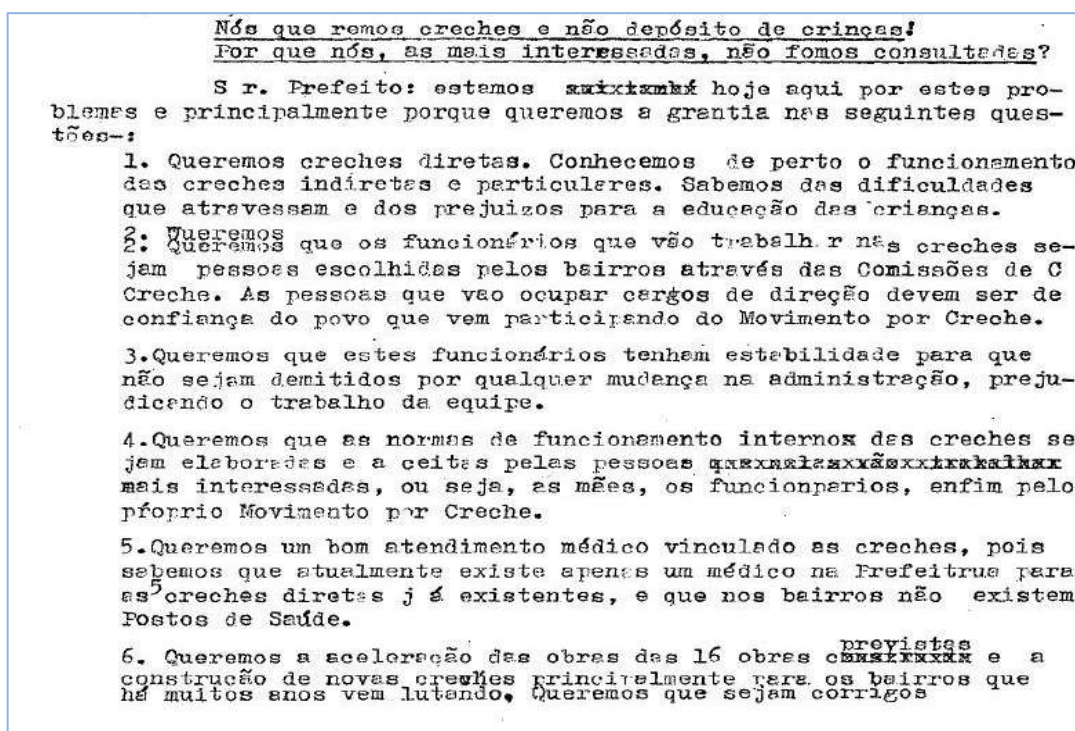
As creches administradas diretamente pela Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo e instaladas nos bairros da periferia representam aspectos importantes de questões ligadas ao processo de reivindicação desse equipamento pela pressão popular e pelo modo de atendimento dessas reivindicações.

O *Movimento de Luta por Creches* continuava a crescer no Brasil e principalmente em São Paulo, intensificando sua luta e atuação no município especialmente no período de 1978 a 1982; foi conduzido principalmente pela população das zonas menos favorecidas da cidade, formada por grupos de Mães e Associação Amigos de Bairro, que sentiam a necessidade da creche de forma muito premente no cotidiano.

Em 08 de março de 1979, no *I Congresso da Mulher Paulista*, realizado no Teatro Ruth Escobar, conhecido como movimento de mulheres unificado, levantou-se a bandeira de luta por “creches diretas”. Foi criado o *Movimento de Luta por Creches Diretas* que começou a aglutinar as iniciativas de grupos de vários bairros, uns ligados a clubes de mães, outros a sociedades de amigos e outros organizados a partir de lideranças de movimentos comunitários.

No dia 07 de outubro de 1979, no Largo de São Bento, foi realizado o I Grande Encontro do *Movimento de Luta por Creches Diretas*, reunindo 700 mulheres e reafirmando a importância da construção de creches da rede direta pela Prefeitura. As mães resolveram se dirigir a todas as autoridades de uma única vez para apresentar suas reclamações e necessidades. Escolheram um meio simples, fruto da vivência do dia a dia: uma carta endereçada ao Prefeito da cidade de São Paulo, apresentada na figura 13.

Figura 13 — Trecho de Carta enviada ao Prefeito pelo *Movimento de Luta por Creches Diretas* (1979)



Fonte: *Dossiê do Movimento de Luta por Creches* (1973-1983). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Sobre o assunto, a Secretaria Municipal de Assistência Social assim se manifestou:

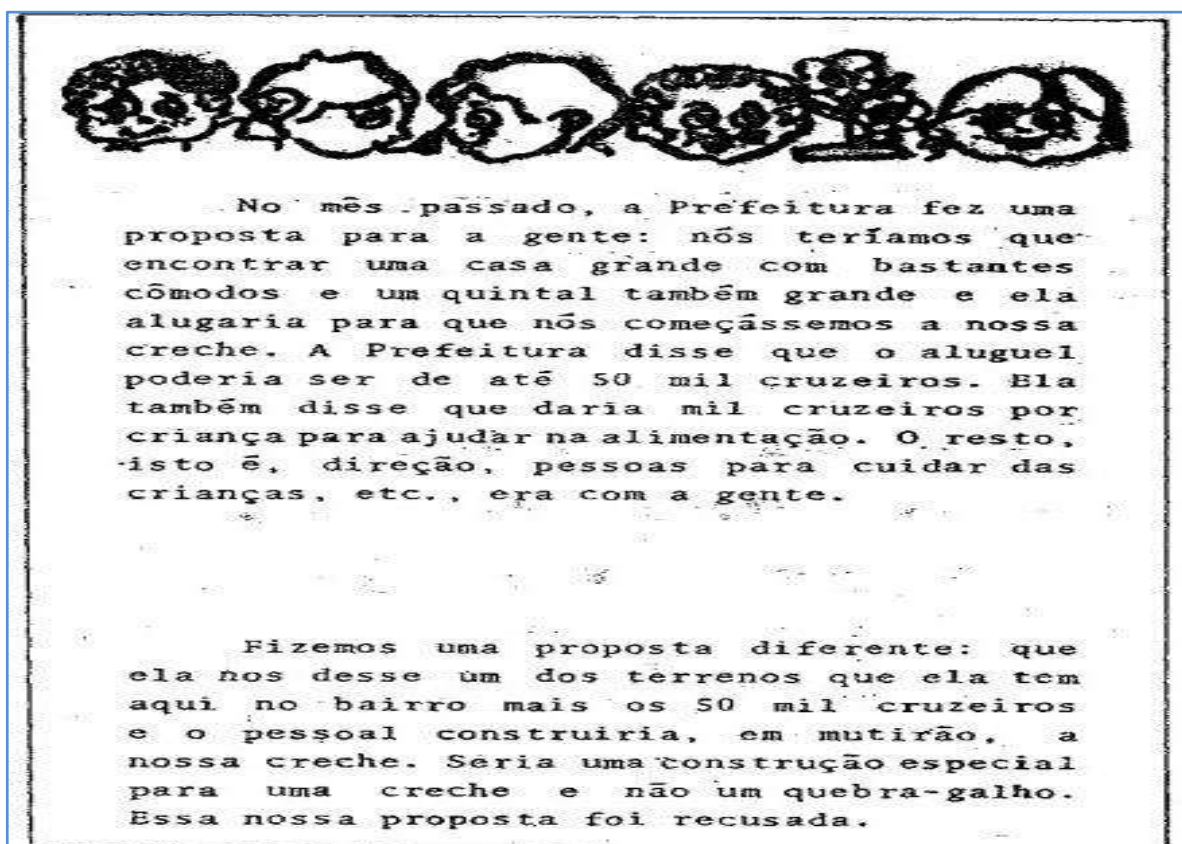
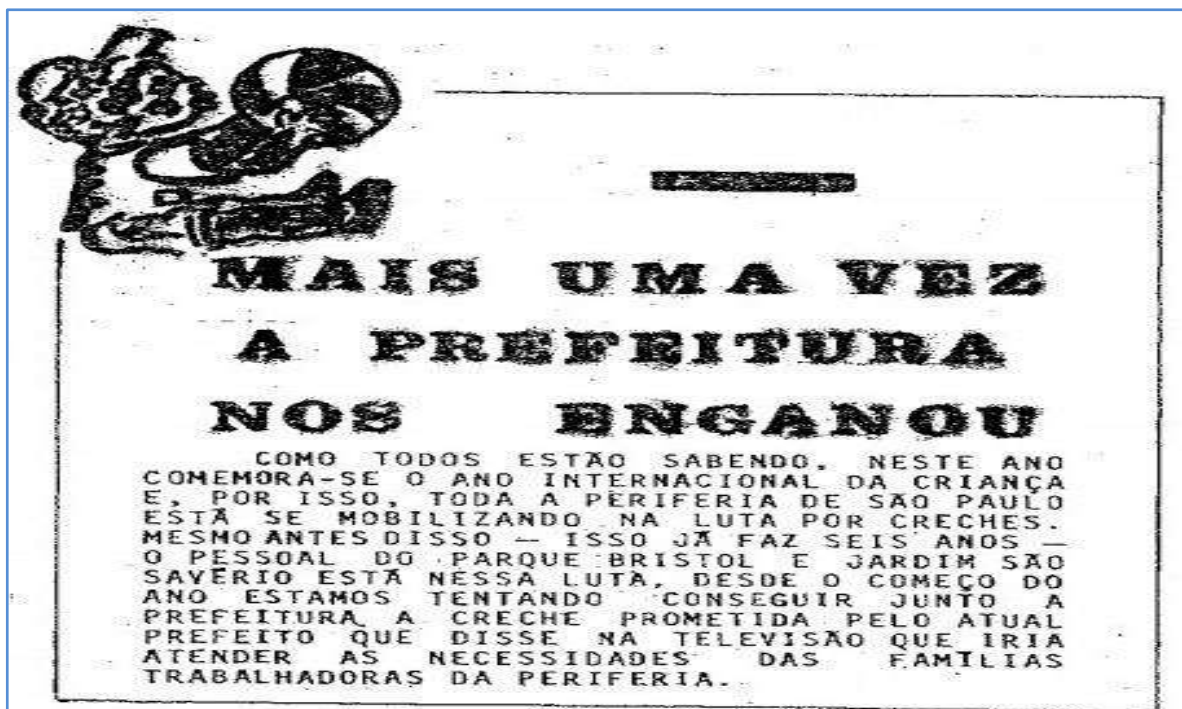
Dentro da perspectiva de trabalho dessa secretaria, a forma direta de administração de creche, atualmente adotada por esta secretaria, é apenas uma entre outras alternativas que se apresentam também válidas. Outras formas de ação também,

consideradas válidas e em conjunto com as demais forças representativas da sociedade, estão sendo colocadas em prática por esta Secretaria, procurando incrementar a oferta de vagas necessárias para o atendimento urgente da demanda de menores que clamam por uma solução objetiva para sua sobrevivência. (SÃO PAULO – Município. Programa de Atendimento à população infantil de 0 a 6 anos e 11 meses por intermédio de uma rede de creches no município de São Paulo, 1980c, p. 11)

Toda essa situação demonstrou que o poder público não priorizou o investimento na edificação de equipamentos destinados à população infantil de 0 a 6 anos durante todo esse período. “Até o ano de 1979, foram construídas vinte e cinco creches, sendo quatro creches da rede direta e vinte e uma creches da rede indireta, que atendia a 3.181 crianças”, segundo dados da supervisão Geral de Administração e Tratamento de Dados da COBES.

A construção de equipamentos para a rede creches se fazia de forma precária, não atendendo à demanda por este tipo de serviço. Rosemberg, Campos e Haddad (1991, p. 8-9) afirmam, por meio da pesquisa a *Rede de Creches no Município de São Paulo* (1991), que embora a pressão exercida pelo *Movimento de Luta por Creches* – formado pela articulação de vários grupos e, principalmente após 1975 pelos grupos feministas – tenha sido intensa, os dados coletados pelas autoras sobre a expansão da rede de creches no período de 1973 a 1980, revelam que a administração municipal não deu ênfase à construção de novas creches, privilegiando o estabelecimento de convênios com as entidades particulares, conforme exemplificado na denúncia divulgada pelo Boletim Informativo do Movimento de Luta por Creches do Parque Bristol e Jardim São Savério na figura 14.

Figura 14 — Boletim Movimento de Luta por Creches Parque Bristol e Jardim São Savério



Fonte: Creche Parque Bristol e Jardim S. Savério. Boletim Informativo da Creche (1979). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

O programa de atendimento à infância e a construção de novos equipamentos para a formação da rede direta se estagnou no período de 1972 a 1979, durante os governos de José de Figueiredo Ferraz, João Brasil Vita, Miguel Colassuonno e Olavo Egídio Setúbal. Em 1972, permanecia uma única creche administrada pela Prefeitura; em 1979, esse número passou para 4 diretas, 21 indiretas e 95 conveniadas.

Todos esses enfrentamentos para a implantação de uma rede de creches diretas no município de São Paulo podem ser demonstrados por intermédio do mapa do município, figura 15, que apresenta a distribuição da capacidade de atendimento da rede de creches na cidade por regiões administrativas e evidencia que até o ano de 1979 a rede de creches diretas contava com quatro equipamentos, os quais ofereciam atendimentos para as crianças com idade de 0 a 6 anos com renda mensal de até cinco salários mínimos, com atendimento prioritário de 0 a 3 anos e renda mensal de 0 a 2 salários mínimos.

Como oferta, foram consideradas a rede direta e indireta da Prefeitura bem como a rede particular conveniada, que juntas possibilitavam o atendimento de 10.203 crianças do município de São Paulo. Considerando-se a demanda potencial existente de crianças de 0 a 6 anos na faixa de renda familiar mensal de 0 a 5 salários mínimos, verificou-se que, em termos percentuais, apenas 11,67% da demanda recebia atendimento.

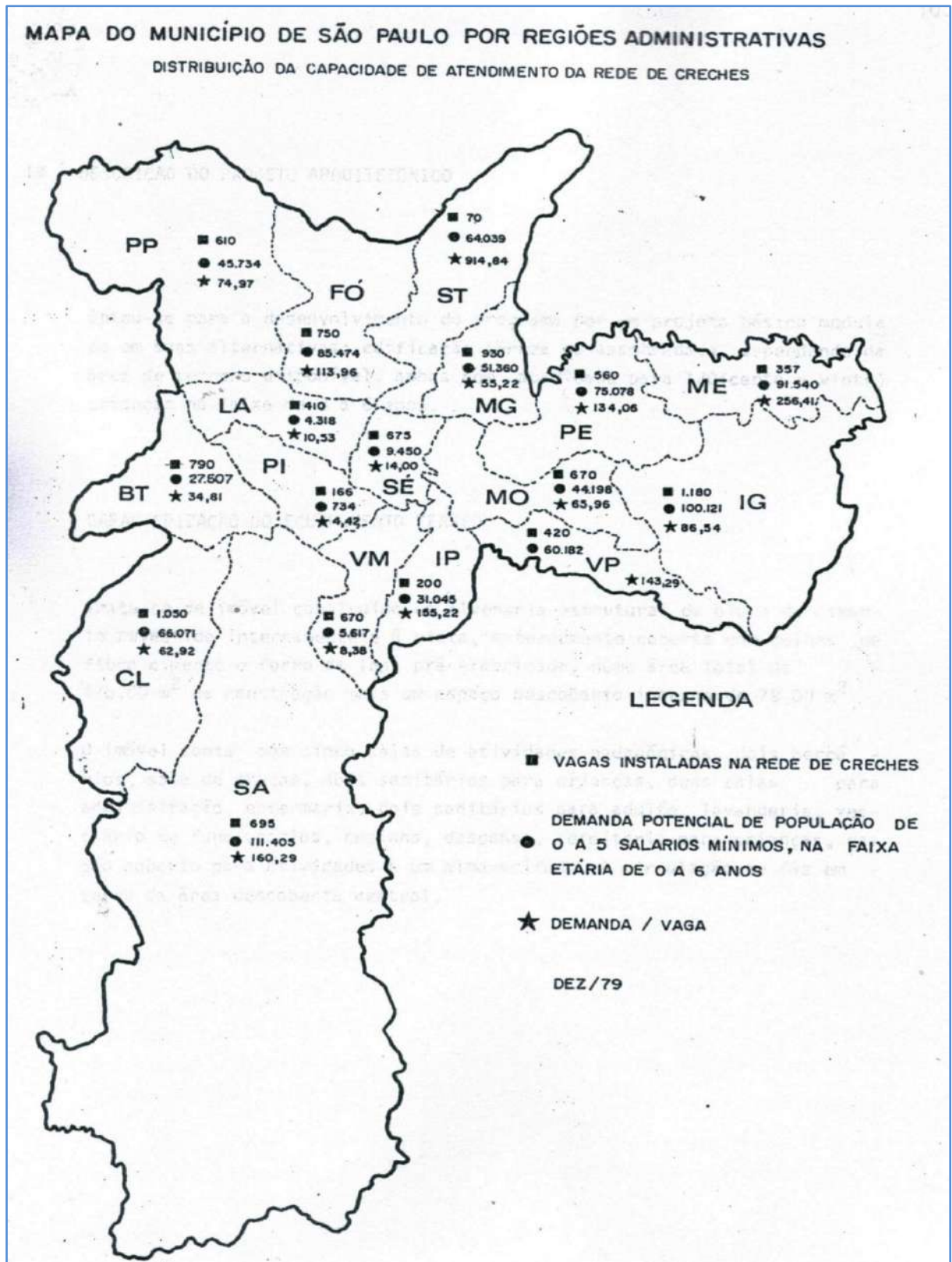
É preciso salientar que o atendimento prestado por meio da rede de creches apresentava-se desigualmente distribuído no Município: áreas mais distantes do centro e com intensa demanda, como Itaquera-Guaianases, São Miguel Paulista – Ermelino Matarazzo, Ipiranga, Penha, Santo Amaro Freguesia do Ó, Vila Prudente, Mooca possuem índice de atendimento inferior à média geral, atingindo apenas 3,2%.

A Supervisão Regional de Serviço Social (SURS) de São Miguel Paulista – Ermelino Matarazzo (ME) registrava um atendimento de demanda de 256,40, crianças por vaga; 160,29 era o índice registrado por vaga em Santo Amaro (SA), outras áreas centrais, como Pinheiros, atendiam a 22,5% da demanda, com fila de espera de 4,42 por vaga, evidenciando que o índice de cobertura no período era maior nas regiões centrais mais ricas em detrimento das regiões mais populares da cidade de São Paulo.

Tal desigualdade na distribuição dos equipamentos da rede de creches, assim como a distribuição da oferta de vagas, demonstra que no período correspondente aos anos de 1973 a 1979, enquanto houve a expansão da rede de creches conveniadas, a rede direta permaneceu praticamente estagnada, apresentando, em 1979, apenas quatro creches administradas diretamente pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, em termos percentuais, a rede direta de creches contribuiu apenas com 6,6% para o total do atendimento prestado ao menor no Município de São Paulo, enquanto que a rede conveniada participava no período com 93,4%.

Figura 15 — Distribuição da Capacidade de Atendimento da Rede de Creches (1979).



Fonte: Programa de atendimento a população infantil de 0 a 6 anos através de uma rede de creches no município de São Paulo (1980). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Nota-se que, nesse período, década de 1970, não houve nenhum empenho para construção de equipamentos da rede direta para atendimento da criança pequena, são os chamados períodos intermediários, em que não há o mesmo ritmo de crescimento que o ritmo de crescimento observado nos períodos eleitorais e, tem-se um refluxo acentuado do atendimento das necessidades coletivas dos usuários dos serviços públicos.

Assim, o argumento que tem empurrado a Prefeitura a delegar a particulares a operação desses equipamentos é basicamente a questão dos custos. Alega-se que o custo de uma criança mantida nas creches diretas é muito mais alto do que a verba repassada aos convênios, mesmo no caso da rede indireta. A questão dos custos tornou-se, assim, o ponto nodal da polêmica em curso. Em momentos anteriores, no empenho de defender a qualquer custo a proposta das creches diretas, esta questão costumava ser relegada a um segundo plano, pois se acreditava que o importante era assegurar um padrão mínimo de qualidade na instalação e funcionamento dos equipamentos e que, na medida em que o atendimento à criança pequena fosse considerado prioritário pelo Estado, os recursos necessários seriam mobilizados.

Com esse discurso por parte do poder público municipal, o Projeto Básico de Creche da COBES (SÃO PAULO, Política de Atuação e Estrutura Organizacional, 1979b, p. 2) começa a ser implantado no mês de dezembro do ano de 1979. No projeto, pretendia-se rever as relações da coordenadoria com a sociedade civil. Na cidade de São Paulo, o agravamento da situação social das camadas populares gerou movimentos de mobilização e organização das massas, para reivindicar o acesso a bens e serviços indispensáveis à sua subsistência. O município, em face dessas pressões populares, tenta reajustar-se à realidade, procurando reorientar sua política Social, no sentido de atender às demandas coletivas, por meio de ações descentralizadas nas regiões.

Para melhor compreensão da luta desses movimentos foi importante compreender as etapas de suas principais atuações, segundo dados coletados no documento *Creches Organização Popular* (1979c). O setor Sul, que parecia ser o mais estruturado, agregava o Clube de Mães de vários bairros com existência, na maioria dos casos, de aproximadamente dez anos e que já desenvolviam, ao longo desse tempo, lutas isoladas em torno da questão das creches, tendo sido inclusive uma das primeiras organizações a desenvolver as chamadas “Creches Comunitárias”. As reuniões nesta região contavam, em média, com aproximadamente 400 mulheres.

O setor leste era representado, em sua maioria, pela Associação das Donas de Casa. Contava com cerca de 400 associadas, também responsáveis por algumas “Creches

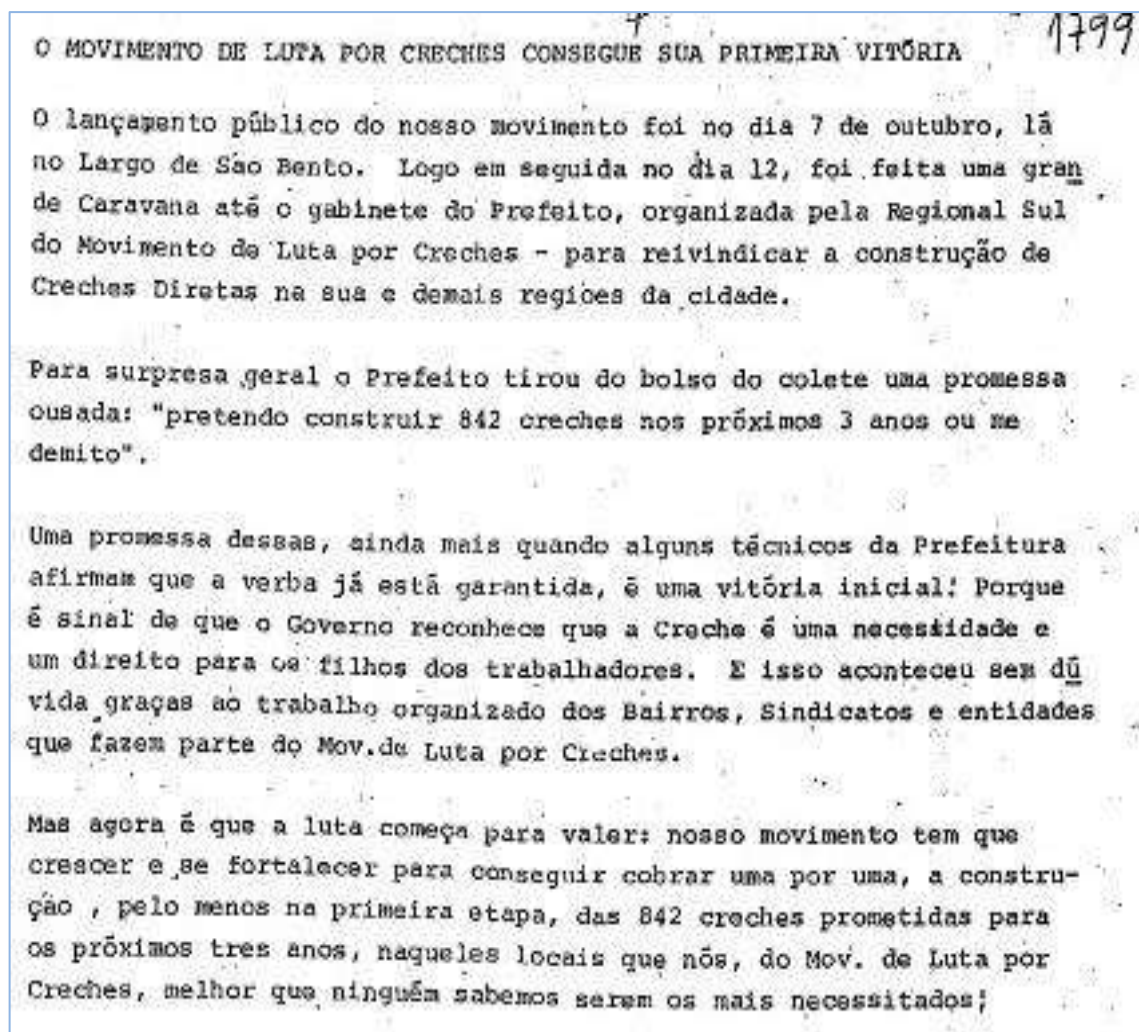
Comunitárias”. Esse setor também era representado por um grupo de profissionais que atuavam nas creches da área, que mobilizavam os demais responsáveis pelas creches deste setor, juntamente com pais das crianças matriculadas, para alcançar um apoio mais efetivo do governo às creches existentes. Os setores oeste e norte contavam com a participação de mais ou menos 30 bairros, que se reuniam para organizar e discutir suas necessidades.

1.4 “Creches, a luta que não acaba”: enfrentamentos e implantação da rede de creches no período de 1980 a 1982.

Na década de 1980, as vagas nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) foram expandidas, com o recurso ao turno intermediário de atendimento. Na Coordenadoria do Bem-Estar Social, parte das novas creches construídas foi oferecida aos convênios, sob a alegação do suposto custo elevado de funcionamento da rede direta, diminuindo ainda mais seu ritmo de expansão. A Secretaria Estadual de Educação, por sua vez, retirou da educação pré-escolar inúmeras classes da pré-escola, anexas às escolas estaduais de primeiro grau, conforme dispõe o documento a *Rede de Creches no Município de São Paulo* (1991).

No início da década de 1980, vivia-se em um período pré-eleitoral. As eleições de 1982 atingiriam as assembleias legislativas, o Senado, as Prefeituras e os Governos estaduais. Os partidos políticos, tanto de situação quanto de oposição, incluíam em suas plataformas a expansão quantitativa da rede de creches diretas. O prefeito de São Paulo, que era aliado do governo estadual, passou a priorizar a questão da creche. A força e a pressão social de base do *Movimento de Luta por Creches Diretas* e dos eleitores e eleitoras dos bairros populares obtiveram em 1980 uma promessa: a implantação de uma rede de creches que previa inicialmente a construção de 842 unidades em um período de três anos, segundo trecho do *Dossiê Movimento de Luta por Creches* (1973-1983) apresentado na figura 16.

Figura 16 — Promessa feita pelo Prefeito ao *Movimento de Luta por Creches Diretas*



Fonte: *Dossiê Movimento de Luta por Creches* (1973-1983). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

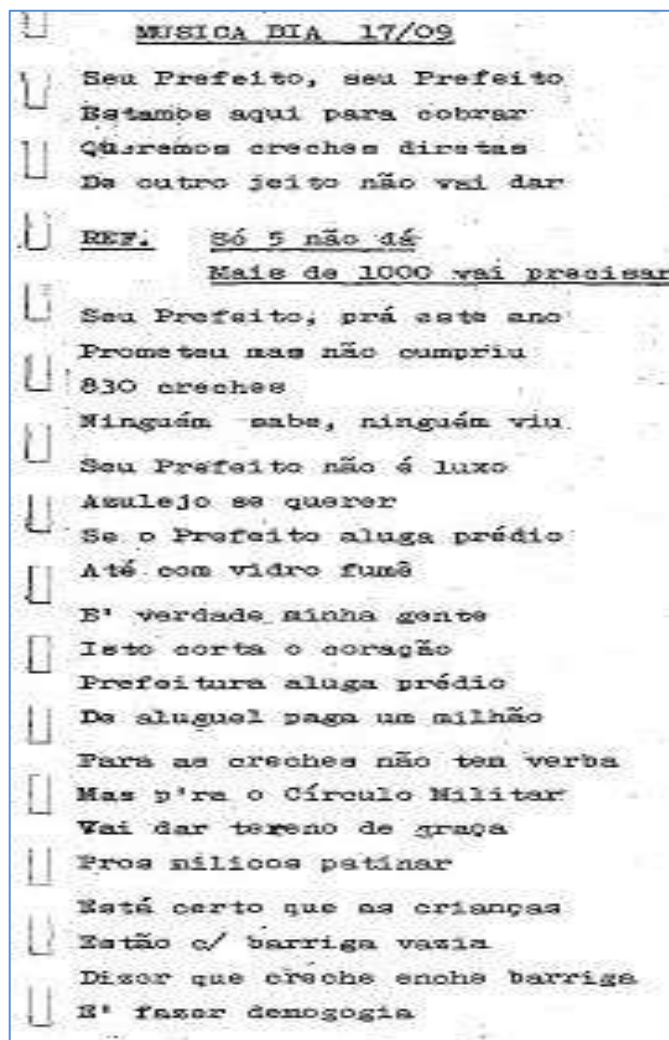
O fato que aqui merece destaque é o de que pela primeira vez, a prefeitura assumia o compromisso de instalar uma rede de creches construídas e diretamente mantidas por ela.

Um fato importante que constatamos é que as promessas feitas pelo prefeito, de construção de creches diretas, vêm contradizer a metodologia de trabalho da COBES, que é incentivar as creches indiretas e principalmente as particulares, excluindo a responsabilidade dos órgãos públicos de assumirem a coordenação e manutenção das creches diretas. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, Dossiê Movimento de Luta por Creches, São Paulo, 1973-1983, s/p)

As eleições para o governo do estado aproximavam-se, e o prefeito não cumpriu a promessa de construção das creches da rede direta prometidas. Era preciso buscar outros caminhos para dar continuidade às reivindicações do *Movimento de Luta por Creches Diretas*. Um exemplo disto foi a organização de um encontro entre as mulheres que faziam parte do *Movimento de Luta por Creches Diretas* e o Prefeito da cidade de São Paulo. Havia uma

grande tensão para esse encontro, conforme demonstrado pela letra de música criada pelo movimento:

Figura 17 — Letra de música para o encontro com o Prefeito da cidade de São Paulo.



Fonte: *Dossiê Movimento de Luta por Creches (1973-1983)*. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Porém, percebe-se que, na gestão do Prefeito Reynaldo E. de Barros, houve um primeiro investimento que resultou numa ampliação sensível da rede de creches diretas. Tal investimento pode ser explicado pelos movimentos sociais organizados, por interesses privados (interesses de firmas e empreiteiras) e busca de capital eleitoral.

As ações dos movimentos sociais organizados foram divulgadas por meio dos boletins, conforme demonstrado na figura 18:

Figura 18 — Movimento de Luta por Creches Diretas - 1980



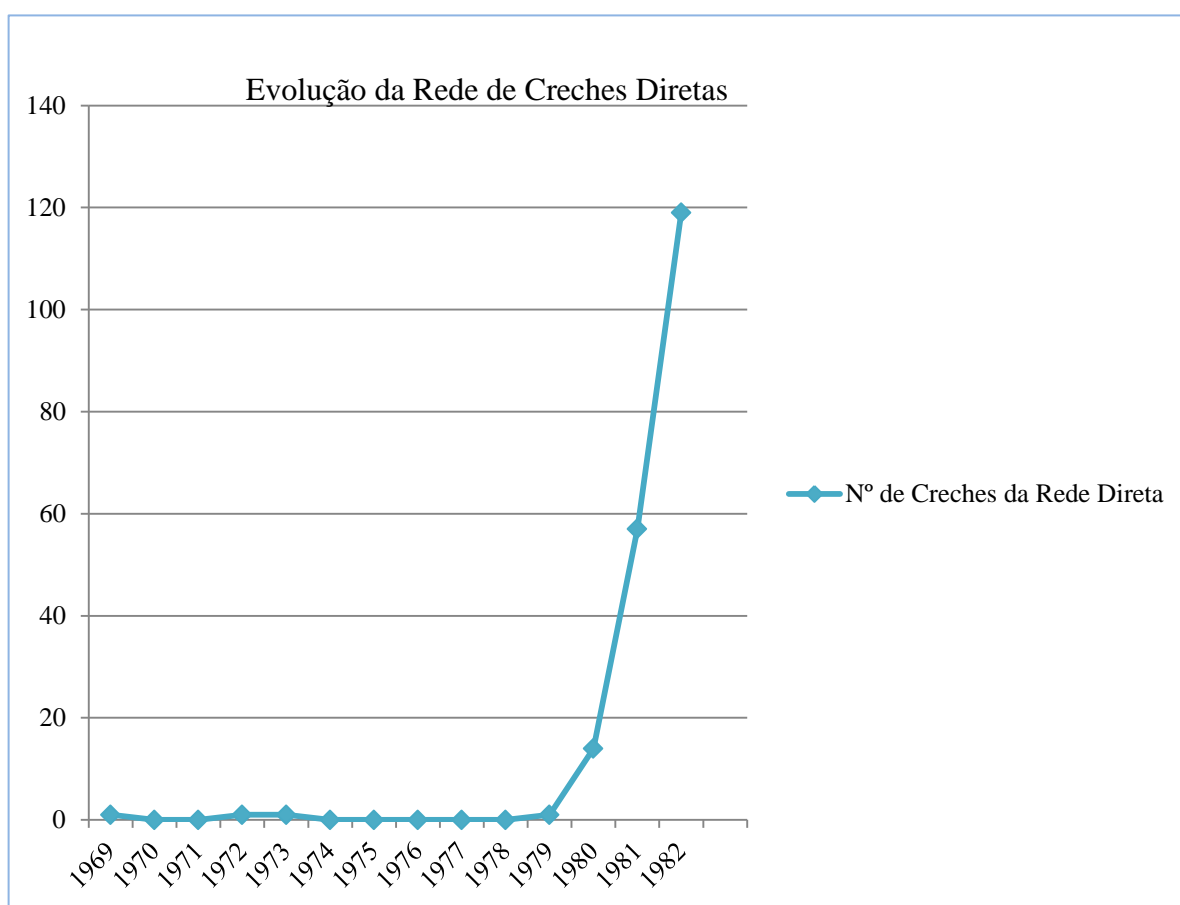
Fonte: *Dossiê Movimento de Luta por Creches (1973-1983)*. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Em 1980, o avanço e o fortalecimento político dos movimentos sociais organizados alcançaram, entre outras conquistas, uma grande expansão da rede de creches diretas do município. Para Gohn (1985):

Em São Paulo, a luta pela creche levou o Estado, por meio de ações da Prefeitura Municipal, a expandir a rede de creches públicas. Esse plano foi executado a partir de 1980, chegando a completar-se ao final da década, quando a demanda já se havia multiplicado várias vezes e a Prefeitura já havia passado por quatro gestões distintas, com políticas também distintas (GOHN, 1985, p.117).

O movimento reivindicou e exigiu certos padrões na construção dos equipamentos, discutiu sobre o modo de funcionamento das creches e a participação na seleção dos funcionários. *O Movimento de Luta por Creches Diretas* alcançou, então, a instalação e funcionamento de 120 creches da rede direta, conforme demonstrado pelo gráfico e pela figura 19:

Gráfico 1: Evolução da Rede de Creches Diretas (1969 a 1982)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados no quadro do anexo A.

Figura 19 — Localização das Creches da Rede Direta no município de São Paulo por Supervisões Regionais de Serviço Social (SURS) até 1982

**MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS
DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA REDE DE CRECHES**

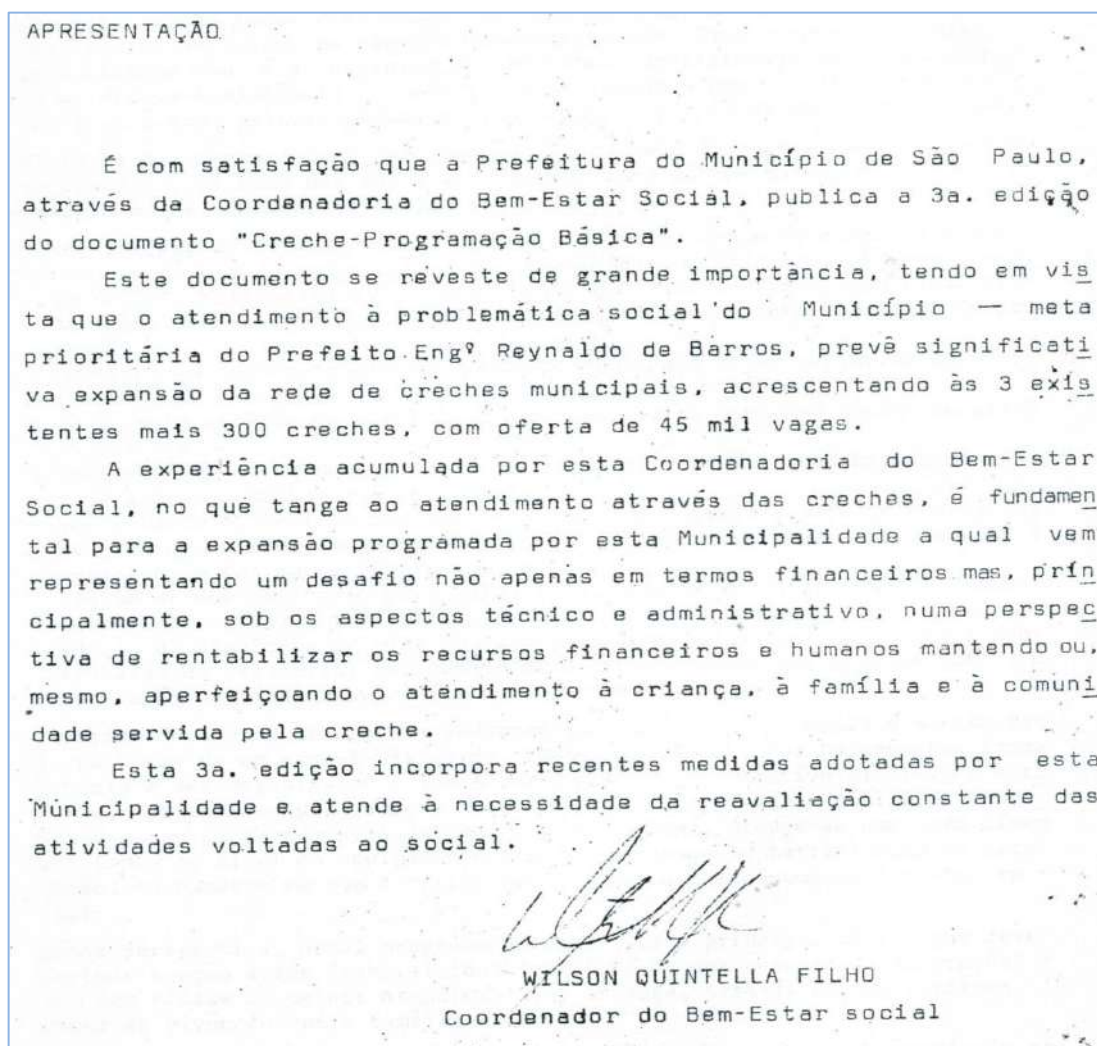


Observação: consta da fonte que oito equipamentos foram computados, mas não foram formalmente entregues, devido problemas estruturais simples.

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da coleta de informações no quadro do anexo A.

O poder público municipal aproveitou-se dessa expansão quantitativa do número de creches da rede direta municipal para realizar propaganda por meio da apresentação da publicação do programa *Creches Programação Básica* (1981b). No entanto, não apresentou somente a quantidade de equipamentos das creches da rede direta; na verdade, somou as creches da rede direta, indireta e particular, que totalizavam 300 equipamentos, conforme figura 20:

Figura 20 — Propaganda Eleitoral



Fonte: *Creches Programação Básica* COBES (1981b, s/p). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Porém, os dados divulgados pelo *Boletim do Movimento de Luta por Creche* indicavam que a rede atual de creches diretas ainda significava pouco ainda diante da enorme carência desse tipo de equipamento na cidade de São Paulo. O boletim informava, ainda, que as crianças matriculadas nas creches da região de Campo Limpo “priorizada” pelo programa,

não chegavam a representar 2% da população na faixa de idade de 0 a 6 anos e 11 meses que deveriam ter sido atendidas pela creche.

Na ocasião, a discrepância no atendimento das diferentes regiões da capital gerou a necessidade de se estabelecer critérios para seleção da demanda. Segundo documento *Creches Programação Básica* (1979a), a creche deveria atender:

[...] crianças carentes da cidade de São Paulo na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses, pertencentes a famílias com renda mensal de até 4 salários mínimos, sendo prioritárias aquelas pertencentes a famílias com renda mensal na faixa de 0 a 2 salários mínimos. (SÃO PAULO - Município, *Creches Programação Básica*, 1979a, p. 02).

No entanto, foi em meados da década de 1980 que a rede de creches diretas do município se expandiu por meio de um incentivo ao subsistema de creches diretas, portanto públicas, com atendimento gratuito em período integral, funcionando em prédios especialmente construídos para este fim, com um quadro de funcionários diversificado para o desempenho das diferentes funções no atendimento à criança pequena.

Desse modo, verifica-se que durante décadas a guarda e a educação das crianças de 0 a 6 anos ficaram a cargo da assistência social, de associações de caridade, mantidas em parte por contribuições voluntárias e em parte por verbas oficiais parceladas e desconexas. Como clientes desse tipo de serviço estavam as crianças pequenas das creches, dos internatos e asilos – os pais, e principalmente as mães, que sempre se viam como recebendo favores obtidos a partir de sua qualificação como incapazes de prover individualmente as necessidades dos filhos.

Foram os movimentos sociais, sediados nos bairros, especialmente os grupos de mães que se aglutinaram no Movimento de Luta por Creches, os responsáveis pela mudança que ocorreu na forma pela qual o atendimento e a guarda da criança de 0 a 6 anos e 11 meses passaram a ser compreendidos. A educação da criança pequena vista como um direito da população e responsabilidade coletiva da sociedade em relação à formação das novas gerações afastou ao mesmo tempo a estigmatização da creche e a culpabilização das famílias, implícitas na concepção assistencialista. De acordo com Barbosa (2006):

Tem sido muito difícil caracterizar as instituições de educação infantil. Algumas polarizações ou classificações apressadas têm servido muito mais para criar confusões do que para dirimi-las. A divisão feita entre as instituições de cuidado/assistenciais e de educação/pedagógicas é apenas uma simplificação. Sabe-se que, mesmo quando não está explícito, ou não é o objetivo primordial da instituição, sempre que se fala em atendimento às crianças pequenas os atos de cuidado e educação estão presentes de modo indissociável. (BARBOSA, 2006, p. 86).

Dessa forma, a luta por creches, os enfrentamentos e a expansão quantitativa que representou a ampliação da capacidade de atendimento da criança pequena da rede de creches diretas municipais na administração na década de 1980 não deixou de ser reconhecido, mas, ao longo do capítulo, este aspecto tornou-se bastante claro: muitas foram as contradições e os pontos de inflexão da história da rede direta das creches paulistanas.

O que resultou dessa herança, em termos concretos, são prédios construídos a custos relativamente altos e que muitas vezes não se encontravam em condições de serem utilizados. A interpretação de como o poder disciplinar atinge os indivíduos, penetra em seus corpos, insere-se em seus gestos, suas atitudes e seus discursos deve ser apreendida como o ponto de partida para uma crítica imanente à educação moderna.

O próximo capítulo buscou compreender a creche como um espaço educativo. A análise demandou um estudo das propostas e programações de atendimento e analisou a organização e a concepção de atendimento das creches da rede paulistana presentes nessas publicações, e foi objeto da investigação que será apresentada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 — PROPOSTAS E PROGRAMAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CRECHES DA REDE DIRETA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Desde a criação da CASMU, em 1951, até o início da implantação da rede de creches pela Prefeitura do Município de São Paulo, em 1955 pelo subsistema particular, em 1967 pelo subsistema indireto e em 1969 pelo subsistema direto, o atendimento às funcionárias trabalhadoras das empresas e das indústrias era regulado pelo Decreto-lei n.º 5452, de 1/05/1943. Essa legislação trazia em seus artigos 397 e 398:

Artigo 397: As instituições de Previdência Social construirão e manterão “creches” nas vilas operárias de mais de cem casas e nos centros residenciais, de maior densidade, dos respectivos segurados (p. 53).

Artigo 398: Quando não houver “creches” que atendam convenientemente à proteção da maternidade, a juízo da autoridade competente, os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período da amamentação (BRASIL, 1943, p. 54).

Ainda segundo o artigo 400 da CLT, esses locais deveriam possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária. Desses dispositivos, resultaram as seguintes combinações: as instituições de Previdência Social construiriam e manteriam as “creches”, e financiariam os serviços de manutenção das “creches”; as “creches” seriam construídas pelos empregadores; as “creches” seriam construídas pelas instituições particulares idôneas; quando não existirem as “creches”, os estabelecimentos deveriam contar com “locais apropriados” para a guarda dos filhos das operárias, com as condições mínimas previstas no artigo 400 do Decreto-lei n.º 5452, de 1/05/1943.

A partir dessas orientações, o Ministério do Trabalho também se inclinou no sentido da adoção das “creches” coletivas, em lugar dos berçários anexos às fábricas, cujos numerosos inconvenientes haviam sido apontados pelas autoridades de higiene. Deixaram apenas de mencionar ou esclarecer qual a entidade que atenderia melhor as finalidades e estaria habilitada para assumir a responsabilidade da organização e administração das “creches” coletivas.

Como no período em que foi criada a CASMU não havia ainda creches da rede direta, a atribuição da CASMU e, posteriormente, do DSS foi a de estabelecer ações normativas para as creches conveniadas. As creches conveniadas prestavam atendimento aos munícipes necessitados, de baixa renda ou sem renda, para garantir a proteção à infância e à maternidade. Aqui as creches eram compreendidas como parte da política de proteção à infância, e seu atendimento era voltado principalmente para os filhos das empregadas

domésticas cujo serviço ainda não havia sido regularizado, não existindo, portanto, um instituto de previdência que as assistisse, como no caso das operárias.

Assim, o documento *Creches Organização e Funcionamento* do DNCr (1956)¹⁷ – tudo indica que o atendimento das creches tenham sido baseadas nas orientações do DNCr, pois eram essas regras que representavam o discurso nacional, que predominava enquanto diretriz para atendimento da criança por meio das creches; essa proposta orientava-se por intermédio de princípios rígidos de higiene e puericultura, o que fazia com que as creches tivessem um modelo de atendimento semelhante ao de um hospital.

O documento previa, por exemplo, que o médico era o responsável pela orientação da rotina de uma creche e deveria desenvolver o seguinte trabalho: proceder a um exame meticuloso de todos os candidatos à admissão; encarregar-se da escolha dos modelos das fichas e da maneira de classificá-las, de modo a colher rapidamente amplas informações individuais; observar as crianças pelo menos duas vezes por semana, durante o período de internamento; fiscalizar o trabalho de todo o pessoal. Também deveria verificar se na cozinha dietética os regimes prescritos eram devidamente cumpridos, se o pessoal que lidava com as crianças tratava-as com carinho, se a exposição no solário se fazia rotineiramente, se havia necessidade de algum material de aquisição mais cara ou de alguma providência que demandasse contatos com a direção geral do serviço (ANDRADE FILHO, BARROS FILHO e HIRTH, 1956, p. 30).

Desse modo, verificou-se, por meio desse documento, que era a norma da época, que o principal objetivo das instituições de atendimento à criança que prestavam serviços no período, era o de resolver, a princípio, os problemas de guarda, alimentação e higiene. Rocha (2006) aponta que se atribuiu à educação a possibilidade de superação dos graves problemas sanitários, gerados pelo intenso crescimento urbano.

2.1 A Proposta de Atendimento da Secretaria do Bem-Estar Social: Projeto Centros Infantis Integrados

¹⁷O documento *Creches Organização e Funcionamento* do DNCr (1956) tinha por objetivos atender a uma das atribuições da Divisão de Proteção Social do Departamento Nacional da Criança: oferecer aos interessados normas para a criação e o funcionamento de creches. O documento foi solicitado pelo Diretor da Divisão de Proteção Social ao médico puericultor do Instituto Fernandes Figueira, que foi auxiliado pelo Doutor Sebastião de Barros Filho. Essas regras apresentavam-se em um documento com sessenta e nove páginas, e tratavam dos seguintes assuntos: introdução, histórico, definição, normas gerais para a instalação de uma creche, localização, planejamento, exigências para a admissão, pessoal, formação de pessoal para as creches, recreação, desenvolvimento da criança na creche, funcionamento, utilização da creche no programa educacional, educação das mães, equipamento, como manter uma creche e leis de proteção ao trabalho da mulher.

Em 1969, com o rompimento entre a SEBES e a entidade mantenedora da creche de Guaianases, a Secretaria procurou desenvolver uma programação mais intensa tanto para a creche em administração direta quanto para as creches particulares e em administração indireta, objetivando a melhoria do seu padrão de atendimento. Desse modo, a SEBES planejou e executou, segundo o *Dossiê Rosa Krausz* (1970), um treinamento para todas as funcionárias das creches da rede do município de São Paulo.




Nesse documento, foi possível identificar que os treinamentos tinham por objetivo propiciar às administradoras de creches oportunidades de participar de encontros para aprendizado de conhecimentos e de troca de experiências referentes ao seu campo de atuação, em três níveis: coordenação geral dos trabalhos, execução direta de rotinas administrativas e supervisão de atividades dos setores de saúde, pedagogia e serviço social.

Quadro 4 — Treinamento para Funcionárias das Creches

<i>Funcionários</i>	<i>Conteúdos abordados no treinamento</i>
<i>Administradoras</i>	<i>Psicologia Infantil</i> <i>Higiene e Saúde</i> <i>Atividades Educativas</i> <i>Supervisão e Relações Humanas</i> <i>Previdência Social</i> <i>Legislação Trabalhista</i> <i>Noções de Administração</i> <i>Nutrição e Cardápio</i>
<i>Pajens</i>	<i>Psicologia Infantil</i> <i>Higiene e Saúde</i> <i>Atividades Educativas</i>
<i>Cozinheiras</i>	<i>Nutrição e Cardápio</i>
<i>Faxineiras e Lavadeiras</i>	<i>Relações Humanas no Trabalho</i>

Fonte: Dados organizados pela autora, a partir do *Dossiê Rosa Krausz* (1970). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

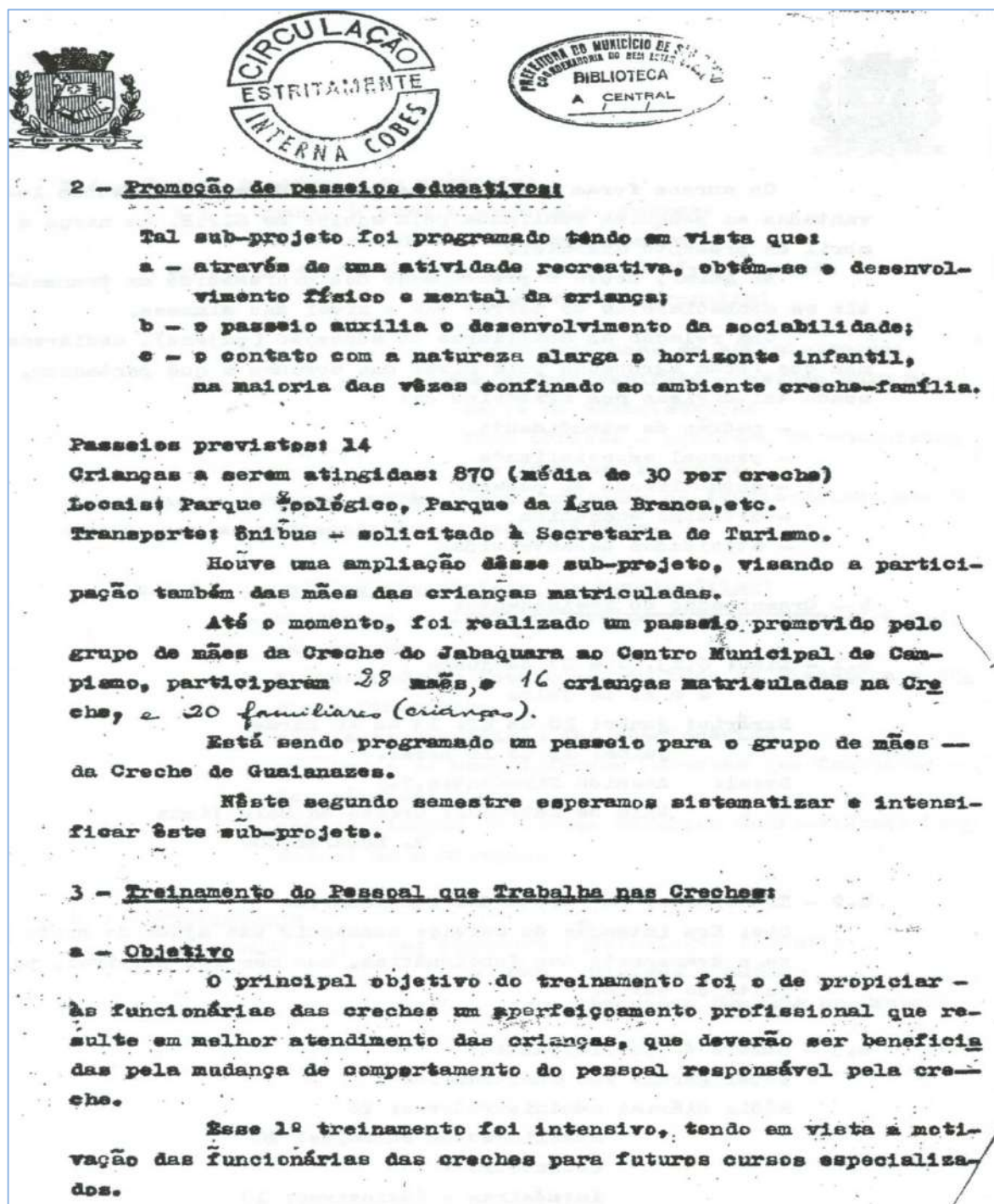
Figura 21: Programação do Treinamento da SEBES

 <p>c - Programas dos Cursos:</p> <p>c.1 - Administração de Creches:</p> <ul style="list-style-type: none"> - seleção de pessoal - divisão hierárquica - regulamento interno - divisão de trabalho - treinamento de pessoal - previsão de receita e despesa <p>c.2 - Entrevista e Documentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - objetivos - condições materiais - preparo do entrevistador - documentação <p>c.3 - Psicologia Infantil</p> <ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento psicológico da criança - aspectos da vida e da aprendizagem na infância - desenvolvimento motor - desenvolvimento da linguagem - desenvolvimento do comportamento social - desenvolvimento da inteligência - desenvolvimento da personalidade - técnicas de criação infantil <p>c.4 - Atividades Educativas com Crianças de 2 a 4 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sociabilidade da criança - atividades educativas para crianças - música - pintura a dedo - massa de modelagem - uma escola na creche <p>c.5 - Higiene e Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções de higiene - Higiene pessoal 	 <ul style="list-style-type: none"> - higiene do vestuário - sono - sol - ar puro - controle dos esfíncteres anais e vesicais <p>c.6 - Crianças</p> <p>Inclui o programa do curso de Higiene e Saúde e mais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - características da criança sadia - imunização - primeiros socorros - acidentes mais frequentes com crianças - lesões e cuidados - farmácia caseira - tétano - corpos estranhos - hemorragias - insolação - demais - prevenção de acidentes <p>c.7 - Previdência Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - finalidade - identificação da atividade - matrícula - vinculação - contribuições - acréscimos legais - recolhimento de previdência - guia de recolhimento - autos de infração - certificados <p>c.8 - Legislação Trabalhista</p> <ul style="list-style-type: none"> - carteira profissional - contrato de trabalho - horário de trabalho - registro de ponto e serviço externo - salário - rescisão de contrato 	 <p>c.9 - Relações Humanas no Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o homem - ser social - relações no trabalho <ul style="list-style-type: none"> - verticais - horizontais - treinamento e formação de pessoal - o ajustamento ao trabalho - a colaboração - a disciplina - a comunicação - higiene e segurança no trabalho <p>c.10 - Nutrição e Cardápio</p> <ul style="list-style-type: none"> - definição de alimento - alimentos plásticos - função, necessidades e fontes - alimentos energéticos - função e necessidades - calorias necessárias - alimentos reguladores - função
--	--	---

Fonte: Dossiê Rosa Krausz (1970). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

O documento *Dossiê Rosa Krausz (1970)* avaliou que, devido ao “baixo nível de escolaridade, houve falta de concentração por parte da maioria das participantes, o que prejudicou, de certa forma, a aprendizagem” (s/p). Entretanto, verificou-se no relatório que o interesse pela matéria foi demonstrado durante todo o treinamento, porque houve preocupação em adequar o curso à realidade das creches, conforme figura 22:

Figura 22: Relatório do 1.º Treinamento da SEBES



Os dados do documento *Dossiê Rosa Krausz* (1970) revelam, ainda, que não foi possível acompanhar as “modificações quanto ao comportamento das funcionárias em relação ao aprendizado” (s/p) após a realização do treinamento. Desse modo, a SEBES começou a repensar o formato do curso. Assim, aconteceram outros três treinamentos com outras configurações. Nesse novo modelo, foram propostos passeios com as crianças, famílias e funcionários das creches, visando à integração da família com o equipamento, distribuição de um jornal educativo para troca de experiências entre as creches e a realização de uma avaliação desses encontros.

A realização desses treinamentos¹⁸ demonstra que houve uma preocupação com a formação das pessoas envolvidas no atendimento das crianças, mesmo sendo uma formação no sentido pragmático, de treinamento mesmo, para garantir a uniformidade no atendimento das creches da rede paulistana.

Para promover um encaminhamento das avaliações e das orientações desenvolvidas até então, o documento *Reprogramação da Atividade de Assistência à Infância* (1976a) aponta que foi elaborado em 1971 o Projeto Centros Infantis Integrados como medida preliminar para a implantação de um sistema de atendimento “à infância carentiada”¹⁹ do Município de São Paulo” (s/p). O documento *Reprogramação da Atividade de Assistência à Infância* (1976a) apresentou uma reformulação da programação da Atividade Assistência à Infância que foi discutida entre os chefes das áreas, com a participação dos diretores das creches. O estudo que compôs essa proposta iniciou-se no ano de 1975, prolongando-se até 1976, com a participação direta de membros da Equipe de Programação, Controle e Avaliação da Atividade Assistência à Infância e um representante da Equipe de Programação da SEBES-Planejamento e da Coordenação da própria atividade, este trazendo sempre subsídios fornecidos por seus técnicos.

Sob a égide de uma proposta de educação compensatória²⁰ e de cunho claramente assistencialista²¹, a SEBES, a partir de 1971, promoveu mudanças significativas em sua

¹⁸ O termo treinamento foi utilizado nas propostas e nas programações e evidenciou o caráter tecnicista que predominava no período.

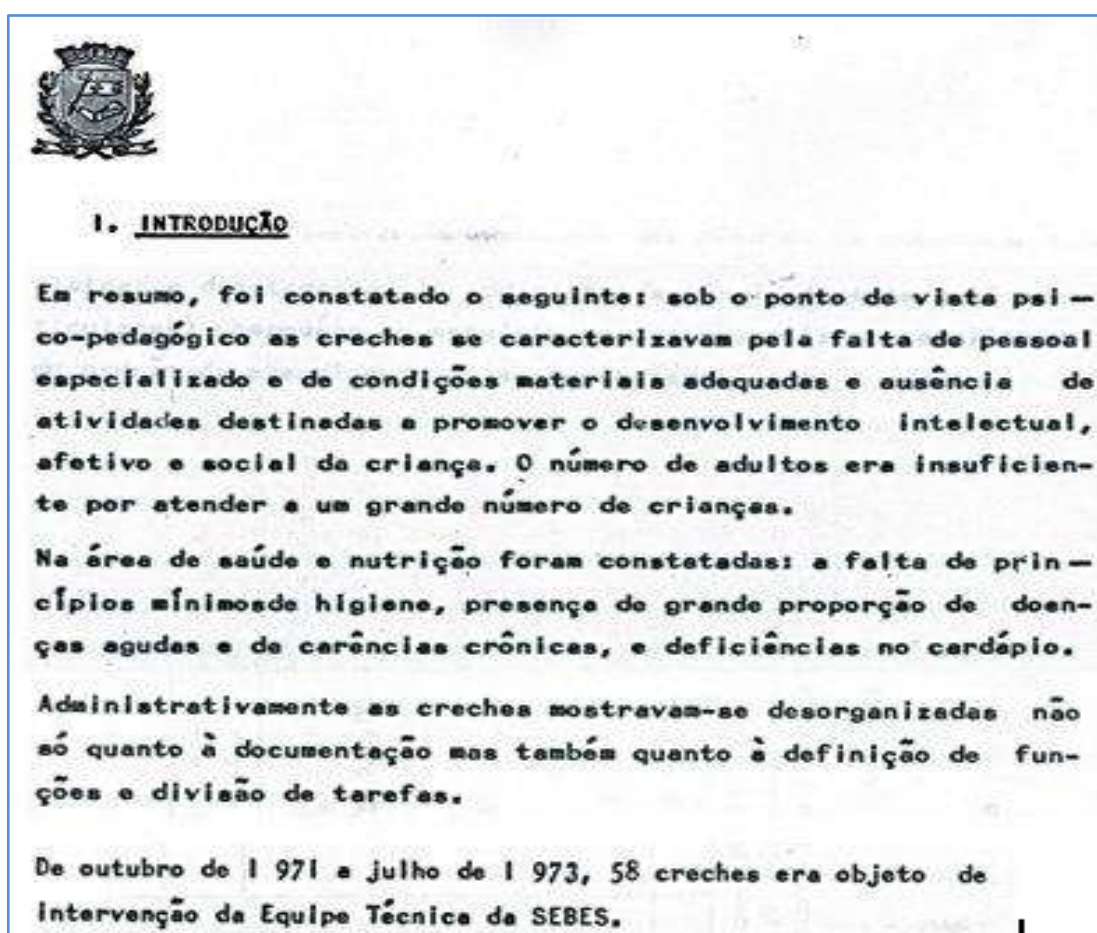
¹⁹ A expressão “infância carentiada”, “criança carentiada” e “família carentiada” foram localizadas e utilizadas na maioria das fontes analisadas para descrição das propostas presentes na programação. Estes termos são empregados com mais frequência na concepção da marginalização cultural. Patto (1977, p. 51), sobre os estudos que realizou referente à educação compensatória, afirma que quer sob a forma de programas, ou sob a forma de práticas com a introdução de procedimentos e materiais especiais numa estrutura curricular tradicional, verifica-se um esforço de educadores e psicólogos no sentido de oferecer condições de aprendizagem às crianças consideradas como deficientes culturais que as coloquem em nível de igualdade com as crianças que não sofreram privação cultural, mediante um planejamento científico e técnicas de ensino.

²⁰ A creche, na concepção da Secretaria do Bem-Estar Social, era concebida como unidade socioeducativa destinada a crianças de 0 a 6 anos, propiciando-lhe uma série de atividades capazes de permitir seu pleno

política de atendimento, acentuando seu caráter compensatório, alargando a composição de seu quadro de recursos humanos, formando equipes multidisciplinares com sociólogos, pedagogos, psicólogos, enfermeiros, educadores, além dos já existentes assistentes sociais.

Com a criação e estruturação da SEBES, houve uma preocupação dos técnicos da Secretaria com a produção de documentos específicos sobre o atendimento nas creches, pois a avaliação inicial realizada pela Secretaria (figura 23) revelou uma situação insatisfatória de atendimento prestado às crianças de 0 a 6 anos.

Figura 23: Avaliação do atendimento prestado pela atual rede de creches (1971)



Fonte: *Reprogramação da Atividade Assistência à Infância* (1976a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Nesse sentido, a SEBES passou a sinalizar que as práticas de Assistência Social, já adotadas pelas legislações anteriores previam que além de atender a algumas necessidades da

desenvolvimento, tendendo a corrigir as omissões apresentadas pela criança culturalmente carenciada, anulando a defasagem entre sua idade cronológica e o nível de desenvolvimento em que se encontra.

²¹ Nesse contexto o termo “assistencialismo” é entendido como ato de prestar cuidado e atenção à criança, nos aspectos de alimentação, higiene, guarda e proteção.

população excluída, as atividades propostas às crianças deveriam se constituir em estratégias para a realização de direitos sociais negados, que eram os verdadeiros exercícios de cidadania.

Para essa perspectiva, não era o atendimento material da necessidade que configurava a prática assistencialista, mas a direção que se imprimiu à tarefa. Tratava-se de realizá-la, buscando romper com a discriminação, a tutela, o favor, para transformar a carência em direito de incorporar o usuário em sua condição de vida. A creche pública, então, constitui-se em um equipamento social que deveria cumprir o duplo papel de proporcionar educação, guarda e alimentação e de liberar a mãe (ou o pai) para a inserção no mercado de trabalho (SÃO PAULO, Programação Socioeducativa, 1973b, p. 11-12).

A publicação da programação Projeto Centros Infantis Integrados da Secretaria do Bem-Estar Social teve como ponto de partida a análise por parte da equipe técnica do órgão da avaliação diagnóstica do padrão de atendimento em 16 creches municipais, realizada em julho do ano de 1971.

A partir desse diagnóstico, o próprio órgão passou a elaborar e a programar as normas e atividades das instituições de atendimento à criança pela rede de creches do município, tendo como ideia básica o reconhecimento da importância de se propiciar ao menor em idade pré-escolar um programa de proteção que agisse de maneira profilática, evitando os efeitos negativos da carência cultural entre as crianças mais novas e de maneira compensatória entre as maiores, cujo desenvolvimento já se ressentiu da pobreza do ambiente em que se desenvolveram. De acordo com o documento *Subsídios para Ampliação da Rede de Creches no Município de São Paulo*, (1979d):

A situação básica de carência é determinada pela inexistência de renda, em casos extremos, ou pelo baixo nível salarial de grande parcela da população, sujeita a permanecer em precárias condições de vida: morando em habitação subnormal (favelas, cortiços, etc), não usufruindo infraestrutura social e urbana (saneamento básico, assistência médico-dentária, equipamentos sociais, transporte, comunicação, etc) (SÃO PAULO – Município. Subsídios para Ampliação da Rede de Creches no Município de São Paulo, 1979d, p. 4).

Os Centros Infantis Integrados deveriam ser preliminarmente compostos, no mínimo, por três unidades básicas: creche, P.I. e posto de saúde, que formariam um Sistema Polivalente de Atendimento, do qual resultaria: ampliação da capacidade assistencial, implementação de atividades e programas socioeducativos, padronização de técnicas que permitiriam ao educador acompanhar por maior espaço de tempo o desenvolvimento da criança. O alcance dos objetivos propostos seria possível por meio da participação das Secretarias da Educação e Cultura, Higiene e Saúde, Bem-Estar Social e Obras devido à necessidade de operacionalização dos Centros Infantis Integrados.

Essa programação Projeto Centros Infantis Integrados caracterizou-se como um atendimento da população de 0 a 6 anos que foi realizado a partir de um sistema operacional de transformação de oito creches construídas pela prefeitura em Centros Infantis Integrados. Houve a ampliação da capacidade de matrícula e da faixa etária de atendimento de 0 a 3 anos para 0 a 6 anos.

O quadro n.º 5 sintetiza as metas previstas e realizadas para implementação do Projeto Centros Infantis Integrados, no período de 1971 a 1973. Para que o projeto começasse a funcionar foram considerados quatro requisitos básicos: ampliação da capacidade de atendimento, estruturação do espaço físico, elaboração de uma programação de atendimento e treinamento dos funcionários.

Quadro 5 — Síntese das Metas Previstas e Realizadas – Projeto Centros Infantis para o período de 1971 a 1973

1971	1972 (1.º semestre)	1972 (2.º semestre)	1973
<p>Contratação de pessoal técnico: equipe multidisciplinar para elaboração da Programação Básica nas áreas de Saúde e Nutrição, Psicopedagogia e Serviço Social;</p> <p>Elaboração dessa programação;</p> <p>Adoção de medidas legais e de financiamento;</p> <p>Proposição e aprovação da tabela de lotação de pessoal necessário à execução do programa;</p> <p>Organização de uma infraestrutura administrativa para desenvolvimento do programa;</p> <p>Interpretação do programa junto às entidades já conveniadas;</p> <p>Levantamento de novas entidades para firmação de convênios;</p> <p>Seleção das creches: Guaianases, Vila Carioca, Vila Gustavo, Jabaquara, Vila Formosa, Parque Peruche para experimentação da programação;</p> <p>Proposição de reformas conforme necessidades levantadas.</p>	<p>Aprovação e empenho de verba de novos convênios visando à expansão da rede;</p> <p>Seleção, contratação e treinamento de pessoal para implantação da programação;</p> <p>Reestruturação do sistema técnico-administrativo do Projeto e definição das funções das equipes;</p> <p>Início do plano de reformas proposto e aprovado em 1971;</p> <p>Conclusão do projeto arquitetônico para expansão da rede municipal;</p> <p>Reteste com as crianças das creches de Guaianases, Vila Carioca e Vila Nova Cachoeirinha;</p> <p>Reformulação da metodologia de treinamento e elaboração da Programação Socioeducativa a ser implantada em toda rede, a partir da avaliação dos resultados da experiência realizada nas seis creches municipais em 1971;</p> <p>Detalhamento da Programação Psicopedagógica e de saúde;</p> <p>Interpretação do programa junto às</p>	<p>Avaliação semestral do sistema de implantação adotado e proposição de novo sistema técnico-administrativo tendo em vista as conclusões desta avaliação;</p> <p>Prosseguimento do plano de treinamento e implantação, segundo novo sistema funcional;</p> <p>Experiência do Centro Piloto de Treinamento na Creche Belém;</p> <p>Apropriação de custos da administração direta;</p> <p>Sistematização do funcionamento administrativo destas creches.</p>	<p>Implantação da estrutura funcional proposta após a avaliação realizada em dezembro de 1972;</p> <p>Implantação do Centro Infantil de Campo Limpo;</p> <p>Estudo do sistema de compras e estocagem de gêneros alimentícios, baseado no cardápio padrão, conforme capacidade das creches e necessidades das crianças;</p> <p>Montagem e implantação da pesquisa sobre atuação com as famílias;</p> <p>Sistematização e ênfase no presente ano, na atuação junto às famílias;</p> <p>Estudo dos equipamentos de recreação ao ar livre;</p> <p>Implantação de rotina de documentação (registro de dados) e fluxo de comunicações;</p> <p>Implantação da equipe de ação integrada como complementação ao programa de assistência à infância e à família;</p> <p>Manutenção das atividades de rotina;</p> <p>Estudo para reformulação dos convênios;</p> <p>Elaboração dos estatutos da Associação</p>

	<p>creches conveniadas (municipais e particulares), como medida de preparação para os treinamentos e implantação a serem iniciados;</p> <p>Treinamento de creches municipais;</p> <p>Implantação e início de execução.</p>		<p>de Pais e Amigos das creches, que permitam a colaboração dos pais na rede de administração direta;</p> <p>Estudo e proposição de acordos de colaboração com os recursos de assistência médica do município.</p>
--	--	--	--

Fonte: *Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados* (1974f). Acervo da História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Pela sistematização apresentada no quadro 5, verificou-se que o Projeto Centros Infantis Integrados foi implementado no período de 1971 a 1973. O documento *Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados* (1974f), apresentou um diagnóstico da situação do atendimento da criança na cidade de São Paulo pela rede de creches e traçou metas para a implantação do Projeto Centros Infantis Integrados. Esse documento indicou que no primeiro ano, houve o estabelecimento de diretrizes básicas de atuação, políticas e estratégias, em consonância com os estudos sobre a problemática social da cidade de São Paulo e em relação às questões da marginalização social e à reavaliação de experiências anteriores da SEBES no atendimento prestado à criança de 0 a 6 anos.

As metas projetadas para serem atingidas em médio prazo, visando à melhoria e ao aumento da capacidade de atendimento, foram estabelecidas por meio de quatro parâmetros: adequação e ampliação da capacidade das creches municipais existentes, implantação de novas unidades da rede municipal, ampliação da capacidade da rede particular e implantação programática, que se processaria por meio do treinamento do pessoal técnico-administrativo das creches e da implantação de nova programação, objetivando o aspecto qualitativo da intervenção, isto é, a melhoria dos padrões de atendimento (SÃO PAULO, *Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados* 1974f, s/p).

Por intermédio dessa ordenação, foi possível ter uma visão sintética da atuação da Secretaria, por meio da evolução de cada uma das atividades no período, em termos de objetivos operacionais estabelecidos para cada ano e as realizações que precisavam ser levadas a efeito, para o cumprimento desses objetivos e implantação do projeto.

Uma série de programações foram, então, publicadas: *Projetos Centros Infantis: Programação Socioeducativa* (1973b), *Programação de Saúde* (1973a), *Programação Psicopedagógica* (1973c, 1974c e 1978a), *Programação de Serviço Social* (1974b), *Organização e Funcionamento de Creche* (1975), *Cadernos de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a), *Manual de Orientação Técnico-Administrativo COBES* (1974e e 1978c) e a *Programação Organizando um Berçário COBES* (1977a e 1980a).

A reprogramação do Projeto Centros Infantis Integrados foi publicada com o título: *COBES - Creches Programação Básica* (1.^a edição 1979a, 2.^a edição 1980b, 3.^a edição 1981b) e surgiu em decorrência de proposições feitas pelos técnicos desse órgão durante a realização do 1.º Seminário da COBES efetivado em janeiro do ano de 1979.

A Programação dos Projetos Centros Infantis Integrados *Programação de Saúde* (1973a) tratava-se de um manual de procedimentos, com a finalidade de sistematizar e padronizar a atuação dos técnicos e orientar o pessoal executivo nas creches. Apresentava a

explicitação do conteúdo programático da programação de saúde e nutrição, com demonstração de técnicas e rotinas para sua aplicação. Estabelecia rotinas para a triagem, banho, troca de fraldas, hidratação, banho de sol, repouso, pesagem, controle de esfíncter, acidentes, medicamentos e esquema de vacinação. Também orientava condutas de higienização do equipamento e procedimentos de conduta aos funcionários para execução dos serviços.

Apresentava noções básicas de educação alimentar, como classificação e propriedade, fontes e conservação dos alimentos, bem como relação das principais doenças transmitidas por meio dos alimentos.

A programação sobre alimentação publicada em *Creches Programação Básica* (1979a) previa cinco refeições diárias (desjejum, suco, almoço, lanche e jantar); estabelecia cardápios de acordo com a faixa etária atendida, assim como condutas básicas para o armazenamento, conservação e preparo dos alimentos e desinfecção dos utensílios utilizados.

A *Programação Psicopedagógica* do Projeto Centros Infantis Integrados (1973c, 1974c e 1978a) contém a programação a ser desenvolvida pelos Centros Infantis Integrados, objetivando proporcionar um programa educacional que possibilitasse à criança um desenvolvimento de suas potencialidades sociais, físicas, afetivo-emocionais e intelectuais, e ainda proporcionar programa educacional com objetivo de corrigir defasagens da criança carenciada culturalmente, bem como anular a defasagem entre sua idade cronológica e o nível de desenvolvimento em que se encontra.

As áreas trabalhadas pelo documento são as de Comunicação e Expressão, iniciação às Ciências e Integração Social, cada uma delas subdividida por áreas e atividades: área de comunicação oral e atividades de expressão oral e de desenvolvimento motor; área de integração social e atividades de integração social e de vida prática; área de iniciação às ciências (atividades de Matemática e de Ciências Naturais).

A *Programação de Serviço Social* (1974b) tinha por finalidade detalhar a *Programação de Serviço Social* levada a efeito junto às famílias das crianças matriculadas nos Centros Infantis Integrados da Prefeitura do Município de São Paulo.

A *Programação Organização e Funcionamento de Creches* (1975) apresentava diretrizes e orientações gerais para a implantação e funcionamento de creches na cidade de São Paulo. A proposta apresentada no documento era semelhante e articulava-se com o documentos sobre a *Organização e Funcionamento de Creches* do DNCR publicada no ano de 1956.

A *Programação Cadernos de Exercícios Gráficos* do Projeto Centros Infantis Integrados (1974d, 1978b e 1981a) compõe-se de três partes. A primeira compreende os exercícios psicomotores gráficos, apresentados em ordem crescente de dificuldades, a serem utilizados a partir do jardim; a segunda parte envolve alguns conceitos matemáticos e a terceira apresenta o Caderno de Jogos Recreativos. Os exercícios são apresentados com adendo aos demais tópicos da programação, não tendo validade enquanto aplicação isolada.

A *Programação Básica para Creches* publicada por COBES (1979a) um trabalho elaborado em decorrência de seminário interno do órgão, contém aspectos relativos à organização e ao funcionamento de uma creche e os padrões mínimos de atendimento. Aborda, entre outros assuntos, e objetivos: clientela a ser atendida pelo equipamento, aspectos relativos à programação por faixa etária de atendimento, cuidados de saúde, alimentação, atividades psicopedagógicas, atuação junto à família e à comunidade e procedimentos técnicos para implantação.

A proposta elaborada pela COBES (1979a) para expandir a rede de creches da prefeitura, nas regiões administrativas de Campo Limpo e Santo Amaro, previa a criação de 77 creches em cada uma das regiões, numa perspectiva de uso múltiplo para os equipamentos, propondo-se ainda a adequação das instalações da creche para o funcionamento da atividade de orientação socioeducativa ao menor de 7 a 14 anos no período diurno, e de cursos de puericultura, preparação de gestantes e de formação de mão-de-obra no período noturno. Continha ainda previsão de custos para implantação e operação dos equipamentos.

O documento Projeto Centros Infantis Integrados *Manual de Orientação Técnico Administrativo* COBES (1978c) tinha por finalidade estabelecer e explicitar as rotinas e atividades técnico-administrativas, e especificar os requisitos referentes à unidade física de atendimento, equipamentos e pessoal necessários (em proporção ao número de crianças), com o objetivo de garantir a execução e a qualidade da programação a ser desenvolvida na creche ou nos Centros Infantis Integrados.

Como assuntos, constam os quadros de pessoal e suas rotinas, especificações e padrões da unidade física, e, em anexo desse manual, a quantidade de alimento por criança, modelo de fichas de saúde, orientações para o atendimento de crianças doentes, cuidados gerais com as crianças e com o material, modelos de cardápio, etc.

Tendo exposto os motivos e processos que levaram à criação do Projeto Centros Infantis Integrados, passa-se a apresentar as programações publicadas e implantadas a partir do ano de 1973, pela SEBES, durante a gestão do Prefeito Miguel Colassuono. Os referidos documentos definem que “nessa proposta, a creche foi então concebida como unidade

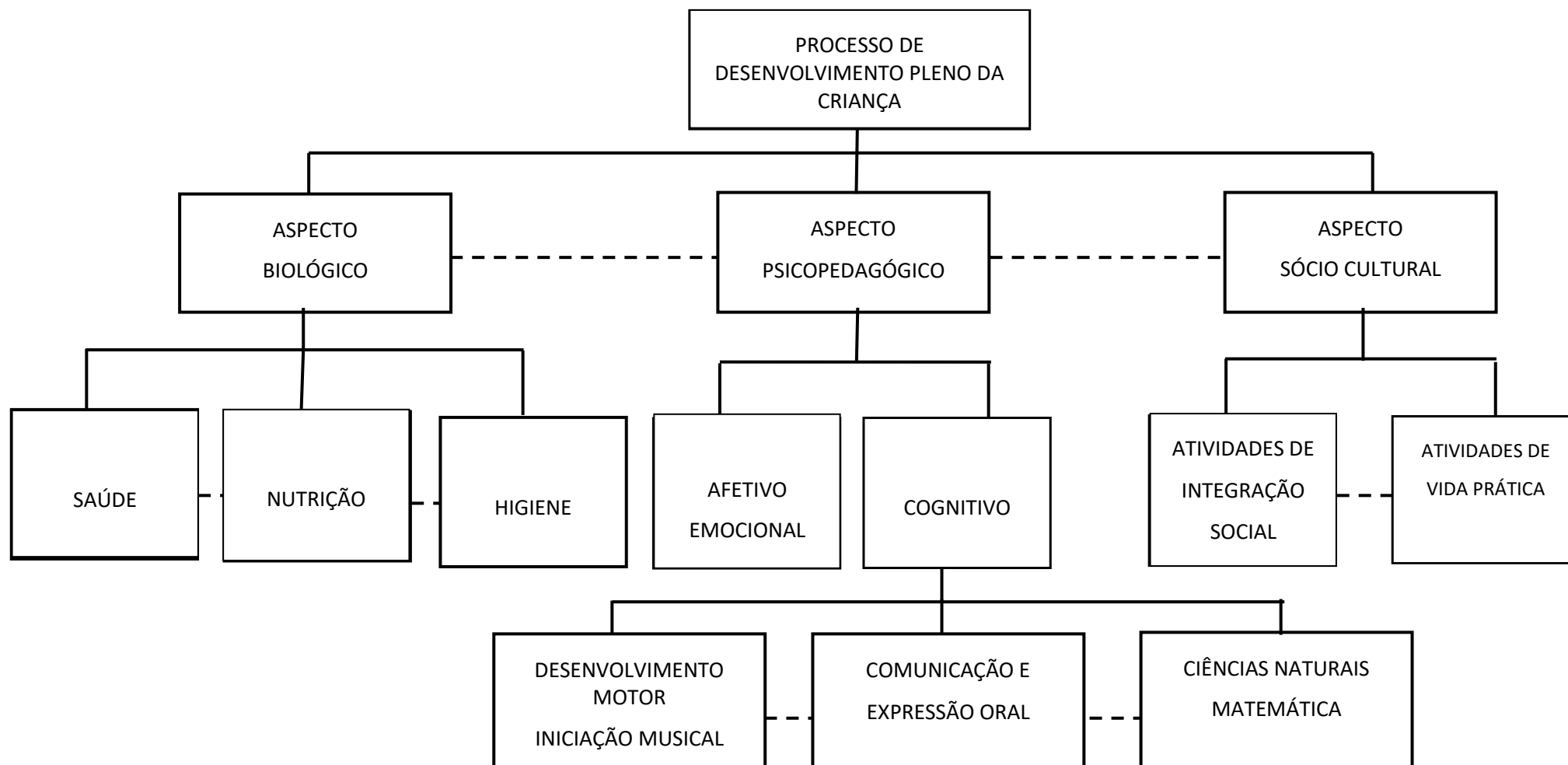
socioeducativa destinada a crianças de 0 a 6 anos, capaz de propiciar uma série de atividades para permitir seu pleno desenvolvimento” (SÃO PAULO, Programação Socioeducativa, 1973b, p. 2).

No documento foram introduzidas e incrementadas as atividades e programas educativos que atendiam às necessidades bio-psico-sociais da criança, realizaram-se ações complementares junto às famílias, no sentido de integrá-las no processo educativo de seus filhos.

A clientela atendida pelo Centro Infantil Integrado constituía-se de crianças de 0 a 6 anos, divididas em turmas de berçário, maternal e jardim com o propósito de responder satisfatória e respectivamente aos cortes etários: 0 a 2 anos, 2 a 4 anos e 4 a 6 anos. A composição socioeconômica das famílias atendidas era renda mensal de até dois salários mínimos.

A proposta evidencia o “pleno desenvolvimento da criança” e a pretensão de compensação de carências e de preparação, com a intenção de se evitar o fracasso escolar; portanto, a proposta era do desenvolvimento de um trabalho para uma criança incapaz e limitada. As necessidades das crianças nessa proposta seriam atendidas a partir de três aspectos: biológico, psicopedagógico e social, como observado no diagrama da figura 24:

Figura 24 — Diagrama do Processo de Desenvolvimento Pleno da Criança



Fonte: Diagrama elaborado pela autora a partir da coleta e análise dos dados contidos nas Programações da SEBES e da COBES.

A meta que permeia toda a programação dos Centros Infantis Integrados era a de tornar a creche um equipamento em que fossem desenvolvidas atividades de estimulação que pudessem:

[...] promover à criança um desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades sociais, físicas, afetivo-emocionais e intelectuais e ainda proporcionar um programa educacional tipo compensatório, tendendo a corrigir as omissões apresentadas pela criança culturalmente carenciada, anulando a defasagem entre a idade cronológica e o nível de desenvolvimento em que se encontra. (SÃO PAULO – Município. Programação Psicopedagógica, 1973c, p. 3)

Com relação às propostas e programas pedagógicos das creches da rede direta da cidade de São Paulo, foram escritos documentos distintos, com uma programação ampla, que visavam atender ao desenvolvimento bio-psico-social da criança, por meio da integração dos diversos setores de atuação definidos para a creche: saúde, psicopedagógico e serviço social. As primeiras edições desses documentos, com propostas de educação compensatória, definiam a creche como “equipamento social”, auxiliar da família e destinada ao atendimento da criança de 0 a 6 anos em período integral.

A proposta de educação compensatória, baseada nas teorias da privação cultural, predominou durante toda a década de 1970, refletindo-se na elaboração do documento publicado posteriormente ao Projeto Centros Infantis Integrados ao final da década de 1970 e no início dos anos de 1980, conhecido como *Creches Programação Básica* (1979a, 1980b, 1981b).

2.2 Programação Propriamente Dita para o atendimento nas creches

A Programação Propriamente Dita do Projeto Centros Infantis que compreendia a *Programação Socioeducativa* (1973b), *Programação de Saúde* (1973a), *Programação Psicopedagógica* (1973c, 1974c e 1978a), *Programação de Serviço Social* (1974b), *Organização e Funcionamento de uma Creche* (1975), *Cadernos de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a), *Organizando um Berçário* (1977a e 1980a) e *Manual de Orientação Técnico Administrativo COBES* (1974e e 1978c) estabeleciam em sua introdução que a Secretaria do Bem-Estar Social atendia nas creches crianças de 0 a 6 anos completos, para cobrir e atender a clientela das creches localizadas em áreas onde não havia Parque Infantil.

As atividades a serem desenvolvidas abrangiam em seus objetivos principais, atividades nas áreas de: psicopedagogia, saúde e serviço social e visavam informar, de

maneira didática, por meio das programações, as etapas e os procedimentos metodológicos a serem utilizados para alcance dos objetivos apontados.

Após dois anos de atuação da implantação do Projeto Centro Infantis Integrados, em 1971 a equipe técnica de Psicopedagogia sentiu a necessidade de uma reformulação da programação utilizada pela Secretaria. De acordo com o documento *Programação Psicopedagógica* (1978a), foi observado que a criança, apesar de estimulada, não apresentava alguns comportamentos esperados para que acompanhasse de forma adequada a educação escolar.

Para a equipe, a primeira edição da *Programação Psicopedagógica* em 1973 apresentava-se de forma bastante genérica, ocasionando uma multiplicidade de abordagens e, portanto, de atuação dos técnicos. Foi apontado pela equipe que essa mesma programação, da forma como se apresentava, impossibilitava também sua avaliação, levando muitas vezes à perpetuação de certas atividades, sem levar em conta o nível de desenvolvimento da criança.

A Programação na área de Psicopedagogia (1973c) apresentava dois objetivos gerais: proporcionar um programa educacional que possibilitasse à criança o desenvolvimento máximo de suas potencialidades (respeitando o ritmo próprio de cada criança, estabelecendo uma sequência de atitudes a serem desenvolvidas, dos níveis mais simples para os mais complexos, oferecendo informações ou criando situações em pequenos grupos orientados por um adulto, nas quais as crianças encontrassem respostas acertadas às suas perguntas, por meio de manipulação adequada) e proporcionar um programa educacional compensatório, tendendo a corrigir as omissões apresentadas pela criança culturalmente carenciada, anulando defasagem entre sua idade cronológica e o nível de desenvolvimento em que se encontrava com base na concepção de criança apresentada na primeira publicação do Projeto Centros Infantis Integrados, a *Programação Socioeducativa* (1973b), de acordo com a figura 25. A proposta partia de uma concepção ideal de criança; a criança deveria aprender a ser independente, responsável e organizada.

Figura 25 — Excerto da Programação Socioeducativa (1973b)



Fonte: *Projetos Centros Infantis Programação Socioeducativa* (1973b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

O documento *Programação Psicopedagógica* (1973c) previa que as atividades deveriam ser desenvolvidas de modo a atender adequadamente às crianças, conforme seu nível de desenvolvimento físico e mental. As faixas etárias abrangidas pelo Berçário, Maternal e Jardim da Infância não seriam estanques, pois a idade mental de cada criança constituía a principal determinante do nível de estimulação intelectual que ela receberia por meio das atividades previstas na programação.

Desse modo, a programação apresentava um quadro geral descritivo do desenvolvimento infantil nos seis primeiros anos de vida. Esse quadro tinha por finalidade resumir alguns dados relevantes a todos aqueles “que atuam educativamente e têm por meta levar a criança a desenvolver ao máximo suas possibilidades” (SÃO PAULO, Programação Socioeducativa, 1973b, p. 8). O documento previa ainda a importância em se comparar o quadro de desenvolvimento da “criança carenciada”, com os dados do quadro da “criança normal”. O que se esperava de uma criança normal está demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro 6 – Desenvolvimento da Linguagem – Centros Infantis Integrados

<i>Faixa Etária</i>	<i>2 meses</i>	<i>3 meses</i>	<i>8 meses</i>	<i>1 a 3 anos</i>	<i>3 a 6 anos</i>
<i>Características</i>	Por volta do 2.º mês, a criança começa a emitir sons guturais (gorjeios), bem diferentes do choro.	Revela-se muito atenta aos sons que produz; repete-os, modifica-os dando-lhes diferentes entonações. Brinca com a voz como brinca com as mãos. Produz uma variedade de sons, sem relação uns com os outros. Desde esta fase, já se faz importante a atuação do adulto; este deve interagir verbalmente com a criança, imitando os sons que produz e “conversando” com ela.	Em torno desta idade, torna-se capaz de imitar novos sons, aumentando seu repertório. É capaz de aprender palavras simples como “dá”, “papá”, “mamã”.	O vocabulário passa durante o 2.º ano de vida de 7 para cerca de 200 palavras. Na área de linguagem, o desenvolvimento do vocabulário é a aquisição básica a partir dos 12 meses. Há uma sequência ideal de aprendizagem de palavras: primeiro o adulto aponta, dizendo o nome e concretizando o objeto apontado; depois faz com que ela aponte e, finalmente, numa etapa posterior do desenvolvimento, faz com que a criança reproduza as palavras. A amplitude das palavras utilizadas pela criança pequena pode ser observada no seguinte fato: uma mesma palavra pode ser aplicada para vários estímulos diferentes. Por exemplo: “au,au” é inicialmente aplicada a uma variedade de animais, brinquedos ou gravuras que têm muitas vezes uma semelhança remota com cachorro. Para que a criança chegue à formação do conceito de cachorro, é preciso que o adulto a leve gradualmente a discriminar os estímulos, associando um som diferente a cada um, cada vez mais parecido com a palavra certa que nomeia o objeto.	O papel da linguagem torna-se cada vez mais o de instrumento de comunicação social, permitindo o contato verbal explícito, a troca com o outro, principalmente com o adulto. Diante das inúmeras perguntas feitas pela criança a partir dos 3 anos (idade do “por que?”), o adulto adverte, informa, censura, tranquiliza, dando-lhe uma visão do mundo. As aquisições feitas por meio do contato verbal cotidiano com o adulto ajudam-na a descobrir a realidade exterior e a sair da extrema subjetividade que a caracterizava no estágio anterior. Quando atinge 4 ou 5 anos, é capaz de trocar um grande número de informações, descrever acontecimentos de forma compreensível e usar a linguagem para coordenar atividades de grupo a fim de atingir alguns objetivos.

Fonte: *Programação Socioeducativa* (1973b). Acervo da História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 7 — Desenvolvimento Intelectual – Centros Infantis Integrados

Faixa Etária	Período Sensório Motor (0 a 2 anos)	Período das Operações Concretas (2 a 11 anos)
Características	<p>A criança parte de um nível reflexo, completamente indiferenciado do ponto de vista da distinção eu-mundo e dirige-se para uma organização relativamente coerente dos comportamentos sensório-motores.</p> <p>A organização, neste período, é prática na medida em que envolve ajustamentos perceptuais e motores às coisas, mais do que suas manipulações simbólicas.</p> <p>As origens da inteligência poderiam ser assim resumidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexos hereditários, cujo protótipo seria a sucção; • Aos reflexos acrescentam-se adaptações adquiridas, hábitos de origem casual e que vão ser repetidos e fixados, por exemplo, chupar a mão; • A partir dos 8 meses, não haverá mais simples repetição de atos do repertório da criança e reprodução do resultado habitual, mas coordenação destes atos, para um fim previamente fixado. Os elementos do repertório motor tornam-se “móveis” e passíveis de organização. A criança adapta o comportamento à situação, escolhe em seu repertório motor, os comportamentos adequados. O comportamento torna-se “instrumento” em função de um objetivo; • O 1.º ano termina com a chegada da inteligência prática e manipuladora. Exemplo: a criança traz para si um objeto distante, puxando-o com o auxílio de outro próximo ou procura um objeto dentro de uma caixa em que foi colocado; • Em torno de 16 meses, aparecem soluções súbitas de problemas sem tratamento prévio, o que indica um início de capacidade de representação dos movimentos, sem executá-los. A criança, na fase sensório-motora, não tem nenhuma reversibilidade de pensamento. 	<p>Fase Pré-conceitual (2 a 4 anos): caracteriza-se pelo brinquedo simbólico e pela aprendizagem da linguagem. A transição entre o motor e o representativo aparece na “representação pela ação” que constitui a imitação; por meio dela, a imagem é materialmente representada. É frequente no 2.º ano de vida e aparece em todas as situações de “faz de conta”.</p> <p>Fase Intuitiva: caracteriza-se pela predominância das impressões perceptivas imediatas (aparências). A criança é inicialmente animista em suas explicações para depois tornar-se sujeita ao que vê; “pensa o que vê” e não ultrapassa os dados da percepção; o concreto é tomado ao pé da letra; não tem visão de conjunto dos problemas, não imagina hipóteses.</p> <p>Operações Concretas Propriamente Ditas: A criança é capaz de raciocínio lógico quando pode manipular os objetos sobre os quais incide seu raciocínio. Por volta dos 7 anos, dá-se o início da preocupação quase científica com causas. Mediante manipulações e comunicação, corrige suas impressões intuitivas da realidade. Não se encontra mais tão centrada no ponto de vista individual (realismo egocêntrico) e passa para a “lógica concreta”. O pensamento cada vez mais precede a ação e a dirige, em vez de segui-la e acompanha-la como no estágio anterior.</p>

Fonte: *Programação Socioeducativa* (1973b). Acervo da História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 8 – Desenvolvimento Motor – Centros Infantis Integrados

Faixa Etária	6 meses	1 ano	3 anos	4 anos	5 anos
Características	Apresenta capacidade para manter a cabeça ereta, com o tronco em posição vertical para manter-se sentada, sem apoio, por alguns minutos. Nessa idade, já possui coordenação óculo-manual para poder puxar um objeto para junto de si; segura melhor com um dos dedos e consegue pegar dois objetos, um em cada mão. Quando de costas, muda de posição, se cansado; já tenta se levantar. Muito interessado em sentir e colocar objetos na boca. Procura chamar atenção balbuciando.	Consegue ficar de pé sozinha; porém, ainda não anda. Gosta de imitar ruídos, movimentos, sons; gosta de bater tambores, colheres. Já é capaz de fazer rabiscos, colocar coisas dentro e tirar.	Já se veste sozinha; porém, ainda com dificuldade nos laços e botões; despe-se com facilidade. Grandes músculos em desenvolvimento: já consegue andar para frente e para trás carregando objetos; sobe e desce escadas colocando os dois pés em cada degrau; consegue correr contornando obstáculos. Tenta desenhar figura humana e consegue copiar um traço vertical. Gosta de brinquedos de construção, joga bola e chuta com os dois pés, não tem ainda persistência motora.	Aos quatro anos a coordenação dos grandes músculos melhora sensivelmente e os pequenos músculos tornam-se mais hábeis. Gosta de jogos com música, jogos de imitação de adultos. Já consegue andar na ponta dos pés, subir e descer escadas sem apoio, alternando os pés.	Aos cinco anos, a coordenação óculo-manual é ainda incompleta, mas já possui bastante habilidade com as mãos. Gosta de atividades motoras, consegue saltar em altura, deslocar-se pulando sobre os dois pés ou sobre um só, joga bola em um alvo, acompanha o ritmo com pés ou mãos, movimenta as mãos alternadamente. Já reconhece cores, gosta de recortar, colar, desenhar sem precisão de detalhes, copiar círculo, quadrado.

Fonte: *Programação Socioeducativa* (1973b). Acervo da História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 9 – Desenvolvimento Socioemocional – Centros Infantis Integrados

<i>Faixa Etária</i>	<i>0 a 4 meses</i>	<i>5 a 7 meses</i>	<i>1 a 3 anos</i>
Características	<p>Durante as primeiras semanas, o bebê não distingue as pessoas. A partir de dois meses, começa a prestar mais atenção ao ambiente que o cerca e aparecem as primeiras manifestações de sociabilidade: sorrisos e alguns sons quando alguém brinca com ele.</p> <p>Durante o 4.º mês, a criança já mostra que é capaz de distinguir entre as pessoas que diariamente convivem com ela e estranhos, pois é comum retrain suas atividades quando alguém se aproxima.</p>	<p>Com cinco meses, começa a apresentar maior atividade física e interesse pelo ambiente; dá mais atenção visual aos objetos que segura. A coordenação olhos-mãos já é suficientemente desenvolvida para conseguir dirigir as mãos em determinado sentido; tenta segurar a mamadeira. Já consegue reconhecer a mãe, reage à expressão de rosto amável e a expressões vocais.</p>	<p>Uma das principais características desta fase é o egocentrismo; a criança tende a relacionar tudo à sua própria experiência. Sua relação com o mundo objetivo é carregada de subjetividade. Portanto, todo o desenvolvimento nesta idade é profundamente impregnado de afetividade, inclusive o crescimento motor e intelectual.</p> <p>NOTA: Controle Esfincteriano: é desaconselhável querer controlar de maneira muito rígida esta função, ou tentar impor um controle prematuro, o que pode traumatizar a criança e ser fonte de desajustamento no futuro. Geralmente o início do treino ocorre por volta de um ano de idade, quando é colocado no urinol duas vezes por dia assim que o adulto percebe a necessidade da criança.</p> <p>Aos 15 meses, começa a cooperar com a evacuação. Usa a palavra em relação ao ato de urinar, mas informa somente depois de ter feito. Aos dois anos, já deve ter adquirido a distinção verbal entre urinar e evacuar. Os acidentes tornam-se raros, principalmente em relação à evacuação. Aos dois anos e meio, já consegue manter-se seca. Aos 3 anos, dorme a noite toda sem se molhar e já assume a responsabilidade de ir ao banheiro.</p>

Fonte: *Programação Socioeducativa* (1973b). Acervo da História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Os quadros apresentados têm fundamentação embasada na teoria piagetiana, a qual pressupõe que os estágios do desenvolvimento são caracterizados em quatro etapas, que obedecem a uma sequência, sendo as aquisições de cada uma delas subestruturas para a aquisição da etapa seguinte. Segundo Piaget (1970), ambientes que restringem oportunidades exploratórias retardam seu desenvolvimento e, por outro lado, ambientes intelectualmente estimulantes o promovem.

Para Cavicchia (2010), a capacidade de organizar e estruturar a experiência vivida vêm da própria atividade das estruturas mentais que funcionam seriando, ordenando, classificando, estabelecendo relações. Os diferentes níveis de expressão dessa lógica são o resultado do funcionamento das estruturas mentais em diferentes momentos de sua construção. “Tal funcionamento, explicitado na atividade das estruturas dinâmicas, produz, no nível estrutural, o que Piaget denomina os estágios de desenvolvimento cognitivo” (p. 3). Esses estágios explicam as etapas pelas quais ocorre a construção do mundo pela criança.

Patto (1977), a respeito das propostas de educação compensatória presentes em programas de tipo preventivo que carecem de bases científicas em sua elaboração, assevera que,

[...] os programas que recebem essa denominação porque visam compensar as deficiências do ambiente de classe baixa na promoção de um desenvolvimento psicológico adequado, podem ser de dois tipos: preventivos e remediativos. A educação compensatória preventiva tem por objetivo impedir que o ambiente em que a criança se desenvolve produza as consequências negativas que costuma produzir. Neste sentido, a educação pré-primária seria utilizada como “antídoto” às influências nefastas dos ambientes pobres de estimulação cognitiva. A partir desta ideia, desenvolveram-se inúmeras experiências de ensino, nas quais as crianças são submetidas a um ambiente enriquecido do ponto de vista da estimulação, principalmente dos três aos seis anos de idade, quando se estabeleceriam as estruturas cognitivas básicas. A educação compensatória remiativa, dada a fase de desenvolvimento em que atinge as crianças, é menos recomendável e seria aplicada sempre que a educação preventiva não tivesse sido oferecida. (PATTO, 1977, p. 51-52)

A meta proposta era a de tornar a creche um ambiente de estimulação que promovesse a construção das estruturas mentais. Com base nesses pressupostos, quanto aos aspectos psicopedagógicos, foram apresentados os seguintes objetivos:

- desenvolver a linguagem como instrumento de comunicação e de raciocínio, através de oportunidades para seu exercício, nos aspectos receptivo e expressivo;
- desenvolver a movimentação, a percepção, o conhecimento do próprio corpo, os sentidos e a criatividade, a fim de propiciar á criança uma prontidão geral, para se adaptar ao mundo que a cerca e uma prontidão específica para a aprendizagem da leitura e da escrita;
- despertar na criança o gosto pela música, desenvolvendo sua sensibilidade;
- levar a criança a assumir gradativamente seu papel no grupo social de forma crítica e construtiva;

- levar a criança a desenvolver hábitos de higiene e o senso de responsabilidade, em relação, a manutenção da ordem e conservação dos objetos, de forma cada vez mais independente;
- levar a criança a desenvolver o raciocínio lógico, realizando certas operações mentais, tais como: relacionar, comparar, classificar, seriar e ordenar;
- levar a criança ao conhecimento do mundo natural que a cerca, iniciando-a em atividades básicas para o trabalho científico. (SÃO PAULO – Município. Programação Psicopedagógica, 1978a, p. 14-20)

A partir desses objetivos, a *Programação Psicopedagógica* (1978a) foi dividida em duas áreas específicas: Afetivo-emocional e Cognitiva. A programação dessas atividades previa os momentos em que as crianças seriam trabalhadas para ter o comportamento esperado, conforme justificativa da proposta apresentada na figura 26:

Figura 26 — Justificativa da Programação

Desta forma, respeitando-se as mesmas diretrizes básicas da primeira programação psicopedagógica apontadas no início desta justificativa, passou-se à reformulação das atividades junto às crianças, especificando-se os conteúdos e comportamentos terminais, para cada grupo de faixa etária, que deverão ser desenvolvidas no período de um ano. Tal fato, tende a possibilitar uma unificação de atuação, maior compreensão do que deve ser trabalhado e atingido em cada grupo, bem como o levantamento dos indicadores de avaliação.

Fonte: *Programação Psicopedagógica* (1978a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Assim, a programação apresentada incorporava aspectos de uma concepção de educação compensatória, detalhando nessas programações cada um dos objetivos em termos de ação que a criança fosse capaz de realizar, visando ao pleno desenvolvimento da criança considerada como carente.

[...] o desenvolvimento por estágios sucessivos realiza em cada um desses estágios um patamar de equilíbrio constituindo-se em degraus em direção ao equilíbrio final: assim que o equilíbrio é atingido num ponto, a estrutura é integrada em novo equilíbrio em formação. Os diversos estágios ou etapas surgem, portanto, como consequência das sucessivas equilibrações de um processo que se desenvolve no decorrer do desenvolvimento. (CAVICCHIA, 2010, p. 1).

O texto prossegue detalhando cada um dos objetivos, conteúdos e comportamentos terminais esperados, com extrema formalidade, evidenciando pouca flexibilidade ou autonomia dos funcionários que atuavam com as crianças e, ao mesmo tempo, supondo que as

coisas não aconteciam na realidade como estava prescrito nessas programações. Outro ponto observado na programação era o controle que os adultos deveriam ter sobre as crianças.

Desse modo, a *Programação Psicopedagógica* (1973c) implantada desde o ano de 1972 tinha como objetivos gerais proporcionar o desenvolvimento de um programa educacional, possibilitando à criança um desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades sociais, físicas, afetivo-emocionais e intelectuais, e ainda proporcionar um programa educacional de tipo compensatório, para corrigir as omissões apresentadas pela criança culturalmente carenciada, anulando a defasagem entre sua idade cronológica e o nível de desenvolvimento em que se encontrava.

Dessa forma, as áreas e atividades da *Programação Psicopedagógica* (1978a) a serem trabalhadas foram as mesmas publicadas quando da primeira *Programação Psicopedagógica* (1973c): Área de Comunicação e Expressão, Área de Iniciação às Ciências e Área de Integração Social. A programação para o Berçário compreendia as necessidades da criança nos primeiros meses de vida e a importância da estimulação em seu desenvolvimento. Estas três áreas, porém, não eram trabalhadas em todos os grupos, tentando-se obedecer tanto o desenvolvimento da criança quanto o grau de complexidade das áreas.

Para as turmas do Minigrupo (1 ano e 6 meses a 2 anos e 6 meses), Maternal I (2 anos e 6 meses a 3 anos e 6 meses), deveriam ser trabalhadas as seguintes áreas: Atividades de Expressão Oral, Atividades de Desenvolvimento Motor, Atividades de Iniciação Musical, Atividades de Vida Prática. Nas turmas do Maternal II (3 anos e 6 meses a 4 anos e 6 meses) e no Jardim (4 anos e 6 meses a 6 anos), seriam acrescentadas as Áreas de Matemática e Ciências Naturais.

Cada área dessa programação foi subdividida em atividades a serem trabalhadas como exemplificado nos quadros a seguir:

Quadro 10 — Área de Comunicação e Expressão – Minigrupo (1 ano e 6 meses a 2 anos e 6 meses)

<i>Atividades</i>	<i>Objetivos Gerais</i>	<i>Exemplos</i>
<i>Atividades de Expressão Oral</i>	<i>Desenvolver a linguagem como instrumento de comunicação e de raciocínio, por meio de oportunidades para seu exercício, em seus aspectos receptivo e expressivo.</i>	<i>Conteúdo: Conhecimento de Objetos</i> <i>Exercícios de Identificação: Apresentação do objeto nomeando-o para que depois a criança o identifique. Exemplo: <u>Mão</u>. Pega-se a <u>mão</u> da criança e fala-se: - Olha a <u>mão</u> da Maria. Como é bonita a <u>mão</u> da Maria! Olha a <u>mão</u> da tia Josefa. Devem-se pegar várias vezes a <u>mão</u>, nomeando-a.</i>
<i>Atividades de Desenvolvimento Motor</i>	<i>Desenvolver a movimentação, a percepção, o conhecimento corpo, os sentidos e a criatividade, a fim de propiciar à criança uma prontidão geral, para se adaptar ao mundo que a cerca e uma prontidão específica para a aprendizagem da leitura e escrita.</i>	<i>Conteúdo: Esquema Corporal</i> <i>Exercícios de Identificação: Pedir à criança que apalpe e nomeie as partes do seu corpo (a tia deve nomear junto): exercícios em que a criança deve obedecer pequenas ordens; colocar a mão nas partes do próprio corpo. Exemplo; coloque a mão no nariz, coloque a mão no pé. Técnica do espelho: a pajem coloca-se à frente das crianças e realiza os movimentos, levando-as a imitá-la. Exemplo: abrir e fechar os olhos. Pôr a língua para fora e para dentro, balançar a cabeça, bater palmas, movimentos com os braços, pernas, tronco e mãos.</i>
<i>Atividades de Iniciação Musical</i>	<i>Despertar na criança o gosto pela música, desenvolvendo sua sensibilidade.</i>	<i>Conteúdo: Ouvir Sons, Conhecer Sons, Descobrir Sons.</i> <i>Exercícios de Identificação: Cantar músicas para as crianças. Sentar as crianças numa roda e cantar. Cantar alegre e animado, olhando para todas as crianças, mostrando que é para elas que se está cantando.</i>
<p><i>Observação: Dentro destas atividades foram, englobadas as atividades de: motricidade geral e fina, artes plásticas e estimulação sensorial, que, na primeira Programação Psicopedagógica, eram atividades distintas.</i></p> <p><i>Comportamentos terminais esperados: A criança deverá “realmente” acompanhar e perceber a direção de sons: ou olhando na direção, ou andando atrás de quem produz o som, ou virando o corpo, ou procurando de onde vem o estímulo sonoro. Deverá imitar sons com sua voz, quando os mesmos forem demonstrados a ela. Poderão ser feitos: sons de animais, de instrumentos simples (tambor – chocalhos) ou sons do ambiente. Identifique todo o vocabulário levantado para este grupo; objetos pelo nome e pelo uso. Espera-se que a criança já consiga obedecer três ordens (individualmente e coletivamente).</i></p>		

Fonte: Programação Psicopedagógica (1978a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 11 — Área de Integração Social. Maternal I (2 anos e 6 meses a 3 anos e 6 meses)

<i>Atividades</i>	<i>Objetivos Gerais</i>	<i>Exemplos</i>
<i>Atividades de Integração Social</i>	<i>Levar a criança a assumir gradativamente seu papel no grupo social, de forma crítica e construtiva.</i>	<p><i>Conteúdo: Nome e Função das Tias</i></p> <p><i>Exercícios de Identificação: Visita com pequenos grupos de crianças a todas as dependências da creche, observando o trabalho das tias responsáveis: cozinheiras, lavadeira, enfermeira, pajens, professoras, administradoras. Nestas visitas estimular as crianças a perguntarem sobre o trabalho de cada pessoa.</i></p>
<i>Atividades de Vida Prática</i>	<i>Levar a criança a desenvolver hábitos de higiene e senso de responsabilidade em relação, à manutenção da ordem e da conservação dos objetos, de forma cada vez mais independente.</i>	<p><i>Conteúdo: A pajem ou a professora deverá aproveitar todas as oportunidades que surgirem, para o treino dos seguintes comportamentos na criança: colocar chave na fechadura (sem trancar), escovar os dentes, por a roupa e o sapato (sem dar laços), pentear o cabelo, varrer locais variados e tirar o pó da sala, arrumar a sala, lavar frutas, colocar a roupa na sacola, abotoar a roupa, enxugar os pratos e canecas (inquebráveis), começar a se lavar sozinho, dar recados, recolher colchões, retirar o lixo.</i></p>
<i>Comportamentos terminais esperados: Saber o nome de pelo menos quatro crianças, das tias (pajem e professora) de seu grupo, conseguir localizar e verbalizar pelo menos três dependências da creche, falar a respeito de pelo menos três pessoas que trabalham na creche, além das tias do grupo. Comer sozinho, pedir para utilizar o pinico, pedir água, guardar os brinquedos e/ou roupa na sacolinha, lavar e enxugar as mãos, tomar banho sozinho, ajudar em pequenas tarefas.</i>		

Fonte: Programação Psicopedagógica (1978a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 12 — Área de Iniciação às Ciências (Maternal II e Jardim)

<i>Atividades</i>	<i>Objetivos Gerais</i>	<i>Exemplos</i>
<i>Atividades de Matemática</i>	<i>Levar a criança a desenvolver raciocínio lógico, realizando certas operações mentais, tais como: relacionar, comparar, classificar, seriar e ordenar.</i>	<p><i>Conteúdo: Trabalho com Blocos Lógicos</i></p> <p><i>Exercícios de Identificação: Conhecer as três cores dos blocos lógicos e reconhecê-las nos objetos que a rodeiam, verbalizando-as; conhecer o triângulo, o círculo e o quadrado, reconhecendo-os nos objetos que a cercam (sem necessidade de verbalização correta), classificar os blocos lógicos nos seus atributos: cor e forma, seriar os blocos lógicos à vista de modelos. Desenvolver os conceitos de: longe – perto, em frente – atrás, de um lado – do outro.</i></p>
<i>Atividades de Ciências Naturais</i>	<i>Levar a criança ao mundo natural que a cerca, iniciando-a em atividades básicas para o trabalho científico.</i>	<p><i>Conteúdo: Alimentação (verduras, frutas, higiene dos alimentos)</i></p> <p><i>Exercícios de Identificação: As crianças já deverão ter visto em atividades de jardinagem que algumas plantas servem para comer. Retomar as diferenças entre frutas e verduras; levantar mediante conversinhas, todas as frutas que as crianças conhecem; a pajem diz para as crianças: “toda vez que eu disser o nome de uma fruta vocês batem palmas. Se não for fruta, fiquem quietinhas. Ex: banana, margarida, sapato, pera, uva, laranja”.</i></p>
<p><i>Comportamentos terminais esperados: que a criança consiga frente a diversos elementos juntar pelo paladar, pelo olfato os iguais e os diferentes; que seja capaz de responder a perguntas simples, envolvendo manhã, tarde e noite; frente a gravuras com bonequinhos, vestidos de acordo com o tempo (frio, calor, chuva); a criança deverá ser capaz de dizer, da adequação de cada uma das roupas ao tempo; que a criança seja capaz de dar dois elementos básicos para o crescimento das plantas e dar o nome de três frutas, recebendo como informação o nome de uma fruta. Reúna objetos diferentes, de acordo com seus atributos: espécies diferentes, cor e forma; compare objetos de diferentes tamanhos, usando expressões como: é maior que, é menor que, é diferente. Identifique, verbalizando, objetos de cores diferentes (vermelho, azul e amarelo) e reconheça o triângulo, o quadrado e o círculo, executando ordens. Relacione conjuntos, dizendo onde há mais, menos e igual quantidade de elementos; ordene objetos de acordo com a cor, tamanho, textura e transparência, verbalize e escreva o número correspondente ao lado de conjuntos com zero, um dois e três elementos.</i></p> <p><i>Observação: No caderno de exercícios gráficos, são oferecidas sugestões de exercícios gráficos de Matemática. Estes exercícios servirão de ponto de partida para a criatividade das professoras no planejamento das atividades.</i></p>		

Fonte: Programação Psicopedagógica (1978a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

O trabalho com as crianças era organizado a partir das atividades e dos objetivos estabelecidos pela programação, separados por áreas, que poderiam ser desenvolvidas de formas variadas; atividades individuais ou em grupo, livres ou dirigidas, fora ou dentro da sala. As atividades gráficas sucediam as atividades com os materiais concretos. As atividades sugeridas eram relacionadas à escrita, matemática, artes plásticas (desenho, pintura, colagem) e vida prática. Havia uma sequência fixa de atividades que ocorriam durante a permanência da criança na creche.

As atividades da vida prática eram os momentos em que as crianças realizavam tarefas individualmente ou em grupo, como varrer a sala, passar pano no chão e sobre as mesas, lavar as mãos, escovar os dentes, calçar e amarrar os sapatos.

Ao final da *Programação Psicopedagógica* (1978a), havia uma seção dedicada a Programação para o Berçário. Essa programação tinha como objetivo a estimulação da criança por meio de uma programação integrada de educação e saúde. A estimulação cognitiva, sensório-motora e de linguagem deveria ser feita ao mesmo tempo em que a criança fosse alimentada e cuidada, física e afetivamente; para isso, caberia ao adulto responsável pelo atendimento à criança conceder-lhe atenção mais individualizada, enfatizando assim a ligação afetiva (p. 172).

O documento orientava que o ambiente físico do berçário deveria ser arejado e bem iluminado. Além disso, deveria ser um ambiente que apresentasse estímulos para a criança, mas de maneira organizada e sem exageros.

As paredes dos berçários, assim como, os berços e quadrados, na medida do possível, deveriam ser pintados na cor azul. Esse tom era o mais indicado, pois não causava irritabilidade à criança. Em cores vivas e contrastantes com o fundo azul, seriam colocados os móveis, cartazes, entre outros recursos necessários para a estimulação dos bebês.

Essa programação para o trabalho desenvolvido no Berçário descrevia uma proposta de estimulação infantil com ênfase nos seguintes aspectos: motor, linguagem, sensorial, socioemocional para os bebês de até 4 meses, de 4 a 7 meses, de 7 a 12 meses e de 12 meses em diante. Após essa descrição eram apresentados os quadros de testagem, controle e avaliação.

O quadro disponível na programação baseava-se em roteiro indicativo do desenvolvimento da criança, visando simplificar e tornar mais objetivo o trabalho de testagem, controle e avaliação, conforme especificado no quadro a seguir:

Quadro 13 – Roteiro indicativo do desenvolvimento da criança

<i>Ao final dos 4 meses</i>	<i>Ao final dos 7 meses</i>	<i>Ao final dos 12 meses</i>	<i>Ao final dos 18 meses</i>
<p><i>Sorrir em resposta a um estímulo externo;</i></p> <p><i>Emitir um riso que seja diferente de um sorriso (por exemplo, uma gargalhada);</i></p> <p><i>Seguir um objeto com o olhar em 180°;</i></p> <p><i>Manter o olhar fixo em um objeto colocado a sua frente;</i></p> <p><i>Unir as mãos, na altura da linha mediana;</i></p> <p><i>Conseguir segurar um objeto com a mão, em movimento global de preensão;</i></p> <p><i>Focalizar sons;</i></p> <p><i>Voltar-se para a direção de um som que esteja fora de seu campo visual;</i></p> <p><i>Manter-se de bruços, apoiada nas mãos ou antebraços, com a cabeça ereta;</i></p> <p><i>Sentar-se com apoio, mantendo a cabeça ereta;</i></p> <p><i>Quando puxada da posição deitada para a sentada, acompanhar o balanceio da cabeça;</i></p> <p><i>Rolar de uma posição para outra e manter algum peso do corpo sobre as pernas.</i></p>	<p><i>Reconhecer o adulto com o qual mantém uma relação mais próxima;</i></p> <p><i>Conseguir alimentar-se levando com a mão um alimento à boca (por exemplo, biscoito);</i></p> <p><i>Ter a noção de continuidade de uma atividade e do “pertencer” dos objetos: resiste quando se retira algo com o que está brincando;</i></p> <p><i>Ter o conceito de permanência de objetos. Por exemplo: responde de alguma maneira ao jogo de esconde-esconde, ou quando se retira um objeto que esteja à sua frente;</i></p> <p><i>Movimentar o corpo globalmente para alcançar um objeto fora de seu alcance (por exemplo, estendendo o tronco, arrastando-se ou mesmo engatinhando);</i></p> <p><i>Conseguir passar um objeto de uma mão para outra;</i></p> <p><i>Conseguir pegar um objeto pequeno com movimento de preensão do polegar em oposição aos demais dedos;</i></p> <p><i>Emitir sons cuja forma é inespecífica. Por exemplo: da-da, ta-ta, etc.;</i></p> <p><i>Responder incorretamente, porém de forma imitativa, a sons e movimentos emitidos pelo adulto;</i></p> <p><i>Manter-se de pé, com apoio ou segurando-se, por alguns instantes e manter-se sentado sem apoio, e tentando sentar-se por si só.</i></p>	<p><i>Bater palminhas;</i></p> <p><i>Bater dois objetos um contra o outro;</i></p> <p><i>Indicar o que deseja por meio de qualquer tipo de comunicação, que não o choro;</i></p> <p><i>Conseguir relacionar-se com o adulto, respondendo às brincadeiras (por exemplo, bola);</i></p> <p><i>Beber na caneca ou copo com o auxílio do adulto;</i></p> <p><i>Pegar um objeto pequeno com movimento de pinça;</i></p> <p><i>Responder de alguma forma quando chamada pelo nome;</i></p> <p><i>Emitir sons de forma específica: mama, papa, etc.;</i></p> <p><i>Engatinhar bem e rapidamente;</i></p> <p><i>Ficar de pé sem apoio por alguns instantes e conseguir andar com apoio ou segurando-se nos móveis.</i></p>	<p><i>Alimentar-se por si só, mesmo que deixando cair;</i></p> <p><i>Ajudar o adulto em tarefas simples (por exemplo, guardar objetos);</i></p> <p><i>Ajudar a despir-se;</i></p> <p><i>Garatujar espontaneamente;</i></p> <p><i>Fazer uma torre com dois ou mais cubos grandes;</i></p> <p><i>Conseguir tirar objetos pequenos de um recipiente (por exemplo, por conta de uma caixinha);</i></p> <p><i>Possuir um vocabulário de mais ou menos 10 palavras e, eventualmente combinar 2;</i></p> <p><i>Apontar pelo menos 3 partes do corpo;</i></p> <p><i>Atender à solicitação simples do adulto (por exemplo, “venha aqui”);</i></p> <p><i>Andar bem;</i></p> <p><i>Quando cair, levantar-se sozinha;</i></p> <p><i>Subir escada engatinhando e tentar chutar uma bola.</i></p>

Fonte: *Programação Psicopedagógica* (1978a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Para a efetivação da *Programação Psicopedagógica* (1973c), a *Programação Socioeducativa* (1973b) abrangia ainda a Área de Serviço Social e tinha por objetivos envolver a família no processo socioeducativo de seus filhos, e criar na comunidade uma nova mentalidade a respeito do problema do menor carente.

Junto à família, pretendia desenvolver programas que propiciassem a adoção de novos padrões de convivência familiar, contribuindo assim para sua socialização. A programação na *Área de Serviço Social* (1974b) pretendia motivar e capacitar a comunidade para participar dinamicamente do atendimento à infância e à família, seja colocando à disposição equipamentos para atividades socioeducativas, seja nucleando voluntários que, devidamente treinados pelas equipes das creches, poderiam orientar essas atividades junto a outros grupos locais. Por conseguinte, os Centros Infantis Integrados teriam um efeito multiplicador.

Desse modo, a programação estabelecida para o Serviço Social visava não só a modificação do conceito em que esse tipo de unidade servia “apenas para guardar a criança” (s/p), enquanto a mãe trabalhava, mas também o de envolver a família no processo socioeducativo de seus filhos, conscientizando-a dessa necessidade. Para isso, previa-se o desenvolvimento de um programa de socialização da família para assumir novos padrões de convivência familiar frente a uma sociedade urbanizada. No entanto, objetivava-se que o relacionamento dos Centros Infantis Integrados com os recursos da comunidade fosse efetivo, propiciando a participação no programa de atendimento à infância e envolvendo a comunidade a uma atuação mais extensa junto à população infantil.

Nesse sentido, e com a finalidade de garantir o controle e a avaliação das atividades, foi relacionada junto à programação uma série de anexos “com vistas a subsidiar a ação técnica, como ponto de referência para o desenvolvimento da programação” (SÃO PAULO, Programação de Serviço Social, 1974b, p. 2). Esses documentos compreendiam: Carta de Esclarecimento aos Pais sobre o Regulamento do Centro Infantil Integrado, Ficha de Matrícula, Roteiro para Estudos de Caso, Roteiro para Visita Domiciliar, Modelos de Encontros Familiares, Temas Básicos como Proposta para Discussão e Reflexão nas Reuniões dos Grupos.

Nas figuras 27 e 28, foram selecionados dois documentos: a Carta do Centro Infantil Integrado direcionada aos pais e duas páginas do Roteiro para Visita Domiciliar.

Figura 27 — Carta aos pais sobre as normas do Centro Infantil Integrado

CARTA DE ESCLARECIMENTO AOS PAIS SOBRE O REGULAMENTO DO CENTRO INFANTIL

PREZADOS PAIS

Para seu filho aproveitar bem tudo o que o Centro Infantil tem para lhe oferecer, é importante que vocês conheçam o nosso regulamento e colaborem para com o bom funcionamento do Centro Infantil.

1. Será fixada, para cada família, uma mensalidade que esteja de acordo com sua situação econômica.
2. A criança deve trazer ao Centro Infantil uma sacola de pano, com seu nome marcado, contendo: uma muda de roupa e um saco plástico para roupas molhadas.
3. Deve chegar ao Centro Infantil entre e hs: se entrar atrasada, atrapalhará todo o andamento das atividades do dia.
4. A mãe deve informar à atendente de enfermagem como a criança passou a noite ou o fim de semana; caso apresente problemas a atendente receberá a criança ou orientará a mãe para levá-la ao médico. É função da atendente, também, avisar a mãe quando deve atualizar a vacinação de seus filhos.
5. A partir das as crianças podem ser retiradas do Centro Infantil. O horário de saída se encerra às Não se atrase; o pessoal do Centro Infantil merece que seja respeitado seu horário de trabalho.
6. A pajem informará a mãe sobre o dia de seu filho no Centro Infantil, caso tenha acontecido alguma coisa de especial.
7. Mas, para você saber tudo sobre o dia de seu filho no Centro Infantil, assim como conversar com os outros pais e com o pessoal do Centro Infantil sobre como cuidar dele em casa, há reuniões quinzenais para todos os pais e mães. Compareça. O Centro Infantil só será um lar para seu filho na medida em que nós, Centro Infantil e Família, trabalharmos juntos.

Fonte: *Programação de Serviço Social* (1974b, p. 31). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Figura 28 — Roteiro para visita – Programação de Serviço Social (1974)

ANEXO 4

ROTEIRO PARA VISITA DOMICILIÁRIA

NOME DA CRIANÇA _____ DATA _____

CI _____ Entrevistador _____

Endereço _____ Bairro _____

Município _____

1. NÚMERO DE PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA

Adultos ()

Crianças ()

2. NÚMERO TOTAL DE CÔMODOS ()

Especificar _____

3. UTILIZAÇÃO

Unifamiliar () Coletiva ()

4. PAREDE

Alvenaria () Barro () Madeira () Outro ()

5. PISO

Madeira () Tijolo () Cimento () Barro () Outro ()

6. NÚMERO DE CAMAS POR CÔMODO - NÚMERO DE PESSOAS POR CAMA

COMODO	NÚMERO DE CAMAS	PESSOAS/CAMA

(frente)

(verso)

13. HIGIENE GERAL DA CASA

suja () regular () limpa ()

Justifique sua avaliação: _____

14. BRINQUEDO

A Criança Brinca:

dentro de casa () no quintal ()

não tem lugar para brincar ()

Se não há lugar para Brincar, onde ela Brinca ?

na rua () na casa de outras pessoas ()

é levada ao parque () é proibida de brincar fora ()

A Criança tem Brinquedos

sim () não () Quais? _____

Qual é a Origem dos Brinquedos?

comprados () dados () feitos em casa ()

Com quem a Criança Brinca?

com irmãos () com vizinhos () outros () com ninguém ()

Qual é o Estado dos Brinquedos?

bom () regular () quebrados ()

Fonte: *Programação de Serviço Social* (1974b, p. 36 e 39). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Esses documentos eram entregues às famílias, outros preenchidos pelos técnicos durante a visita ou no momento da matrícula. Eram utilizados para coleta de dados para posteriormente descrever e traçar um perfil das condições sociais e econômicas das famílias

que buscavam o atendimento da creche. O principal indicador era estabelecido a partir da renda traduzida nos valores da remuneração mínima que a lei estabelecia para as diferentes faixas etárias da população economicamente ativa. O documento não mencionava a realização de uma análise crítica ou reflexão por parte dos técnicos a respeito dos dados coletados por meio dessas fichas.

Desta forma, constatava-se a proporção de famílias que, não tendo alcançado nem sequer os níveis instituídos de renda mínima, ficavam relegadas a padrões de vida ainda inferiores, sem possibilidade de acesso aos valores materiais e não materiais, necessários a um desejável bem-estar.

As diretrizes para o trabalho nas creches expressas nas programações publicadas pela Secretaria do Bem-Estar Social foram construídas visando prevenir o fracasso escolar e compensar as carências apresentadas pelas crianças.

Patto (2013) alerta-nos sobre essa teoria:

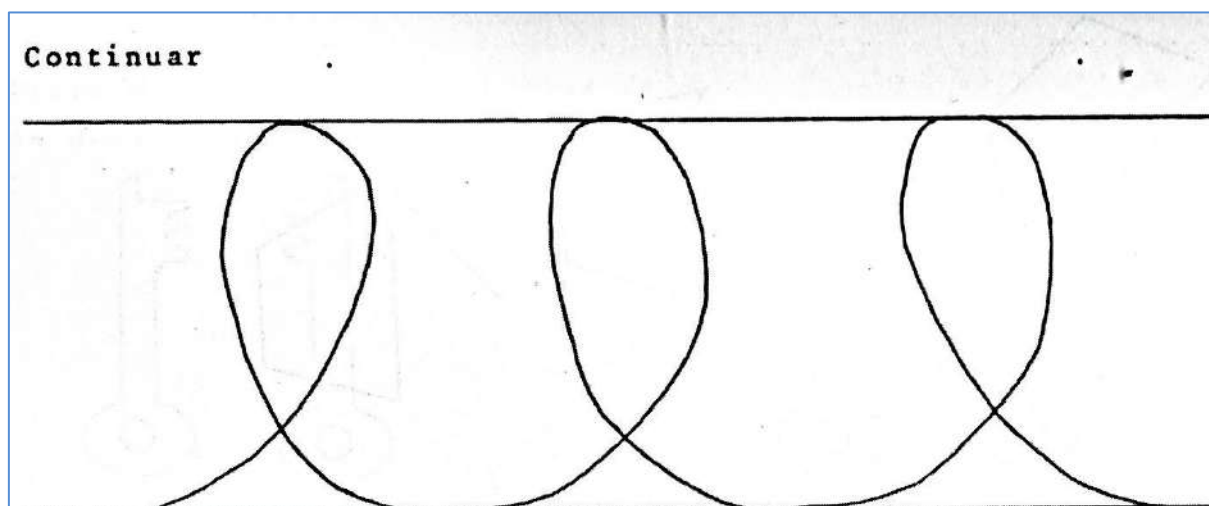
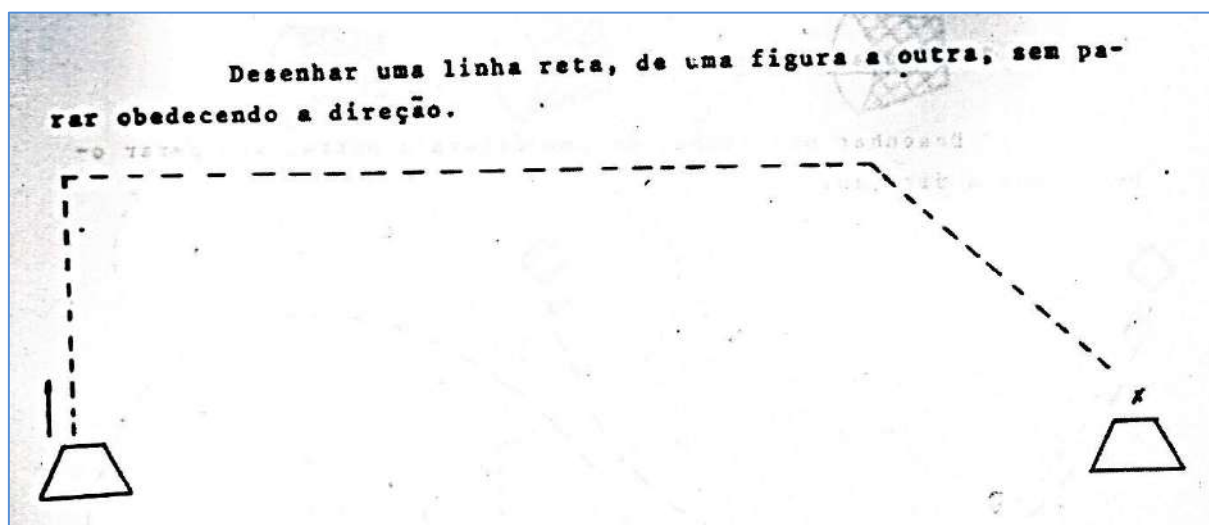
Foi, portanto, na convergência de concepções racistas e biológicas sobre o comportamento humano e as desigualdades sociais e de um ideário político liberal que a educação brasileira foi pensada e planejada nos anos que antecedem a existência de uma genuína política educacional no país. Em outras palavras, foi no fogo cruzado de preconceitos e estereótipos sociais, cientificamente validados, e do ideal liberal da igualdade de oportunidades que se geraram ideias que interferiram nos rumos da política, da pesquisa e das práticas educacionais. (PATTO, 2013, p. 115).

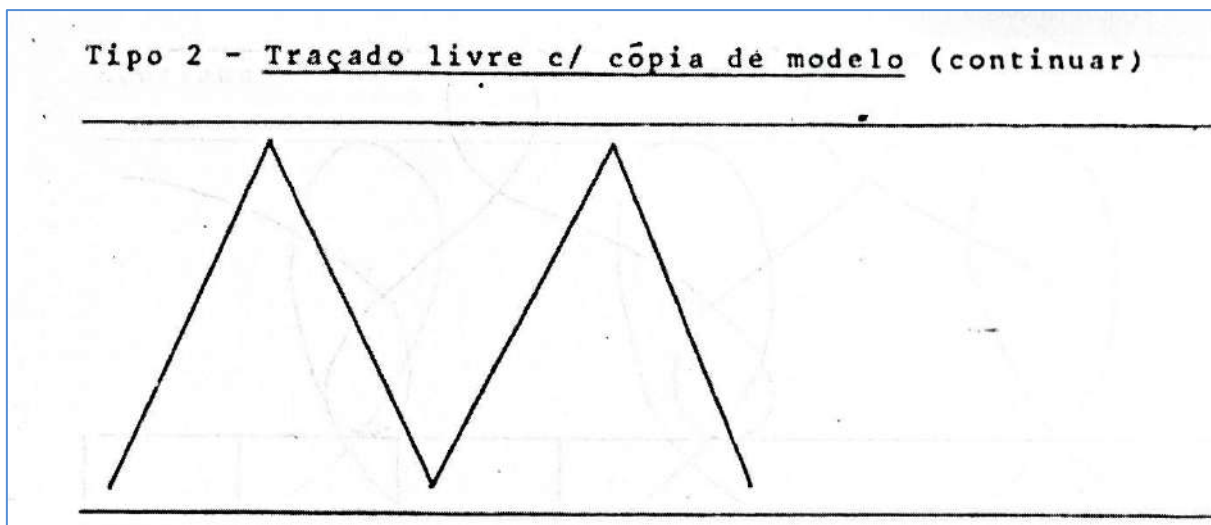
Realizados os estudos em relação às carências apresentadas pelas crianças e suas famílias, os documentos publicados pelos projetos Centros Infantis Integrados acrescentavam aos objetivos já apresentados uma proposta voltada para o desenvolvimento motor, efetivada com a publicação do *Caderno de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a). Tratava-se de um caderno composto por três partes. A primeira parte compreendia os exercícios psicomotores gráficos, num total de quatro séries distintas, apresentadas em ordem crescente de dificuldade. Desta forma, a criança somente deveria passar de uma série para outra quando satisfeitos os comportamentos terminais da série anterior. A segunda parte envolvia alguns conceitos matemáticos, perfazendo um total de quinze séries. A terceira era um caderno de jogos recreativos.

Na apresentação do documento, havia uma nota esclarecedora de que tais exercícios eram apenas sugestões; portanto, deveriam ser complementados pela professora. A aplicação dos exercícios deveria ser associada às áreas da *Programação Psicopedagógica*: expressão oral, desenvolvimento motor, Matemática e integração social. Os exercícios gráficos iniciavam-se no jardim e deveriam ser administrados, respeitando-se o ritmo de cada criança.

A ritualização dos exercícios é a característica predominante da programação presente no caderno. No conjunto de imagens da figura 29, e em outras orientações de atividades do documento, o caráter predominante era o da orientação passo a passo. À professora, caberia reproduzir a tarefa, empenhando-se em fazer a criança cumprir cada etapa planejada. Há, ao longo da programação, uma preocupação com o preparo da criança para as atividades de escrita enquanto produção de traços e símbolos:

Figura 29 — Exercícios de Coordenação Motora





Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância.
Fundação Carlos Chagas.

Este documento defende o trabalho de preparação para a alfabetização baseado no treino, na repetição, ou seja, subsidia uma ação pedagógica de cunho preparatório, preocupada principalmente com a alfabetização caracterizada pela antecipação das atividades tipicamente escolares.

Portanto, sendo um único processo linearmente descrito em estágios que naturalmente se sucedem, a aprendizagem deveria ser concretizada a partir de uma programação de atividades feitas pelo professor com base nos objetivos propostos pelos técnicos da secretaria.

Para complementar as atividades do *Caderno de Exercícios Gráficos* (1974d, 1978b e 1981a), era apresentado na segunda parte da programação o *Caderno de Jogos Recreativos*. Tratava-se de um roteiro que oferecia um total de cinco jogos com uso de bola, dez jogos ativos, onze jogos moderados, cinco jogos de correr, doze jogos de competição de grupos e dois jogos de atividade motora moderna, conforme os exemplos apresentados a seguir:

Figura 30 — Jogo com bola

BOLA NA CESTINHA

Material:

Uma bola

Preparação:

As crianças dispõem-se em uma fileira, com exceção de duas que, a uma certa distância do grupo, formam a "cesta" (dão-se as mãos mantendo os braços bem abertos). A primeira da fileira recebe a bola.

Desenvolvimento:

Para iniciar o jogo, a primeira criança tenta atirar a bola dentro da cesta. Acertando, vai colocar-se no fim da fila; se erra troca de lugar com uma das companheiras que formam a cesta. Depois de todas as crianças terem uma oportunidade, a professora pode afastar a cesta um pouco mais do grupo.

Objetivos Educacionais Específicos:

Habilidade em atirar a bola num alvo fixo - auto-domínio - cooperação.

Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância.
Fundação Carlos Chagas.

Figura 31 — Jogo Ativo

COELHOS NA TOCA

Preparação:

As crianças são numeradas por três e assim agrupadas. Em cada trinca, duas formam (de mãos dadas) uma "toca", enquanto a terceira coloca-se entre elas, a representar um "coelho". As tocas devem ficar afastadas umas das outras, dispondo-se no centro do campo um coelho sem toca. O jogo é realizado em três etapas: na primeira, os números 2 representam os coelhos, na segunda representam-nos os de número 1 e na terceira os de número 3.

Desenvolvimento:

Ao sinal da professora, todos os coelhos tem que trocar de toca. Entrementes, o do centro aproveita a ocasião para abrigar-se numa delas. Evidentemente, sobra sempre um coelho sem toca, repetindo-se a ação a cada novo sinal.

A brincadeira continua assim até terminar a primeira etapa, quando as crianças de número 1 passam a ser coelhos, o mesmo sucedendo, depois de algum tempo, às de número 3.

Objetivos Educacionais Específicos:

Habilidade na corrida - iniciativa - cooperação - auto-domínio (manter a formação) - rapidez de reação - boa atitude na mudança de papel.

Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância.
Fundação Carlos Chagas.

Figura 32 — Jogo Moderado

JOGO DO SILÊNCIO

Preparação

As crianças ficam de joelhos, em roda. No centro do grupo está um "guarda", na mesma posição, com a cabeça baixa entre as mãos.

Desenvolvimento:

Para iniciar, a professora chama com um aceno uma criança, mandando-a tentar aproximar-se do guarda, na ponta dos pés, sem fazer o menor ruído. Se ela o consegue, troca de lugar com ele. Caso faça barulho, deve voltar ao lugar original. Várias crianças são solicitadas até se conseguir um substituto para o guarda, recomeçando então a brincadeira.

Objetivos Educacionais Específicos:

Iniciativa - habilidade de se deslocar em silêncio - auto-domínio (para não fazer ruído) - cooperação (manter-se quieto no grupo) - alegria em brincadeira tranqüila.

Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Figura 33 — Jogo de correr

LENÇO ATRÁS

Formação:

Jogadores em círculo voltados para o centro e ligeiramente afastados. Fora fica um que tem em mão um lenço.

Desenvolvimento:

Passeando ao redor do círculo, ele deixa cair o lenço atrás de um jogador. Este, se percebe, apanha-o e corre em perseguição do companheiro que procura ocupar o lugar vago. Se isto acontece, o que foi deslocado deixa o lenço cair atrás de outro, continuando o brinquedo. Se não percebe, e o primeiro ao completar a volta, apanha o lenço, fica no "chôco", isto é, vai para o centro. Também recebe a pena de ir para o "chôco" o que jogou o lenço, quando, ao correr para tomar o lugar vago, é batido pelo companheiro que traz o lenço. Quem vai para o centro só pode sair do "chôco" quando:

1. apanha o lenço jogado ao chão e manda para o "chôco" aquele que devia apanhar o lenço;
2. algum jogador, tendo cometido as falhas acima referidas, vai substituí-lo no "chôco".

Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Figura 34 — Jogo de Competição de Grupos

CHICOTE QUEIMADO

Formação:
Grupo fica no pique. Tira-se a sorte para ver quem esconde o chicote, lenço no qual se dá um nó.

Desenvolvimento:
Este afasta-se do grupo, esconde o chicote e grita: "Chicote queimado". Todos os outros partem à procura do chicote, enquanto o primeiro vai dizendo fulano, ou beltrano está gelado, muito frio, morno, quente, muito quente, orientando os companheiros em direção ao esconderijo. Grita: "Está fervendo" quando alguém descobre o chicote; todos correm para o pique, perseguidos pelo que o achou. Este vai batendo com o chicote nos que alcança.

Quem achou tem a vez de esconder o chicote.

Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Figura 35 — Jogo de atividade motora moderna

BOM DIA

Formação:
De mãos dadas, as crianças formam um círculo.

No interior deste permanece um jogador com os olhos vedados.

Desenvolvimento:
A roda se movimenta até que o jogador do centro bate com o pé no chão. Este aponta para o círculo e o jogador indicado diz: "Bom dia!". O do centro reconhecendo o companheiro diz seu nome. Caso erre, pode tentar mais duas vezes. Acertando, o que for apontado ocupa o centro e o outro o substitui na roda. Do contrário, repete-se o jogo com o mesmo no centro.

Fonte: *Caderno de Exercícios Gráficos* (1978b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

O trabalho com os Jogos Recreativos estavam centrados em atividades como: os jogos cantados – brincadeiras de roda, de movimento, de imitações, alguns com marcha e acompanhadas de melodias, os jogos organizados em grupos, na maioria de competição e outros com os brinquedos.

A concepção do papel do professor que se constrói a partir dessa análise é a de um profissional cuja capacidade está em reproduzir os exemplos prescritos e recriar situações para atender aos objetivos dessa proposta de atendimento.

O que diferencia os tempos pré-escolares dos escolares é que os primeiros incluem o brincar, o descanso, as necessidades de cuidados e de higiene pessoal, temas que não aparecem nos horários escolares. Mesmo os tempos livres, como os dos recreios, são atravessados por instrumentos de vigilância e de organização, que não os diferenciam substancialmente dos tempos institucionais. (BARBOSA, 2006, p. 143)

Havia ainda na programação do berçário, psicopedagógica e no caderno de jogos, um passo a passo para confecção de brinquedos com sucata. O *Manual de Orientação Técnica e Administrativa* (1974e e 1978c) oferecia exemplos de brinquedos a partir de uma lista por agrupamentos, para serem adquiridos pelas creches e outros tipos de brinquedos que deveriam ser confeccionados pelas creches (quadro 14).

A oferta de materiais diversificados, adequados às crianças, é um elemento que favorece a ampliação das atividades presentes em uma rotina. Dessa forma, de acordo com os materiais oferecidos às crianças, pode-se construir diferentes tipos de rotinas.

Quadro 14 — Lista de Materiais necessários para os momentos de jogos e brincadeiras nas creches

Berçário	Maternal	Material de Jardinagem	Jogos de Construção	Material Sensorial
<p>Móveis – 1 para cada berço e cada quadrado (madeira ou confeccionado pela creche);</p> <p>Chocalhos – 1 para cada criança de até 8 meses de diferentes sons – podem ser confeccionados pela creche;</p> <p>Bichos de borracha para morder – 1 para cada criança de até 8 meses;</p> <p>Bichos e Bonecos de diferentes texturas, para apalpar – 1 para cada 4 crianças (podem ser confeccionados pela creche);</p> <p>Bola (grandes e médias) – 1 para cada 4 crianças;</p> <p>“João Bobo” tamanho médio – 1 para cada 12 crianças;</p> <p>Painel Mágico – 1 para cada 8 crianças do berçário maior;</p> <p>Caixas ou latas para superpor – 1 conjunto para cada 6 crianças do berçário maior;</p> <p>Um rolo de espuma revestido de 40 cm de diâmetro por 80cm de comprimento (deve ser confeccionado);</p> <p>Carrinhos, bonequinhos e brinquedos de plástico em geral (devem ser adquiridos pela creche);</p> <p>Brinquedos de puxar e empurrar – 1 para cada 5 crianças do berçário maior (podem ser confeccionados);</p> <p>Objetos para entrar dentro (por exemplo: o próprio quadrado colocado lateralmente, caixas grandes de papelão);</p> <p>Sucata em geral (embalagens vazias, revistas velhas, retalhos de tecido, tampinhas, latas, pedrinhas, fios, pedaços de madeira).</p>	<p>Brinquedos para o Cantinho da Família</p> <p>2 jogos de panelas</p> <p>1 jogo de refresco</p> <p>2 jogos de talheres</p> <p>2 fogões de plástico</p> <p>2 vassourinhas</p> <p>2 rodinhos</p> <p>4 panos de pó</p> <p>2 ferros de passar</p> <p>2 jogos de mobília (dormitório, sala, banheiro, cozinha)</p> <p>2 telefones</p> <p>Jogos de brinquedos masculinos:</p> <p>2 de ferramentas</p> <p>2 de barbeiro</p> <p>2 de marceneiro</p> <p>2 de bombeiro</p> <p>1 de médico</p> <p>1 de dentista</p> <p>Observação: os brinquedos do Cantinho da Família serão usados por todos os grupos e deverão ser substituídos ao quebrarem-se.</p>	<p>6 pás</p> <p>6 regadores</p> <p>6 enxadas</p> <p>6 baldes</p>	<p>3 conjuntos de poli (Marca Estrela);</p> <p>2 jogos monta-tudo (Marca Estrela);</p> <p>3 jogos pequeno arquiteto (Marca Estrela);</p> <p>3 jogos de madeira em forma de T ou H;</p> <p>3 módulos Trol (Trol);</p> <p>3 Tom-Kati (coluna);</p> <p>3 sacos de blocos (retalhos de madeira colorida).</p>	<p>2 conjuntos de blocos lógicos;</p> <p>3 bate estacas;</p> <p>3 pirâmides de tamanho diferentes;</p> <p>6 quebra-cabeças de madeira (de montagem simples para detalhe, de tamanho diferente e de esquema corporal);</p> <p>2 torres de madeira de encaixe;</p> <p>3 passa-passa;</p> <p>2 super-clãs (elefantes ou outro da Saxônia);</p> <p>2 trenzinhos (Saxônia);</p> <p>50 contas;</p> <p>1 boneco de abotoar de animal e de pessoa.</p> <p>Fantoches:</p> <p>Menino</p> <p>Menina</p> <p>Cachorro</p> <p>Gato</p> <p>10 bolas médias</p> <p>10 bolas pequenas</p>

Fonte: *Manual de Orientação Técnico Administrativo* (1974e e 1978c). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas

Outra programação que fazia parte do Projeto Centros Infantis Integrados era a *Programação de Saúde* elaborada nos anos de 1971 e 1972 e publicada em 1973, era um documento com trinta páginas e apresentava os seguintes itens: resumo do treinamento para enfermagem e nutrição, rotinas de saúde, ficha de saúde, observações sobre doenças e intercorrências, cuidados com as crianças, cuidados com o material, orientação para o banho do bebê, orientação para limpeza da creche, ambiente físico, materiais necessários para o funcionamento da creche, pessoal necessário (limpeza, lavanderia, setor de saúde, lactário, cozinha, pajem do lactário), controle de saúde dos funcionários, relatório de avaliação do setor de saúde, medicação, desinfecção da mamadeira, orientação à limpeza e preparo prévio dos alimentos, cardápios, esquema de alimentação do 1.º ao 15.º mês em diante, receitas para o preparo dos diferentes tipos de mamadeiras usadas no Centro Infantil Integrado, orientação para diversificação alimentar, orientação quanto à classificação dos alimentos, nutrientes, transmissão de doenças por meio do alimento contaminado e bibliografia.

A *Programação de Saúde* do Projeto Centros Infantis Integrados (1973a) tinha, por meta a efetiva, implantação do conteúdo programático do setor saúde e nutrição com a finalidade de sistematizar e padronizar a atuação dos técnicos e melhor orientar o pessoal executivo nas creches.

A proposta era apresentada com uma sistematização da fase de treinamento do setor saúde, ou seja, a explicitação em serviço do conteúdo programático que era transmitido numa etapa prévia de informação e demonstração de técnicas a todo o pessoal das creches, para em seguida passar a ser incorporado à rotina diária de serviço, no trato com as crianças. A essa segunda fase, que se chamou de implantação, foi a que se destinaram as padronizações de conduta contidas em toda a primeira parte da *Programação de Saúde* (1973a, p. 05), e que se constituíram numa simplificada e eficiente operacionalização da fase de treinamento.

A segunda parte dessa programação foi toda dedicada à alimentação. Havia uma diferença nítida de enfoques dados à primeira e à segunda parte da *Programação de Saúde* (1973a). A justificativa era mantida, pois, nos procedimentos relativos a cuidados de higiene física e técnicas mínimas de enfermagem preconizadas, supunha-se o conhecimento prévio da utilidade e justificação daquelas técnicas. No que se referia, porém, à nutrição, acreditava-se mais oportuno conservar o caráter didático e informativo, unindo às sistematizações de conduta as noções básicas de educação alimentar, haja vista que a função mais importante da *Programação de Saúde* (1973a) era, além de padronizar condutas práticas, divulgar as noções básicas de educação para a saúde que alicerçavam tais condutas.

Não havia ordenação sequencial nem fio condutor definido nos assuntos enfocados, pois a proposta foi constituída pela simples reunião de fichas de sistematização que eram habitualmente empregadas após a fase de treinamento para a implantação de rotinas, a fim de ajudar a divulgar e a padronizar condutas para a manutenção e promoção da saúde das crianças nas creches, e, a partir da formação e esclarecimento do pessoal de serviço, da educação para a saúde das famílias e da comunidade.

A proposta da *Programação de Saúde* (1973a) objetivava a manutenção e a promoção da saúde das crianças, bem como a educação para a saúde de seus próprios membros e, por intermédio deles, das famílias e da comunidade atendida pelo Centro Infantil Integrado.

Pretendia, também, elevar o padrão de alimentação por meio de racionalização e balanceamento dos alimentos, usando a criança para sensibilizar a família e a comunidade para noções de higiene e educação alimentar. Os alimentos deveriam ser preparados de acordo com as necessidades diárias das crianças, conforme a sua faixa etária, de 0 a 6 anos.

O programa alimentar previa cinco refeições diárias: desjejum, suco, almoço, lanche e jantar, qualitativamente equilibradas, com objetivo de cobrir cem por cento das necessidades calórico-proteicas das crianças, caso não recebessem a complementação em casa. Também estabelecia cardápios adequados à faixa etária, assim como condutas básicas para o armazenamento, conservação e preparo dos alimentos e desinfecção dos utensílios utilizados.

A alimentação servida nas creches da rede direta era preparada no próprio local, os funcionários contavam com o apoio de nutricionistas, a programação previa uma diversidade de produtos não perecíveis para a preparação dos alimentos e para avaliação sistemática de medidas pondo-estaturais. A programação estabelecia o esquema de alimentação dos Centros Infantis Integrados, a partir da elaboração de sugestões de cardápios pelos técnicos do órgão, conforme os quadros a seguir:

Quadro 15: Esquema de Alimentação dos Centros Infantis Integrados do 1.º ao 15.º mês

<i>Idade</i>	<i>7h00min</i>	<i>9h00min</i>	<i>11h00min</i>	<i>12h00min</i>	<i>15h00min</i>	<i>16h00min</i>	<i>18h00min</i>	<i>19h ou 20h00min</i>	<i>23h00min</i>
1.º ao 2.º mês 6 refeições	Mamadeira	Mamadeira	Suco de laranja	Mamadeira	Mamadeira		Mamadeira		Mamadeira
3.º mês 5 refeições	Mamadeira	Suco	Início 1.ª sopinha, mamadeira + gema		Mamadeira		Mamadeira		Mamadeira
4.º mês 5 refeições	Mamadeira	Suco	Sopinha + mamadeira		Mingau e/ou suco		Mamadeira		Mamadeira
5.º mês 5 refeições	Mamadeira	Suco	Sopinha com carne ou legumes + mamadeira		Mingau e/ou suco		Mamadeira		Mamadeira
6.º mês 5 refeições	Mamadeira	Suco	Sopa de carne + papa legumes + mamadeira		Mingau e/ou suco		Mamadeira + sopa c/ carne + legumes		Mamadeira
7.º ao 8.º mês 5 refeições	Mamadeira	Suco	Refeição + sobremesa		Mingau e/ou suco		Sopa + sobremesa		Leite ou suco de frutas
9.º ao 15.º mês 5 refeições	Leite + fruta + bolacha	Suco	Refeição + sobremesa		Leite + fruta + bolacha		Refeição + sobremesa		Leite ou suco de frutas

Observação: quando a criança iniciar com sopa + legumes em papa ou refeição comum, não retirar o leite. Oferecê-lo após a sopinha ou refeição, deixando a criança tomar à vontade. A refeição das 23h era uma sugestão de complementação.

Fonte: *Programação de Saúde* (1973a) e *Manual de Orientação Técnico Administrativo* (1974e e 1978c). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 16 — Esquema de alimentação dos Centros Infantis Integrados do 1.º mês ao 15.º mês em diante

<i>DESJEJUM</i>	<i>LANCHE DA TARDE</i>	<i>SOPA DO JANTAR</i>
<p><i>Segunda-feira, Quarta-feira e Sexta-feira</i></p> <p><i>Café com leite</i></p> <p><i>Pão com manteiga</i></p> <p><i>Uma fatia de queijo</i></p> <p><i>Uma fruta: banana ou laranja (ou fruta da época)</i></p> <p><i>Terça-feira e Quinta-feira</i></p> <p><i>Pão com manteiga ou bolacha com geleia</i></p> <p><i>Meio ovo cozido</i></p> <p><i>Uma fruta: banana ou laranja (ou fruta da época)</i></p> <p><i>Observação:</i></p> <p><i>Enriquecer, sempre que possível, o leite com</i></p> <p><i>“Proteimax” ou qualquer proteína de soja tipo Super</i></p> <p><i>Bom (sojita)</i></p>	<p><i>(Alternar conforme oportunidade)</i></p> <p><i>Mingaus de farinha láctea ou Neston</i></p> <p><i>Mingaus de Aveia</i></p> <p><i>Canjica com leite de coco</i></p> <p><i>Arroz-doce com gema</i></p> <p><i>Geleia de sagu</i></p> <p><i>Suco de frutas com bolacha</i></p> <p><i>Nescau ou Toddy com torrada</i></p> <p><i>Banana com aveia e mel</i></p> <p><i>Cereais com leite</i></p> <p><i>Observação:</i></p> <p><i>Enriquecer, sempre que possível, o leite com</i></p> <p><i>“Proteimax” ou qualquer proteína de soja tipo Super</i></p> <p><i>Bom (sojita)</i></p>	<p><i>Usar 50 gramas de músculo por criança (ou carne de segunda com osso, costela) para fazer o caldo da sopa. (Usar também pés de frango, carcaça, pescoço, etc.)</i></p> <p><i>Colocar a carne na água fria para o aproveitamento integral dos princípios nutritivos.</i></p> <p><i>Usar diariamente, três tipos de verduras ou legumes para a sopa e vegetais folhudos (espinafre, agrião, etc.).</i></p>

Fonte: *Programação de Saúde* (1973a) e *Manual de Orientação Técnico Administrativo* (1974e e 1978c). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 17 — Cardápio do Almoço dos Centros Infantis Integrados

<i>Segunda-feira</i>	<i>Terça-feira</i>	<i>Quarta-feira</i>	<i>Quinta-feira</i>	<i>Sexta-feira</i>
<i>Arroz e feijão</i> <i>Carne moída com batatas e cenoura (ou salsicha com molho e purê de batatas)</i> <i>Salada de alface com tomate</i> <i>Sobremesa: uma banana cozida com açúcar, ou uma fatia de abacaxi.</i>	<i>Arroz e feijão</i> <i>Bife de carne moída</i> <i>Batata frita</i> <i>Salada de agrião com tomate</i> <i>Sobremesa: laranja ou substituição.</i> <i>Arroz e feijão</i> <i>Polenta</i> <i>Carne moída</i> <i>Meio ovo cozido</i> <i>Salada folhas: agrião, alface ou escarola.</i> <i>Sobremesa: fruta</i>	<i>Arroz</i> <i>Lentilha</i> <i>Ovo frito ou omelete de queijo</i> <i>Acelga refogada</i> <i>Salada de alface</i> <i>Sobremesa: salada de fruta ou gelatina ou substituição</i> <i>Risoto de carne moída com cenoura e vagem</i> <i>Salada de:</i> <i>Alface</i> <i>Pepino</i> <i>Tomate</i> <i>Agrião</i> <i>Feijão</i> <i>Sobremesa: goiabada com queijo</i>	<i>Macarrão com molho de carne moída e queijo ralado (ou frango desfiado)</i> <i>Salada de alface (ou escarola picada miúdo)</i> <i>Sobremesa:</i> <i>Mamão</i> <i>Laranja ou abacaxi</i>	<i>Arroz e feijão</i> <i>Peixe ensopado (tipo cação sem espinha) com ervilha</i> <i>Purê de batatas</i> <i>Salada de vagem com cenoura + meio ovo cozido</i> <i>Sobremesa: doce de abóbora ou substituição</i> <i>Arroz e feijão</i> <i>Peixe ensopado</i> <i>Batata frita</i> <i>Chuchu refogado</i> <i>Salada de alface</i> <i>Sobremesa: fruta</i>

Observação: A quantidade de carne limpa para cada refeição na base de 60 gramas por criança ou um ovo *per capita* ou 60 gramas de peixe.

Fonte: *Programação de Saúde* (1973a) e *Manual de Orientação Técnico Administrativo* (1974e e 1978c). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

O objetivo principal do material era o de estabelecer padrões mínimos necessários para a manutenção da saúde das crianças e conscientizar as famílias a respeito dos padrões mínimos que eram oferecidos pela creche, bem como aqueles que deveriam ser oferecidos pela família, para garantir sua complementação.

Havia um pedido explícito no documento para que cada instituição se aproximasse cada vez mais da programação máxima, “se o mínimo for garantido, haverá a garantia da manutenção adequada da saúde da criança” (SÃO PAULO, Programação de Saúde, 1973a, p. 01).

Nessa mesma programação, havia cinco páginas dedicadas às orientações necessárias ao atendimento da criança doente na creche. Citavam as doenças mais comuns, e os remédios a serem ministrados pela enfermeira da creche durante o atendimento, em casos necessários: resfriado, assaduras, dor de ouvido, caspas no couro cabeludo (dermatite seborreica), queimaduras, acidentes, secreção ocular, feridas ou lesões na pele, vômitos, diarreia, sarna e piolho. No caso do piolho, por exemplo, o documento recomendava que fosse aplicado “Detefon: deixar durante seis horas, ou Neocid: durante quatro horas e cobrir com um pano, durante a aplicação evitar que o inseticida penetre no nariz, olhos e boca” (SÃO PAULO, Programação de Saúde, 1973a, p. 23).

A programação orientava sobre o preenchimento e prazo de entrega do relatório diário de enfermagem da creche. O documento exigia que pajens e auxiliares conhecessem muito bem suas crianças e que acompanhassem o desenvolvimento de cada uma. Assim, na matrícula era elaborada uma ficha inicial com todos os dados da criança desde o seu nascimento (problemas, dados sobre sua saúde geral, imunizações), e durante o ano, preenchia-se uma ficha cumulativa, na qual se registravam as demais observações sobre sua saúde. A partir das informações coletadas na planilha diária, era preenchido o relatório mensal, enviado para a SEBES. Constavam do relatório diário de cada criança, informações sobre sua identificação, observações gerais sobre a saúde, alimentação, calendário das imunizações, teste *Mantoux*, controle biométrico, controle médico, controle laboratorial e um campo para observações, conforme imagem da figura 36.

Figura 36 — Excerto da Ficha de Saúde e Controle das Imunizações

FICHA DE SAÚDE

I – NOME _____

Data do Nascimento _____
 Natural de _____ Nacionalidade _____
 Cor _____ Data de Admissão _____

Matrícula no Centro de Saúde Sim ()
 Não ()

Direito à Assistência Médica _____

II – OBSERVAÇÕES

a. Relações das doenças que a criança já teve:
 comuns da infância _____
 outras _____

b. Alergias alimentares e medicamentos (antibióticos, Novalgina, etc) _____
 Bronquite asmática _____
 Ataques _____ Tratamento Sim ()
 Não () qual? _____

Contato com tuberculose _____ Qual _____

c. Alimentação atual _____

III – CALENDÁRIO DE IMUNIZAÇÕES

DOENÇAS DATA	DIFTERIA TÉTANO COQUELUCHE	DIFTERIA TÉTANO	POLIOMIELITE	ANTI- VARIÓLICA	PEGA		BCG DATA	ANTI- SARAMPO
				datas	sim	não		
1ª dose								
2ª dose								data outras
3ª dose								
1º reforço								
2º reforço								
3º reforço								

Fonte: *Programação Saúde* (1973a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Figura 37 — Ficha de Observação da Enfermagem

frente

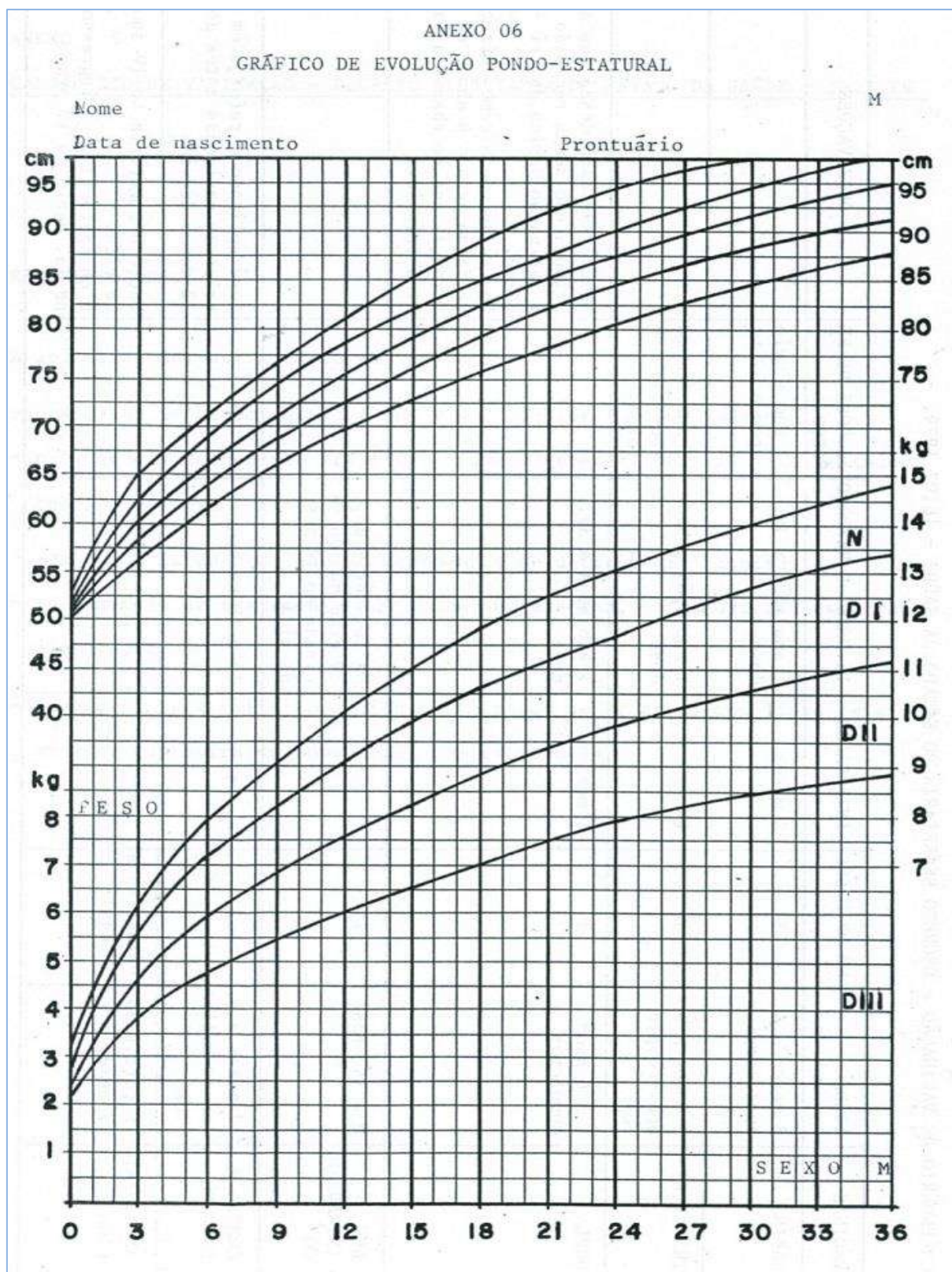
RELATÓRIO MENSAL DE SAÚDE				
CRECHE:		MÊS:		ANO:
OCORRÊNCIAS	BERÇÁRIO		MATERNAL	JARDIM
	MEIOR	MAIOR		
F - ACHADOS CLÍNICOS				
VÔMITOS FREQUENTES				
DIARRÉIAS				
DIARRÉIAS E VÔMITOS				
DESIDETAÇÃO				
INFECÇÃO DE VIAS AÉREAS: FARINGITE				
AMIGDALITE				
RINITE				
RESFRIADO				
GRIFE				
BRONQUITE				
BRONCO PNEUMONIA				
PNEUMONIA				
DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS:				

verso

OCORRÊNCIAS	BERÇÁRIO		MATERNAL	JARDIM
	MEIOR	MAIOR		
1. OUTRAS: DISCRIMINAR				
2. ACIDENTES - TIPO E NÚMERO				
3. ENCAMINHAMENTOS: RECURSOS DE SAÚDE				
4. CRIANÇAS COM VACINAS ATUALIZADAS				
5. CRIANÇAS DESSERVIDAS - D I				
D II				
D III				

Fonte: *Programação Saúde* (1973a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Figura 38 — Ficha do Controle Pondo-Estatural



Fonte: *Programação Saúde* (1973a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Figura 39 — Ficha de Controle Biométrico

43

V - CONTROLE BIOMÉTRICO

	ANO		ANO		ANO		ANO	
	PESO	ESTATURA	PESO	ESTATURA	PESO	ESTATURA	PESO	ESTATURA
Janeiro								
Fevereiro								
Março								
Abril								
Maio								
Junho								
Julho								
Agosto								
Setembro								
Outubro								
Novembro								
Dezembro								

Fonte: *Programação Saúde* (1973a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

As fichas para acompanhamento e controle da saúde das crianças foram localizadas nas demais programações da Secretaria do Bem-Estar Social, no período compreendido por esta pesquisa. A proposta dessa programação era a promoção, manutenção e recuperação da saúde, prevenção da doença e educação para a saúde, nos planos individual e coletivo. No aspecto individual, era realizada por meio dos cuidados prestados diretamente à criança e, no plano coletivo, ocorria entre o trabalho da Secretaria de Higiene e a Secretaria de Saúde.

No acompanhamento da criança, o trabalho voltava-se para a intervenção nas intercorrências que pudessem acometer a criança; para isso, havia o serviço de encaminhamento ao recurso de saúde quando necessário e a formação de hábitos de saúde. Por exemplo, além da ficha de saúde, exigia-se no ato da matrícula a apresentação da caderneta de imunização em dia, teste de *Mantoux*, considerado indispensável para identificar

portadores de primo-infecção tuberculosa (para crianças maiores que seis meses), atestado de saúde (exame físico). O exame de fezes só seria solicitado quando houvesse facilidade em realizá-lo – apenas para as creches próximas a equipamentos da área da saúde, ou em casos específicos de problemas de saúde da criança.

Nessa fase de matrícula, era realizada uma orientação à mãe da criança sobre a triagem diária de saúde; nos casos necessários, havia recolha da medicação por ela utilizada. Não deveriam ser recebidas na creche crianças que apresentassem: doenças infectocontagiosas, febre contínua com duração de dois ou três dias, vômitos e diarreias contínuos, problemas de pele com infecção secundária. Nesses casos, a creche deveria fazer todas as orientações necessárias para o encaminhamento do doente.

O controle biométrico das crianças era “considerado uma espécie de critério importantíssimo” (SÃO PAULO, Programação Saúde, 1973a, p. 17). A creche deveria possuir uma balança antropométrica ou simples para pesá-los e conferir-lhes a altura. Esse controle era realizado mensalmente. Todas as crianças possuíam uma ficha de saúde, na qual eram anotados dados sobre sua saúde, por um profissional da área de enfermagem.

As crianças possuíam também um caderno de medicações. Esse caderno tinha por finalidade a marcação diária das medicações administradas. Essa anotação facilitaria o trabalho da atendente, e o medicamento poderia ser dado por outra pessoa na ausência do responsável da área da saúde.

Era recomendado como medida profilática que fossem administradas vitaminas e ferro a todos os menores matriculados, nas doses habituais, variáveis com a idade e indicadas pela programação, conforme figura 40:

Figura 40 — Lista das medicações administradas nas creches

MEDICAÇÃO				
Medicamentos que poderão ser administrados no CI sem prescrição médica.				
MEDICAMENTO	INDICAÇÃO	DOSAGEM	HORÁRIO	MODO DE APLICAR
Acarsan	Pele: Escabiose (SARNA)	Passar no corpo todo	2 vezes ao dia	Após o banho enxugar o corpo, passar com gase o medicamento
Permanganato de Potássio (pó)	Pele: Escabiose, Dermatites	1 g p/4 litros de banho	2 vezes ao dia	Durante o banho
Mercúrio Cromo 2%	Pele: 1) Intertrigo (assaduras) 2) Curativos	Pincelar a lesão	3 vezes ao dia quando necessários	1) Após cada troca de roupa 2) Fazer higiene do local com antisséptico, colocar mercúrio
Vaselina Salicilada	Pele: Dermatites seborreica	Passar na lesão	2 vezes ao dia	Após a higiene do local, passar vaselina
Violeta de Genciana 2%	Pele: 1) Monilíase 2) Estomatite 3) Intertrigo	Passar na lesão	3 vezes ao dia	1) Fazer higiene 2) Do local com água bicarbonatada. Passar o medicamento c/cotonete ou s/n com algodão ou gase 3) Mesma rotina que Mercúrio-Cromo
Novaldina (gotas)	Hipertermia, dores	1 gota por kilo de peso		Técnica de medicação em Pediatria
Água Boricada	Olhos: Secreções oculares	Passar nos olhos	2 vezes ao dia	Pingar no canto dos olhos e virar a cabeça da criança para o lado correspondente
Iodeto de Potássio (MM Expectorante)	As (infecções vias aéreas superiores) Tosse produtiva	<ul style="list-style-type: none"> Crianças até 6 meses: 1/2 colher de chá para cada 8:00 horas Crianças de 6 meses: até 3 anos: 1 colher de chá cada 8:00 horas Crianças de 3 anos em diante: 1 colher de sobremesa cada 8:00 horas 		<p>Técnica de medicação em pediatria</p> <p>diluir em água</p>
Carbonato de CA (pó)	diarreia	1 c. sopa de 4/4 hs maior 3 anos 1 c. chá de 4/4 hs menor 3 anos		
Novotropina	diarréia e/ou vômitos	1 gt/kg peso 4/4 hs		
Hidrax G	diarréia e/ou vômitos	diluir e oferecer com frequência		
Gliconato Ferroso	Anemia	<p>Iniciar a partir do 6º mês de idade</p> <p>Dosagem — de 6 meses à 3 anos — 1 colher de chá às 9:00 horas</p> <p>— de 3 anos à 5 anos e 11 meses — 2 colheres de chá, uma às 9:00 hs e outra às 14:00 hrs.</p> <p>Administrar durante 2 meses para todas as crianças novas (recém admitidas).</p>		1 — 2 — 3 anos 10 mg/k peso
Vitamina A e D	Prevenção do raquitismo	Dar 400 a 800 u diárias de 20 dias até completar 2 anos		
Alin	Vermífugo	seguir dosagem de peso		

Fonte: Programação Saúde (1973a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Para a execução da rotina diária, era estabelecido pela *Programação de Saúde* (1973a) que a creche mantivesse um quadro mínimo de funcionários. O serviço de limpeza em um equipamento com capacidade para o atendimento de 60 crianças, contava com uma faxineira. Competia à faxineira: limpeza dos sanitários, do chão de toda a creche, exceto da cozinha, diariamente; limpeza do refeitório após o almoço e o jantar; limpeza dos berços, quadrados e colchões, uma vez por semana; limpeza dos vidros, tetos, lustres e paredes, uma vez por mês; colocar desinfetante em todos os ralos a cada quinze dias; acondicionamento e destino adequado do lixo geral da creche.

O serviço da lavanderia era realizado nas creches que atendiam o berçário. Se não houvesse atendimento ao berçário, a faxineira era responsável pelo cuidado das roupas da creche (panos de prato, toalhas, etc.).

O responsável pelos serviços da lavanderia lavava e passava roupas, era responsável “pelos reparos necessários nas roupas das crianças” (SÃO PAULO, *Programação Saúde*, 1973a, p.15).

A creche deveria manter no quadro um elemento responsável pelo controle de saúde das crianças, poderia ser uma pajem mais apta e mais capaz de aprender e executar as atividades do setor de saúde, ou uma atendente de enfermagem com cursinho, com experiência anterior em hospital, clínicas ou ambulatorios.

Para o lactário, que era a cozinha do berçário, a creche deveria manter uma pajem. A essa pajem, caberia como primeira atividade do dia: desinfecção das mamadeiras, preparo das mamadeiras, preparo dos sucos, preparo da sopinha peneirada, adequação de sopinha não peneirada, responsável pela introdução de novos alimentos e diversificação alimentar, preparo de papas e sobremesas, supervisão da aceitação da alimentação geral do berçário, limpeza do filtro, geladeira, utensílios, armários de todos os espaços, pias, armários e fogão do lactário. Em creches sem o espaço do lactário, uma pajem do berçário deveria assumir todo o controle e requisição da alimentação para o berçário. A pajem do lactário deveria ajudar no berçário após a execução das suas tarefas, menos nas trocas das crianças e limpeza do berçário.

Na cozinha da creche com até sessenta crianças, havia uma cozinheira. Para além desse número, havia necessidade da contratação de uma auxiliar de cozinha. As principais atribuições da cozinheira e da auxiliar eram: requisitar os gêneros, limpeza e preparo dos alimentos, distribuição dos alimentos, limpeza e manutenção do ambiente e utensílios, controle de sobras, controle de gêneros diariamente, colocarem inseticida na cozinha todas as sextas-feiras, no final do trabalho. Deveriam também armazenar e descartar o lixo da cozinha.

Exigia-se que, durante o serviço, as cozinheiras, auxiliares e pajem do lactário utilizassem lenço na cabeça, calçados, avental, as unhas deveriam ser cortadas e limpas, não usar pulseiras e poucos anéis. Nesse ponto, o que chamou a atenção na programação foi a ausência de referência sobre a formação dessas profissionais.

2.3 (Re)Programação Básica para Creches da Coordenadoria do Bem-Estar Social

Ao final da década de 1970, foi elaborada a *Programação Básica para Creches*, no governo de Reynaldo E. de Barros, uma proposta de educação baseada na concepção de que a criança atendida pela creche apresentava um quadro de carências ocasionado pela privação alimentar, afetiva, social e de estimulação, própria do meio em que vivia.

Nessa (re)programação, há um processo de continuidade entre a programação de 1973 e suas edições e os documentos de 1979, 1980 e 1981, mas que aprofundou e imprimiu um caráter mais diretivo às atividades, preconizando as ações compensatórias, com o objetivo de diminuir as defasagens que eram observadas no desenvolvimento infantil, visando principalmente àqueles comportamentos básicos para a escolarização, incluindo-se também toda uma série de exercícios gráficos de preparação para a alfabetização.

Considerando a extensão das desigualdades sociais causadas pela pobreza no município de São Paulo e pela necessidade de se dar voz ao povo, que pressionava por meio dos movimentos a revisão de suas ações, a política de creche elege prioridades e configura a creche como equipamento de assistência e educação. Segundo Rosemberg, Campos e Haddad (1991):

Da fusão dessas demandas, surgiu uma proposta de creche com um caráter político novo. Além de prestar um atendimento que oferecesse condições favoráveis ao desenvolvimento da criança, a creche devia contar nos objetivos a proposta de envolver a participação ativa dos usuários e grupos da comunidade na cogestão do equipamento, assim como servir de polo aglutinador e mobilizador de forças sociais locais (ROSEMBERG, CAMPOS e HADDAD, 1991, p. 41)

O fragmento do Boletim do Movimento de Luta por creches exemplifica essa situação:

Sem dúvida, dentro desse quadro apresentado, o Movimento de Luta por Creches, teve um papel importante na definição de uma política municipal de creches. Ele modificou radicalmente a concepção de creche frente à opinião pública e aos próprios grupos de mulheres na periferia de São Paulo. A creche antes tida como orfanato ou simplesmente um depósito de crianças, passa a ser vista como um equipamento social e educacional (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Comissão de Luta por Creche. Boletim I, s/d).

Em razão da necessidade de reprogramar a proposta socioeducativa que vinha sendo realizada desde o início da década de 1970, cujo objetivo geral era o de proporcionar um programa educacional que possibilitasse à criança um desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades sociais, físicas, afetivo-emocionais e intelectuais, o documento apresentava um programa educacional compensatório.

Para corrigir as carências das crianças, anulando a defasagem entre sua idade cronológica e o nível de desenvolvimento em que se encontrava, por meio de um clima de relacionamento adulto-criança, caracterizado por:

Informalidade e espontaneidade,
Calor humano,
Liberdade de expressão,
Aceitação incondicional da criança,
Valorização do trabalho em grupo,
Respeito pelo outro,
Disciplina,
Interesse e motivação para crescer e aprender que leve a criança a:
Observação, uso dos sentidos, sensibilidade ao mundo que a cerca,
Indagação e curiosidade,
Uso da imaginação e inventividade,
Busca ativa de respostas,
Persistência. (SÃO PAULO – Município, Creches Programação Básica, 1980b, p. 30).

A equipe técnica de Psicopedagogia da COBES verificou a necessidade de uma reformulação da programação. Para os técnicos, a programação anterior apresentava-se de modo bastante genérico, ocasionado à multiplicidade de abordagem. Esta mesma programação, da forma como se apresentava impossibilitava também sua avaliação, pois “levando muitas vezes a perpetuação de certas atividades, sem considerar o nível de desenvolvimento da criança” (SÃO PAULO, Creches Programação Básica, 1981b, p. 8).

O caráter da formação e dos documentos produzidos nessa época traduzia uma primeira tentativa do governo municipal em investir numa proposta político-pedagógica de educação popular, voltada à valorização da educação da criança por meio das atividades cotidianas. Iniciava-se uma discussão sobre o cuidar e o educar, ou seja, os cuidados cotidianos com a criança feitos mecanicamente como o banho, as refeições e troca de fraldas e outras passaram a ser foco de discussões que as consideravam ações educativas e pedagógicas, se feitas com intencionalidade.

Assim, manteve-se a preocupação e o cuidado de incorporar nessa (re)programação algumas das sugestões emanadas dos vários níveis da COBES, fundamentalmente: a necessidade de definir a política de atuação do órgão no campo do menor; inconveniência de uma programação setorializada por áreas específicas (Serviço Social, Psicopedagogia, Saúde e

Nutrição), dificultando uma visão globalizada da problemática social da criança e consequente operação do programa; indefinição quanto ao padrão mínimo de qualidade a ser garantido pela creche; visão paternalista da participação da família no processo socioeducativo da criança; inexistência de um manual único de fácil comunicação, com abrangência em vários aspectos da programação; necessidade de revisão dos Manuais de Psicopedagogia e Serviço Social, no sentido de se proceder à atualização do conteúdo e adequar a linguagem à compreensão dos que operam na creche; adoção de novo critério para cálculo de reajuste anual do auxílio financeiro (*per capita*); adoção de tipologia de plantas de creche ajustada às características construtivas da periferia, bem como modelo arquitetônico que permita outros usos, além da finalidade básica do equipamento.

Partindo desses pontos, o documento apresentou-se na forma de um manual básico de creche, contendo todos os aspectos fundamentais à sua organização e funcionamento. Tinha por objetivo eliminar a setorização vigente na programação anterior e definir o padrão mínimo de atendimento a ser garantido pela creche. No entanto, propôs uma nova dimensão tanto ao nível do equipamento, como no processo de participação da população, no momento em que a creche passa a ser exigida como um direito social.

Nessa perspectiva, a Programação para Creches da COBES (1980b) explicita o princípio básico que deveria nortear a ação a ser desenvolvida: definição de uma comunidade de propósitos com vistas ao melhor atendimento da criança, por meio de uma contínua troca de vivência entre família e creche.

Os aspectos básicos da programação foram pensados para o desenvolvimento de um trabalho baseado em uma concepção de atendimento para uma criança que apresentava um quadro muito acentuado de carências, ocasionado pela privação alimentar, afetiva, social e de estimulação, que poderia comprometer todo o desenvolvimento posterior. A incidência desse conjunto de privações em grande parcela da população infantil era determinada pelo modo bastante desigual de distribuição de bens e valores socialmente produzidos, entre todos os indivíduos que integram a sociedade.

A creche deveria garantir, portanto, uma programação geral que proporcionasse à criança: cuidados de saúde, alimentação e atividades psicopedagógicas. Portanto, essa programação deveria ser garantida em todo o seu conjunto, pois o descuido em qualquer um dos aspectos implicaria sérios prejuízos à criança.

O atendimento da criança implica necessariamente a verificação do estado físico, não apenas quando da matrícula, mas também por ocasião da sua entrada diária e durante a sua permanência no equipamento, procedendo-se ao registro sistemático das ocorrências. Isto porque, apresentando indisposições físicas simples (resfriados, assaduras, problemas de pele sem gravidade) terá que receber, no decorrer do dia,

um tratamento especial, não só em relação aos cuidados de saúde, bem como em relação às atividades previstas para o seu grupo etário. É importante lembrar que a criança, na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses, é mais vulnerável a pequenos problemas de saúde, os quais, se não atendidos prontamente, poderão gerar problemas mais sérios e até agravantes do estado geral. Assim, à creche é recomendada a utilização de medicamentos, os quais não têm por objetivo o tratamento de doenças, mas apenas atenuar os seus sintomas até que a criança seja encaminhada a recursos de saúde (SÃO PAULO – Município, Creche Programação Básica, 1981b, p. 7).

A exemplo da pesquisa realizada por Batista (1998), localizou-se também nesse documento trechos que implicam certa resistência; pela primeira vez, aparece no documento uma expressão que indica desejo, sentimento, vontade, desagrado da criança, no sentido de uma autonomia do sujeito, como por exemplo:

Evitar a formação de filas, exigência de silêncio e disciplina rígida, bem como a manutenção da criança à mesa após as refeições, pois seu ritmo individual tem que ser respeitado e nada impede que ela inicie uma atividade espontânea (SÃO PAULO – Município, Creche Programação Básica, 1981b, p. 8).

Com relação às atividades pedagógicas, verificou-se que estavam presentes em praticamente toda a programação desenvolvida na creche, cuja rotina deveria prever sempre, um conteúdo educativo básico que visasse oferecer condições indispensáveis para o desenvolvimento global da criança.

Nesse sentido, a programação previa uma metodologia totalmente centrada na captação das características individuais e familiares da criança, para que os cuidados destinados ao atendimento de suas necessidades básicas fossem adequados às suas particularidades. Portanto, todos os momentos do trabalho diário junto à criança deveriam pautar-se no propósito de conhecê-la mais profundamente, observando-a e seguindo atentamente suas fases de desenvolvimento.

A criação de condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades próprias a cada idade e de meios que favorecessem o desenvolvimento afetivo, a expansão da criatividade e o acompanhamento da evolução gradativa da maturação de cada criança constituíram as preocupações principais na formulação de um programa psicopedagógico.

Passa a constituir elemento integrante do Programa Psicopedagógico o aproveitamento de situações que se apresentem como oportunas ou favoráveis para envolver a criança em atividades educativas informais. Assim, as situações de troca de roupa, banho, refeição, administração de medicamento e cuidados de saúde e higiene corporal, poderiam ser aproveitadas como sugestões propícias para o desenvolvimento de hábitos e atividades de estimulação sensório-motora, além de favorecerem um contato mais íntimo e intenso com o adulto.

Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas com finalidades específicas nas áreas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Ciências, foi necessário se proceder à divisão das crianças em grupos segundo a faixa de idade e, principalmente, pelo nível de maturidade. Os quadros a seguir demonstram como a rotina foi organizada nessa programação.

Quadro 18 — Rotina da Creche – Programação Básica para Creches

2.2. QUADRO DE ROTINA DIÁRIA DA CRIANÇA				
HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	OBSERVAÇÕES
			INSTRUMENTAIS	
Até 8h 30'	Triagem	Aux. e/ou Atend.Enfermagem e pajens treinadas e deslocadas para auxiliar neste momento	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar as condições físicas e de higiene das crianças, através de: <ul style="list-style-type: none"> . observação do estado físico e de higiene; . contato com a mãe ou responsável para obter informações sobre as condições de saúde das crianças durante a noite; . colocação de termômetro para verificar a temperatura, no caso de haver suspeita de qualquer alteração na saúde das crianças; - Não receber na creche as crianças que apresentarem: <ul style="list-style-type: none"> . moléstias infecto-contagiosas; . febre contínua (dois a três dias); . vômitos ou diarreias contínuos; . problemas de pele com infecção secundária. - Efetuar os encaminhamentos a recursos de saúde, quando necessário; - Recolher os medicamentos trazidos pela mãe ou responsável, para serem administrados na creche, desde que comprovados por receita médica; - Recolher as sacolas de roupas, verificando seu conteúdo e condições de higiene; - Proceder as orientações que se fizerem necessárias quanto a: <ul style="list-style-type: none"> . condições de saúde e higiene das crianças; 	<ul style="list-style-type: none"> - As crianças que apresentarem pediculose e/ou escabiose (piolho e/ou sarna) poderão frequentar a creche, desde que possa ser garantido o seu tratamento; - No caso dos medicamentos não terem sido prescritos por médico, não administrar tal medicação, orientando a mãe ou responsável a procurar recurso de saúde para comprovar sua necessidade, mediante encaminhamento da creche - É imprescindível verificar se na sacola existem as "trocas de roupas" necessárias, conforme

Fonte Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	OBSERVAÇÕES
Até 9 h	Troca de Roupas	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - anças; . condições de desenvolvimento, problemas detectados, etc.; . aspectos técnicos e administrativos da creche. - Trocar a roupa das crianças quando: <ul style="list-style-type: none"> . a creche fornecer roupas para uso diário das crianças. Nesse caso, a roupa das crianças deve ser embalada em saco plástico e colocada em sua sacola; - Observar, com relação à troca de roupa dos bebês e das crianças que ainda usam fralda: <ul style="list-style-type: none"> . higiene dos genitais com água e sabão; . condição da pele e tratamento, se necessário; . existência de assadura e tratamento, se necessário; . uso de alfinete que oferecer garantia, ou uso de fita crepe; . condições das fraldas: <ul style="list-style-type: none"> retirar o excesso em vaso sanitário e passar em água corrente antes de colocar o balde com água, sabão e/ou desinfetante; . higiene de calça plástica; . aparência e odor das fezes e urina. - Colocar as crianças em posições diversas e aproveitar os movimentos naturais da troca, para proporcionar estimulação 	<ul style="list-style-type: none"> - o estabelecido em regulamento Interno da creche. - Utilizar, quando necessário, as trocas de roupas mantidas pela creche para casos de emergência. - É fundamental adequar a roupa à temperatura ambiente. - Além da troca de fraldas previstas, trocar sempre que necessário. - O local e a mesa onde as crianças são trocadas bem como os baldes plásticos onde serão colocadas as fraldas sujas, devem ser mantidos em boas condições de limpeza. - É fundamental cuidar da segurança física das crianças, no local de troca. - Todos os momentos devem ser aproveitados para proporcionar às crianças: <ul style="list-style-type: none"> . situação agradável de contato físico . clima alegre e sereno, através de conversas e cantos.

Fonte Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÕES
Até 9 h.	Desjejum	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - sensorio-motora; - Distribuir o desjejum, obedecendo o cardápio básico; - Oferecer o leite em recipientes individuais mamadeiras ou canecas, de acordo com a idade das crianças (caneca a partir dos 12 meses); - Alimentar os bebês (0 a 7 meses) no colo; - Alimentar as crianças, a partir dos 8 meses, sentadas no cadeirão; - Oferecer o alimento às crianças, a partir de 18 meses, sentadas ao redor da mesa; - Oferecer às crianças, a partir de 12 meses, uma complementação alimentar constituída de pão, biscoitos, etc; - Desprezar, sempre, o resto de leite das mamadeiras e canecas; - Observar, atentamente, a aceitação dos alimentos, bem como atender pedidos de repetição e comunicá-los à lactarista ou cozinheira, dependendo da faixa etária. - Oferecer o desjejum às crianças que chegarem atrasadas, caso não tenham se alimentado em casa, antes de incluí-las em qualquer atividade do dia; 	<ul style="list-style-type: none"> - 0 desjejum vai sendo distribuído à medida que as crianças são liberadas da troca de roupa - A partir de 12 meses as crianças poderão receber o leite enriquecido com café, chocolate ou qualquer outro produto, para garantir uma variação de sabores. - Ao terminar o lanche, as crianças acima de 3 anos e 6 meses, poderão auxiliar as "tias", no recolhimento dos utensílios, bem como na organização do local. 	
Em seguida	Controle de Esfinc-teres	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar as crianças, a partir de 15 meses, sentadas confortavelmente no urinol durante 15 minutos no máximo; - Observar a aparência e odor das fezes e urina; - Proceder à higiene anal, utilizando papel higiênico; 	<ul style="list-style-type: none"> - A partir dessa idade, é recomendável iniciar o controle esfinteriano anal. Face à nova experiência, a pajem deve permanecer constantemente no local, em atitude tranquila e de respeito às crianças, possibilitando-lhe o necessário relaxamento. Nunca uti- 	

Fonte Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÕES
					<ul style="list-style-type: none"> - lizar o tempo de permanência das crianças no urinol, como "castigo". É aconselhável o uso de urinóis plásticos, que devem ser lavados com água e sabão, após o uso de cada criança. - Aproveitar a sobra de água com "Milton", utilizada na desinfecção das mamadeiras, para completar a higienização dos urinóis, os quais devem ser guardados em lugar limpo, seco e fora do alcance da criança.
Das 8 às 10 h.	Banho de Sol	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Vestir as crianças de acordo com a temperatura ambiente; - Observar a reação de pele das crianças (queimadura de sol, erupção, alergia, etc); - Aproveitar o momento para a realização de atividades de estimulação com os bebês e para o desenvolvimento de algumas atividades pedagógicas com as crianças das demais faixas etárias; - Dar oportunidade às crianças para brincar com água e areia; 	<ul style="list-style-type: none"> - No período da manhã, a exposição das crianças ao sol não deve ocorrer, nunca, depois das 10 horas. O tempo de exposição vai depender da idade das crianças e deverá se iniciar gradativamente. - É obrigatória a presença da pajem para garantia da segurança. - Quando houver "solário", os bebês nele permanecem; na sua falta, pode ser usada área livre disponível, desde que não seja "corredor", onde haja correntes de ar. - Inexistindo área livre suficiente para todas as crianças, poderá se proceder ao rodízio de grupos. 	
Sem horário Fixo	Hidratação	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer água com frequência, aumentando a oferta nos períodos quentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Deixar o filtro em local acessível e mantê-lo em condições adequadas de higiene. 	

Fonte Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÕES
			<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer aos bebês (até 7 meses) mamadeiras com água, nos intervalos das mamadas. - Oferecer água em canecas individuais às crianças, a partir de 12 meses; 	<ul style="list-style-type: none"> - Até o 3º mês, as crianças devem receber água filtrada e fervida. - Desprezar o resto de água das mamadeiras, após cada oferta.
Das 9 h 30' às 10 h.	Oferta de Suco de Fruta	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer suco de fruta natural; - Oferecer o suco aos bebês, de modo gradativo, iniciando com uma colher de chá e ir aumentando aos poucos até atingir 100 ml., por volta do 3º mês; - Observar problemas de alergia e aceitação, adotando medidas corretivas; 	<ul style="list-style-type: none"> - O suco deve ser preparado até meia hora antes da oferta, aproximadamente, para não destruir a Vitamina C. - Não misturar as frutas antes de testar a aceitação de cada uma, isoladamente. - No caso de não aceitação do suco natural, por parte das crianças, garantir a ingestão diária de frutas, conforme cardápio básico.
Das 10h às 10:30	Estimulação de Berçário	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular individualmente as crianças, durante 10 a 15 minutos, no colo, berço, quadrado, chão, etc, nos aspectos motor, de linguagem, sensorial e sócio-emocional. - Respeitar o estágio de desenvolvimento de cada criança estimulando-a através de: contato físico com o adulto, movimentos, manipulação de objetos, conversas, cantos, produção de sons variados, visualização de materiais e objetos coloridos e de formas variadas, etc. - Mudar a posição e postura dos bebês até 3 meses, colocando-os de lado, de bruços, etc. - Permitir a livre movimentação dos bebês a partir do 4º mês. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nunca estimular após as refeições. - Evitar a colocação dos bebês diariamente em pisos frios e úmidos. - O ambiente deve ser rico em estímulos e organizado de forma agradável. - Trocar ou substituir móveis se necessário. - Pode-se elaborar uma carga-horária de estimulação em que conste a distribuição das crianças pelos dias da semana de modo que cada uma seja estimulada, no mínimo, uma vez por semana.

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÕES
			Colocar, por alguns momentos, os bebês em grupo, sobre colchoes no chão ou no quadrado coletivo, para possibilitar maior interação.	
às 10:30	Troca de Roupa do Berçário	Pajem	Observar os itens da primeira troca.	
Após o desjejum até o horário do almoço	Atividades Psico-pedagógicas	Professora Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades, de acordo com a carga horária estabelecida para cada grupo, provendo material necessário; - Iniciar cada dia dando oportunidade às crianças para contar como passaram a noite e como ocorreu a sua vinda para a creche. - Aproveitar o tempo de permanência das crianças ao sol, para desenvolver atividades que compreendam: exercícios de coordenação motora geral, podendo se intercalar no decorrer da semana, com atividades de ciências (observação e exploração da natureza) ou mesmo linguagem oral, aproveitando as vivências das crianças no play-ground; - Utilizar o período da manhã, para desenvolver atividades que exijam maior nível de atenção e concentração, tais como: matemática, exercícios gráficos de prontidão, ciências, etc. - Desenvolver atividades grupais e estimular a participação de todas as crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar o ritmo de cada criança. - Observar o comportamento e envolvimento das crianças nas diversas atividades; - Estimular o senso de observação despertando e respeitando o interesse das crianças para determinadas atividades, objetos, brinquedos, etc. - Estimular a independência das crianças, dando-lhes oportunidades para cuidar de si mesma; tomar água, lavar as mãos, usar os sanitários, etc. (crianças acima de 3 anos). - É importante a orientação do adulto nas atividades, porém deve-se evitar ao máximo o excesso de interferências, - Mesmo em atividades grupais é importante se garantir o atendi-

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	OBSERVAÇÕES
			INSTRUMENTAIS	
			<ul style="list-style-type: none"> - Interromper, a qualquer tempo, uma atividade para: <ul style="list-style-type: none"> . atender uma emergência (doença ou acidente); . aproveitar um acontecimento que desperte o interesse das crianças; . atender uma necessidade das crianças (ir ao sanitário, tomar água, etc); - Utilizar material sensorial: jogos, brinquedos para montar, gravuras, ou mesmo material de sucata, para auxiliar o desenvolvimento das atividades; 	<p>mento as necessidades individuais</p> <p>É importante orientar as crianças para a higiene, após o uso do sanitário;</p> <p>Como material de sucata, podem ser utilizados: retalhos de panos, cortiças, tampinhas, copinhos, pedaços de espuma, isopor, pedaços de madeira, embalagens plásticas, palitos, canudos, lãs, linhas, carretéis, papelão, caixas, latas etc.</p> <p>Ao término da última atividade do período, organizar as crianças para proceder a higiene que antecede o almoço.</p>
Das 10h 30' às 11 h.	Higiene	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar as crianças para a lavagem das mãos, rosto e eventual uso do sanitário; - Usar água corrente e sabonete; - Manter as toalhas limpas, secas e em lugar de fácil acesso; - Cuidar para que as crianças que usam fralda, estejam limpas e em situação confortável, para receber a alimentação. 	<p>Para melhor organização, sugere-se o uso dos banheiros em rodízio</p> <p>Se houver necessidade, proceder a troca de fraldas.</p>
Das 11 às 12 h.	Almoço/mamadeira	Pajem	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer mamadeira na temperatura do corpo, experimentando antes nas costas da 	<p>Observar sempre a aceitação, bem como a quantidade de leite</p>

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÕES
	(Berçário 0 a 2 m)		mão		adequada às necessidades de cada criança.
			<ul style="list-style-type: none">- Oferecer a mamadeira no colo, de modo que permita segurança, conforto e afeto;- Segurar os bebês em posição vertical, após a mamada, para possibilitar-lhes a eructação (arroto);		<ul style="list-style-type: none">- Desprezar, sempre, o resto das mamadeiras;
Das 11 h às 12 h	Almoço/ Mamadeira (Berçário 3 a 7 m)	Pajem	<ul style="list-style-type: none">- Oferecer sopa em pratos e colheres individuais;- Usar babadores individuais;- Oferecer, em seguida, aos bebês que estão iniciando a ingestão da sopa, a mamadeira de leite como complemento da refeição, até que ocorra a adaptação ao novo esquema de alimentação;- Oferecer, como sobremesa, papa de frutas raspadas ou amassadas com garfo, em prato e colheres individuais;		<ul style="list-style-type: none">- A introdução da carne é feita aos 3 meses liquidificando a carne moída;- Dispensar atenção individualizada;- É importante não "forçar" a criança a receber o alimento;- Respeitar sempre o ritmo de cada criança;
	A partir de 7 meses		<ul style="list-style-type: none">- Oferecer na refeição todos os alimentos que foram preparados, segundo cardápio básico;- Estimular a independência no ato de alimentar-se, as crianças a partir de 10 meses já podem se alimentar sozinhas;- A refeição poderá ser tomada no refeitório ou nas próprias salas de atividades, utilizando pratos e talheres individuais.		<ul style="list-style-type: none">- Orientar quanto a hábitos e atitudes ao comer;- Não utilizar a alimentação como prêmio ou castigo;- Dispensar atenção individualizada e cuidado constante no cadeirão;- Repetir o ritmo e preferência de cada criança;- Não transmitir tabus alimentares.
Das 12 às	Higiene	Pajem	<ul style="list-style-type: none">- Proceder à lavagem das mãos, rosto e es-		

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÕES
12h 30'			covação de dentes - Acompanhar e orientar as crianças, a partir de 18 meses para lavagem de dentes, tendo em vista a formação de hábitos de higiene;	- As escovas devem ser individuais e estar identificadas.
Das 12.30 às 14 h.	Sono e Repouso	Pajem	- Colocar os bebês para repouso em seus próprios berços; - Colocar as crianças, a partir de 12 meses, para repousar em colchonetes, colocados no chão e revestidos com lençóis; - Observar se as crianças estão devidamente alimentadas, limpas, com roupas secas e adequadas e descalças;	- Os bebês que necessitarem de maior tempo de sono, poderão dormir em outros momentos do dia, ou prolongar este tempo de repouso; - Os colchões devem estar revestidos com plástico, para facilitar a limpeza; devem ser distribuídos de forma a deixar o máximo de espaço possível, entre eles - A pajem deve estar sempre presente; - Após o repouso, os colchões devem ser recolhidos, limpos e guardados em local adequado; os lençóis devem ser lavados diariamente.
Das 14 às 14h 15'	Controle e Esfincteres	Pajem	- Observar os procedimentos de controle da manhã;	
A partir das 14 h	Banho do Berçário	Pajem	- Verificar a temperatura da água; - Segurar, adequadamente os bebês para imersão na banheira, mantendo atenção constante e aproveitando o momento para conversas e estimulação; - Observar durante o banho: . higiene do couro cabeludo das cavidades e dos genitais; - condições da pele;	- Evitar correntes de ar; - Limpar as banheiras após cada banho; - Manter o material a ser utilizado em local de fácil alcance; - Após o banho, organizar o local e guardar o material utilizado.

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÃO
			. tratamento de assaduras quando necessário; . adequação da roupa à temperatura ambiente; . uso de pentes individuais; - Usar toalhas limpas, secas e individuais; - Observar os procedimentos do desjejum;	
Das 14 h 15' às 15 h	Lanche Mamadeira	Pajem		- Par os bebês a partir do 4º mês, as mamadeiras podem ser substituídas por mingau.
Das 15 h às 16 h	Atividades Psico Pedagógicas		- Desenvolver atividades tais como: desenho livre ou dirigido, artes plásticas (pintura, colagem, recortes, etc.), linguagem oral (estórias, conversas, etc.), música e integração social de acordo com a carga horária estabelecida para cada grupo e providendo o material necessário. - Trazer material (bolas, cordas, arcos, etc), para atividades de recreação ao ar livre, deixando a cargo das crianças a organização e desenvolvimento dessas atividades;	- Vide observações relativas ao desenvolvimento de atividades psicopedagógicas no período da manhã. - Participar das brincadeiras mantendo-se atenta à segurança das crianças.
Das 16 às 17 h 30'	Banho das Crianças, a partir de 18 meses.	Pajem	- Banhar as crianças com sabonete, em água corrente (chuveiro); - Observar durante o banho: . higiene do couro cabeludo; . higiene das cavidades; . higiene dos genitais; . condições da pele;	- Organizar o horário do banho de forma que cada grupo se dirija ao banheiro após a saída do outro. - Enquanto aguarda sua vez, cada grupo se mantém no local de atividades, organizando o material;

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS INSTRUMENTAIS	OBSERVAÇÕES
			<ul style="list-style-type: none">- Adequação da roupa à temperatura ambiente;- Usar pentes individuais;- Usar toalhas limpas, secas e individuais- Manter atenção constante, aproveitando o momento para estimulação e orientação correta, quanto à formação deste hábito de higiene.	<ul style="list-style-type: none">- Manter limpo os pisos de borracha;- Após o banho, as crianças são encaminhadas ao local de refeição.
17 h.	Troca de roupa (Berçário)	Pajem	<ul style="list-style-type: none">- Observar os procedimentos das trocas anteriores.	
Das 17h 30' às 18h 30'	Sopa/Mama (Mamadeira)	Pajem	<ul style="list-style-type: none">- Seguir os mesmos procedimentos do Almoço Mamadeira.	
A partir das 17h 30'	Saída	Pajem	<ul style="list-style-type: none">- Entregar individualmente as crianças à mãe ou responsável, informando-a sobre eventuais ocorrências e orientando-a sobre seguimentos e observações que se fizerem necessárias;- Efetuar encaminhamentos quando necessário;- Dar avisos de ordem geral;	A mãe ou responsável poderá apanhar a criança, dirigindo-se diretamente ao local de atividades caso seja essa a rotina da creche.
Variável de acordo com a rotina estabelecida pela creche	Medicação	Auxiliar e/ou Atendente de Enfermagem	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecer horários para organização do serviço e eficiente atuação do medicamento;- Identificar o medicamento com os nomes das respectivas crianças;- Utilizar colher-medida, levando-a após	<ul style="list-style-type: none">- Os suplementos vitamínicos podem ser administrados pela manhã aproveitando o momento da oferta do suco;- Manter em local visível ou de fácil acesso a relação de medicamentos que poderão ser adminis-

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

HORÁRIO	ROTINAS	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	OBSERVAÇÕES
			INSTRUMENTAIS	
			<ul style="list-style-type: none">• cada uso;- Verificar:<ul style="list-style-type: none">• dosagens prescritas;• receita médica (quando não for medicamento de rotina)• reações das crianças, após o uso;• validade, aspecto e estado de conservação do medicamento;• posição correta das crianças para receber o medicamento.	<p>trados, sem prescrição médica.</p> <ul style="list-style-type: none">- Guardar os medicamentos sempre fora do alcance das crianças;- Não é recomendável a administração de medicamentos injetáveis (mesmo com receita médica)

Fonte: Creches Programação Básica (COBES) 1981b. Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

A Programação estabelecia que a divisão em áreas e atividades a serem desenvolvidas, assim como publicado na primeira edição, tinha apenas a finalidade de clareza para uma melhor apresentação. Não havia intenção de executá-las em áreas e atividades estanques, pois se considerava que a educação da criança se desenvolvia de forma integral.

As atividades apresentadas na rotina da creche para os bebês centravam as ações das funcionárias em cuidados com o corpo das crianças, priorizando os aspectos biológicos. Há uma ênfase nos cuidados com a higiene, alimentação e saúde, por exemplo, triagem, troca de roupa, desjejum, controle de esfíncter, banho de sol, alimentação e medicação; o modelo apresentado sugere uma rotina de atividades para que haja a aquisição de certas destrezas motoras, de certos hábitos sociais.

A rotina para as crianças acima de 3 anos tornam-se mais próximas ao modelo escolar, há uma diminuição com os cuidados com o corpo e saúde, uma maior parcela do tempo passa a ser utilizada nas atividades pedagógicas, de brincadeiras que, em geral, abrangem as atividades lúdicas e expressivas.

Por conseguinte, considerava-se que as situações informais de vida na creche também deveriam ser aproveitadas durante o desenvolvimento das atividades. Esse último trecho da apresentação do documento parece revelar um pouco da análise de De Certeau (2014), de que não somos seres passivos, mas indivíduos que operam comumente sobre um determinado contexto, indivíduos que têm “uma maneira de caminhar, maneiras de fazer” (p. 35).

Com base em Dias (2005), o sujeito independente é diferente do sujeito autônomo:

[...] o sujeito autônomo é aquele que, dialógica e dialeticamente, é capaz de articular, de forma crítica e ativa, vontade subjetiva (individual e pessoal) e vontade objetiva (instituições sociais e cultura), questionando, refletindo, respondendo, influenciando e sendo influenciado pelas ocorrências do ambiente, construindo e reconstruindo dinamicamente as experiências que vive tanto no plano individual quanto coletivamente. (DIAS, 2005, p. 371)

Nesse sentido, o pesquisador reforça que a autonomia não é a capacidade do sujeito de desenvolver as ações sozinhas; isso seria a independência.

A (re)programação trouxe também, a partir do ano de 1980, as funções básicas do quadro de profissionais. Segundo o documento *Creches Programação Básica* (1980b, p. 26), considerando-se a natureza da creche, caberia a inclusão de alguns técnicos de nível universitário (Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Enfermeira, Nutricionista) em seu quadro de pessoal, exercendo suas funções em período integral ou parcial, conforme as necessidades do equipamento. Na impossibilidade de inclusão desses técnicos no corpo de funcionários, tornava-se imprescindível garantir assessoria e/ou supervisão especializada do programa, seja por meio dos órgãos públicos competentes, seja por intermédio de

organizações existentes na comunidade: escolas, centros de saúde, entre outros. O documento ressaltava a importância de que fossem contratadas pessoas moradoras da própria comunidade para serem funcionários, sob a alegação de que essas pessoas teriam maior identificação com a problemática social local.

O quadro mínimo de pessoal a ser garantido variava segundo os grupos etários e o número de crianças atendidas pelo equipamento. Porém, em todas as situações deveria ser assegurada a contratação de funcionários, respeitando-se a proporção adulto-criança e a qualificação para o desempenho das funções, conforme quadros demonstrativos 19 e 20:

Quadro 19 — Relação de Pessoal das creches diretas quanto à função, escolaridade e jornada de trabalho (1980).

continua

Pessoal				Criança	
<i>Função</i>	<i>Nível de Escolaridade</i>	<i>Quantidade de Funcionário</i>	<i>Jornada de Trabalho</i>	<i>Número de Crianças atendidas</i>	<i>Faixa Etária</i>
Administradora	Nível Superior (1)	1	8h00min	A partir de 100	0 a 6 anos e 11 meses
Auxiliar de Administrativo	1.º Grau Completo	1	8h00min	A partir de 60	0 a 6 anos e 11 meses
Auxiliar Social	Estagiária de Serviço Social (2)	1	4h00min	Até 60	0 a 6 anos e 11 meses
Auxiliar de Enfermagem	1.º Grau Completo + curso próprio	1	6h30min	Qualquer número	0 a 6 anos e 11 meses
Atendente de Enfermagem	1.º Grau Completo	1	8h00min	A partir de 100	0 a 6 anos e 11 meses
Professor	2.º Grau Completo Curso de Formação para professor de 1.º grau	1	4h00min	Até 60	0 a 6 anos e 11 meses
Pajem (3)	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min/6h30min (3)	Até 6	0 a 7 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min/6h30min (3)	Até 8	8 a 18 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min/6h30min (3)	Até 10	19 a 30 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min/6h30min (3)	Até 16	2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min/6h30min (3)	Até 16	3 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min/6h30min (3)	Até 20	4 anos e 7 meses a 5 anos e 11 meses

continuação

Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min/6h30min (3)	Até 20	6 anos a 6 anos e 11 meses
Lactarista	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min	Até 30	0 a 18 meses
Cozinheira	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min	Qualquer número	18 meses a 6 anos e 11 meses
Auxiliar de Cozinha	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min	Até 40	18 meses a 6 anos e 11 meses
Faxineira	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min	Até 60	0 a 6 anos e 11 meses
Lavadeira/Passadeira	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	8h00min	Até 60	0 a 6 anos e 11 meses
Zelador	Alfabetizado – se possível 1.º grau incompleto (acima da 4.ª série)	1	8h00min	A partir de 60	0 a 6 anos e 11 meses
Vigia Noturno	Alfabetizado	1	8h00min	Qualquer número	0 a 6 anos e 11 meses

Fonte: Elaborado a partir da coleta de dados realizados no documento *Creches Programação Básica* (1980b).
Nomenclatura de acordo com a Lei n.º 5692/71.

- (1) Creches com capacidade inferior a 100 crianças poderiam contratar administradora com 2.º grau completo;
- (2) A função de Auxiliar Social somente poderia ser exercida por estagiário de serviço social, conforme legislação pertinente à função de Assistente Social;
- (3) A contratação de pessoal para a função de Pajem normalmente ocorre para um período de 8 horas diárias. No entanto, no exercício da função específica junto à criança, a carga horária deveria restringir-se apenas a 6 horas e 30 minutos completando-se o restante da carga horária no exercício de outras atribuições estabelecidas pela administradora.

Quadro 20 — Relação de Pessoal das creches diretas quanto à função, escolaridade e jornada de trabalho (1981)

continua

Pessoal			Criança	
Função	Nível de Escolaridade	Quantidade de Funcionário	Número de Crianças atendidas	Faixa Etária
Diretor	Nível Superior	1	Qualquer número	0 a 6 anos e 11 meses
Assistente de Administração	2.º Grau Completo	1	A partir de 60	0 a 6 anos e 11 meses
Auxiliar de Diretor	2.º Grau Completo	1	Qualquer número	0 a 6 anos e 11 meses
Auxiliar de Enfermagem	1.º Grau Completo + curso próprio	1	Qualquer número	0 a 6 anos e 11 meses

continuação

Atendente de Enfermagem	1.º Grau Completo	1	A partir de 100	0 a 6 anos e 11 meses
Professora	2.º Grau Completo Curso de Formação para professor de 1.º grau	1	Até 60	0 a 6 anos e 11 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 6	0 a 7 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 8	8 a 18 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 10	19 a 30 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 16	2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 16	3 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 20	4 anos e 7 meses a 5 anos e 11 meses
Pajem	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 20	6 anos a 6 anos e 11 meses
Lactarista	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 30	0 a 18 meses
Cozinheira	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Qualquer número	18 meses a 6 anos e 11 meses
Auxiliar de Cozinha	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 40	18 meses a 6 anos e 11 meses
Faxineira	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 60	0 a 6 anos e 11 meses
Lavadeira/Passadeira	1.º Grau incompleto, acima da 4.ª série	1	Até 60	0 a 6 anos e 11 meses
Zelador	Alfabetizado – se possível 1.º grau incompleto (acima da 4.ª série)	1	A partir de 60	0 a 6 anos e 11 meses
Vigia Noturno	Alfabetizado	1	Qualquer número	0 a 6 anos e 11 meses

Fonte: Creches Programação Básica COBES (1981b). Acervo História da Educação e da Infância.
Fundação Carlos Chagas.

Nomenclatura de acordo com a Lei n.º 5692/71.

O documento *Creches Programação Básica* (1981b) previa que, além do quadro fixo de pessoal discriminado em relação ao número de crianças, era imprescindível a contratação de mais um funcionário “volante” para cada conjunto de 12 funcionários, nas funções de pajem, lactarista, cozinheira, auxiliar de cozinha, faxineira e lavadeira/passadeira.

Em face da proporção adulto-criança apresentada, uma creche com capacidade para 120 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses, funcionando por 12 horas diárias, contará com 7 módulos de atendimento, o que exige um quadro mínimo de 40 funcionários, entre os quais estão computados os dois funcionários “volantes” e pajens para os dois turnos, de acordo com o quadro apresentado a seguir:

Quadro 21 — Módulo de Atendimento de uma creche com capacidade para 120 crianças (1981)

<i>Módulos de Atendimento</i>		<i>Pessoal</i>		<i>Pessoal comum a todos os Módulos</i>
<i>Tipo</i>	<i>Número de Crianças</i>	<i>Número</i>	<i>Função</i>	<i>Especificação</i>
Berçário menor (0 a 7 meses)	12	4	Pajens	01 administradora 01 auxiliar Administrativo
Berçário maior (8 a 18 meses)	16	4 1	Pajens Lactarista	02 Auxiliares Sociais 1 Auxiliar de Enfermagem
Mini Grupo (19 a 30 meses)	20	4	Pajens	1 Atendente de Enfermagem 2 Professores
Maternal I (2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses)	16	2	Pajens	1 cozinheira 2 Auxiliares de Cozinha 2 Faxineiras
Maternal II (3 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses)	16	2	Pajens	2 Lavadeiras/Passadeiras 1 Zelador 2 Funcionários “Volantes”
Jardim (4 anos e 7 meses a 5 anos e 11 meses)	20	2	Pajens	1 Vigia
Pré-escola (6 anos a 6 anos e 11 meses)	20	2	Pajens	

Fonte: *Creches Programação Básica* COBES (1980b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

É importante assinalar que o quadro básico de pessoal era o mesmo para os diferentes padrões de creche, variando a lotação para algumas funções (pajem, auxiliar de cozinha e serventes).

Com relação ao cargo²² de Diretor, apontava-se uma necessidade específica da realização de uma capacitação para a função desempenhada, pois as universidades não incluíam nas aulas conteúdos relacionados ao atendimento/educação da criança pequena, como é o caso, por exemplo, do sociólogo. Verificou-se, também, que com exceção dos demais, o Diretor era o único que possuía um cargo, de livre provimento em comissão pelo prefeito. Os *Movimentos de Luta por Creches* reivindicavam o direito de participação na escolha da diretora e na seleção dos demais funcionários para trabalhar na creche; posteriormente, reivindicaram abertura de Concurso Público para a contratação de funcionários da creche.

A princípio, o processo de seleção de funcionários foi regionalizado, com a participação do *Movimento de Luta por Creches*. As supervisões regionais assumiam todo o processo de inscrição, elaboração, avaliação, aplicação das provas e contratação. Nesse período, um dos critérios de contratação estabelecidos era residir no local onde a creche se inseria. A expansão do serviço de creches da rede direta exigiu a contratação de pajens, selecionadas a partir da experiência que tinham no cuidado com crianças pequenas, ou como participantes do *Movimento de Luta por Creches*. Do ponto de vista da escolaridade, a contratação era restrita às pessoas que possuíssem, no mínimo, a 4.^a série. Outra característica desse quadro de funcionários era a de que “o quadro de pessoal sempre foi e continua sendo feminino, à exceção de algumas categorias funcionais tradicionais preenchidas por homens como vigia e zelador” (ROSEMBERG, CAMPOS e HADDAD, 1991, p. 54).

Ao final da programação, havia ficha de entrevista para seleção de pessoal de creche, prova para seleção de pajem, professora, atendente de enfermagem ou responsável pelo setor de saúde, cozinheira, auxiliar de cozinha e lactarista.

2.4 O ambiente da creche na proposta de atendimento: os espaços

²² O quadro de pessoal das creches da rede direta comportava um cargo e várias funções. O único cargo previsto era o de diretor, de livre provimento em comissão pelo prefeito. O diretor não tinha autonomia para contratação/demissão de funcionários. Em caso de necessidade de demissão de funcionários, o diretor poderia sugerir-lá mediante relatório e justificativa a ser avaliado pela assessoria do órgão de Bem-Estar Social (ROSEMBERG, CAMPOS & HADDAD, 1991, p.52).

A Secretaria da Família e de Bem-Estar Social em seu programa de atendimento ao menor, desde o ano de 1972, elaborou os projetos arquitetônicos dos equipamentos físicos (Creche/OSEM), por meio de corpo técnico da área profissional específica. Esses projetos foram resultantes, não só da participação na definição da política de diretrizes de atuação do órgão no programa de atendimento ao menor, como também da participação na programação básica global para o atendimento ao menor dentro do equipamento creche.

Dados do documento *Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados* (1974f) demonstram que a implantação e o acompanhamento da operação desses equipamentos possibilitaram que os projetos fossem testados e avaliados, não só na sua concepção, mas também ao nível de organização-espacial e tecnológica, chegando até a verificação do comportamento do nível mais específico dos detalhes construtivos.

A possibilidade de testar os projetos desde o início da implantação do programa creche, realimentando os sucessivos projetos, permitiu uma atualização constante da programação arquitetônica das creches, que aliada à dimensão política e à disponibilidade orçamentária de cada momento, resultou na elaboração e implantação de diversos projetos arquitetônicos.

Todavia, a execução das obras que ficaram no decorrer do período a cargo de outras Secretarias e órgãos (Secretaria de Obras, COHAB, EMURB) acarretou um descompasso entre a concepção e os resultados obtidos, ocasionando problemas posteriores, como por exemplo, ligações de água, luz, esgoto, acabamento, cobertura, impermeabilização, alvenaria, estrutura, entre outros.

Até 1971, existiam implantadas no Município de São Paulo 15 unidades funcionando como creches, cujo projeto arquitetônico foi desenvolvido por intermédio do antigo PREF-CE (Convênio Escolar) ligado à Secretaria de Obras.

Em 1972, esta Secretaria passou a executar e coordenar o projeto arquitetônico para implantação de novas unidades (os Centros Infantis Integrados) como também a desenvolver os projetos de reformas e/ou ampliação das unidades já implantadas.

No quadro a seguir, apresentam-se as características básicas dos projetos padrão implantadas pela Secretaria (1973 a 1982):

Quadro 22 — Caracterização dos Projetos de creche (1973 a 1982)

PROJETO	ANO	FAIXA ETÁRIA (ANOS)	CAPACIDADE (N.º DE CRIANÇAS)	N.º DE UNIDADES	ÁREA CONSTRUÍDA
<i>Creche Padrão A</i>	<i>1973/74</i>	<i>0 a 3</i>	<i>130</i>	<i>5</i>	<i>653.39</i>
<i>Creche Padrão B</i>	<i>1975/76</i>	<i>0 a 3</i>	<i>68</i>	<i>19</i>	<i>360.96</i>
<i>Núcleo Comunitário Embrião (múltiplo uso)</i>	<i>1979</i>	<i>0 a 2 anos e 6 meses</i>	<i>35</i>	<i>23</i>	<i>159.36</i>
<i>Núcleo Expandido Térreo</i>	<i>1979/80</i>	<i>0 a 6</i>	<i>92</i>	<i>30</i>	<i>479.59</i>
<i>Núcleo Expandido Sobrado</i>	<i>1979/80</i>	<i>0 a 6</i>	<i>92</i>	<i>8</i>	<i>456.50</i>
<i>Creche Padrão EMURB CPG</i>	<i>1980</i>	<i>0 a 6</i>	<i>118</i>	<i>53</i>	<i>511.98</i>
<i>Creche Padrão EMURB CPP</i>	<i>1980</i>	<i>0 a 3</i>	<i>123</i>	<i>41</i>	<i>570.98</i>
<i>Creche Padrão COBES P81A</i>	<i>1981</i>	<i>0 a 6</i>	<i>138</i>	<i>15</i>	<i>588.60</i>
<i>Creche Padrão COBES – P81</i>	<i>1981</i>	<i>0 a 3</i>	<i>142</i>	<i>7</i>	<i>633.88</i>
<i>Creche Padrão FABES – P82</i>	<i>1982</i>	<i>0 a 6</i>	<i>138</i>	<i>29</i>	<i>671.60</i>

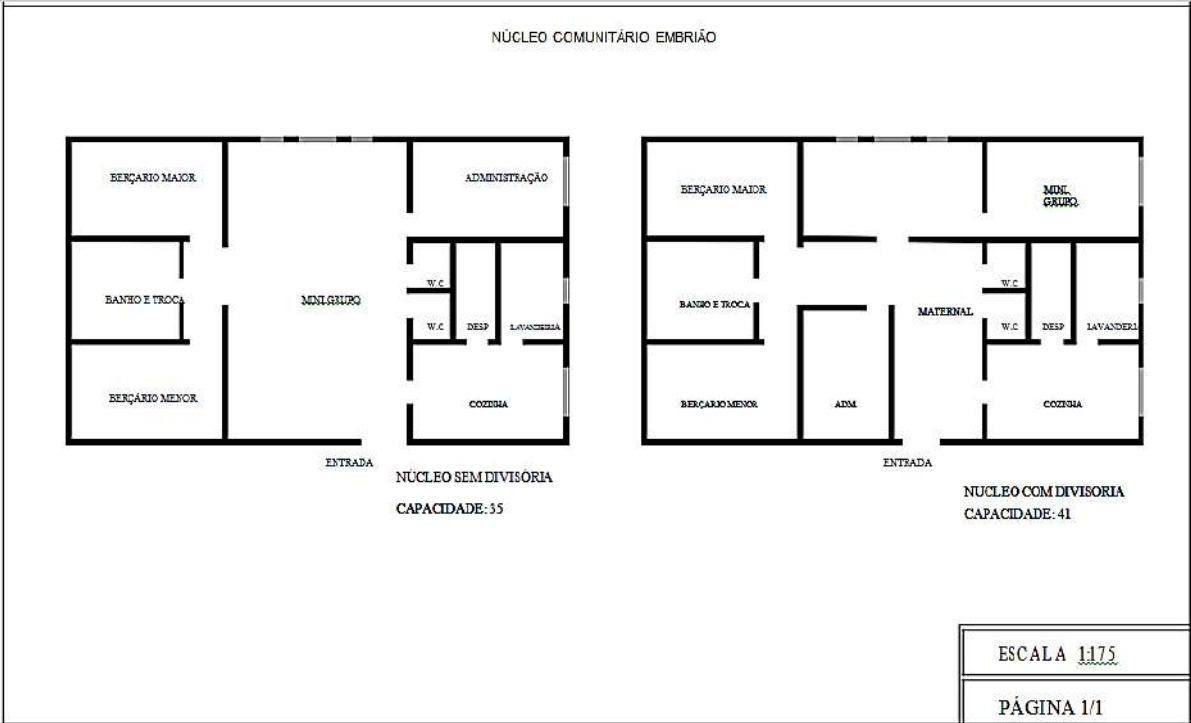
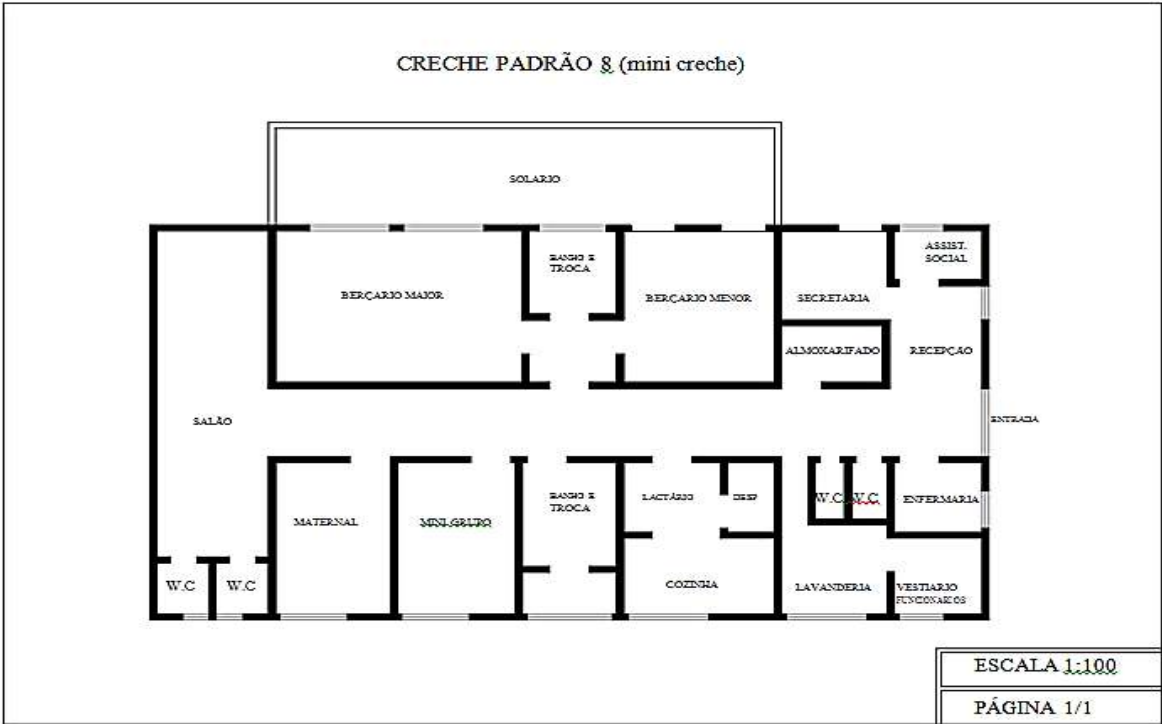
Fonte: Diretrizes Programáticas do Projeto Centro Infantis Integrados (1974f). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

A Secretaria do Bem-Estar Social optou pelo desenvolvimento do programa por um projeto básico modulado em duas alternativas: edificação térrea ou assobradada, dependendo da área de terreno disponível, ambas com capacidade para 120 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

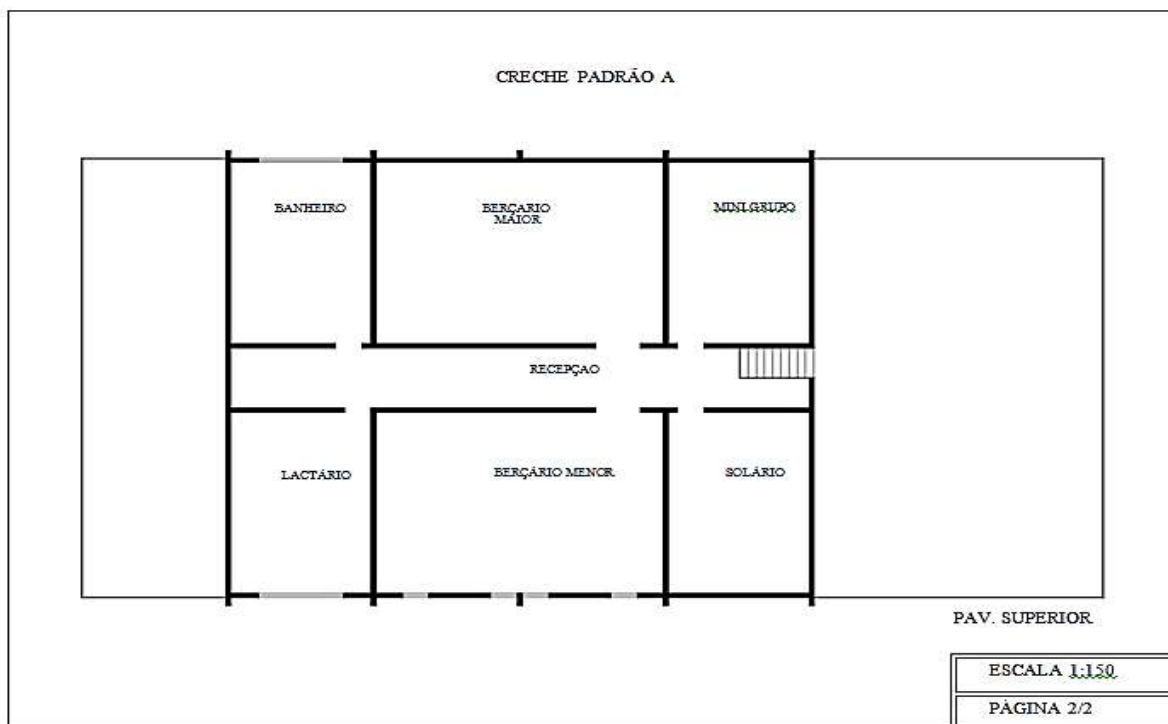
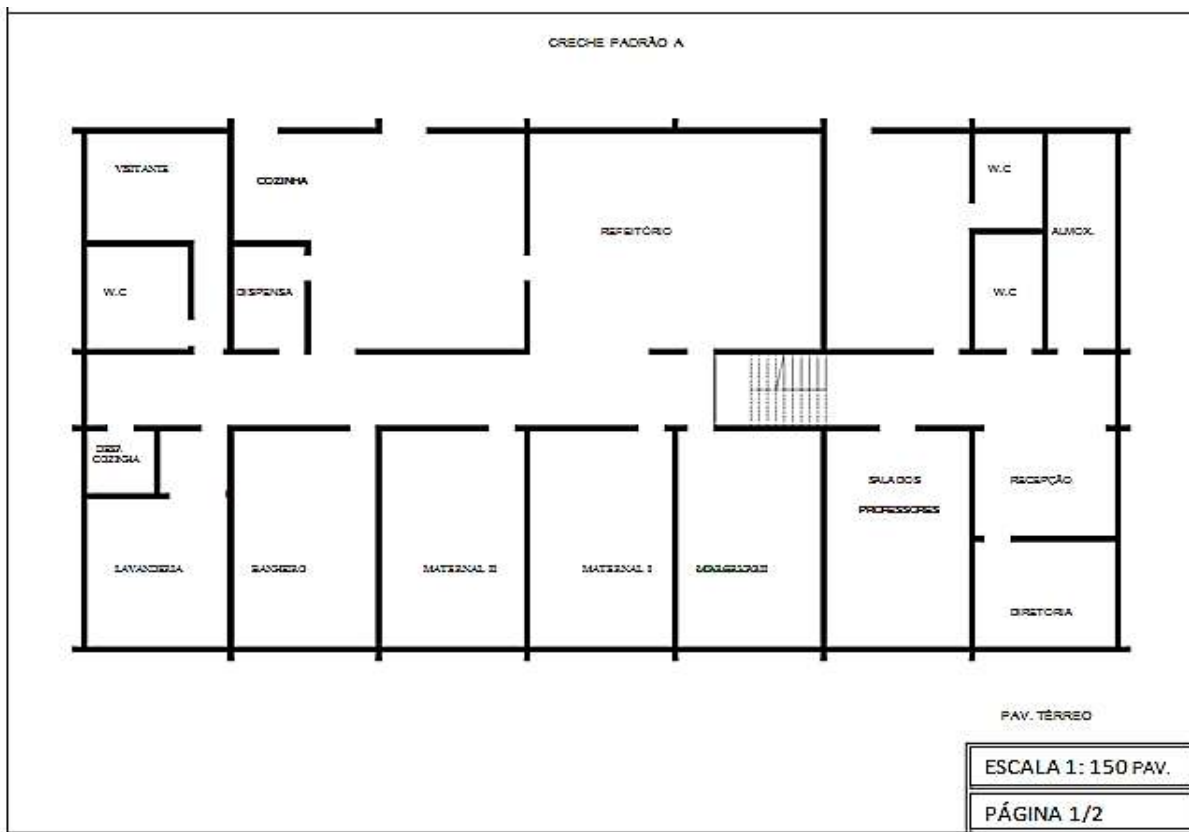
Os projetos arquitetônicos elaborados são variações em torno de três componentes básicos: área de administração e serviços básicos, área das crianças, comportando salas para os agrupamentos de idade e espaços comuns e área externa.

Para uma melhor compreensão dos projetos implantados pela Secretaria, foram reunidas as respectivas plantas baixas dos pavimentos com a denominação dos ambientes e descrição do sistema construtivo.

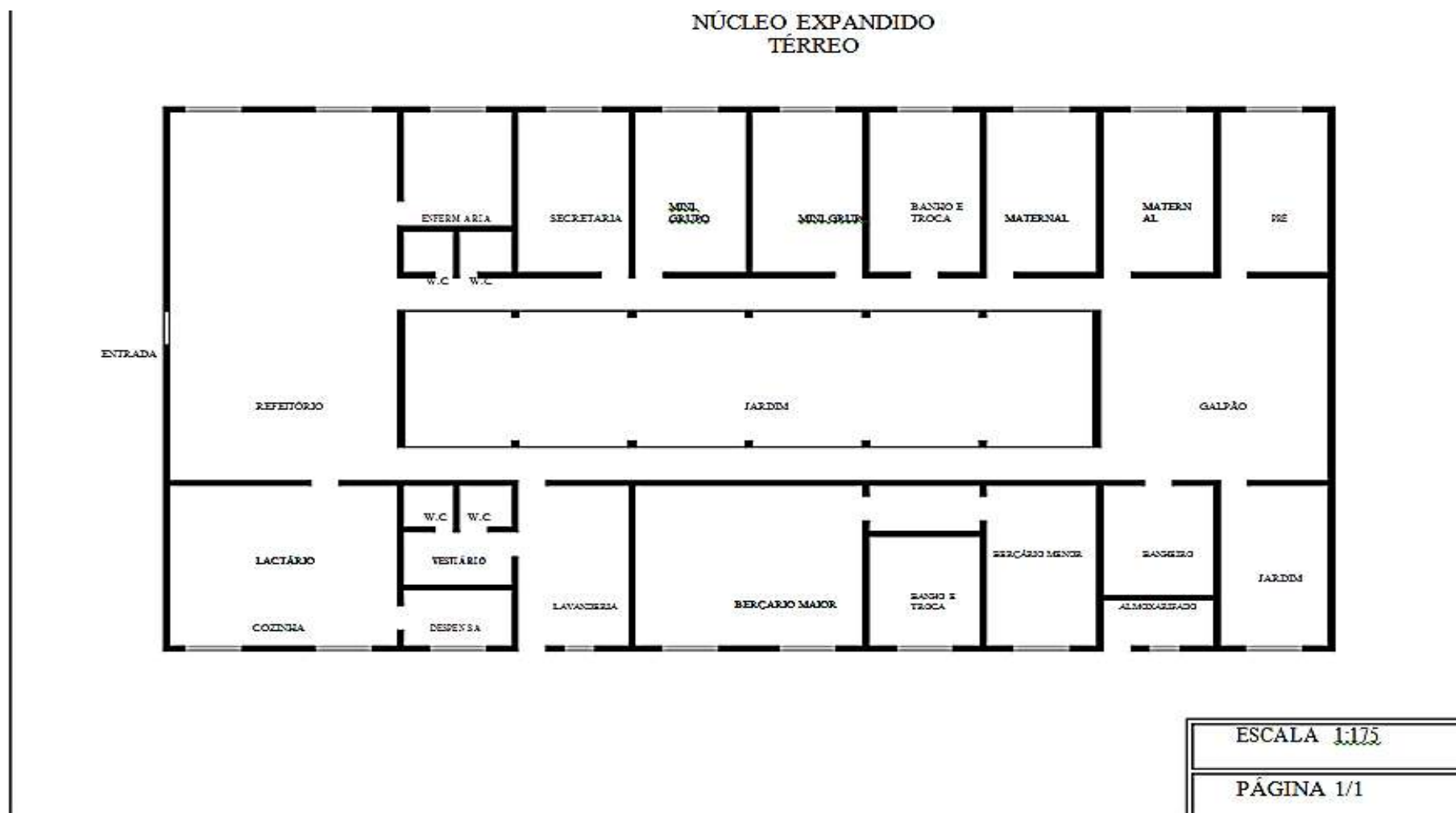
Figura 41 – Conjunto de Plantas baixas das creches municipais



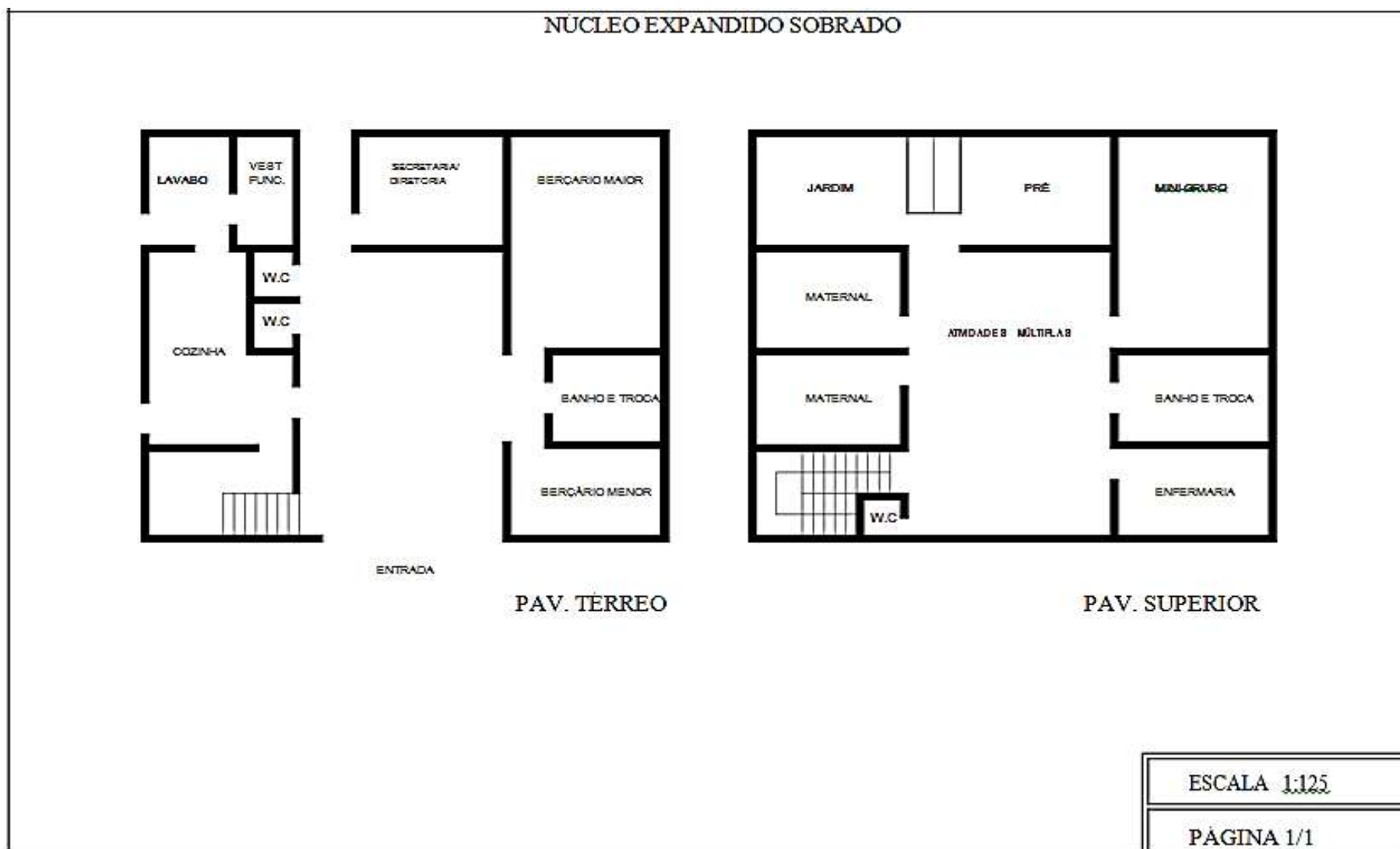
Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.



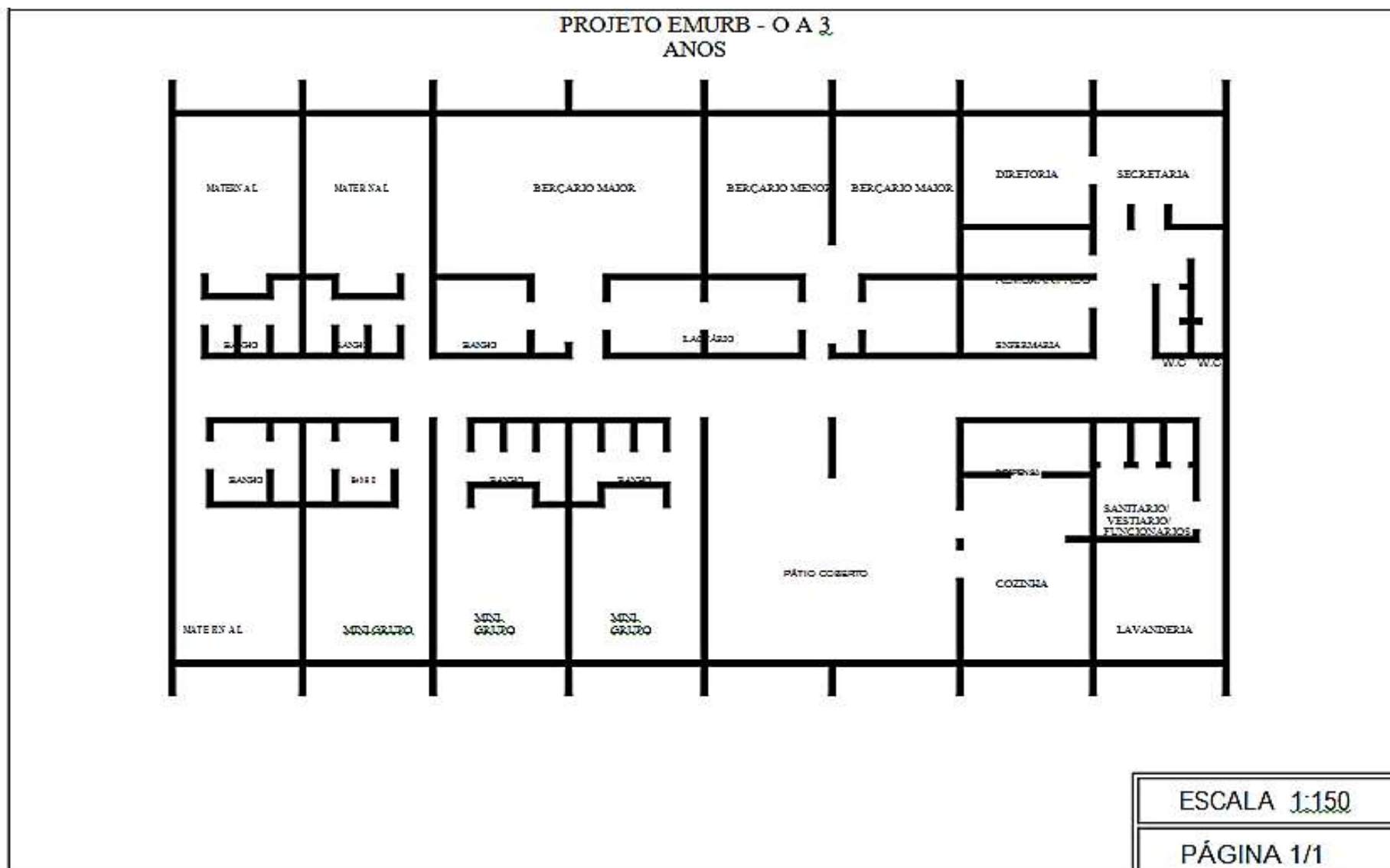
Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.



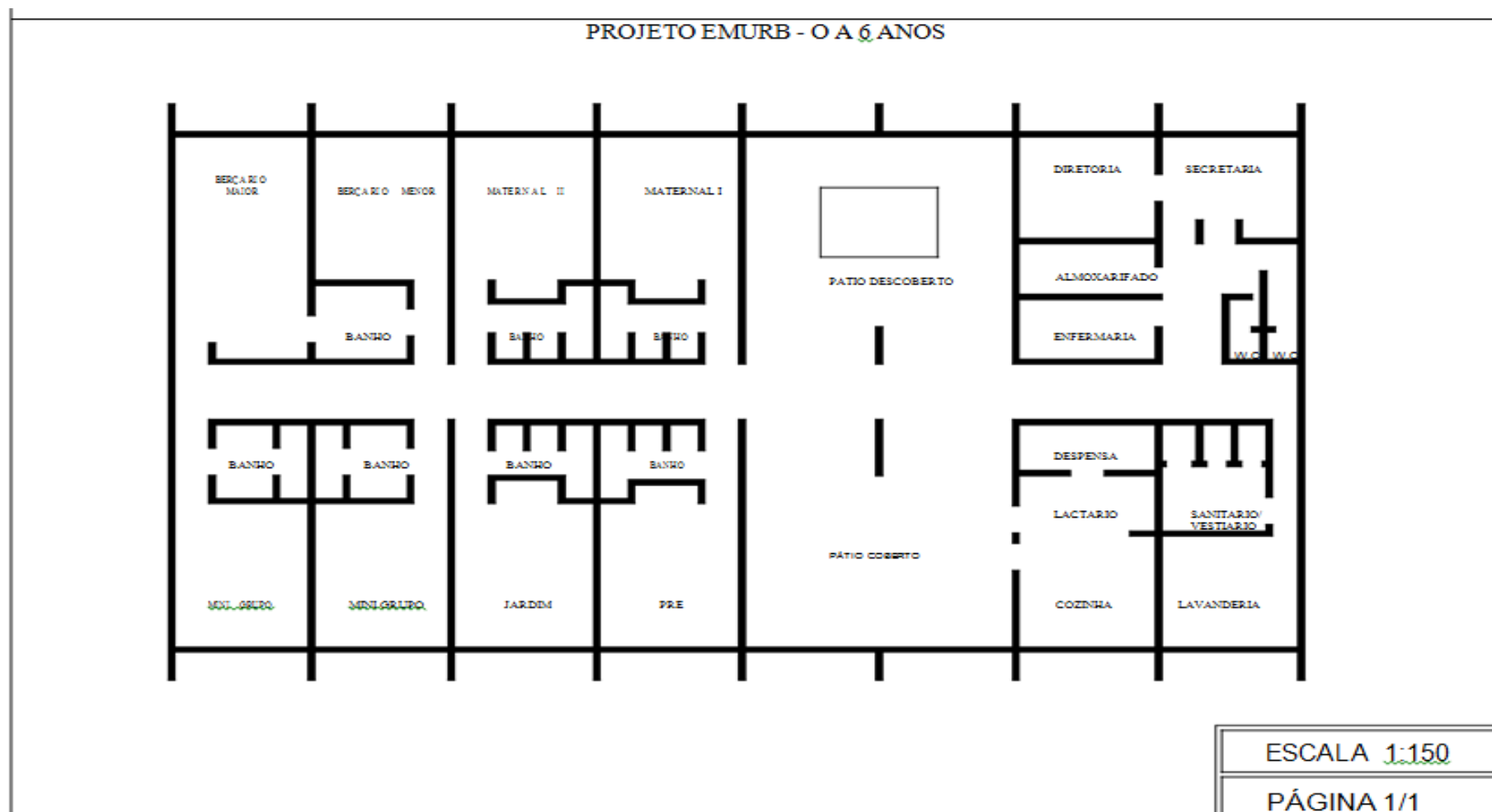
Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.

O equipamento térreo era construído em alvenaria estrutural de bloco de cimento revestido internamente e à vista, externamente coberta com telhas de fibrocimento e forro de laje pré-fabricada, numa área total de 478,60 metros quadrados de construção mais um espaço descoberto interno de 79 metros quadrados.

O imóvel contava com cinco salas de atividades pedagógicas, dois berçários, sala de trocas, dois sanitários para crianças, duas salas para administração, enfermaria, dois sanitários para adulto, lavanderia, vestiário de funcionários, cozinha, despensa, refeitório para crianças, galpão coberto para atividades e um almoxarifado. As áreas não edificadas do terreno seriam utilizadas para solário com piso cimentado, espaço calçado para atividades pedagógicas, *playground* gramado e área de serviço calçado e murado.

O projeto referente ao equipamento assobradado constituía-se em imóvel de dois pavimentos; construído em alvenaria estrutural de bloco de cimento revestido internamente, o bloco ficaria à vista na área externa. A área total construída era de 455,20 metros quadrados, sendo 227,60 metros quadrados no pavimento térreo e superior.

No pavimento térreo havia: dois berçários, sala de trocas, sala de administração, lavanderia, cozinha, dois sanitários para adultos, vestiário para funcionários e galpão coberto. No piso superior, encontrava-se a enfermaria, cinco salas de atividades pedagógicas, banheiro para crianças, sanitário para funcionários e galpão coberto.

De acordo com o documento *Subsídios para a Ampliação da Rede de Creches no Município de São Paulo* (1979d, p. 8), a experiência demonstrou a dificuldade na manutenção dos equipamentos, em virtude de inexistir, em quantidade suficiente, entidades com estrutura financeira capaz de gerir e manter creches desse porte.

Essas dificuldades aliadas à nova diretriz adotada pela COBES no sentido de concentrar o atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos, preferentemente na periferia do Município, conduziram, em 1976, à proposição de um projeto de implantação de unidades de pequeno porte, com capacidade para 60 crianças, polarizadas pela cidade, com o intuito de facilitar sua administração por entidades particulares com menores recursos financeiros.

O projeto denominou-se “Minicreche” e requereu teoricamente um menor investimento a cada implantação e um menor custo operacional para a entidade. Em 1978, foram implantadas duas Minicreches ainda em caráter experimental e em período de funcionamento insuficiente para uma adequada avaliação.

O Projeto Creche-Padrão possuía capacidade de atendimento para 40 crianças de berçário e 110 crianças de maternal. Tratava-se de imóvel construído em estrutura independente de concreto armado, fechamento em alvenaria revestida e cobertura de telha de

cimento amianto sobre laje de concreto, perfazendo área total de construção de 789,25 metros quadrados.

O corpo principal das creches era composto de três pavimentos com ambientes agrupados segundo as atividades desenvolvidas na creche. A área administrativa localizava-se no pavimento intermediário do edifício, com acesso para o exterior e com os seguintes ambientes: Diretoria, Secretaria, Enfermaria com Sanitário, Sala de Atendimento Social, Recepção e Espera, Circulação Geral, Almoxarifado e dois Sanitários.

O Conjunto Pedagógico encontrava-se no pavimento inferior do edifício, com acesso para área de recreação externa *playground*. No Conjunto, localizavam-se os seguintes ambientes: Salas de Atividades Pedagógicas com acesso para áreas externas de Recreação dirigida, Refeitório e Sanitário.

O espaço destinado à execução dos Serviços encontrava-se no pavimento inferior do edifício com acesso para a área de serviço externo. Contava com os seguintes ambientes: Cozinha, Despensa, Lavanderia, Refeitório de Funcionários, Sanitário e Vestiário de funcionários e Depósito.

O Berçário encontrava-se localizado no pavimento superior do edifício com os seguintes ambientes: duas Salas de Atividades, dois Berçários com Sala de Banho e Troca, Lactário, Sanitário de Funcionários e Solário em terraço descoberto.

O Galpão externo era composto de estrutura independente de concreto armado, coberto com telhas de cimento amianto, sem fechamento lateral, a não ser em um dos lados onde se localizam dois Sanitários para o público e uma Copa.

O Projeto Minicreche possuía capacidade de atendimento total para 60 crianças, sendo 30 crianças de berçário e 30 crianças de maternal. O imóvel foi construído em estrutura independente de concreto armado, fechamento em alvenaria de blocos de concreto – as paredes eram revestidas internamente – com cobertura de telhas de cimento amianto sobre laje e concreto armado, perfazendo área total de construção de 360,96 metros quadrados. No pavimento térreo, estava o corpo principal da creche, compreendendo os seguintes ambientes: área Administrativa, com espaço para Diretoria, Secretaria, Enfermaria, Sala de Atendimento Social, Recepção e Espera, Almoxarifado e dois Sanitários.

O Conjunto Pedagógico era composto por duas Salas de Atividades Pedagógicas com acessos para as áreas externas de recreação dirigida e sanitário. Na área de Serviços, localizavam-se a Cozinha e o Lactário, Despensa, Lavanderia, Sanitário e Vestiário de funcionários.

No ambiente do Berçário, havia duas Salas de Berçário com acessos para o Solário e uma Sala de Banho e Troca.

O Galpão que era acoplado ao corpo principal, compunha-se de estrutura independente de concreto armado, coberto com telhas de cimento amianto, com sanitários públicos em um de seus lados.

De acordo com Frago e Escolano (2001),

A arquitetura escolar, além de ser um programa invisível e silencioso que cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas, pode ser instrumentada também no plano didático, toda vez que define o espaço em que se dá a educação formal e constitui um referente pragmático utilizado como realidade ou como símbolo em diversos aspectos do desenvolvimento curricular. (FRAGO e ESCOLANO, 2001, p. 47).

Desse modo, o espaço físico torna-se o lugar em que acontece o desenvolvimento de múltiplas habilidades e sensações; a arquitetura escolar passa a constituir-se em um programa, uma espécie de discurso que traz no conjunto um sistema de valores, como por exemplo, os de ordem, disciplina e vigilância. A localização desse espaço, a disposição dele na trama urbana, também precisa ser examinada do ponto de vista curricular, pois segundo Frago e Escolano (2001):

A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente. (FRAGO e ESCOLANO, 2001, p. 28).

Figura 42 — Conjunto de imagens Áreas Externas e Internas das creches da rede direta paulistana

Áreas externas



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo. SMADS. Décadas 70 e 80.

Áreas externas



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo. SMADS. Décadas 70 e 80.



Refeitório

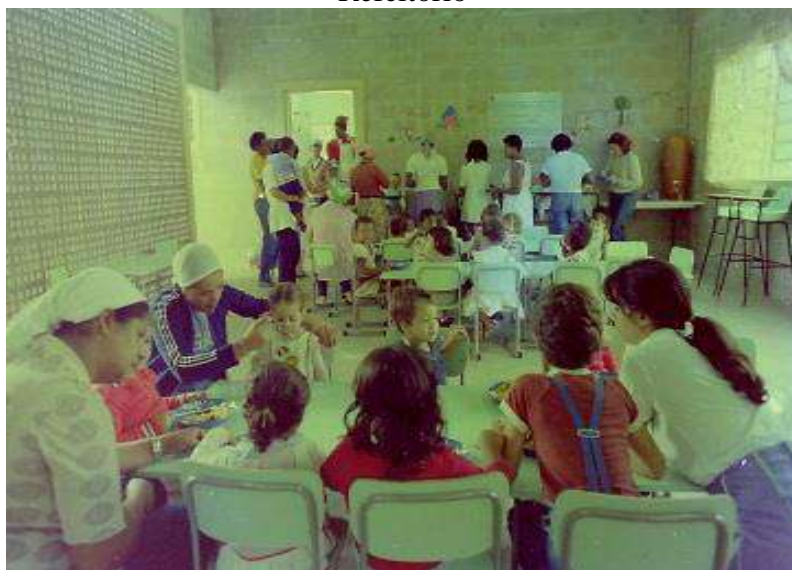
Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo. SMADS. Décadas 70 e 80.

Playground



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo. SMADS. Décadas 70 e 80.

Refeitório



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo. SMADS. Décadas 70 e 80.

Ao observar as imagens das plantas baixas, a descrição dos ambientes e o conjunto de imagens das áreas externas e internas das creches da rede direta paulistana, foi possível compreender que o espaço foi pensado tendo como base o discurso higienista. Por suas características, observou-se que os espaços se apresentam bem definidos e estanques; havia preocupação com o arejamento, tamanho das salas, a relação do espaço com o número de crianças atendidas, espaços destinados ao serviço de limpeza, para as questões de saúde e o cuidado com o corpo. Constatou-se, também, em algumas das imagens a ausência de serviços de manutenção predial.

Sobre essa escolha Barbosa (2006) afirma:

Geralmente, nesses projetos, por diferentes motivos, o estilo arquitetônico toma-se uniforme, isto é, não se pensa em posição solar, diferenças climáticas, tipo de terreno, faixa etária dos usuários, etc., havendo uma planta-padrão que é colocada no terreno independentemente das necessidades reais. (BARBOSA, 2006, p. 125).

Os estudos realizados por Rosemberg, Campos e Haddad, que resultaram no documento *A Rede de Creches no Município de São Paulo* (1991), apontaram que a construção das creches da rede direta sofreu as mesmas vicissitudes dos outros equipamentos urbanos que deveriam estar presentes nos bairros, como escolas, postos de saúde, praças.

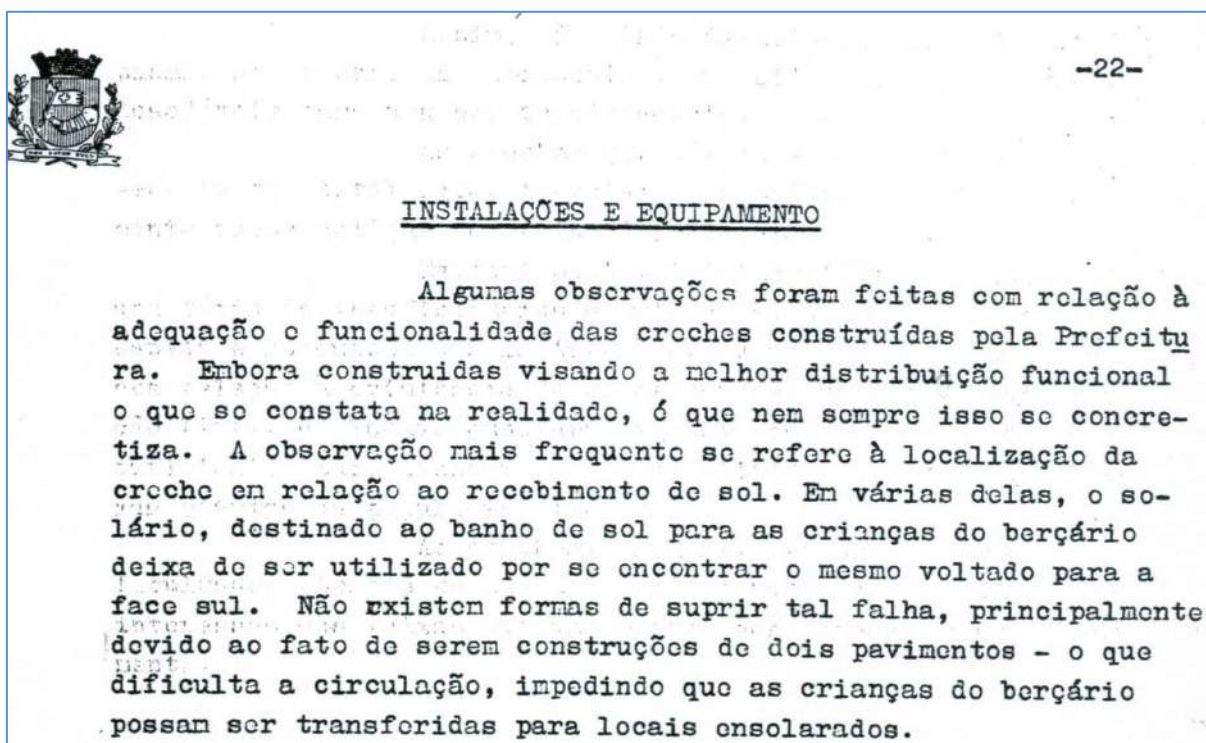
Como a maior parte dos loteamentos acessíveis à população mais pobre são realizadas de forma irregular, sem respeitar as posturas municipais, as áreas reservadas para uso institucional, ou são completamente inexistentes, ou correspondem a terrenos de difícil aproveitamento, muitas vezes apresentando declividade acentuada ou encontrando-se em áreas inundáveis, entre outros problemas.

[...] Muitos dos problemas identificados nas creches construídas a partir de 79, que foram denunciadas na CEI, devem-se a essas características dos bairros populares da

periferia paulistana: terrenos que cedem, paredes que racham, esgotos que vazam, etc (ROSEMBERG, CAMPOS & HADDAD, 1991, p. 54).

O *Dossiê Rosa Krausz* assim se manifestou sobre as construções entregues a população:

Figura 43 — Excerto do relatório sobre instalações e equipamentos



Fonte: *Dossiê Rosa Krausz* (1970). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Outra situação observada foi a de que a maioria dessas construções estava localizada nos bairros onde a necessidade da oferta de vagas era crescente, e todos esses problemas encontrados nesses equipamentos somados à falta de uma infraestrutura de calçamento, de saneamento básico e de serviços de transporte dificultavam ainda mais a rotina dos moradores que dependiam do serviço da creche.

Ao analisar, neste segundo capítulo, a organização do trabalho cotidiano em um ambiente definido pelas pessoas responsáveis por seu funcionamento nas propostas e programações de atendimento das creches para as crianças de 0 a 6 anos, na rede direta da cidade de São Paulo, tomou-se por empréstimo as inquietações sobre o conceito de rotina definido por Barbosa (2006), para compreender a rotina assumida pelas creches da rede direta paulistana.

Tratou-se de uma programação utilizada como instrumento de controle de tempo, do espaço, das atividades e dos materiais, a ponto de regulamentar e de padronizar os adultos e as

crianças, ocultando a diversidade, massificando e homogeneizando o coletivo infantil, impedindo a construção das diferenças, tornando-o repetitivo, isto é, “rotina rotineira”, como apontada por Freire (1993); uma rotina que se arrasta em tédio mortal, disciplinadora, fragmentando o projetar do executar, porque é alienada aos ritmos, aos desejos, ao pulsar do pensamento do educador e do educando, portanto, educando para a submissão, embora houvesse na programação pedagógica previsão para a aquisição, manutenção, conservação das instalações, compra de objetos, de brinquedos e de móveis para os ambientes.

Sobre a estrutura, os documentos enfatizavam que as atividades seriam trabalhadas a partir de áreas de conhecimento, para proporcionar o desenvolvimento integral das crianças, considerando os aspectos físico, mental, cognitivo, emocional e afetivo; porém, as atividades não respeitavam as relações interpessoais, as brincadeiras, as linguagens, os diálogos corporais e orais e outras expressões a exemplo do olhar e do sorriso.

A respeito das leitoras a quem a proposta se destinava – professoras, pajens, diretoras, cozinheiras, auxiliares, o documento fazia referência a elas, explicitando que a finalidade da programação era subsidiar o trabalho da funcionária na orientação e apoio em sua prática. Identificou-se que a proposta fazia referência sobre a realidade do município e apresentava um diagnóstico da situação das crianças atendidas pelas creches.

Segundo Kramer (2003, p. 176), em toda proposta curricular precisa-se dialogar com seus leitores e o seu cotidiano profissional precisa estar expresso neste texto; daí ser necessário analisar se na proposta “são estabelecidas pontes com o dia-a-dia da escola, da creche e da pré-escola, se as reflexões que a proposta enseja permitem aos profissionais (leitores da proposta) ir além do cotidiano, pensando-o criticamente”.

Acatadas as propostas até aqui descritas e analisadas, no próximo capítulo investigou-se quais aspectos eram achados como importantes para o desenvolvimento das crianças e dos adultos, ou seja, de que maneira a organização das rotinas das creches para atendimento das necessidades e das características dos grupos de crianças estavam ou não compreendidos nas propostas e programações de atendimento publicadas.

CAPÍTULO 3 – O CUIDAR E O EDUCAR NA ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS DE ATENDIMENTO DA CRECHE DA REDE DIRETA PAULISTANA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO

Na cidade de São Paulo, as mudanças nas concepções do trabalho das creches se fizeram acompanhar de mudanças na percepção do papel das pessoas encarregadas do atendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade. No início da implantação da creche, exigia-se pouco desses profissionais, a não ser que fossem mulheres e demonstrassem afeto por crianças. O quadro de pessoal era predominantemente feminino, à exceção de algumas categorias funcionais tradicionalmente preenchidas por homens, como vigia e zelador.

Nesse percurso, foi possível observar que, embora a rede de creches do município de São Paulo contenha um subsistema de creches conveniadas mais antigo que o de creches da rede direta, é esta última que tem sido referência para o subsistema privado no sentido de definir aspectos normativos que são gerais à rede de creches, mas cuja aplicabilidade difere no subsistema privado, a exemplo do caso da programação e funcionamento, e outros que são específicos ao subsistema público, como o quadro de pessoal e alimentação. (ROSEMBERG, CAMPOS e HADDAD, 1991, p. 40).

A análise dos documentos realizada no capítulo 2 permitiu compreender que as propostas e programações trouxeram prescrições predominantemente voltadas para o desenvolvimento de um trabalho cuja concepção compreendia a criança, como sendo um sujeito passivo, carente, considerada como um depósito de ideias preconcebidas e pré-elaboradas pelos adultos.

Apesar dessa concepção baseada em que a criança atendida pela creche apresentava um quadro de carências ocasionado pela privação alimentar, afetiva, social e de estimulação própria do meio em que vivia Batista (1998), relata:

As crianças extrapolam esta unicidade indo além do proposto, fazem escolhas quando não deveriam fazer, optam por olhar o livro de história com gravuras ao invés de ouvir o som da história que embala o sono que ainda não veio. Deitam, rolam, se acariciam no tapete sem se incomodar com a hora do descanso. Talvez porque não estejam tão cansadas ou nem um pouco cansadas. Ao apreender a estrutura hierarquizada, uniforme e homogeneizadora da rotina, a rigidez e a fragmentação dos tempos e os espaços pré-fixados de atuação, foi possível identificar sua estreita aproximação com a lógica da organização temporal e espacial da escola. (BATISTA, 1998, p. 168)

3.1 O cuidado com a saúde e com o ensino dos hábitos de higiene para crianças

Tendo em vista os objetivos e a proposta da *Programação de Saúde* (1973a), do *Manual Técnico Administrativo* (1974e e 1978c) e *Creches Programação Básica* (1979a, 1980b e 1981b) que estabeleciam rotinas de cuidado para preservação da saúde das crianças, sob a orientação de uma concepção baseada no processo saúde-doença, localizou-se nos documentos um conjunto de situações referentes aos cuidados com a saúde e com o ensino dos hábitos de higiene para crianças de 0 a 6 anos atendidas pelas creches da rede direta paulistana.

O conjunto de imagens da figura 44, por exemplo, demonstram cenas referentes às situações relacionadas à rotina de saúde apresentada nessas orientações. A rotina descrevia pormenorizadamente os procedimentos relativos às questões de saúde e higiene das crianças. Por exemplo: a temperatura da água para o banho, a segurança, a estimulação, a higiene do couro cabeludo, das cavidades e dos genitais, as condições de pele, assaduras, adequação da roupa à temperatura ambiente, o uso de pentes e de toalhas individuais, limpas e secas (SÃO PAULO, *Creches Programação Básica*, 1980b, p.8).

Neste conjunto de imagens, foram selecionadas fotografias referentes ao momento da entrada das crianças na creche (esse momento era denominado por triagem. Nas publicações, a triagem deveria acontecer no momento da entrada da criança na creche). Essa rotina de entrada previa que as crianças e os seus pertences fossem inspecionados todos os dias, no início do período de atendimento.

A triagem era realizada pela auxiliar de enfermagem, para se verificarem as condições físicas e de higiene das crianças, suficiência e adequação das roupas nas sacolas, por meio da observação da criança e do contato com a mãe ou responsável sobre seu estado físico. Em caso de suspeita de qualquer alteração na saúde das crianças, previa-se a colocação de termômetro para verificar a temperatura, e aquelas que apresentassem “pediculose e escabiose somente poderiam frequentar a creche se houvesse condições de serem medicadas e tratadas pelos funcionários” (SÃO PAULO, *Programação de Saúde*, 1973a, p. 7). Nesse momento também eram entregues os medicamentos a serem administrados na creche, devidamente prescritos por um médico.

Caberia à creche toda a orientação para encaminhamento da criança doente. As crianças portadoras de moléstias infectocontagiosas, febre contínua por mais de dois dias, assim como vômitos ou diarreias contínuas não eram admitidas. O documento esclarecia aos funcionários:

O encaminhamento de urgência será feito sob a responsabilidade da creche apenas quando necessário, notificando imediatamente a família e devolvendo-lhe a

responsabilidade de prosseguimento nos procedimentos para diagnóstico e tratamento.

A triagem diária de admissão visa impedir a permanência de criança que se apresente com sintomas de patologia aguda à admissão. A triagem de matrícula visa impedir a admissão de crianças portadoras de patologias ou deficiências físicas ou mentais incapacitantes, ou de doenças crônicas que exijam tratamentos especializados, ou portadores de doenças contagiosas. Só serão admitidas crianças que possam participar de todas as atividades programadas para seu grupo etário, com benefício seu e sem prejuízo para o grupo. (SÃO PAULO – Município. Programação de Saúde, 1973a, p. 12)

Figura 44: Conjunto de Imagens inspeção diária para entrada na creche:

Triagem diária



Triagem diária



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Triagem diária



Controle Biométrico



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Medicação



Medicação



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Medicamentos de rotinas administrados
durante o tempo de permanência da criança
na creche.



Triagem diária



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Triagem diária



Verificação da temperatura



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Controle Biométrico



Controle Biométrico



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Triagem diária



Triagem diária



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Maranhão (2000) aponta a frequência com a qual se encontram referências aos cuidados com a saúde, com base numa concepção que tem como enfoque principal os fatores biológicos do processo de desenvolvimento humano e da determinação da doença, restringindo ações ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento somático, ao controle nutricional e das doenças transmissíveis, à elaboração de normas de higiene ambiental, alimentar e medidas de prevenção de acidentes.

As imagens demonstram que os serviços relacionados à área da saúde eram objeto de grande preocupação no sistema de creches da rede direta. Observou-se, por meio das fontes, que havia a existência de equipes de saúde no equipamento creche, em âmbitos regional e central.

Essas equipes regionais e centrais definiam normas e condutas de saúde e acompanhavam as atividades desenvolvidas nos equipamentos, por meio dos relatórios que eram preenchidos no equipamento e posteriormente enviados aos setores responsáveis.

Outra situação semelhante na rotina de saúde das crianças que frequentavam as creches da rede direta paulistana era a atividade diária relacionada à higiene e à alimentação. Esses momentos eram uma espécie de rituais cotidianos, realizados durante a maior parte do período em que as crianças estavam na creche, instituindo uma regularidade e disciplina, tanto para os adultos, quanto para as crianças. Faziam parte desses momentos: a higiene (controle

dos esfíncteres, micção, banho, cuidados com os dentes, unhas, cabelos e roupas) alimentação, repouso, recreação.

Nas creches e nas pré-escolas, além desses aspectos institucionais, também foram estruturados discursos pedagógicos que defendiam a rotinização do cotidiano como uma estratégia pedagógica necessária para a formação de sujeitos adaptados aos tempos modernos (BARBOSA, 2006, p. 89).

As cenas demonstram que as atividades presentes na rotina das crianças estavam subdivididas entre atividades de cuidados e de educação. A ênfase em um ou outro polo ocorria, principalmente, pela faixa etária, pela origem social das crianças e pelo tipo de organização institucional das creches da rede direta paulistana.

Na figura 45, selecionou-se um conjunto de imagens referentes aos momentos previstos em uma grade diária das crianças de uma creche, destinada aos cuidados de higiene pessoal.

Figura 45 — Conjunto de Imagens higiene pessoal

Controle de esfíncter



Controle de esfíncter



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Higiene Bucal

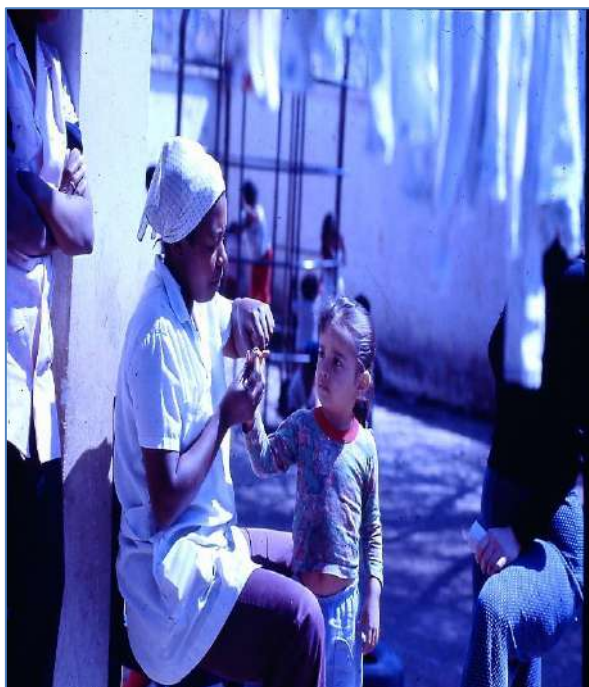


Higiene Pessoal



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Higiene Pessoal



Banho



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Hidratação diária



Banho de sol



Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental. SME/SP. Década de 1970.

Higiene pessoal



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Na rotina de higiene, estavam previstos o banho geral (uma vez por dia com lavagem de cabeça e limpeza de cavidades: nariz e ouvido), a troca de fraldas antes de cada uma das mamadas, fazendo a limpeza das nádegas com água e sabão. A hidratação (chá ou água) era oferecida à criança no intervalo das mamadas e sempre que a criança solicitasse. O banho de

sol era diário e pela manhã, a rotina estabelecia que a atividade fosse prevista na grade entre 8h e 10h (p. 7).

[...] Controle de esfíncter:

Iniciar o treinamento somente com 15 meses e começar pelo controle anal.

O controle da urina é mais lento. A criança deverá ser colocada no peniquinho como rotina: após o café, após o almoço, após o lanche da tarde.

A criança deverá ficar no máximo 15 minutos; não ralar com ela se nada fizer, nem a obrigar a ficar sob ameaças.

Deverá além destes horários ser respeitada a vontade da criança. Obtido o controle de micção, respeitar a solicitação espontânea. (SÃO PAULO – Município. Programação de Saúde, 1973a, p. 7).

As imagens e os documentos analisados demonstram uma preocupação com a formação dos bons hábitos, da obediência, do controle. Para Elias (2011), a civilização não é apenas um estado, mas um processo. Desse modo, as rotinas são habilidades adquiridas pela prática. Portanto,

A ideia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes. Nas mãos da classe média em ascensão, na boca dos membros do movimento reformista, é ampliada a ideia sobre o que é necessário para tornar civilizada uma sociedade (ELIAS, 2011, p. 59).

De acordo com Barbosa (2006), “o grande perigo dessa concepção de higiene e limpeza, é a excessiva privatização que ele foi adquirindo ao longo do tempo” (p. 57). Para favorecer essas práticas e teorias, as crianças continuavam sob a constante inspeção, vigilância e intervenção dos adultos, que regulavam e disciplinavam suas condutas. Para Foucault (2014), o alvo do poder disciplinar é o corpo dos indivíduos.

As operações de moldagem do corpo infantil, representadas por meio da fotografia, deixam claro que não bastava intervir sobre a cidade, promovendo o remodelamento do espaço urbano, era necessário ir além, moldando o corpo e a alma das crianças. O recenseamento dos bairros populares teria, no exame minucioso do corpo das crianças e no levantamento dos seus hábitos, seu equivalente, numa clara demonstração de que, nessa empresa de higienização, não bastava recensear os espaços, era fundamental esquadrihar o corpo infantil, produzir os cânones de normalidade, comparar e moldar. (ROCHA, 2003, p. 167)

De outro prisma, há entendimento de que o cuidado com a criança pequena também aparece como “atenção ao corpo da criança” (ROSEMBERG, 1994, p. 72) que, embora muitas vezes efetivado por procedimentos com o corpo e com o ambiente físico, expressa intenções, sentimentos e significados.

Campos (1994),

[...] refere que o cuidar inclui todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar. Significa, portanto, atitudes e procedimentos que têm como objetivo atender às necessidades da criança no processo de crescimento e desenvolvimento. Demanda, portanto, conhecimentos da área biológica e da área de humanas. Possui relação com a saúde e com a educação. (p. 35)

Assim, os cuidados com a saúde das crianças que frequentam as creches são perpassados pelos sentidos que os atores sociais têm sobre as práticas de cuidado, que, por outro lado, expressam os sentidos que dão para a saúde e para a higiene.

Por exemplo, no documento *Creches Programação Básica* (1980b), havia uma orientação ao grupo de pajens sobre como deveria ser uma pajem do berçário: deveria dar amor e carinho para as crianças, gostar de crianças, estimular e conversar com as crianças, ter muita paciência, alimentar bem uma criança, tratar da higiene da criança, não ser brusca nem ríspida com as crianças, entendê-las e não castigá-las e nem gritar com as crianças (p.30).

Havia ainda uma seção dedicada aos conselhos necessários a uma pajem: nunca forçar uma criança a andar, a pajem deveria respeitar seu desenvolvimento. Engatinhar era considerado uma atividade muito importante para melhorar a coordenação dos braços, pernas e olhos das crianças. A pajem deveria recompensar todas as respostas que a criança dava durante a realização dos exercícios, encorajando-a a fazê-lo novamente. Não deveria forçar a criança a realizar o que ela não quisesse. A criança deveria ser respeitada como uma pessoa. “As crianças feias, magrinhas, quietinhas são aquelas que mais precisam da sua atenção e de seu carinho. Controle as suas preferências” (p. 13).

A este respeito, ensina Foucault (2014):

Houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto de alvo e poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam.

[...] Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 2014, p. 135)

Nesse esquema de docilidade, ocorre o processo de civilização que, segundo Elias (2011), consiste no modo pelo qual se estrutura uma rede de censuras e proibições que transforma, de modo muito lento e em conjunto, os comportamentos, as emoções individuais e a vida coletiva.

Não se perdoa a mania de pôr um ou dois cotovelos sobre a mesa. Isso passa despercebido nos velhos e nos doentes. Cortesãos há refinados que se permitem tais posturas. Não dê atenção a eles nem os imite.

Entrementes, sê atento para não incomodar com os cotovelos a quem está assentado a teu lado. Também não, com os pés, a quem está a tua frente.

Não fiques a balançar sobre a cadeira, apoiando-te, ora sobre uma das nádegas, ora sobre a outra. Tal atitude sugere o trejeito de quem está para liberar gases do tubo digestivo ou, pelo menos, esforça-se para tanto.

O correto é ficar de corpo direito, em equilíbrio estável (LEÃO apud ROTTERDAM, 2007, p.33).

Para Maranhão (2000), alguns educadores do berçário compreendem que o cuidado é tudo o que fazem com a criança; nisso há uma interface com a educação e esses cuidados são vários:

[...] o preparo e a conservação do ambiente e dos materiais, a observação e o acolhimento diário das crianças quando chegam a creche, o preparo e o acompanhamento da saída no final da tarde – o que envolve a troca de informações com os familiares. Compreendem, ainda, o preparo das mamadeiras, a oferta das cinco refeições servidas durante o dia, o banho e os cuidados que demandam as crianças em processo de controle de esfíncter, o preparo e a ajuda para dormir, a observação do sono, a mudança de posição corporal dos bebês, a prevenção e o tratamento das assaduras, da febre e das demais ocorrências que podem acontecer com as crianças durante o dia, a oferta dos medicamentos que a criança esteja tomando nos períodos em que o auxiliar de enfermagem não está na creche, o banho de sol, a limpeza do nariz que escorre, a conversa e o acalanto nos momentos de choro e de birra, a observação para evitar acidentes, a contenção e a orientação das crianças nos momentos de conflito entre os parceiros, o preparo do ambiente e dos materiais necessários ao bem-estar infantil. O trabalho pedagógico com as crianças também demandava das educadoras um planejamento de atividades didáticas, de materiais e de brinquedos, a organização do ambiente, o registro das atividades desenvolvidas e a participação em reuniões. (MARANHÃO, 2000, p. 5).

A análise da observação desse item da programação revelou que os momentos em que as pajens planejavam as atividades de brincadeiras, com uma intencionalidade pedagógica, ficavam possivelmente restritos aos pequenos intervalos que sobravam entre toda a rotina de cuidados diários de uma creche.

Portanto, nessa mesma diretriz, e para atender a “um quadro que muitos consideram como numeroso e diversificado, herança de um passado em que se atribuiu às creches diretas uma ação para além das crianças, envolvendo as famílias e a própria comunidade” (ROSEMBERG, CAMPOS e HADDAD, 1991, p. 50), o documento *Plano de Treinamento de Berçário* (1977b) apresenta uma proposta para sensibilizar e capacitar as pessoas que trabalhavam no berçário das creches, com o intuito de atingir a melhoria quanto ao atendimento da criança de 0 a 18 meses. A pessoa responsável pelo trabalho direto com as crianças, por opção das sucessivas administrações, apresentava um nível educacional que não exigia especialização, o que justificava a oferta de um padrão salarial relativamente baixo.

Nesse documento, localizaram-se os objetivos específicos do treinamento e os conteúdos considerados básicos para o atendimento à criança:

Levar as treinadas a:
 Identificar as necessidades da criança carente;
 Identificar as necessidades ambientais (creche e habitação da criança carente)
 Ter conhecimento das rotinas de pedagogia e saúde que supram as necessidades da criança carente da creche;
 Importância de um trabalho integrado creche e família;
 Sensibilização e conhecimento da programação e supervisão das rotinas do berçário.

Conteúdo:

Desenvolvimento da criança de 0 a 18 meses;
 Caracterização da clientela atendida pelas creches;
 Caracterização das famílias atendidas pelas creches;
 Interação: adulto x criança, criança x criança e creche x família;
 Desenvolvimento da programação de saúde junto à criança de berçário;
 Desenvolvimento da Programação pedagógica junto à criança do berçário;
 Rotina e supervisão do berçário. (SÃO PAULO – Município. Plano de Treinamento de Berçário, 1977b, p. 20).

De acordo com Elias (2011), a busca em executar uma ação civilizatória estabeleceu toda uma engenharia social para disciplinar e salvar as almas infantis.

Tipos de comportamento que na Idade Média não eram julgados, no mínimo, repugnantes são crescentemente acompanhados de sentimentos desagradáveis. O padrão de delicadeza encontra expressão em proibições sociais correspondentes. Esses tabus, tanto quanto podem ser apurados, nada mais são do que sentimentos ritualizados ou institucionalizados de desagrado, antipatia, repugnância, medo ou vergonha, sentimentos estes que foram socialmente alimentados em condições muito específicas e que são constantemente reproduzidos, não só, mas principalmente, porque se tornaram institucionalmente enraizados em um dado ritual, em dadas formas de conduta (ELIAS, 2011, p. 127).

A ênfase do atendimento aos bebês e às crianças pautava-se em atender às necessidades de cuidado e educação compreendidos como proteção, guarda, alimentação e saúde. Por conseguinte, o treinamento ou formação a serem exigidos a uma pessoa responsável pelo atendimento das crianças de 0 a 6 anos, nas creches diretas da rede paulistana deveria ter incluído habilidades para atitudes e procedimentos de cuidado, tanto no aspecto técnico, quanto no relacional, partindo dos conhecimentos prévios e das práticas sociais de cuidado com a saúde e com a educação, presentes na cultura e na instituição.

3.2 O cotidiano dos bebês na creche: berçário e minigrupo

A publicação da programação *Organizando um Berçário*, nos anos de 1977 e 1980, apresentava em sua introdução, que sem pretender invalidar a proposta da *Programação Psicopedagógica* (1978a) existente até então, e considerando a avaliação realizada pela equipe de trabalho no período de agosto de 1975 a junho de 1977, atingindo oito creches localizadas nas áreas regionais de Itaquera-Guaianazes, Vila Prudente, Penha, Ipiranga e São Miguel, após a avaliação do trabalho desenvolvido junto ao berçário, uma série de imperfeições quanto à implantação dessa primeira programação: a estimulação era dada de forma irregular, sem continuidade, periodicidade e sistematização; por exemplo, a estimulação individual tinha como elemento básico a idade cronológica da criança, sem uma preocupação mais objetiva com o estágio de desenvolvimento.

A caracterização do desenvolvimento da criança era considerada como “deficiente”, pois abrangia faixas etárias muito amplas (0 a 4 meses, 4 a 7 meses, 7 a 12 meses e 12 a 18 meses); não existia um instrumental para controle e avaliação do desenvolvimento da programação junto à criança, e a programação desenvolvida no berçário apresentava-se setorizada, sem a preocupação de um trabalho integrado. Realizada essa avaliação pela equipe de trabalho, em agosto do ano de 1975, foi organizada uma reunião entre o grupo de coordenadores do setor psicopedagógico, com o objetivo de despertar e conscientizar para a necessidade e importância do trabalho com as crianças dessa faixa etária.

A programação *Organizando um Berçário* (1977a e 1980a) aponta que esse trabalho de intervenção nas creches administradas diretamente pela Prefeitura do Município de São Paulo, obteve resultados positivos; assim, em junho de 1976, optou-se por estender o trabalho de intervenção para outras creches e, no ano de 1977, os técnicos sentiram a necessidade de um desempenho de um treinamento geral, para aprofundamento teórico das pessoas que trabalhavam com o berçário. Esse treinamento tinha por objetivo motivar e capacitar o pessoal de berçário e reforçar os funcionários que já vinham desenvolvendo atividades de estimulação infantil. O resultado desse treinamento culminou com a publicação da reprogramação para o berçário, no ano de 1977.

A programação da rotina apresentada para o berçário e minigrupo previa a seguinte sequência de atividades:

Quadro 23 — Rotina de Atividades de crianças de 0 a 7 meses – Berçário Menor

<i>Horário</i>	<i>Atividade Específica</i>	<i>Local</i>	<i>Responsável</i>	<i>Observações</i>
<i>7h00min às 8h00min</i>	<i>Entrada/Triagem</i>	<i>Recepção</i>	<i>Auxiliar de Enfermagem e Atendente de Enfermagem</i>	<i>(1)O banho será para um grupo de cada vez. As crianças que não estiverem nessa atividade deverão permanecer sobre o colchão com a presença de uma pajem, em atividade de estimulação. Os bebês sonolentos poderão ser colocados no berço para repouso.</i>
<i>7h15min às 8h15min</i>	<i>Troca</i>	<i>Sanitário</i>	<i>Pajem</i>	
<i>7h30min às 8h30min</i>	<i>Mamadeira</i>	<i>Berçário/Menor</i>	<i>Pajem</i>	
<i>8h30min às 9h30min</i>	<i>Banho de Sol/Suco</i>	<i>Solário</i>	<i>Pajem</i>	
<i>9h30min às 11h00min</i>	<i>Banho e/ ou repouso, e/ou estimulação (1)</i>	<i>Sanitário/Sala do grupo</i>	<i>Pajem</i>	
<i>11h00min às 12h00min</i>	<i>Sopa/Mamadeira</i>	<i>Berçário/Menor</i>	<i>Pajem</i>	
<i>12h00min às 12h30min</i>	<i>Higiene/Troca</i>	<i>Sanitário</i>	<i>Pajem</i>	
<i>12h30min às 14h30min</i>	<i>Repouso</i>	<i>Berçário/Menor</i>	<i>Pajem</i>	
<i>14h30min às 15h00min</i>	<i>Troca</i>	<i>Sanitário</i>	<i>Pajem</i>	
<i>15h00min às 15h30min</i>	<i>Mamadeira/Mingau</i>	<i>Berçário/Menor</i>	<i>Pajem</i>	
<i>15h30min às 16h30min</i>	<i>Estimulação Planejada</i>	<i>Berçário/Menor</i>	<i>Pajem</i>	
<i>16h30min às 17h00min</i>	<i>Troca</i>	<i>Sanitário</i>	<i>Pajem</i>	
<i>17h00min às 18h00min</i>	<i>Mamadeira/Sopa</i>	<i>Berçário/Menor</i>	<i>Pajem</i>	
<i>18h00min às 19h00min</i>	<i>Entrega (2)</i>	<i>Berçário/Menor</i> <i>Recepção/Sala do grupo</i>	<i>Pajem</i>	
				<i>(2) As mães poderão buscar seus filhos na sala de atividades.</i>

Fonte: Organizando um Berçário (1980a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 24 — Rotina de Atividades de crianças de 8 meses a 1 ano e 6 meses – Berçário Maior

<i>Horário</i>	<i>Atividade Específica</i>	<i>Local</i>	<i>Responsável</i>	<i>Observações</i>
7h00min às 8h00min	Entrada/Triagem	Recepção	Auxiliar de Enfermagem e Atendente de Enfermagem	(1) Durante o banho de Sol, a criança sonolenta, após tomar suco, poderá ser colocada no berço para repouso.
7h15min às 8h15min	Troca	Sanitário	Pajem	
7h30min às 8h30min	Mamadeira/Café da Manhã	Berçário/Maior	Pajem	
8h30min às 9h30min		Solário	Pajem	
9h30min às 10h30min	Banho de Sol/Suco (1) Repouso, e/ou Estimulação	Berçário/Maior	Pajem	
10h30min às 11h00min	Higiene/Troca	Sanitário	Pajem	(2) As crianças que não estiverem nessa atividade deverão permanecer sobre o colchão com a presença de uma pajem, em atividade de estimulação. Os bebês sonolentos poderão ser colocados no berço para repouso.
11h00min às 12h00min	Almoço	Berçário/Maior	Pajem	
12h00min às 12h30min	Higiene/Troca	Sanitário	Pajem	
12h30min às 14h30min	Repouso	Berçário/Maior	Pajem	
14h30min às 15h00min	Troca	Sanitário	Pajem	
15h00min às 15h30min	Lanche	Berçário/Maior	Pajem	(3) As mães poderão buscar seus filhos na sala de atividades.
15h30min às 16h30min	Estimulação Planejada (2)	Berçário/Maior	Pajem	
16h30min às 17h30min	Banho	Sanitário	Pajem	
17h30min às 18h30min	Sopa e Sobremesa	Berçário/Maior	Pajem	
18h30min às 19h00min	Entrega (3)	Recepção/Berçário Maior	Pajem	

Fonte: Organizando um Berçário (1980a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 25 — Rotina de Atividades de crianças 1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses – Minigrupo

<i>Horário</i>	<i>Atividade Específica</i>	<i>Local</i>	<i>Responsável</i>	<i>Observações</i>
7h00min às 8h00min	Entrada/Triagem	Recepção	Auxiliar de Enfermagem e Atendente de Enfermagem	(1) No período das 10h00min às 10h30min, a pajem deste grupo conta com a supervisão direta da Professora A.
7h15min às 8h15min	Troca	Sanitário	Pajem	
7h30min às 8h00min	Café da Manhã	Refeitório	Pajem	
8h00min às 9h30min	Recreação/Suco	Playground	Pajem	
9h30min às 10h00min	Atividade Pedagógica	Sala do grupo	Pajem	
10h00min às 10h30min	Atividade Pedagógica (1)	Sala do Grupo	Professora – A/Pajem	
10h30min às 11h00min	Higiene	Sanitário	Pajem	
11h00min às 12h00min	Almoço	Refeitório	Pajem	
12h00min às 12h30min	Higiene/Escovação de dentes	Sanitário	Pajem	
		Berçário/Menor	Pajem	
12h30min às 14h30min	Repouso/Higiene	Sala do Grupo	Pajem	(2) As mães poderão buscar seus filhos na sala de atividades.
14h00min às 14h30min	Higiene	Sanitário	Pajem	
14h30min às 15h00min	Lanche	Refeitório	Pajem	
15h00min às 16h00min	Recreação	Playground	Pajem	
16h00min às 17h00min	Banho	Sanitário	Pajem	
17h00min às 18h00min	Sopa e Sobremesa	Refeitório	Pajem	
18h00min às 18h30min	Higiene	Sanitário	Pajem	
18h30min às 19h00min	Entrega (2)	Recepção ou Sala do Grupo	Pajem	

Fonte: Organizando um Berçário (1980a). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Tudo indica que a rotina de atividades apresentada tenha sido elaborada a partir de referenciais externos, universalmente considerados adequados e necessários para o atendimento de um grupo de crianças. Verifica-se nessa grade que além da carga horária normal dos berçários onde são discriminadas todas as atividades a serem desenvolvidas junto às crianças, tais como banho, mamadeira, hidratação, atividade de estimulação, etc., em ambientes como refeitório, sala do grupo, *playground*, sanitário; deveria ser elaborado uma em que constava a distribuição das crianças pelos dias da semana, de forma que cada uma fosse estimulada individualmente, no mínimo, uma vez por semana, ressaltando-se a importância de se aproveitar as atividades de rotina para estimulação diária das crianças que apresentassem problemas acentuados de desenvolvimento, a exemplo das ideias encontradas nos livros de psicologia do desenvolvimento infantil (referentes externos e padronizados).

O trabalho com a Área de Estimulação Sensorial deveria pautar-se em atividades relacionadas ao desenvolvimento de todos os sentidos: visão, audição, tato, gustação e olfato. O mesmo aconteceria com a Área da Linguagem. Manteve-se, nessa publicação para o *Berçário* (1977a e 1980a), a orientação do documento *Projeto de Estimulação Infantil* (1974a) sobre o desenvolvimento da área da linguagem, a exemplo de uma preocupação com a criança carenciada ao prever que ela deveria ser estimulada, em razão de sua linguagem deficiente. A linguagem deficiente era considerada como o não saber falar, o que era equivalente a uma incapacidade negativa. Verificou-se, pela ficha de desenvolvimento (figura 46) disponível na seção *linguagem expressiva* do documento *Projeto de Estimulação Infantil* (1974a), que deveriam ser anotadas as observações apontadas pelos responsáveis sobre as características da linguagem da criança. A linguagem é vista não quanto ao aspecto da estrutura da Língua Portuguesa, mas em sua dimensão comunicativa, envolvendo a oralidade. O trabalho com a linguagem era desenvolvido predominantemente por meio dos jogos com sons, sílabas e palavras.

Figura 46 — Ficha de Desenvolvimento – Linguagem Expressiva

-15-

(16)

Q=Reprovado
+=Aprovado
| = Médio

Nome:-----
Data de Nascimento:-----
Linguagem Expressiva
Data:-----

Reage aos estímulos, chorando, sorrindo, balbuciando									
Imita sons, sílabas, m, ma, ma,									
Repete nomes de objetos:									
Identifica membros da família, objetos caseiros, animais domésticos.									
Usa gestos para responder: sacode a cabeça para "não", abaixa para sim.									
Identifica-se por: eu, mim, próprio nome									
Movimenta-se com músicas									
Mostra-se alegria em acompanhar a música e bate palmas quando a música acaba.									
Expressa as próprias decisões com: "sim", e "não".									
Retribui cortêsias: olá, bom-dia, tchau.									
Expressa necessidade simples: quer-banheiro, beber, comer.									
Classifica: menino, menina.									
Usa: eu, mim, você									
Qualifica: cachorro grande, gato pequeno									
Pratica cortêsias: Por favor, obrigada desculpe.									
Responde: "O que você faz com pão?" "comer"									
Compreende: quente, frio, aberto, fechado.									
Constroi frases de 2-3 palavras									
Fala por sentenças simples									
Ri apropriadamente									
Comentários									

Fonte: Projeto de Estimulação Infantil (1974a). Acervo da Memória Técnica Documental. São Paulo.

Sobre o desenvolvimento motor, a programação para o berçário, relatava que embora mais dependente de maturação, o bebê necessitaria de oportunidades para que os comportamentos pudessem surgir na época considerada adequada. Por exemplo: a criança normal senta-se sem apoio por volta dos seis meses. No entanto, para isto, é necessário que ela consiga rolar, manter a cabeça ereta, ter sido colocada várias vezes sentada, sem apoio; caso contrário, este comportamento, ocorreria mais tarde. Ao analisar a programação para o berçário presente no documento *Organização e Funcionamento de Creches* (1975), Kuhlmann Jr. (2000) observa que:

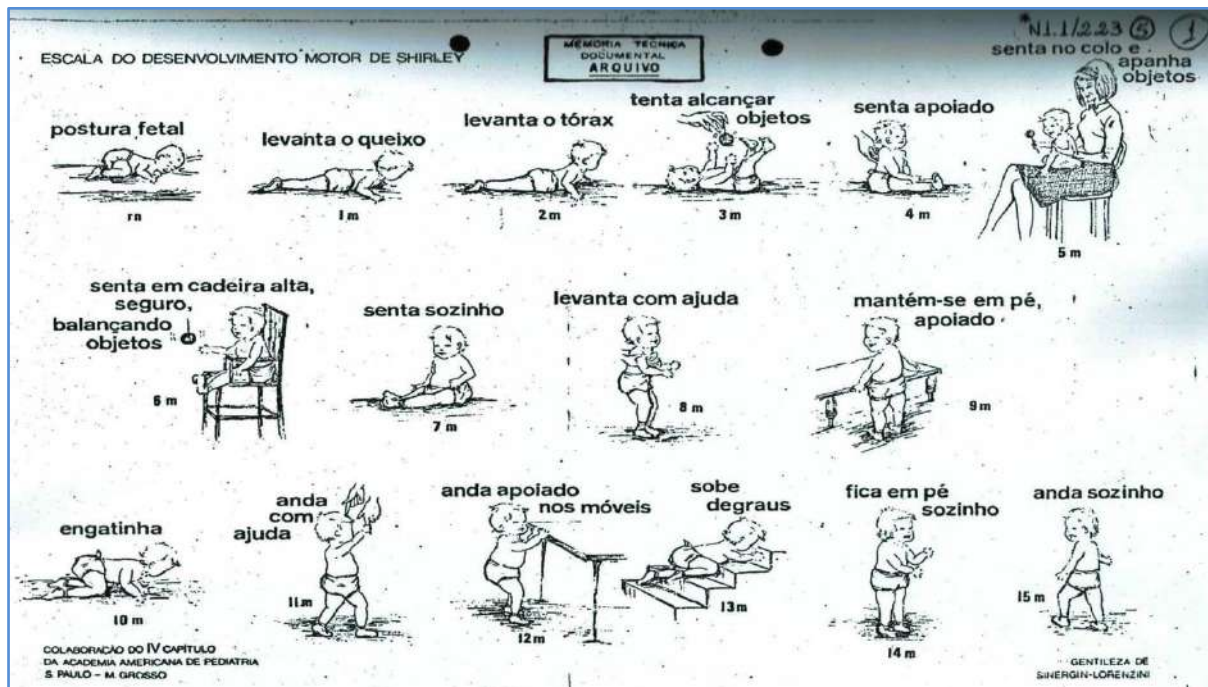
O princípio educacional a se adotar nos berçários, para as crianças de 0 a 18 meses era o da *estimulação*, de modo a obter aqueles comportamentos previstos nas escalas. Partia-se da valorização do envolvimento afetivo entre pajem (nome atribuído à profissional) e criança. Depois, a decoração do ambiente físico, vista “como parte de uma programação que visa uma estimulação viso-sensório-motora, com brinquedos e móveis que pudessem ser manipulados pelas crianças. Recomendava-se retirar, sempre que possível, as crianças dos berços, para explorar ambientes maiores, de modo a sentir a evolução do próprio corpo. Os exercícios proporcionariam à criança “atingir o máximo rendimento de seu organismo”. (KUHLMANN Jr., 2000, p. 14).

A própria proposta *Creches Programação Básica* (1979a) procura demonstrar que:

O guia de desenvolvimento não é uma escala de desenvolvimento, é apenas um guia de desenvolvimento normal de uma criança. O guia de desenvolvimento servirá para saber mais ou menos quando se espera que uma criança exiba certos comportamentos, para ajudá-la a aprender melhor, como também servirá para criarmos atividades de acordo com a idade das crianças (SÃO PAULO – Município, *Creches Programação Básica*, 1979a, p. 13).

O documento cita que, para a elaboração dos itens desse guia, foram utilizadas as seguintes escalas de desenvolvimento: Teste de Análise do Desenvolvimento de Denver, Teste de Gesell e do desenvolvimento da postura e locomoção de crianças de Mary M. Shirley. A figura 47 refere-se à imagem da escala do desenvolvimento motor proposto por Shirley. A escala descreve comportamentos esperados mês a mês, do nascimento ao 15.º mês. Esse tipo de escala avaliava, por exemplo, se o bebê apresentava os comportamentos esperados para determinado período.

Figura 47 — Escala do desenvolvimento motor de Shirley



Fonte: Desenvolvimento motor de Shirley. Acervo da Memória Técnica Documental. Secretaria municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.

Nesse sentido, a *Programação Organizando um Berçário* (1980a) recomendava que o bebê deveria ter a sua posição e postura alteradas ao longo do dia, ficar de bruços, de lado etc., deveriam ser realizados exercícios de relaxamento, oferecer brinquedos variados às crianças, brinquedos com sons mais ou menos fortes (sino, chocalho), tocar o rosto da criança com estímulos táteis macios (gaze, algodão). As responsáveis pelo atendimento deveriam conversar com as crianças durante o dia, pegá-las no colo, amamentar apoiando a cabeça da criança no braço, cantar para as crianças (p. 14). As pajens deveriam oferecer e colocar no berço objetos, como argolas e outros para que as crianças pudessem pegá-los e segurá-los (p. 19).

Na atividade individual de estimulação, por exemplo, com o uso de um rolo, a pajem deveria: colocar a criança sentada “a cavalo” sobre o rolo, segurando-a pelas coxas e nádegas e virando o rolo ora para a direita, ora para a esquerda, permitindo assim que a criança apoiasse, ora sobre o pé direito, ora sobre o pé esquerdo; colocar a criança sentada sobre o rolo, segurando-a sempre pelas suas coxas e nádegas, empurrando o rolo para frente e para trás, permitindo assim que a criança apoiasse e deixasse de apoiar os pés no chão, e, no último

exercício, como demonstra o conjunto de imagens, a pajem deveria colocar a criança ajoelhada no chão e com o peito apoiado sobre o rolo. Deveria colocar um brinquedo da preferência da criança na frente do rolo, incitando-a a pegar o brinquedo (p. 19).

O documento recomendava que as crianças deveriam ser estimuladas a ajudar os adultos em tarefas simples (guardar brinquedos, recolher canecas, retirar sua roupa sozinha antes do banho), comer e beber sozinha. Era importante prever situações na rotina, para que as crianças pudessem ficar no chão junto a outras crianças, “deixar a criança em contato com crianças maiores, do maternal, jardim” (p. 44), conforme apresentado pelo conjunto de imagens da figura 48:

Figura 48 — Conjunto de imagens da estimulação infantil

Estimulação planejada



Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Estimulação planejada uso do algodão na face



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Atividade com brinquedo



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Música



Recreação



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

A proposta referente à Área Socioemocional prescrevia um contato físico e afetivo, principalmente com o adulto, e em especial com um adulto com o qual a criança pudesse estabelecer uma relação afetiva mais profunda. Essa proposta compreendia que, por meio destas estimulações, a criança estabeleceria um relacionamento adequado com o ambiente, diferenciando o “eu” do mundo que a cerca, ou seja, para atingir o desenvolvimento integral da criança, é necessário ativá-la em todas as suas capacidades e, gradativamente, de acordo com o nível em que se encontrava.

Ao final da programação, solicitava-se que as etapas apresentadas fossem trabalhadas e cruzadas periodicamente com dados de outros setores. “Para atingir o desenvolvimento integral da criança, é necessário ativá-la em todas as suas capacidades” (SÃO PAULO, Programação Organizando um Berçário, 1980a, p. 174). Essa medida, de acordo com o documento, possibilitaria a todas as pessoas envolvidas com o berçário realizarem um trabalho em conjunto, visando desenvolver integralmente a criança.

As cenas do conjunto de imagens da figura 49 demonstram que essas atividades eram definidas pelo tempo, que era preciso cumprir o que estava previsto na rotina de atendimento. Tratava-se de rotinas universalizantes; para essa concepção as crianças não nascem e crescem

em profundo diálogo com uma cultura específica, esquece-se de que as crianças são diferentes.

Figura 49 — Conjunto de imagens do banho e outros momentos da rotina com os adultos.

Banho



Hidratação



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Mamadeira



Recreação no tanque de areia



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Alimentação - sopa



Almoço



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Repouso



Repouso



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Estimulação planejada



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

De algum modo, a rotina dos bebês e do maternal compartilhava um clima pedagógico sem ameaçar determinados serviços de assistência, como a alimentação e os cuidados de higiene. Pelas fotografias, foi possível observar a existência de caixa de areia, bolas, brinquedos, móveis, bonecas, brinquedos de animais, carrinhos, caixinhas, cubos. Foi possível observar também a educação que promove a apatia, como por exemplo, as imagens dos bebês aprisionados em berços, ou submetidos a uma disciplina escolar rígida para controle e obediência.

3.3 A rotina das crianças do maternal e jardim

A rotina de atividades para as crianças do maternal e jardim caracterizavam-se pela sequência de condutas de saúde, higiene, nutrição e atividades pedagógicas. Uma das categorias pautadas pelo documento *Creches Programação Básica* (1979a), com a finalidade de implantação de uma política de atendimento à criança e à família, especialmente à mãe, era a de que a proposta de trabalho na creche estabelecia a necessidade de proteção e preparação para a vida; a redução da mortalidade e morbidade infantis; combate às moléstias infecciosas;

propiciar discussões sobre saneamento básico; solucionar a desnutrição; eliminar o analfabetismo e melhorar o bem-estar da criança.

O atendimento à criança carente, em tempo integral, conforme suas necessidades e da família, exige investimento social de grande porte. Cabe lembrar, no entanto, que se trata de investimento de alta rentabilidade social, pois, além de responder a uma exigência imediata da família e da comunidade, o trabalho dirigido à criança, na primeira infância interfere, direta e positivamente, no seu desenvolvimento posterior. É esta atuação, com certeza, a forma mais eficaz de reduzir a evasão e repetência escolar e prevenir a marginalização social de grande parcela da população (SÃO PAULO – Município. Creches Programação Básica, 1979a, p. 12).

Para Barbosa (2006),

As rotinas pedagógicas geralmente se constituem em uma listagem de momentos de atividades consideradas como as universalmente adequadas e necessárias para o atendimento de um grupo de crianças. As medidas de adequação e necessidade são estipuladas principalmente pelo senso comum, pela tradição constituída ao longo da história da pedagogia da educação infantil e ou por ideias encontradas nos livros de psicologia do desenvolvimento isto é, referentes externos e padronizados. Os contextos concretos das instituições, as características do grupo de crianças atendido e outros elementos que poderiam situar as escolhas para organização das rotinas dificilmente são mencionados ou servem de referentes para a organização das rotinas. É importante não esquecer o papel que as creches e as pré-escolas tiveram como auxiliares aos pesquisadores da área da psicologia evolutiva, que podiam encontrar em um mesmo lugar crianças que conviviam juntas, agrupadas de acordo com suas idades e em condições ambientais bastante controladas, o que favorece a padronização e a normalização. (BARBOSA, 2006, p. 151)

Pela *Programação Básica para Creches* (1980b), foi possível observar que houve uma necessidade em se alterar os momentos de desenvolvimento da rotina diária do berçário e minigrupo quando comparada à programação das atividades estabelecidas para as crianças do maternal, jardim e pré. Ocorre que essa alteração não chegou a provocar uma mudança significativa ou de ruptura com a rotina e concepção de criança presentes na grade diária de atendimento. A forma como o trabalho na creche era organizado demonstra que ele compreendido para sujeitos-alunos e não para sujeitos-crianças.

Quadro 26 — Rotina de Atividades de crianças 2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses – Maternal I

<i>Horário</i>	<i>Atividade Específica</i>	<i>Local</i>	<i>Responsável</i>	<i>Observações</i>
7h00min às 8h00min	Entrada/Triagem	Recepção	Auxiliar de Enfermagem e Atendente de Enfermagem	(1)A professora deverá supervisionar as atividades pedagógicas e de recreação, orientando diretamente as pajs do grupo, das 15h30min às 16h30min.
7h15min às 8h15min	Troca/Higiene	Sanitário	Pajem	
7h30min às 8h00min	Café da Manhã	Refeitório	Pajem	
8h00min às 9h00min	Atividade Pedagógica	Sala do grupo	Pajem e Professora	
9h00min às 10h00min	Recreação/Suco	Playground	Pajem	
10h00min às 11h00min	Banho	Sanitário	Pajem	
11h00min às 11h45min	Almoço	Refeitório	Pajem	
11h45min às 12h00min	Higiene/Escovação de dentes	Sanitário	Pajem	
12h00min às 14h00min	Repouso/Higiene	Sala do Grupo/Sanitário	Pajem	
14h00min às 14h30min	Lanche	Refeitório	Pajem	(2)As mães poderão buscar seus filhos na sala de atividades.
14h30min às 16h00min	Atividade Pedagógica (1)	Sala do Grupo	Professora B e Pajem	
16h00min às 16h30min	Recreação (1)	Playground	Pajem e Professora B	
16h30min às 17h00min	Troca e Higiene	Sanitário	Pajem	
17h00min às 18h00min	Sopa e Sobremesa	Refeitório	Pajem	
18h00min às 18h30min	Higiene	Sanitário	Pajem	
18h30min às 19h00min	Entrega (2)	Recepção ou Sala do Grupo	Pajem	

Fonte: *Creches Programação Básica*. COBES, (1980b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 27 — Rotina de Atividades de crianças de 3 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses – Maternal II

<i>Horário</i>	<i>Atividade Específica</i>	<i>Local</i>	<i>Responsável</i>	<i>Observações</i>
7h00min às 8h00min	Troca/Higiene	Recepção	Auxiliar de Enfermagem e Atendente de Enfermagem	(1)A professora deverá atuar diretamente com as crianças deste grupo das 14h30min às 15h30min.
7h15min às 8h00min	Troca/Higiene	Sanitário	Pajem	
7h30min às 8h00min	Café da Manhã	Refeitório	Pajem	
8h00min às 9h00min	Atividade Pedagógica	Sala do grupo	Pajem e Professora	
9h00min às 10h00min	Recreação/Suco	Playground	Pajem	
10h00min às 11h00min	Banho	Sanitário	Pajem	
11h00min às 11h45min	Almoço	Refeitório	Pajem	
11h45min às 12h00min	Higiene/Escovação de dentes	Sanitário	Pajem	
12h00min às 13h30min	Repouso/Higiene	Sala do Grupo/ Sanitário	Pajem	
13h30min às 14h00min	Recreação	Playground	Pajem	
14h00min às 14h30min	Lanche	Refeitório	Pajem	(2) As mães poderão buscar seus filhos na sala de atividades.
14h30min às 17h00min	Atividade Pedagógica (1)	Sala do Grupo	Professora B e Pajem	
16h30min às 17h00min	Recreação (1)	Playground	Pajem e Professora B	
17h00min às 17h30min	Troca e Higiene	Sanitário	Pajem	
17h30min às 18h30min	Sopa e Sobremesa	Refeitório	Pajem	
18h30min às 19h00min	Entrega (2)	Sanitário	Pajem	
		Recepção ou Sala do Grupo	Pajem	

Fonte: *Creches Programação Básica*. COBES, (1980b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 28 — Rotina de Atividades de crianças 4 anos e 7 meses a 5 anos e 11 meses – Jardim

<i>Horário</i>	<i>Atividade Específica</i>	<i>Local</i>	<i>Responsável</i>	<i>Observações</i>
7h00min às 8h00min	Entrada/Triagem	Recepção	Auxiliar de Enfermagem e Atendente de Enfermagem	(1) Nessa faixa etária as crianças muitas vezes, não sentem necessidade de repouso, devendo a pajem permitir que tais crianças optem em permanecer dentro da sala ou na área livre da creche.
7h15min às 8h00min	Troca/Higiene	Sanitário	Pajem	
7h30min às 8h00min	Café da Manhã	Refeitório	Pajem	
8h00min às 10h00min	Atividade Pedagógica	Sala do grupo	Pajem e Professora	
10h00min às 11h00min	Recreação/Suco	Refeitório	Professora	
11h00min às 12h00min	Banho	Sanitário	Pajem	
12h00min às 12h45min	Almoço	Refeitório	Pajem	
12h45min às 13h00min	Higiene/Escovação de dentes	Sanitário	Pajem	(2)A professora deverá atuar diretamente com as crianças deste grupo das 16h30min às 17h30min.
13h00min às 14h00min	Repouso/Higiene (1)	Sala do Grupo/ Sanitário	Pajem	
14h00min às 14h30min	Lanche	Refeitório	Pajem	
14h30min às 15h00min	Recreação	Playground	Pajem	
15h00min às 17h30min	Atividade Pedagógica (2)	Sala do Grupo	Pajem e Professora B	(3) As mães poderão buscar seus filhos na sala de atividades.
17h30min às 18h00min	Troca e Higiene	Sanitário	Pajem	
18h00min às 18h30min	Sopa e Sobremesa	Refeitório	Pajem	
18h30min às 19h00min	Entrega (3)	Recepção ou Sala do Grupo	Pajem	

Fonte: *Creches Programação Básica*. COBES, (1980b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Quadro 29 — Rotina de Atividades de crianças de 6 anos a 6 anos e 11 meses – Pré.

<i>Horário</i>	<i>Atividade Específica</i>	<i>Local</i>	<i>Responsável</i>	<i>Observações</i>
7h00min às 8h00min	Entrada/Triagem	Recepção	Auxiliar de Enfermagem e Atendente de Enfermagem	(1) Neste horário a professora supervisionará, diretamente, a atividade da pajem do minigrupo.
7h15min às 8h00min	Troca/Higiene	Sanitário	Pajem	
7h30min às 8h00min	Café da Manhã	Refeitório	Pajem	
8h00min às 10h00min	Atividade Pedagógica	Sala do grupo	Pajem e Professora	
10h00min às 10h30min	Recreação (1) /Suco	Playground	Pajem	(2) Nessa faixa etária as crianças muitas vezes, não sentem necessidade de repouso, devendo a pajem permitir que tais crianças optem em permanecer dentro da sala ou na área livre da creche.
10h30min às 12h00min	Atividade Pedagógica	Sala do Grupo	Professora	
12h00min às 12h45min	Almoço	Refeitório	Pajem	
12h45min às 13h00min	Higiene/Escovação de dentes	Sanitário	Pajem	
13h00min às 14h00min	Repouso/Higiene (2)	Sala do Grupo/ Sanitário	Pajem	(3) As mães poderão buscar seus filhos na sala de atividades.
14h00min às 15h00min	Recreação	Playground	Pajem	
15h00min às 15h30min	Lanche	Refeitório	Pajem	
15h00min às 17h00min	Atividades Pedagógicas	Sala do Grupo	Pajem	
17h00min às 18h00min	Banho	Sanitário	Pajem	
18h00min às 18h30min	Sopa e Sobremesa	Refeitório	Pajem	
18h30min às 19h00min	Entrega (3)	Sanitário Recepção ou Sala do Grupo	Pajem Pajem	

Fonte: *Creches Programação Básica*. COBES, (1980b). Acervo História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Durante um período significativamente longo, essa foi a sequência de atividades de rotina seguida pelas creches da rede direta paulistana, talvez com uma variação quanto aos horários sugeridos e quanto ao cumprimento da carga horária estabelecida para as atividades pedagógicas.

As rotinas de atividades das crianças por grupos etários são apresentadas como subsídios e sugestões, devendo cada creche fazer as devidas adaptações de acordo com: local da atividade, horário de entrada e saída das crianças, número e horário dos funcionários. (SÃO PAULO – Município. Creches Programação Básica, 1980b, p. 63).

Evidencia-se, na grade diária, uma divisão de horários para as doze horas de atendimento das crianças. As atividades eram organizadas a partir de tempos bem definidos e compreendiam a entrada, higiene, alimentação, atividades pedagógicas, recreativas, repouso e saída. Verificou-se uma presença de uma rotina com uma única proposta para ser realizada no mesmo tempo e no mesmo lugar por todas as crianças.

O conjunto de rotinas de atividades das crianças apresentado pelo documento levou em consideração a situação hipotética de uma dinâmica de funcionamento de carga horária para realização de atividades, com nove agrupamentos de crianças. Por conseguinte, algumas atividades, tais como banho, refeição, atividades pedagógicas e recreação foram distribuídos em horários diversificados, tendo em vista evitar superposição de grupos de crianças nos locais previstos para desenvolvimento das atividades e do horário de trabalho da professora.

Dado o número de crianças a serem atendidas na creche, optou-se por uma atuação direta da professora nos grupos das crianças maiores (Maternal II, Jardim e Pré) e uma atuação indireta nos grupos de crianças menores (Berçário, Minigrupo e Maternal I). “Isto porque, algumas teorias considerem que quanto mais nova a criança mais cuidado do adulto melhor qualificado” (SÃO PAULO, Creches Programação Básica, 1981b, p. 63). A justificativa apresentada pelo documento era a de que existem nas creches muitas crianças na faixa etária próxima ao período de ingresso no 1.º grau, necessitando assim de um preparo físico, mental e psicológico mais especializado.

Desse modo, o grupo de crianças foi assim dividido: Pré e Minigrupo com a Professora denominada A, no período da manhã; Berçário, Maternal I e II e Jardim com a Professora denominada B, no período da tarde.

O trabalho das professoras deveria ser entendido como de atuação direta: da Professora A no grupo do Pré e da Professora B, nos grupos de Maternal II e Jardim; seriam desenvolvidas atividades pedagógicas diretamente com as crianças. O documento ressalta que

a junção de apenas dois grupos para a Professora A deve-se ao fato do grupo do Pré exigir um atendimento mais concentrado da professora.

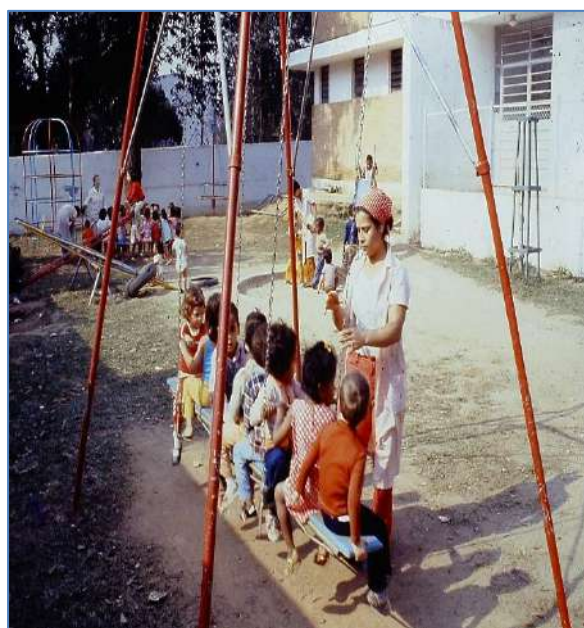
A atuação indireta da professora era compreendida como treinamento, orientação e supervisão da professora nas atividades a serem desenvolvidas pelas pajens nos respectivos grupos, conforme apresentado na figura 50.

Figura 50: Conjunto de imagens do maternal, jardim e pré.

Café da manhã



Recreação no *playground*



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70.

Recreação no *playground*



Atividade pedagógica



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Café da manhã



Almoço



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Almoço



Repouso



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Atividade pedagógica



Atividade pedagógica



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Atividade pedagógica



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Recreação



Recreação

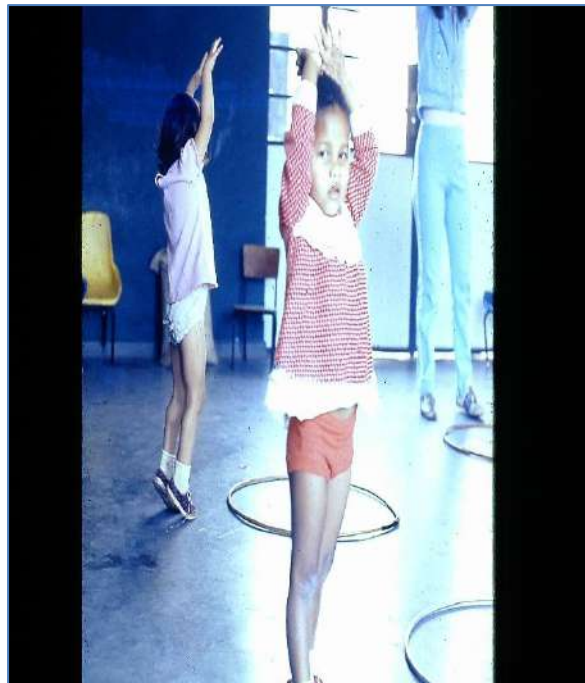


Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Jogos recreativos



Jogos recreativos



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Jogos recreativos



Jogos recreativos



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Atividade pedagógica



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Atividade de vida prática



Atividade de vida prática



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

O desenvolvimento das rotinas de atividades das crianças por grupos etários foram apresentados como subsídios e sugestões. De acordo com o documento *Creches Programação Básica* (1981b), caberiam as devidas adaptações, levando-se em consideração: local da atividade, horário de entrada e saída das crianças, número e horário de funcionários.

Nota-se, nessa programação, um entendimento de que o trabalho educativo ocorria nos diversos momentos de recreação e pedagógicos (ao ar livre, música, sala de brinquedos, solário, *playground*), que aconteciam tanto no período da manhã, quanto no período da tarde.

Pelas imagens, foi possível perceber que havia um controle das crianças por meio da vigilância dos adultos. Observa-se uma organização voltada mais a facilitar o trabalho dos adultos que uma preocupação efetiva com o desenvolvimento da criança: salas organizadas para atividades, envolvendo grande número de crianças da mesma faixa etária; atividades pedagógicas ou recreativas concebidas como formas de ocupar e distrair a criança. A rigidez e a fragmentação dos tempos e os espaços pré-fixados indicam uma estreita aproximação com a lógica da organização temporal e espacial escolar.

Outro destaque refere-se aos profissionais que conduziam as atividades, supõe-se a realização de uma prática automatizada, com uma ênfase maior à saúde e à higiene da criança e do equipamento. As imagens revelam, ainda, a adoção de um modelo substituto materno, caracterizado por um estreitamento do vínculo entre pajem e criança.

A partir da década de 1980, observam-se algumas imagens que revelavam o florescimento na rede de creches diretas de propostas inovadoras de atuação, “o processo educativo é visto na dimensão das trocas sociais, rediscutia-se a concepção de pobreza, assistência, educação, desenvolvimento” (SANCHES, 1998, p. 42). Em linhas gerais, as propostas das creches passam a receber a influência da Psicologia, sobretudo das pesquisas de Jean Piaget, “que almejava tornar o aprendizado mais interessante e adequado às várias etapas do desenvolvimento das crianças” (SINGER, 1997, p. 85).

Essa concepção tem como principal consequência a afirmação de que o ser humano – criança, adulto ou adolescente – constrói seu próprio conhecimento através da ação. A natureza da atividade necessária a essa construção vai depender, evidentemente, da natureza do conhecimento que pretende seja construído. A interação com objetos vai facilitar o desenvolvimento do conhecimento que se pretende seja construído. A interação com objetos vai facilitar o desenvolvimento do conhecimento – tanto físico como lógico-matemático – que diz respeito aos objetos, suas propriedades e as relações que se estabelecem entre eles. Entretanto, o conhecimento da natureza social e afetiva só pode se desenvolver a partir da interação com pessoas. [...] a interação que se estabelece entre as crianças vai tornar possível o desenvolvimento de relações cooperativas no plano social, correspondendo às relações de coordenação de perspectivas do pensamento operatório no plano do desenvolvimento intelectual. Isto significa que, além de possibilitar o desenvolvimento afetivo e social, as interações entre as crianças

constituem um fator fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo. (CAVICCHIA, 2010, p. 15).

A partir de recomendações dessa natureza, começam a aparecer, em algumas regionais, como Butantã, Penha, Vila Prudente, Santo Amaro, Santana, entre outras creches da rede direta paulistana, experiências que se caracterizavam de um modo geral por um processo de intervenção na estrutura operacional da creche, destacando sua função educativa centrada nas necessidades infantis, com flexibilidade na divisão do grupo etário, levando em consideração o desenvolvimento da criança e proporcionando o intercâmbio das diferentes faixas etárias, a organização do espaço, material e equipamentos, garantindo o acesso e domínio pela criança.

No conjunto de imagens (figura 51), foi possível perceber a ideia de que na creche toda ação é educativa, independentemente de tratar-se de uma atividade física, de higiene ou de saúde. Percebe-se, por meio das fotografias, que as relações entre as crianças são de cuidado, carinho e auxílio. Para Batista (1998),

Esta situação mostra que a criança burla as regras impostas, tomando o cotidiano menos rotineiro através das suas ações. Mostra, também, que são capazes de usar o tempo e o espaço para fazer coisas que não estão no planejamento da creche, mas que são importantes e necessárias para elas. Entre estas, optar entre um espaço ou outro, entre uma proposta e outra, entre ficar com um grupo ou outro. Estas crianças optaram por ocupar o espaço da sala [...] (BATISTA, 1998, p. 51).

Figura 51 — Conjunto de Imagens novas experiências do Maternal, Jardim e Pré

Atividade em sala com a presença de bebês e crianças

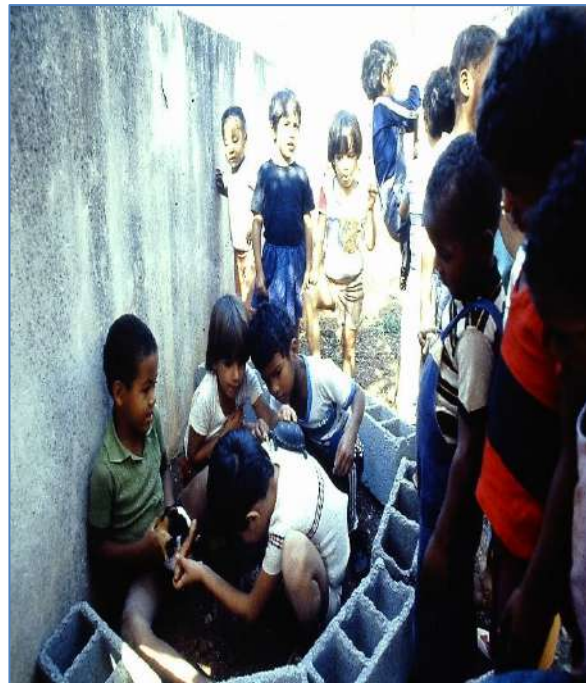


Fonte: Acervo da Memória Técnica Documental (Creche Santana, década de 1980).

Atividade de Ciências Naturais



Atividade de Ciências Naturais



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década 80.

Atividade de Ciências Naturais



Atividade de Ciências Naturais



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 80.

Atividade de expressão oral



Atividade de Matemática

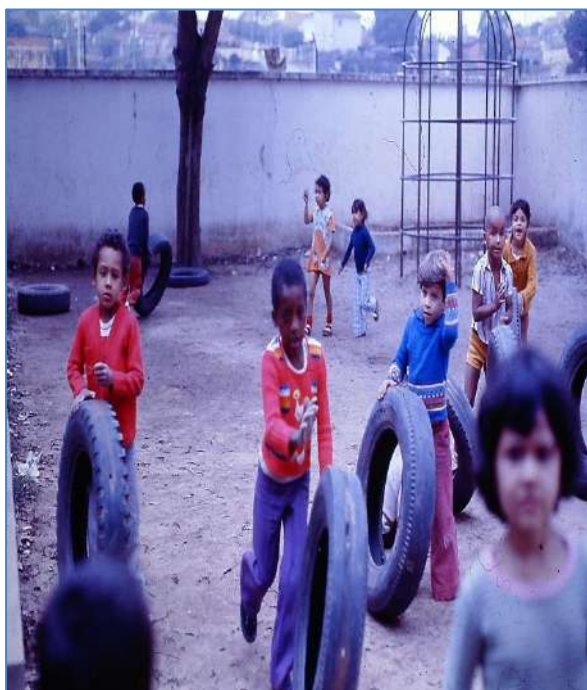


Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 80.

Atividade de Matemática



Jogos recreativos



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 80.

Jogos recreativos



Atividade de expressão oral

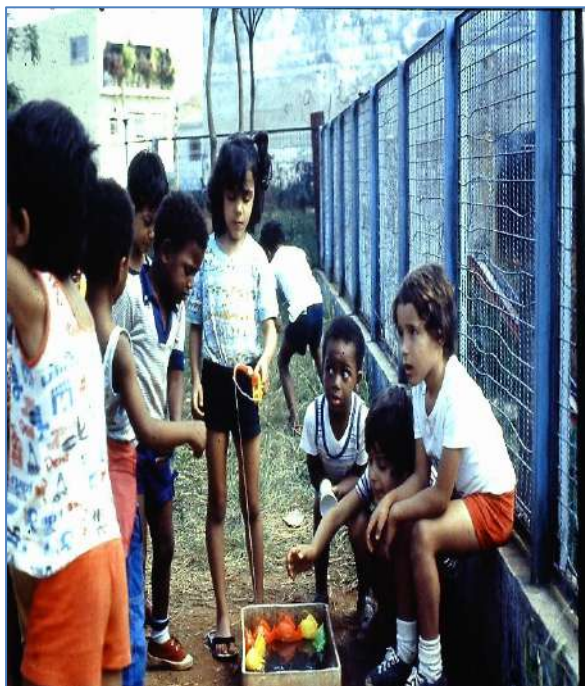


Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 80.

Atividade pedagógica



Recreação



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 80.

A última edição do documento *Creches Programação Básica* (1981b) apontava para uma tentativa de revisão e alteração de algumas práticas higiênicas e hospitalares que ainda predominavam no subsistema, a exemplo da maneira pela qual era realizada a triagem. Buscava-se uma relação mais próxima com a mãe, uma relação de maior confiança. O documento sugeria uma conversa com a mãe da criança, no horário da entrada, para que a mãe, por meio desse diálogo, informasse sobre o estado de saúde do filho sem medo de punição (a punição era o não recebimento da criança doente na creche). Ao mesmo tempo em que a creche procurava melhorar seu vínculo com as famílias e comunidade, buscava com a ação maior integração da creche com os recursos de saúde da área.

3.4 Cuidar e educar como direito

Ao final dos anos 1970, as linhas norteadoras para o trabalho na creche, presentes no documento *Creches Programação Básica* (1980b), reconhecem que as camadas populares possuem o direito de se apropriarem de bens e serviços públicos e de interferirem nas instâncias de poder. O documento enfatizava, também, o direito da população à ampla participação nos recursos públicos.

O início da expansão da rede de creches, portanto, conviveu com tendências distintas que se harmonizavam em alguns aspectos e conflitavam em outros. Um dos aspectos básicos relativo aos objetivos da creche e que permaneceu constante nas diferentes administrações, embora sofresse interpretações variadas, foi o pressuposto de que a ação da creche extrapolava a criança atendida, estendendo-se à família e à comunidade. Tal concepção exigia a montagem de uma estrutura técnico-administrativa capaz de integrar o programa creche ao contexto onde se inseria a clientela atendida, o que influenciou a formação de quadros profissionais, assim como a amplitude e os conteúdos da programação prevista (ROSEMBERG, CAMPOS e HADDAD, 1991, p. 42).

No documento *Creches Programação Básica* (1980b), localizou-se a natureza e as funções da creche. A creche era compreendida como um equipamento social auxiliar da família, destinado ao atendimento da criança na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses, em regime de semiinternato. Desempenhava, portanto, duas funções sociais básicas e complementares, enquanto unidade de prestação de serviços específicos (desenvolve uma programação que visa oferecer à criança amor e compreensão, cuidados de saúde e nutrição, atividades psicopedagógicas e recreação) e instrumento de bem-estar (auxilia a família no desempenho de seu papel, por um período mínimo de doze horas diárias – para cuidados e proteção da criança, possibilita a liberação da mão-de-obra feminina, integra uma rede de

equipamentos sociais e deve responder pelo atendimento de um dos problemas expressos pela população local).

No tocante à criança, priorizaram-se o atendimento e a matrícula da criança de 0 a 3 anos, filhos de mães trabalhadoras, cuja família possuísse renda mensal de zero a dois salários mínimos (inicialmente) até atingir quatro salários mínimos, conforme demonstrado pela figura 52. Exigia-se que a criança estivesse em condições razoáveis de saúde para frequentar a creche.

A rede de creches da COBES deve absorver prioritariamente a faixa etária de 0 a 3 anos, em razão da existência no município de rede especializada, na faixa de 3 a 6 anos através dos Parques Infantis. Porém, as áreas em que estes inexistirem, as creches da COBES deverão suprir as necessidades da faixa de 3 a 6 anos. (SÃO PAULO – Município. Creches Programação Básica, 1979a, p. 24)

Figura 52 — Conjunto de imagens sobre reunião realizada com a comunidade

Reunião para cadastro em creche



Reunião para cadastro em creche



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Rotina de atendimento para o bercário



Critérios para atendimento em creche



Fonte: Acervo Memória Técnica Documental. Década de 70 e 80.

Com a reação dos *Movimentos de Lutas por Creches*, começam a aparecer mudanças na concepção de educação: as creches assumem, a partir da (re)programação publicada no ano de 1979, as propostas da educação popular e passam a demandar um profissional com perfil diferente daquele até então exigido, que em sua maioria se constituíram como profissionais da área da saúde, assistência social e, posteriormente, da área educacional. Grande parte eram do sexo feminino, e alguns dos critérios para contratação era residir próximo às creches, gostar de crianças e possuir formação inicial básica. Vimos que a participação no Movimento de Luta por creches era um item que favorecia a contratação.

Esses funcionários executavam as tarefas previstas nos programas, a princípio com estreitos limites para agir dentro das rotinas de saúde, alimentação, higiene e uma incipiente rotina pedagógica. Participavam de treinamentos, quando solicitado. Pela análise, foi possível compreender que a falta de recursos financeiros foi responsável por impulsionar a participação de diversos segmentos da sociedade no atendimento da criança.

A atuação descentralizada se propôs a possibilitar uma ampla participação popular dos agentes institucionais e supunha flexibilidade em termos de estrutura e programação da COBES.

Pela análise dos documentos publicados, verificou-se que os programas e métodos educacionais eram determinados por critérios externos ao indivíduo²³, e não pela observação do indivíduo e de suas capacidades. Patto (2013) afirma que essa ênfase ocorre na observação

²³ O termo indivíduo é empregado por Patto (2013) para significar natureza humana.

do indivíduo como representativo de todos os indivíduos em geral e não como distinto dos outros indivíduos.

O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar (FOUCAULT, 2014, p. 194).

É por esse caminho que Foucault (2014, p.135) formula sua crítica. Demonstra que o alvo do poder disciplinar é o corpo dos indivíduos, é a “produção da docilidade e da eficiência, enfatizando os mecanismos disciplinares que a escola operacionaliza, como a individualização, isolamento, divisão dos alunos, vigilância e classificação”.

Ao longo desse capítulo, procurou-se compreender a relação entre cuidar e educar, conhecer as concepções de trabalho direcionadas às crianças que estiveram na creche. Vimos que a creche foi concebida como uma instituição em que a criança era cuidada e educada, com atendimento inicial voltado principalmente para suas necessidades de proteção, alimentação, segurança e saúde.

Com o se vê, certas concepções e propostas educacionais para a criança pequena não são fruto da história recente dessas instituições, como fazem crer as interpretações que não levaram em conta essas evidências nas fontes documentais. Tanto melhor que assim o seja: o fato de elas terem sido pensadas não só como lugar de guarda, mas de educação da criança em um ambiente coletivo, colabora para superarmos um sentimento de inferioridade dessa área no interior da pesquisa educacional. (KUHLMANN JR. 2015, p. 177).

Na perspectiva da assistência social, o conceito de cuidar e educar estão pautados na ideia de que se desenvolvam determinados programas para o atendimento às famílias que precisam ser assistidas. Ocorre que esse atendimento não pode ser realizado em detrimento da organização de um sistema de educação infantil, como um modelo alternativo de educação para as classes populares, revelando assim um grande preconceito com a pobreza.

O reconhecimento dos direitos da criança pequena é, sem dúvida, um fato importante, se se considerar que anteriormente não havia instrumentos legais que permitissem exigir uma educação de qualidade para elas. No entanto, as pessoas que, de uma forma ou de outra, interessam-se pela sua educação sabem que não basta identificar direitos e formular textos legais que os expressem, é preciso viabilizar propostas concretas que adentrem o cotidiano da creche e que provoquem reflexões e ações que correspondam às necessidades concretas das crianças e das famílias. Ao mesmo tempo, contudo, é necessário que se pense nos profissionais que atuam na creche, sua formação, sua condição de sujeitos não apenas no interior da instituição, mas na sociedade como um todo (BATISTA, 1998, p.6)

Barbosa (2006), ao referir-se às rotinas na educação infantil, aponta que essa discussão tem sido realizada por vários educadores brasileiros, procurando deixar claras as controvérsias sobre o tema na área da educação infantil. A pesquisadora cita, por exemplo, “Barreto (1995), Campos (1994) e Kuhlmann Jr. (1998), que procuraram dirimir o preconceito de que as instituições assistenciais apenas cuidam das crianças e as escolas é que educam” (p. 169). Para esses autores, esses dois tipos de atividades, cuidar e educar, são indissociáveis, tanto na vida institucional quanto nas políticas públicas.

[...] essa questão não se refere apenas à existência de dois tipos de atividades no mesmo local, em momentos alternados, mas ao quanto hoje, com a experiência acumulada na área, pode-se perceber que, sob uma ação de cuidado, há um projeto educativo e que todas as propostas pedagógicas precisam avaliar a dimensão dos cuidados necessários para sua plena realização (BARBOSA, 2006, p. 169).

A integração das creches da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura do Município de São Paulo tem uma história muito recente – a partir de 2002 – e de muita resistência; porém, representa avanços no sentido de tratar a educação infantil como direito de qualquer criança e não apenas das menos favorecidas, visto que o atendimento inicial das creches não foi pensado para todas as crianças; priorizou-se o atendimento a crianças das famílias com renda inicial de dois salários até quatro salários mínimos cuja proposta e programação do atendimento foram aqui discutidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori.
 Michel de Certeau

Esta pesquisa tornou-se possível dada a relevância da preservação e organização da documentação recolhida pelos acervos da MTD e da FCC, espaços privilegiados de conservação e guarda de fontes referentes à Educação Infantil na cidade de São Paulo.

A pesquisa na área da História da Educação tem possibilitado, não somente perceber as permanências e rupturas presentes no meio educacional, como também propiciar reflexões sobre as especificidades relacionadas a esse campo.

Os documentos localizados sobre as creches da rede direta paulistana deram indícios das práticas administrativas e pedagógicas que ali foram praticadas. Desse modo, “a escola é tomada como um lugar de reprodução e produção de uma cultura escolar e social; como um lugar de possibilidades e não de uma única possibilidade, de uma única visão de mundo” (GATTI JR, 2008, p. 236).

Por meio desse estudo, foi analisada a história da creche da rede paulistana, sua concepção de atendimento, seu método, suas visões e atribuições para com os funcionários e com as crianças, fruto de uma construção social e histórica. Possibilitou um novo olhar, uma nova interpretação, por meio do estudo voltado para aspectos que talvez antes não houvessem sido percebidos, ou apenas não foram objetos de estudos de investigações anteriores.

Nesta pesquisa, um fato que chamou a atenção foi a incapacidade do município em efetivar políticas públicas de atendimento a criança pobre. O intenso crescimento da cidade de São Paulo, vivenciado pelo período de acentuada expansão da industrialização e da urbanização, promoveu um visível quadro de desigualdade social. No bojo dessas mudanças, os Movimentos pela Luta por Creches foram se constituindo na cidade de São Paulo, reivindicando principalmente o aumento do número de creches. Houve um aumento do atendimento, mas não a ponto de atingir o cumprimento de promessas feitas pelos prefeitos da cidade de São Paulo.

No período correspondente aos anos de 1973 a 1979, enquanto houve a expansão da rede de creches conveniadas, a rede direta permaneceu praticamente estagnada, apresentando,

em 1979, apenas quatro creches administradas diretamente pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Neste ano, em termos percentuais a rede direta de creches contribuiu com apenas 6,4% para o total de atendimento prestado ao menor no Município de São Paulo, enquanto que a rede conveniada, com suas 157 creches, participava com 93,6% para o total do atendimento.

A partir de 1980, verificou-se que, com a adoção da política expansionista e equipamentista, aquela tendência sofre alteração: em 1982 a rede direta passa a participar com 43,1% do atendimento da criança, enquanto que as creches indiretas participam com 8,3%.

Com o aumento do número de equipamentos diretos, houve, concomitantemente, elevação na oferta de vagas proporcionadas pelo poder público: de 120 vagas existentes em 1972, passou-se a oferecer 13.108 vagas em 1982.

Embora o número de vagas tenha crescido significativamente, cabe ressaltar que a lotação efetiva não cresceu na mesma grandeza, uma vez que muitas creches ainda não operavam com sua capacidade plena, ou por inadequação do equipamento físico ou por quadro de pessoal incompleto.

Tal aspecto, denominado “incremento do número de vagas”, porém, não correspondente quanto ao número de crianças atendidas, já nos leva a formular indagações sobre o significado da política expansionista e equipamentista adotada naquela administração.

O que resultou dessa herança em termos concretos foram prédios construídos a custos relativamente altos e que muitas vezes não se encontravam em condições de serem utilizados.

A “expansão” não atendeu a demanda. A adoção da rede direta de creches implica não apenas a construção do equipamento, mas também a manutenção de toda uma infraestrutura para que seja colocada em funcionamento, ou seja, a creche necessita de equipamentos apropriados, material de consumo, quadro de funcionários, equipe de manutenção e conservação, equipe de programação e supervisão, entre outros.

Assim, as concepções vigentes de educação fazem pensar que existe uma concepção superior de atendimento das crianças pequenas, afastam da reflexão de que essas instituições “carregam em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, que já representa uma concepção educacional” (KUHLMANN Jr., 2015, p. 166).

A vinculação das creches aos Órgãos de Bem-Estar Social revela a segmentação do atendimento das crianças pobres em instituições que foram estruturadas com poucos recursos financeiros. Com relação ao trabalho desenvolvido pelos profissionais nessas instituições, foi possível observar o estabelecimento de diferenças com relação ao trabalho manual voltado

aos cuidados com a saúde e higiene das crianças. Estes, na maioria das vezes, associavam-se a uma dimensão de trabalho doméstico, o que resultava na desqualificação dos profissionais que desempenhavam alguma função relacionada às crianças menores e na divisão de trabalho entre professoras e auxiliares, que só reforçam a dicotomia entre o cuidar e o educar, confirmando uma regra que é perversa, de que quanto mais próximo está o adulto do trabalho direto com as crianças, tanto menos qualificado ele é. Este fato produz várias consequências, as quais muitas vezes representam custos adicionais que podem vir a neutralizar a “economia” que redundaria do emprego de recursos humanos pouco qualificados e, portanto, mal remunerados.

Outro ponto importante que precisa ser destacado é a inadequação da expressão “deficiência cultural” contida nas propostas e programações da SEBES e da COBES.

Patto (1977, p. 78) afirma que o uso desta expressão é inadequado e perigoso. Em primeiro lugar, porque, ao focalizar as deficiências culturais do ambiente em que a criança de baixo nível socioeconômico se desenvolve, camufla ou não chama a atenção necessária para um aspecto do problema que assume proporções assustadoras do ponto de vista dos danos causados ao desenvolvimento físico e psicológico: a privação alimentar e os problemas de saúde. Segundo, porque a criança é tratada como um estereótipo que apresenta certas características em virtude de seu *status* social.

Nesse sentido, os documentos publicados à época comunicaram essas concepções de atendimento. Por meio deles, os profissionais que trabalhavam nas creches tiveram acesso às informações e às orientações oficiais da Prefeitura do Município de São Paulo, por meio de um documento próprio e prescritivo.

Ao analisar essas propostas e programações, pode-se concluir que há um movimento de permanências e mudanças. Em vários momentos, mudanças são anunciadas nas publicações subsequentes à primeira programação, mas, ao analisá-las, constata-se a permanência da mesma concepção de atendimento. Por exemplo, no que diz respeito ao brincar, a proposta poderia ter explicitado melhor a questão de sua importância, no sentido de compreender que as brincadeiras são importantes para o desenvolvimento integral das crianças, pois favorecem o desenvolvimento psicológico, a aprendizagem e a imersão na cultura.

Ao relacionar o que foi prescrito nas programações em uma tentativa de aproximação com o vivido por meio das fotografias contendo as cenas das rotinas de atendimento, foi possível observar, por exemplo, que, na maioria das cenas, as pajens realizavam as ações para

as crianças. Elas lhes davam banho, enxugavam-lhes, penteavam os cabelos, cortavam as unhas, poucas foram as cenas em que se pôde perceber uma mediação educativa, por exemplo, mais imagens em que a pajem pode alimentar-se com as crianças ou acompanhá-las de perto, vendo-as alimentarem-se sozinhas, dialogando e instigando-as a saborearem os alimentos e a comerem a refeição servida. Assim, as ações se configurariam como ações educativas intencionais, com vistas a garantir o direito das crianças a se desenvolverem plenamente.

Neste sentido, seria interessante pesquisar a programação publicada posteriormente ao período aqui estudado, a Programação da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES) do ano de 1984, que parece apresentar de modo bastante tênue outra forma de concepção, com embasamento teórico, indicando ser necessário proporcionar ações educativas às crianças que as levem a refletir e a questionar as experiências que vivenciam.

Diante do exposto ao longo desta pesquisa, o trabalho indicou que, no início do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, predominaram ações espontâneas e improvisadas, demonstrando pouca intencionalidade das ações desenvolvidas com as crianças que frequentavam as creches. As práticas de cuidado, por exemplo, foram realizadas nas crianças e não com as crianças, e não configuraram em sua maioria como práticas indissociáveis de cuidado-educação.

Por fim, entende-se que é necessário que as propostas curriculares das instituições de Educação Infantil sejam pensadas e construídas efetivamente com a participação democrática, de modo que criem condições para que essas crianças se constituam como sujeitos de direitos sociais.

Considera-se que muitas outras questões poderiam ser levantadas e aprofundadas a partir dessa pesquisa, tais como: as particularidades da rede de creches do município de São Paulo que a colocam em evidência entre as experiências de educação/atendimento da criança pequena, como por exemplo, sua extensão, que, apesar de insuficiente frente à demanda, é bastante ampla quando comparada à das demais experiências nacionais; a estrutura e funcionamento do seu subsistema da rede parceira (convênio). Espera-se que outros trabalhos possam dar continuidade a essas discussões.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM E. D. STEYER V. E. **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado**. Ulbra, 2001.
- ARRUDA, M. A. do N. Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950. **Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 1, junho 2005.
- BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARUCCI, E. **Políticas de Atendimento à infância nas creches municipais de São Paulo (1989-1992)**, 2007. Dissertação. (Mestrado em Educação). PUC/SP.
- BATISTA, R. **A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido**. Dissertação. UFSC. 1998.
- BERGER, J. **Para entender uma fotografia. Organização, introdução e notas de Geoff Dyer**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BICCAS, M. O atendimento da criança de 0 a 6 anos no coração das lutas políticas por educação infantil, no Brasil. In: FREITAS, M. C.; BICCAS, M. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BLAY, D. **Políticas públicas e organizações populares: um estudo sobre as creches no município de São Paulo no período de 1982 a 1990, 1992**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- BRASIL. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Decreto lei n.º 5452, de 1.º de maio de 1943.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- CÂMARA, S. **Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.
- CAMPOS, M. M. M. Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 82, p. 5-20, ago. 1992.
- CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC, 1994, p. 32-42.
- CAMPOS, M. M. M.; PATTO, M. H. S.; MUCCI, C. A creche e a pré-escola. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 39, p. 35-42, nov. 1981.

CAMPOS, M. M. M.; ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília/DF: MEC, SEB, 2009.

CAMPOS, M. M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I.M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. (org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CAVICCHIA, D. C. O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. **Cadernos de Formação: Objetos Educacionais. Psicologia do desenvolvimento**, 2010. UNESP
Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/224>.
Acesso em: 30 de abril de 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22.^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHAGAS, F. G. **O Álbum das meninas: um estudo sobre a representação da infância na produção de Anália Franco (1898-1901)**, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIFESP/Guarulhos/São Paulo.

CIVILETTI, M. V. P. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 76, p. 31-40, fev.1991.

CREPALDI, R. **A integração da rede de creches ao sistema municipal de ensino**. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo.

DE MARTINO JANNUZZI, P., JANNUZZI, N. Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da cidade de São Paulo 1980-2000. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 4, n. 1-2, maio – nov. 2002, p. 107-127.

DIAS, A. A. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2005, 18(3). p. 370-380.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a11v18n3.pdf>.
Acesso em: 26/02/2019.

DUBY, G. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (org.) **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-12.

FILIZZOLA, A.C.B. **Na Rua, a troca, no Parque, a troca**, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da USP/SP.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42.^a ed. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRAGO, A. V. e ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2.^a ed. Tradução Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRANCO, D. S. **As creches na educação paulistana – 2002 a 2012**, 2015. 186f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

_____. **Gestão de Creches para além da assistência social – transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004**, 2009. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) USP. São Paulo.

FREIRE, M. Rotinas: construção do tempo na relação pedagógica. **Cadernos de Reflexão**. São Paulo, 1993.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAMA, L. H. **Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo, 1940-1950**. São Paulo: SENAC, 1998.

GARCIA, G. C. B. **Avaliação do estado nutricional de crianças matriculadas em creches do Município de São Paulo**, 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo.

GATTI JR, Décio. A história do ensino de história da educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000). **História da Educação, ASPHE/FAE/UFPEL**, Pelotas, v.12, n.26, p. 219-240, set/dez, 2008.

GEHM, T. P. **Reflexões sobre o estado do desenvolvimento na perspectiva da análise do comportamento**, 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. da Rosa. 3.^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOHN, M. da G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**. 5.^a ed. São Paulo: Loyola, 1985.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)**, 1986. Tese (Doutorado em Educação). USP/São Paulo.

_____. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. 2.^a ed. São Paulo: Loyola, 1988.

KONSTANTYNER, T. **Avaliação da presença de fator de risco de morbidade em lactentes matriculados em creche no Município de São Paulo**, 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 35-50.

KRAMER, S. Privação Cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n.º 42, ago. 1982. p. 54-62.

_____. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5.^a ed. São Paulo: Cortez 1995.

_____. **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. . In: BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 51-82.

KUHLMANN JR., M. **Educação Pré-Escolar no Brasil (1899-1922)** – Exposições e Congressos Patrocinando a ‘Assistência Científica’, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) PUC. São Paulo.

_____. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 14, p. 5-19, mai/ago 2000.

_____. **Infância e Educação infantil uma abordagem histórica**. 7.^a ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015, 192 p.

_____. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C., KUHLMANN JR., M. (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 459-503.

LEÃO, A. B. **Norbert Elias & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEITE FILHO, A. **História da Educação Infantil: Heloísa Marinho – uma tradição esquecida**. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2011.

LEITE, R. L. P. S. **Formação do Educador Reflexivo: análise de experiências realizada em creches de São Paulo**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Lisboa: Edições 70, 2000.

LIMA, M. C. **As Contribuições do Programa a Rede em Rede para a Formação Continuada de Gestores de Educação Infantil na Cidade de São Paulo**, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) UNIFESP. Guarulhos.

MACHADO, M. M. C. Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. **Caderno de Pesquisada Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 82, p. 5-20, ago. 1992.

MACHADO, M. M. C. & PATTO, M.H.S. & MUCCI, C. A creche e a pré-escola. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 39, p. 35-42, nov. 1981.

MAGALHÃES, J. P. O livro e a cultura escolar, mediação entre currículo e docência. In: CASTRO, C. A., CASTELLANOS, S. L. V. (orgs.). **História da Escola: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura**, São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2018.

MANCINI, G. U. T. **As creches como auxiliares da família**. Serviço Social, São Paulo, set., 1944.

MARANHÃO, D. G. O cuidado com o elo entre a saúde e educação. **Caderno de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, n.º 111, p. 115-133, 2000.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo, SP: Hucitec, 1998.

_____. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950**. In: FREITAS, M. C., (org.). *História social da infância no Brasil*. 6.ª ed.: São Paulo: Cortez, 2006.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7.º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONARCHA, C. (org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, R. C. **Paulistinha a creche universitária da UNIFESP: a construção identitária de uma história multifacetada (1971 a 1996)**. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo.

OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Z.M.R. & FERREIRA, M. C. R. Propostas para o Atendimento em Creches no município de São Paulo. Histórico de uma realidade. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 56, p. 39-65, fev. 1986.

PANIZZOLO, C. E as crianças? Notas sobre a história das creches de São Paulo. **Revista Magistério - Das creches aos CEIs comemoração da transição dos Centros de Educação infantil – CEIs para o Sistema Municipal de Ensino**. São Paulo/SP, ed. especial n.3, p. 8-16, 2017.

PATTO, M. H. S. **Privação Cultural e Educação Pré-Primária**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

_____. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3.ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

PEIXOTO, M. R. C. Saberes e Sabores ou conversas sobre história e literatura. **Revista Histórias e Perspectivas**, Uberlândia/MG, n. 45, p. 15-33, jul/dez, 2011.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995.

RIZZINI, I. **A criança e a Lei no Brasil**. Revisitando a História (1822-2000). Rio de Janeiro: UNICEF Ceppi/USU, 2002.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. (orgs.). **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, H. H. P. **A Higienização dos costumes**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. 9.^a ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2016, p. 205-228.

_____. O Movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 51, p. 73-79, nov. 1984.

_____. A Educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 82, p. 27, 1992.

_____. Educação infantil nos Estados Unidos. In: ROSEMBERG, F., CAMPOS, M.M. (orgs.). **Creches e pré-escolas no hemisfério norte**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 15-101.

_____. Um roteiro histórico-sentimental pelas creches e pré-escolas da cidade de São Paulo. In: ARTES, A., UNBEHAUM, S. (orgs.). **Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2015.

_____. **O atendimento à criança pequena no município de São Paulo**. Depoimento prestado à Comissão Especial de inquérito sobre creches na Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 1983.

_____. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul.1999.

_____. 0 a 6: Desencontro de estatísticas e atendimento. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 71, p. 36-48, nov. 1989.

_____. Creches domiciliares: argumentos ou falácias. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 56, p. 73-81, fev. 1986.

_____. & PINTO, Regina P. 0 a 6 anos: atendimento em São Paulo. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, 1985.

SANCHES, E. C. **Creches: realidade e ambiguidade**. 1998. Tese (Doutorado em Educação) PUC/SP.

SCAVONE, D. T. L. **Marcas da História da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976-1984)**, 2011, 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) USF. Itatiba/SP.

SERRÃO, C. R. B. **Atos, Sombras e Fatos: o programa creche/pré-escola secretaria do menor. São Paulo (1987-1995)**, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) USP. São Paulo.

_____. **O processo de integração da creche ao sistema municipal de educação de São Paulo (2001 – 2004): a desconstrução de um atendimento integral e integrado às crianças de 0 a 6 anos**, 2016. Tese (Doutorado em Educação) USP. São Paulo.

SILVA, A. **Tudo é passageiro: expansão urbana, transporte público e o extermínio dos bondes em São Paulo**. 1.º ed. São Paulo: Annablume, 2015.

SINGER, H. **República de crianças: uma investigação sobre experiências escolares de resistência**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Urbanização e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

TELES, M. A. de A. & MEDRADO, M. A. & GRAGNANI, A. M. C. Creches e berçários em empresas privadas paulistas. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 57, p. 39-54, mai. 1986.

TRONNOLONE, M. **A Gestão de creche no município de São Paulo: diretores em contexto**. 2003, 248f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP.

VASCONCELOS, J. F; SILVEIRA, S. **Problemas médico-sociais da infância, o comércio das criadeiras**. Rio de Janeiro: Livraria Odeon, 1938.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1971.

VIEIRA, L. M. F. “Mal necessário”: creches no Departamento Nacional da Criança, Brasil (1940-1970). In: FREITAS, M. C., (org.). **História social da infância no Brasil**. 6.ª ed.: São Paulo: Cortez, 2006.

VIEIRA, M. P., PEIXOTO, M. R. C., e KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa em história**. 5.ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

WEINSTEIN, B. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 143-171, 1995.

WERLE, F. O. C.; BRITO L. M. T.S; COLAU C. M. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares, **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

ZAPANA, P. M. **Aleitamento materno em creches públicas e filantrópicas da cidade de São Paulo**, 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo

Referência das Fontes

Acervo da Memória Técnica Documental

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – SEBES. **A política de creches**. São Paulo, 1974.

_____. Departamento de Cultura. **Regulamento da divisão de educação, assistência e recreio**. 1947.

_____. NEWCOMB, Mrs. Mary Ann /Centro de Reabilitação Infantil. **Projeto Estimulação Infantil**. São Paulo. 1974a.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria do Bem-Estar Social/Departamento de Integração Social. **Programação Psicopedagógica**. 1974c.

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social/Departamento de Integração Social. **Plano de treinamento do Berçário/Currículo para bebês/manual de ginástica para o berçário**. São Paulo, 1977b.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo/ Coordenadoria do Bem-estar Social – COBES. **Documento Básico, Norteador do Processo de Recrutamento e Seleção e Treinamento de pessoal para creches e núcleos comunitários de administração direta**. São Paulo, 1977.

_____. **Programação para o Berçário**. s/n/t.

_____. **Escala do desenvolvimento motor de Shirley**. s/n/t.

_____. Secretaria do Bem-Estar Social. **Programação Centros Infantis** - Cadernos de Exercícios Gráficos São Paulo: SEBES, 1974d.

_____. Secretaria do Bem-Estar Social. **Programação Centros Infantis** – Programação Psicopedagógica. São Paulo: SEBES, 1973c.

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Organizando um Berçário**. São Paulo: COBES, 1977a.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria Municipal da Família e Bem-estar Social – FABES/ Secretaria Municipal de Educação. **Comissão Especial de inquérito sobre creches no município de São Paulo**. Relatório final sobre as creches. Nossos filhos, nosso futuro. Vamos melhorar nossas creches. São Paulo, 1984.

Acervo da Fundação Carlos Chagas

ANDRADE FILHO, O.; BARROS FILHO, S.; HIRTH, M. B. P.; **Creches: organização e funcionamento**. Coleção DNCr. Rio de Janeiro, 1956.

COMISSÃO DE LUTA POR CRECHE. Boletim I. São Paulo, s/d (folheto).

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. Comissão de creche. **Creches e berçários em empresas privadas paulistas**. São Paulo, n. 3, nov. 1986.

_____. **Creches nas empresas**. São Paulo, 1984.

CRECHE PARQUE BRISTOL e JARDIM S. SAVÉRIO. **Boletim Informativo da Creche**. São Paulo, 1979 (vários números).

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES (1973-1983) **Documentos de Reivindicações**. São Paulo, s/d.

ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M.M. & HADDAD, L. **A rede de creches no município de São Paulo**. São Paulo: DPE/FCC, São Paulo, 1991.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria da Família e Bem-Estar Social. **Dossiê Rosa Krausz 1970: Levantamento e estudo de creches em São Paulo**. Projeto de Creches. Histórico de Creches. São Paulo, 1970

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria Municipal de Bem-Estar Social-Sebes. **Evolução da rede de creches**. Período de 1972 a 1983. São Paulo, 1983.

Coordenadoria do Bem-Estar Social - COBES

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Creches: programação básica**. 1. ed. 1979a, 2. ed. 1980b, 3. ed. 1981b. São Paulo: COBES. (FCC 373.22/ S241c).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Listagem dos equipamentos da COBES e entidades conveniadas**. São Paulo: COBES, 1980. 116 p. (FCC 373.22:362.7/ S241L).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Manual de orientação para as entidades sociais, aspectos jurídicos e administração**. São Paulo: COBES, 1978c. 108 p. (FCC 362.7:35.07/ S241m).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Organização e funcionamento de creche**. São Paulo: COBES, 1975. 26 p. (FCC 373.22/ S241o).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Organizando um berçário**. São Paulo: COBES, 1980a. 70 p. (FCC 373.23/ S241o).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Política de atuação e estrutura organizacional da COBES**. São Paulo: COBES, 1979b. 31 p. (FCC 35.07/S241p).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Programa de atendimento à população infantil de 0 a 6 anos através de uma rede de creches no Município de São Paulo**. São Paulo: COBES, 1980c. 24 p. (FCC 373.22:362.7/ S241p).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis. Programação Psicopedagógica**. 3. ed. São Paulo: COBES, 1978a. 185 p. (FCC 373.22/ S241p).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis - caderno de exercícios gráficos: anexo à programação psico-pedagógica**. 3. ed. São Paulo: COBES, 1974d, 1978b e 1981a. 185 p. (FCC 373.22/ S241p).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Subsídios para a ampliação da rede de creches no Município de São Paulo**. São Paulo: COBES, 1979d. 16 p. (FCC 373.22/S241s).

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Programa de atendimento à criança carente no município de São Paulo: projeto de atendimento integrado à criança de 0 a 6 anos e 11 meses**. São Paulo: COBES, 1976b.

_____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Programa de atendimento à população infantil de 0 a 6 anos e 11 meses através de uma rede de creches no Município de São Paulo**. São Paulo: COBES, 1980c.

Secretaria do Bem-Estar Social – SEBES

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Bem-Estar Social. **Diretrizes Programáticas do Projeto Centros Infantis Integrados**: projeto, implantação e avaliação. São Paulo: SEBES, 1974f. (FCC CH 1838).

_____. Secretaria do Bem-Estar Social. **Programação de serviço social**: atuação junto à família. São Paulo: SEBES, 1974b. 54 p. (FCC 364.442/S241p).

_____. Secretaria do Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis**: manual de orientação técnico-administrativo. 2. ed. São Paulo: SEBES, 1978c. 65 p. (FCC 373.22:35/ S241p).

_____. Secretaria da Família e Bem-Estar Social. **Projeto Centros Infantis**: programação de saúde e sócio-educativa. São Paulo: SEBES, 1973b. (FCC CH 2081).

_____. Secretaria do Bem-Estar Social. **Reprogramação da atividade assistência à infância**. São Paulo: SEBES, 1976a. 40 p. (FCC 362.7:373.22/S241r).

ANEXO

Anexo A — Relação das creches localizadas no município de São Paulo; relação das Supervisões Regionais de Serviço Social (SURS) dos equipamentos da COBES e entidades conveniadas (atualizado até janeiro de 1983)

<i>Localização da Creche</i>	<i>Entidade Mantenedora</i>	<i>Nome da Creche</i>	<i>Idade das crianças atendidas</i>	<i>Atuação da Prefeitura Municipal de São Paulo</i>
SURS BUTANTÃ				
Favela São Remo	Associação de Creches para crianças pobres	Creche para crianças pobres	0 a 6 anos	Particular
Butantã	Associação Santo Agostinho	Creche Lar Infantil	0 a 3 anos e 11 meses	Particular
Rio Pequeno	Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno	Creche do Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno	0 a 6 anos	Particular
Jardim Arpoador	Centro Comunitário Nossa Senhora de Nazaré	Creche João XXIII	3 a 6 anos	Particular
Jardim Arpoador	Centro Comunitário Nossa Senhora de Nazaré	Creche São José	2 a 6 anos	Particular
Largo São Domingos	Obra integrada à Paróquia Santíssima Trindade	Creche do Centro Comunitário Santíssima Trindade	3 a 6 anos e 11 meses	Particular
Parque Continental	Creche Madre Camila	Creche Madre Camila	2 a 6 anos e 11 meses	Particular
Favela de Paraisópolis	Mosteiro São Geraldo	Creche Projeto 2.ªs Mães	0 a 6 anos	Particular
Favela de Paraisópolis	Mosteiro São Geraldo	Creche Parque Infantil Dom José Gaspar	0 a 6 anos	Particular
Favela de Paraisópolis	Mosteiro São Geraldo	Creche Santa Escolástica	0 a 3 anos e 11 meses	Particular
Butantã	Movimento Assistencial do Butantã	Creche Nossa Senhora Lar dos Pobres	3 a 6 anos	Particular
Bairro Ferreira	Sociedade Amigos do Jardim Itaguaçu	Creche da Sociedade Amigos do Jardim Itaguaçu	0 a 6 anos	Particular
Jaguaré	Sociedade Benfeitora Jaguaré	Creche do Externato Jaguaré	0 a 6 anos	Particular
Jardim Paulo VI	União dos Moradores do Jardim Paulo VI	Creche União dos Moradores do Jardim Paulo VI	2 a 6 anos e 11 meses	Indireta
Favela Vila Dalva	Creche Menino Jesus	Creche Menino Jesus	0 a 6 anos	Indireta
Jardim São Jorge	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário do Jardim São Jorge	0 a 3 anos	Direta
Rio Pequeno	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário Jardim D'Abril	0 a 3 anos	Direta

(continua)

(continuação)

Jardim Esther	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário do Jardim Esther	0 a 3 anos	Direta
Jardim das Palmas	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Praia	0 a 6 anos	Direta
Vila Alba	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Alba	0 a 3 anos	Direta
Jardim Esther	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Ester Yolanda	0 a 6 anos	Direta
SURS CAMPO LIMPO				
Piraporinha	A Nossa Casa da Criança	Creche A Nossa Casa da Criança	2 a 6 anos	Particular
Capão Redondo	Associação Beneficente Grupo da Caridade	Creche Comunitária Infantil Aglaêzinha	3 a 6 anos	Particular
Capão Redondo	Associação Paulista da Igreja Adventista do 7.º Dia	Creche Mãezinha	0 a 6 anos	Particular
Jardim Imbé	Centro Social São José Operário de Capão Redondo	Creche Todos Unidos	3 a 6 anos	Particular
Jardim Vaz de Lima	Instituto Verbo Divino das Mensageiras de Santa Maria	Creche Nossa Senhora das Graças	3 a 6 anos	Particular
Jardim Maria Sampaio	Mitra Arquidiocesana de São Paulo – Comunidade Paroquial do Jardim Maria Sampaio	Creche do Jardim Maria Sampaio	3 a 6 anos	Particular
Jardim Irapiranga	Ordem dos Meninos de São Francisco de Paula	Creche Santa Terezinha	3 a 6 anos	Particular
Jardim São Francisco de Assis	Sociedade dos Amigos do jardim São Francisco de Assis	Creche São Francisco de Assis	3 a 6 anos	Particular
Parque Figueira Grande	Sociedade Amigos do Parque Figueira Grande	Creche Recanto infantil Comunitário Figueira Grande	3 a 6 anos	Particular
M'Boi Mirim	Sociedade Amigos do Parque Figueira Grande	Creche do Jardim São Joaquim	3 a 6 anos	Particular
M'Boi Mirim	Sociedade Amigos do Parque Figueira Grande	Creche do Jardim Klein	3 a 6 anos	Particular
Jardim Santa Emília	Turma da Touca Associação Cultural e Recreativa	Creche da Touca Jardim Santa Emília	3 a 6 anos	Particular
Jardim Mitsutani	Turma da Touca Associação Cultural e Recreativa	Creche da Touca Jardim Mitsutani	3 a 6 anos	Particular
M'Boi Mirim	Sociedade Amigos do Jardim Rosa Maria	Creche Rosa Maria	3 a 6 anos	Particular
Jardim Taboão	Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários	Creche Social Morro Velho	3 a 6 anos	Particular
Jardim Capela	Paróquia Jesus Bom Pastor (Mitra Arquidiocesana São Paulo)	Creche Unidade Pré-Escolar do Jardim Capela	3 a 6 anos	Particular
Jardim Nakamura	Sociedade Amigos de Bairro do jardim Nakamura e Adjacências	Creche Tia Beth	4 a 6 anos	Particular
Capão Redondo	Associação Evangélica Beneficente	Creche Centro Infantil Monte Azul	0 a 6 anos	Indireta
Jardim Bom Refúgio	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Nathália Pedroso Rosemberg	0 a 6 anos	Direta

Jardim Sandra	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário Jardim Sandra	0 a 3 anos	Direta
Jardim Figueira Grande	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Figueira Grande	0 a 6 anos	Direta
Jardim Catanduva	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Catanduva	0 a 6 anos	Direta
Parque Regina	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Ingá	0 a 6 anos	Direta
Jardim Dom José	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Dom José	0 a 6 anos	Direta
Jardim Mitsutani	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Mitsutani	0 a 6 anos	Direta
Jardim Guarujá	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Guarujá	0 a 6 anos	Direta
Parque Nova Santo Amaro	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Nova Santo Amaro	0 a 6 anos	Direta
Vila Calú	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Calú	0 a 3 anos	Direta
Jardim Klein	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Klein	0 a 6 anos	Direta
Grajau	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Santa Edwiges	0 a 6 anos	Direta
Parque Santo Antônio	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Santo Antônio	0 a 6 anos	Direta
Jardim do Colégio	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Capão Redondo	0 a 6 anos	Direta
Parque Fernanda	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Fernanda	0 a 3 anos	Direta
Jardim São Manoel	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Caiçara	0 a 6 anos	Direta
Parque Rebouças	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Rebouças	0 a 6 anos	Direta
Jardim Capela	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Capela	0 a 6 anos	Direta
Jardim Umarizal	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Umarizal	0 a 3 anos	Direta
SURS FREGUESIA DO Ó				
Jardim Guarani	Ação Comunitária Todos Irmãos – Comunidade Kolping	Creche São Francisco de Assis	3 a 6 anos	Particular
Jardim Santa Cruz	Centro de Assistência Social da Paróquia Nossa Senhora Aparecida da Vila Souza	Creche Nossa Senhora Aparecida	3 a 6 anos	Particular
Jardim Peri	Centro de Assistência Social do Jardim Peri	Creche do Jardim Peri	3 a 6 anos	Particular
Jardim Peri	Instituição Assistencial Espírita Cristã Meu Cantinho	Creche Meu Cantinho	0 a 3 anos	Particular
Jardim São Bento	Legião da Boa Vontade	Creche Alziro Zarur	3 a 6 anos	Particular
Casa Verde	Sociedade Brasileira de Instrução Primária	Creche M. Dulce	*	Particular

Vila Nova Cachoeirinha	Associação Evangélica Beneficente	Creche Vila Nova Cachoeirinha	0 a 6 anos	Indireta
Freguesia do Ó	Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó	Creche Nossa Senhora Mãe de Deus	0 a 6 anos	Indireta
Parque Peruche	Sociedade Civil São José da Congregação Servas da Caridade	Creche do Parque Peruche	0 a 6 anos	Indireta
Jardim Damasceno	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Jardim Damasceno	0 a 3 anos	Direta
Vila Penteado	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Vila Penteado	0 a 6 anos	Direta
Jardim Guarani	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Jardim Guarani	0 a 6 anos	Direta
Jardim Almanara	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Jardim Almanara	0 a 6 anos	Direta
Vila Santista	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Vila Prado	0 a 6 anos	Direta
Vila Brasilândia	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Brasilândia	0 a 6 anos	Direta
Jardim Monte Alegre	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Monte Alegre	0 a 6 anos	Direta
Jardim Carombé	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Carombé	0 a 3 anos	Direta
Vila Dionísia	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Dionísia	0 a 3 anos	Direta
SURS – Itaquera Guaianazes				
Guaianazes	Ação Comunitária Paroquial de Guaianazes	Creche João XXIII	0 a 6 anos	Particular
Santa Bárbara	Nossa Senhora Mãe dos Pobres – Paróquia de Jesus Ressuscitado	Creche Cantinho da Alegria	1, 5 a 6 anos	Particular
Itaquera	Casa de Saúde Santa Marcelina	Creche Santa Marcelina	0 a 6 anos	Particular
Cidade A. E. Carvalho	Centro Comunitário Amigo da Cidade A. E. Carvalho	Creche A. E. Carvalho	0 a 6 anos	Particular
Itaquera	Centro Social Fé e Alegria	Creche Fé e Alegria	0 a 6 anos	Particular
São Mateus	Serviço Social e Promocional Perseverança	Creche modelo II	0 a 6 anos	Particular
Guaianazes	Ação Comunitária Paroquial de Guaianazes	Creche Vicente Mateus	0 a 6 anos	Indireta
Cidade Tiradentes	Ação Comunitária Paroquial de Guaianazes	Creche do Conjunto Habitacional Prestes Maia	0 a 6 anos	Indireta
Parque Boa Esperança	Lions Clube de São Paulo Itaquera	Creche Antônio Ferreira Assunção	0 a 6 anos	Indireta
Cidade Tiradentes	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário do Jardim Eliane	3 meses a 3 anos	Direta
Vila Carmosina	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Carmosina	0 a 3 anos	Direta
Parada XV	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parada XV	0 a 3 anos	Direta
Cidade Líder	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Cidade Líder	0 a 6 anos	Direta

Jardim Colonial	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Colonial	0 a 3 anos	Direta
Vila Carrão	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Vila Carrão	0 a 6 anos	Direta
Jardim São Pedro	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim São Pedro	0 a 6 anos	Direta
Jardim Rosely	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Rosely	0 a 3 anos	Direta
Itaquera	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Cabreúvas	0 a 3 anos	Direta
Vila Flávia	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Flávia	0 a 6 anos	Direta
SURS - Ipiranga				
Parque Bristol	Ordem dos Servos de Maria Província do Brasil	Creche Nossa Senhora das Dores	0 a 3 anos	Particular
Ipiranga	Comunidade Assistencial Rainha dos Apóstolos	Creche Comunidade Assistencial Rainha dos Apóstolos	0 a 3 anos	Particular
Vila Deodoro	Instituição Beneficente Nosso Lar	Creche Nosso Lar	6 meses a 4 anos	Particular
Vila Carioca	Associação Evangélica Beneficente	Creche da Vila Carioca	0 a 6 anos	Indireta
Vila Livieiro	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário Santa Tereza	0 a 3 anos	Direta
Jardim São Savério	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário Jardim São Savério	0 a 6 anos	Direta
Jardim Tropical	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Tropical	0 a 3 anos	Direta
Parque Fongaro	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Fongaro	0 a 6 anos	Direta
SURS - Lapa				
Perdizes	Associação Cívica Feminina	Creche MMDC	0 a 6 anos	Particular
Perdizes	Confederação das Famílias Cristãs	Creche São José	0 a 6 anos	Particular
Vila Anastácio	Instituto Beneficente Anunciação	Creche Nossa Senhora da Anunciação	*	Particular
Água Branca	Instituto Rogacionista Anibaldi França	Creche Santa Marina	0 a 6 anos	Particular
Vila Hamburguesa	Associação Evangélica Beneficente	Creche Vila Leopoldina	0 a 6 anos	Indireta
SURS – São Miguel				
Ermelino Matarazzo	Centro Social São Francisco de Assis	Creche Santa Inês	3 a 6 anos	Particular
Ermelino Matarazzo	Centro Social do Corpo de Segurança Escolar	Creche Brincando e Aprendendo	0 a 6 anos	Particular
Parque Paulistano	Sociedade de Ensino Profissional e Assistência Social	Creche Santa Rosa de Lima	*	Particular
Cidade Nova São Miguel	Assistência e Promoção Social – “Exército da Salvação” - APROSES	Creche Ninho Alegre	0 a 3 anos	Indireta
São Miguel Paulista	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Vila Pedrosa	0 a 3 anos	Direta
Jardim Robru	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário do Jardim Robru	0 a 2 anos e 6 meses	Direta

São Miguel Paulista	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Ninho Alegre	0 a 3 anos	Direta
Parque Guarani	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Guarani	0 a 3 anos	Direta
Vila Santa Inês	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Santa Inês	0 a 3 anos	Direta
Parque Buturussu	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Buturussu	0 a 3 anos	Direta
Jardim das Camélias	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Ruth	0 a 6 anos	Direta
Jardim São Vicente	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim São Vicente	0 a 6 anos	Direta
Jardim Cotinha	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Cotinha	0 a 3 anos	Direta
Jardim Camargo	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Camargo	0 a 6 anos	Direta
Jardim das Camélias	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Camélias	0 a 6 anos	Direta
Limoeiro	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Bairro do Limoeiro	0 a 6 anos	Direta
Jardim Maia	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Maia	0 a 3 anos	Direta
Jardim Camargo Novo	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Camargo Novo	0 a 3 anos	Direta
Itaim Paulista	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Silva Teles	0 a 6 anos	Direta
Itaim Paulista	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Santa Amélia	0 a 6 anos	Direta
Jardim Robru	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Robru II	0 a 6 anos	Direta
Vila Seabra	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Seabra	0 a 6 anos	Direta
SURS – Vila Maria e Vila Guilherme				
Vila Ede	Associação e Promoção Social Mais Uma Estrela que Nasce	Creche Cantinho Feliz	3 a 6 anos	Particular
Vila Nivi	Associação Feminina de Assistência e orientação Educacional da Vila Nivi	Creche Escolinha da Formiguinha	0 a 6 anos	Particular
Vila Medeiros	Associação Lar Cristo Rei Menino	Creche da Associação Lar Cristo Rei Menino	0 a 3 anos	Particular
Jardim Brasil	Centro Paroquial Comunitário do Jardim Brasil	Creche do Jardim Brasil	0 a 6 anos	Particular
Jaçanã	Centro de Assistência Social Santa Terezinha	Creche de Assistência Social Santa Terezinha	0 a 6 anos	Particular
Vila Guilherme	Centro de promoção Social Cônego Luiz Biasi	Creche Cônego Luiz Biasi	3 a 6 anos	Particular
Vila Guilherme	Centro de Promoção Social Jesus no Horto das Oliveiras	Creche Recanto Feliz	0 a 6 anos	Particular
Vila Maria Alta	Centro Social Leão XIII	Creche do Centro Social Leão XIII	0 a 6 anos	Particular
Vila Maria Alta	Obra de São Teodoro	Creche Irmã Natividade	0 a 3 anos	Particular

Vila Gustavo	Associação Bereana	Creche de Vila Gustavo	0 a 3 anos	Indireta
Vila Maria	Centro de Serviço Social das Abelhas	Creche Maria Henriqueta Catite	0 a 3 anos	Indireta
Vila Constança	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Vila Constança	0 a 3 anos	Direta
Parque Vila Maria	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Vila Maria	0 a 6 anos	Direta
Vila Medeiros	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Fernão Dias	0 a 3 anos	Direta
Parque Edu Chaves	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Parque Edu Chaves	0 a 3 anos	Direta
Parque Novo Mundo	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Jardim Guançã	0 a 6 anos	Direta
Vila Nivi	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Vila Gustavo	0 a 6 anos	Direta
Vila Pascoal	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Parque Novo Mundo	0 a 3 anos	Direta
Jardim Japão	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Jardim Japão	0 a 3 anos	Direta
SURS - Mooca				
Mooca	Centro de Assistência Social Brás-Moóca	Creche Nossa Senhora Aparecida	0 a 6 anos	Particular
Jardim Grimaldi	Serviço Social e Promocional Perseverança	Creche Modelo I	0 a 6 anos	Particular
Belenzinho	Lar Redenção	Creche Lar Redenção	0 a 6 anos	Particular
Vila Santa Isabel	Associação Comunitária Tenri	Creche Tenri	0 a 3 anos	Particular
Belém	Associação Evangélica Beneficente	Creche do Belém	0 a 6 anos	Indireta
Vila Formosa	Centro Espírita Amor Divino	Creche de Vila Formosa	0 a 6 anos	Indireta
Jardim Catarina	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Catarina	0 a 3 anos	Direta
Jardim Santo Eduardo	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Santo Eduardo	0 a 6 anos	Direta
Cidade XI centenário	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Cidade IV Centenário	0 a 3 anos	Direta
Moóca	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Moóca	0 a 3 anos	Direta
SURS - Penha				
Burgo Paulista	Ação Comunitária Beneficente do Burgo Paulista	Creche do Burgo Paulista	2 a 6 anos	Particular
Vila Campanela	Ação Comunitária Beneficente do Burgo Paulista	Creche do Jardim São Nicolau	18 meses a 6 anos	Particular
Penha	Ação Comunitária Beneficente do Burgo Paulista	Creche Jardim Três Marias	3 a 6 anos	Particular
Penha	Ação Comunitária Penhense	Creche da Penha	0 a 6 anos	Particular
Cangaíba	Associação Bereana	Creche Bereana de Cangaíba	0 a 6 anos	Particular
Cangaíba	Centro Social Bom Jesus de Cangaíba	Creche Santo Antônio	0 a 6 anos	Particular
Vila Talarico	Escola Paroquial Virgem do Pilar	Creche Virgem do Pilar	0 a 6 anos	Particular
Chácara Califórnia	Sociedade Civil FAA DI Bruno	Creche São João Batista	2 a 6 anos	Particular

Penha	Serviço de Promoção e Ação Social	Creche Três Marias - SEPAS	3 a 6 anos	Particular
Jardim Brasília	Centro Social da Paróquia de Artur Alvim	Creche Artur Alvim	0 a 6 anos	Indireta
Penha	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal da Penha	0 a 6 anos	Direta
Jardim Coimbra	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Coimbra	0 a 3 anos	Direta
Jardim Gonzaga	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Constância	0 a 6 anos	Direta
Vila União	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila União	0 a 3 anos	Direta
Jardim Nordeste	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim São Nicolau	0 a 6 anos	Direta
Jardim Gonzaga	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Libanesa	0 a 6 anos	Direta
Jardim Popular	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Popular	0 a 6 anos	Direta
Vila Nhocuné	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Hercília	0 a 6 anos	Direta
Burgo Paulista	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Burgo Paulista	0 a 6 anos	Direta
Vila Salete	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Salete	0 a 6 anos	Direta
SURS - PINHEIROS				
Jardim Paulistano	Associação do Perpétuo Socorro do Jardim Paulistano	Creche Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	0 a 6 anos	Particular
Vila Olímpia	Lar Criança Feliz	Creche Lar Criança Feliz	0 a 3 anos	Particular
Vila Ida	Serviço Assistencial Nossa Senhora Rainha da Paz	Creche Rainha da Paz	2 a 6 anos	Particular
Pinheiros	Lar do Alvorecer Cristão	Creche Lar do Alvorecer Cristão	0 a 3 anos	Particular
Alto de Pinheiros	Conjunto Paroquial Mãe do Salvador	Creche Lar Mãe do Salvador	0 a 6 anos	Indireta
SURS – Perus Pirituba				
Jardim Rincão	Ação Social da Capela Santa Cruz	Creche São Pedro	0 a 6 anos	Particular
Perus	Ação Social Santa Rosa de Lima	Creche São Luiz Maria Monfort	0 a 3 anos	Particular
Jardim Belaura	Associação de Proteção À maternidade, À infância e a Adolescência	Creche Nossa Senhora dos Remédios	0 a 6 anos	Particular
Perus	Instituto Social de Educação e Assistência São João Gualberto da Congregação Valombrosana	Creche Recanto infantil Feliz Zarzur	0 a 6 anos	Particular
Vila Miriam	Promoções Humanas Eugênio de Mazendo	Creche São Judas Tadeu	2 a 6 anos	Particular
Jaguaré	Ação Comunitária Irmãos de Sagres	Creche Irmã Ilka	2 a 6 anos	Particular
Perus	Centro Social Promoção Humana Jaraguá	Creche Irmã Ilka	0 a 6 anos	Particular
Jardim Cidade Pirituba	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Menino Jesus	0 a 3 anos	Direta
Parque Pan-americano	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Pan-americano	0 a 3 anos	Direta
Jardim Rodrigo	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Rodrigo	0 a 3 anos	Direta
Vila Perus	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Perus	0 a 3 anos	Direta
Jardim Ipanema	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Ipanema	0 a 6 anos	Direta
Parque Maria Domitila	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Maria	0 a 6 anos	Direta

		Domitila		
SURS – Santo Amaro				
Rio Bonito	Centro Assistencial Santana	Creche Pequeno Príncipe	0 a 6 anos	Particular
Parelheiros	Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Pesquisa no Campo de Saúde	Creche Comunidade Infantil Jardim Sabiá	*	Particular
Real Parque	Obras Educacionais e Sociais Frei Luiz Amigo	Creche Frei Luiz Amigo	0 a 6 anos	Particular
Vila Joaniza	Obras Sociais Santa Rita de Cássia	Creche Esperança de Vila Joaniza	0 a 6 anos	Particular
Jardim Miriam	Lar da Benção Divina	Lar da Benção Divina	0 a 6 anos	Particular
Santo Amaro	Associação Santo Agostinho	Creche Santo Amaro	0 a 6 anos	Indireta
Campo Belo	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Brooklin	0 a 3 anos e 9 meses	Direta
Jardim Mália	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Mália	0 a 6 anos	Direta
Cupecê	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Cupecê	0 a 6 anos	Direta
Chácara Cocaia	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Três Corações	0 a 6 anos	Direta
	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Grajaú	0 a 6 anos	Direta
Jardim Primavera	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Primavera	0 a 6 anos	Direta
Jardim Suzana	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Suzana	0 a 6 anos	Direta
Parque Alto do Rio Bonito	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Alto Rio Bonito	0 a 6 anos	Direta
Cidade Dutra	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Leblon	0 a 6 anos	Direta
Veleiros	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Veleiros	0 a 6 anos	Direta
Jardim Campinas	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Campinas	0 a 3 anos	Direta
Cidade Ademar	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Vila Rica	0 a 6 anos	Direta
Jardim Martini	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Maria Luiza	0 a 6 anos	Direta
Jardim Sabará	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Sabará	0 a 6 anos	Direta
Vila Missionária	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Missionária	0 a 3 anos	Direta
Jardim Casa Grande	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Casa Grande	0 a 6 anos	Direta
Jardim Reimberg	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Reimberg	0 a 6 anos	Direta
	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Grajaú	0 a 6 anos	Direta
Jardim Imbuías	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Imbuías	0 a 6 anos	Direta
SURS - SÉ				

Praça Roosevelt	Fraterno Auxílio Cristão	Creche Lar Nossa Senhora da Conceição	0 a 6 anos	Particular
Bela Vista	Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora da Aquiopita	Creche Menino Jesus de Praga	2 a 6 anos	Particular
Ponte Pequena	União Brasileira Israelita de Bem-Estar do Menor	Creche Jardim Maternal	0 a 6 anos	Particular
Jardim Aclimação	Centro de Orientação à Família	Creche Centro Infantil	3 a 6 anos	Particular
Bom Retiro	Fundação Paulista de Assistência à Infância	Creche Casa Dom Gastão	0 a 6 anos	Particular
Bela Vista	Lar Escola Bela Vista	Creche Lar Escola Bela Vista	3 a 6 anos	Particular
Sé	Associação Santo Agostinho	Creche Bela Vista	0 a 6 anos	Indireta
Pari	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Pari	0 a 3 anos	Direta
SURS - SANTANA				
Água Fria	Centro de Assistência Social São Vicente de Paula	Creche São Vicente de Paula	0 a 6 anos	Particular
Louzane Paulista	Mitra Arquidiocesana de São Paulo – Paróquia Santa Inês	Creche João Paulo II	0 a 6 anos	Particular
Santana	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Santana	0 a 6 anos	Direta
Parque Mandaqui	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário Lauzane Paulista	0 a 3 anos	Direta
Vila Albertina	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário do Jardim Dayse Vila Albertina	0 a 3 anos	Direta
Parque Casa da Pedra	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque Casa de Pedra	0 a 3 anos	Direta
Vila Basiléia	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Basiléia	0 a 6 anos	Direta
Vila Virgínia Bianca	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Vila Virgínia Bianca	0 a 6 anos	Direta
Santana	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque da Aeronáutica	0 a 6 anos	Direta
SURS – Vila Mariana				
Vila Babilônia	Ação Comunitária da Paróquia de São Benedito	Creche São Benedito	0 a 6 anos	Particular
Vila Clementino	Associação Cristã de Moços de São Paulo	Creche Acminha	3 a 6 anos	Particular
Americanópolis	Obras Comunitárias de promoção Humana de São José Operário	Creche Mãe Operária	3 a 6 anos	Particular
Cidade Vargas	Obras Sociais Nossa Senhora das Graças	Creche Nossa Senhora das Graças	3 a 6 anos	Particular
Vila do Encontro	Obras Sociais Nossa Senhora das Graças	Creche Vila do Encontro	3 a 6 anos	Particular
Vila Clementino	Associação Cristã de Moços de São Paulo	Creche Ítalo Brasil Portieri	0 a 6 anos	Indireta
Jabaquara	Associação Santo Agostinho	Creche do Jabaquara	0 a 6 anos	Indireta
Jabaquara	Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e do Brasil Meridional	Creche Cruz de Malta	0 a 6 anos	Indireta
Jardim Miriam	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche do Núcleo Comunitário do Jardim Miriam	0 a 6 anos	Direta

Vila do Encontro	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal do Jabaquara	0 a 6 anos	Direta
Jardim Miriam	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal de Vila Elida	0 a 6 anos	Direta
Cidade Domitila	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Cidade Domitila	0 a 3 anos	Direta
SURS – Vila Prudente				
Vila Alpina	Centro de Assistência e Proteção de Vila Alpina	Creche do Centro de Assistência Social e Promoção de Vila Alpina	0 a 6 anos	Particular
Vila Prudente	Creche A. C. Digílio	Creche A. C. Digílio I	0 a 6 anos	Particular
Vila Prudente	Fraternidade Irmã Amélia	Creche Fraternidade Irmã Amélia	0 a 6 anos	Particular
Vila Bela	Lar das Crianças Divino Amor	Creche Lar das Crianças Divino Amor	0 a 3 anos	Particular
Vila Zelina	Obras Sociais da Paróquia São José de Vila Zelina	Creche Helena da Silva Teixeira	0 a 6 anos	Particular
Jardim Planalto	Sociedade dos moradores da Favela do jardim planalto e Iguaçu	Creche da Sociedade moradores da Favela do Jardim Planalto e Iguaçu	0 a 6 anos	Particular
Jardim Vera Cruz	Lar Escola Emmanuel	Creche Lar Escola Emmanuel	0 a 6 anos	Particular
Parque São Rafael I	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque São Rafael	0 a 3 anos	Direta
Parque São Rafael II	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Parque São Rafael II	0 a 3 anos	Direta
Jardim Sapopemba	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Sapopemba	0 a 6 anos	Direta
Jardim Santo André	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Santo André	0 a 6 anos	Direta
Jardim Santa Adélia	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Santa Adélia	0 a 6 anos	Direta
Jardim Colorado	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Colorado	0 a 3 anos	Direta
Jardim Vera Cruz	Prefeitura do Município de São Paulo	Creche Municipal Jardim Vera Cruz	0 a 3 anos	Direta

*Dados não informados pela fonte.

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da coleta de informações por meio do *Dossiê Rosa Krausz (1970); Listagem dos Equipamentos da COBES e Entidades Conveniadas (1980); Evolução da rede de creches. Período de 1972 a 1983*. Acervo História da Educação e da Infância da Fundação Carlos Chagas.